



Textos Graduados
Número 1 | Volume 6

Copyright © 2020

by Revista Textos Graduados

É permitida a reprodução dos artigos desde que se mencione a fonte

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitora: Márcia Abrahão

Vice-reitor: Enrique Huelva

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Diretor: Luís Roberto Cardoso de Oliveira

Vice-diretora: Christane Girard Ferreira Nunes

PRODUÇÃO EDITORIAL

Edição

Amanda Carolina de Oliveira
Evellyn Caroliny de Jesus
Gabriela da Costa Silva
João Roberto dos Reis de Souza
Júlia Guimarães Stoimenoff Brito
Sofia Guimarães Carvalho Campos

Revisão

Amanda Carolina de Oliveira
Evellyn Caroliny de Jesus
Gabriela da Costa Silva
João Roberto dos Reis de Souza
Júlia Guimarães Stoimenoff Brito
Sofia Guimarães Carvalho Campos

Diagramção e Capa

Amanda Carolina de Oliveira
Evellyn Caroliny de Jesus
Sofia Guimarães Carvalho Campos

Homepage: <http://periodicos.unb.br/index.php/tg>

E-mail: textosgraduados@gmail.com

[facebook.com/revistatextosgraduados/](https://www.facebook.com/revistatextosgraduados/)

Bases de dados:

SEER - Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas

<http://periodicos.unb.br/index.php/tg>

Textos Graduados/Instituto de Ciências Sociais/Revista da Graduação em Ciências Sociais da Universidade de

Brasília v. 6 n. 1 (2020-) — Brasília Anual - a partir de 2015

ISSN 2447-7044 (eletrônico)

EQUIPE EDITORIAL

Amanda Carolina de Oliveira

Ana Claudia Knihns de Camargo

Evellyn Caroliny de Jesus

Gabriela da Costa Silva

João Roberto dos Reis de Souza

Júlia Guimarães Stoimenoff Brito

Sofia Guimarães Carvalho Campos

CONSELHO EDITORIAL

Professora Ana Cristina Murta Collares

(Universidade de Brasília)

Professora Andréa de Souza Lobo (Universidade de Brasília)

Professor Fabrício Monteiro Neves (Universidade de Brasília)

Professor Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (Universidade de Brasília)

Professora Soraya Resende Fleischer (Universidade de Brasília)

Professor Stefan Fornos Klein (Universidade de Brasília)

CONSELHO CONSULTIVO

Professor Alexandro Henrique Paixão (Universidade Estadual de Campinas)

Professora Andrea Carolina Jiménez Martín (Universidad Nacional de Colombia)

Professor Camilo Braz (Universidade Federal de Goiás)

Professor Dmitri Cerboncini Fernandes

(Universidade Federal de Juiz de Fora) Professora Elaine Meire Vilela (Universidade Federal de Minas Gerais)

Professora Elisete Schwade (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Professor Fernando Correia Prado (Universidade Federal da Integração Latinoamericana)

Professor Helio Afonso de Aguiar Filho (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Professora Isabel Cristina Naranjo Noreña (Universidad de Cordoba - Argentina)

Professor José Veríssimo Romão Neto (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo)

Professora Márcia Regina Calderipe Farias Rufino (Universidade Federal do Amazonas)

Professor Mario Ayala (Universidad de Buenos Aires)

Professora Martha Célia Ramírez-Gálvez (Universidade Estadual de Londrina)

Professor Ricardo Mayer (Universidade Federal de Santa Maria)

Professora Silvana de Souza Nascimento (Universidade de São Paulo)

PARECERISTAS DO VOLUME

Adriane Cristina Benedetti (Doutoranda em Desenvolvimento Rural na Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Alexandre Branco (Mestrando Antropologia Social do PPGAS/UFSCAR)

Aline Ramos Barbosa (Doutora em Ciências Sociais do PPGCS/UNESP-Marília).

Ana Gretel Echazú (Professora Adjunta no Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Rio Grande do Norte)

Dulce Ferraz (Doutora em Saúde Coletiva pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo)

Jéverton Soares dos Santos (Doutorando em Filosofia Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

Lecy Sartori (Pós-doutoranda na Universidade Federal de São Paulo no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências da Saúde)

Marcela Spinardi Cintra (Mestre em Psicologia Social e Saúde Pública pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas)

Paulo Menechelli Filho (Doutorando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília)

Sabrina Parracho (Pesquisadora Associada da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Professora Adjunta da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Simone Bastiela (Mestre em Estudos Étnicos e Africanos na Universidade Federal da Bahia)

Tamiris da Silva Cantares (Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas)

Thais Valim (Mestranda em Antropologia Social pelo PPGAS/UFRN)

Victor Augusto Lage Pena (Mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto)



Textos Graduados
Número 1 | Volume 6

Antropologia e Saúde Mental

Revista Textos Graduados – Número 1, Volume 6, Janeiro 2020

7 Editorial.

10 Dossiê e Entrevista.

11 Apresentação - Antropologia e Saúde Mental.

Soraya Fleischer

36 Carta à editora: Explicando minha depressão.

50 As possíveis causas do sofrimento de estudantes da graduação e pós-graduação da Universidade de Brasília.

Ana Beatriz Abou Said

Gabriela Rosa Dias de Freitas

68 As percepções da comunidade acadêmica sobre os meios de transporte para frequentar a Universidade de Brasília.

Julia Lucia Helena Lauriola

95 “Não dá pra discutir política sem ter medo”: Narrativas de estudantes universitários durante o período eleitoral de 2018.

Ana Claudia Knih de Camargo

Gabriel Sousa Gonçalves

112 Estratégias e vivências dos sujeitos diante do mal-estar mental na Universidade de Brasília (UnB).

Gabriela Sabadini

Renata Leal

133 Sugestões criativas dos estudantes da UnB para o bem-estar mental: Das experiências sociais de quem vive a universidade.

Fabiana Motta

Flávia Lima

147 Entrevista - Saúde Mental com Enrique Bessoni.

175 Artigos Multidisciplinares.

176 O caráter Messiânico dos Movimentos Sociais Rurais Brasileiros.

Bianca Vicêncio Leis

206 Métodos Contraceptivos Hormonais: Questões de Gênero e Impacto na Saúde Física e Mental.

Marina Caricatti Rodrigues

228 Comunidades quilombolas: elementos básicos para a compreensão de suas problemáticas jurídicas, antropológicas e sociais.

Daniel de Almeida Ferreira

Felipe da Cruz Rocha

Hellen Priscilla das Virgens Santana

Ruama Mascarenhas Lopes

245 O papel da Bossa Nova na Política Externa brasileira (1958 - 1964): expressões do “país do futuro”.

Daniel Cunha Rego



Editorial

Editorial

Nós, do Corpo Editorial da Revista Textos Graduados, apresentamos com muita satisfação mais uma edição desta Revista. O volume 6, número 1, de 2020, traz o Dossiê “Antropologia e Saúde Mental”, organizado pela professora Dra. Soraya Fleischer, do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. Este Dossiê é fruto de artigos acadêmicos construídos por alunos da Disciplina “Antropologia da Saúde”, que teve como foco uma investigação qualitativa acerca do tema da saúde mental na universidade. Além dele, com intuito de enriquecer a discussão da nossa Revista, incorporamos nesta publicação as contribuições de outras áreas do conhecimento, tais como: Agronomia, Relações Internacionais e Psicologia. Assim, consolidamos temáticas multidisciplinares a fim de reforçar a ideia do diálogo entre as Ciências Sociais e disciplinas outras.

A presente edição da Revista Textos Graduados está dividida em duas seções, na primeira encontramos o Dossiê

com apresentação, carta à editora, cinco artigos e uma entrevista. A segunda seção, traz quatro artigos de temáticas variadas. Nesta, iniciamos com “O caráter messiânico dos movimentos sociais rurais brasileiros” escrito pela graduada em Ciências Sociais, Bianca Vicêncio Leis. O trabalho faz uma comparação a respeito dos elementos messiânicos presentes em três movimentos brasileiros: Canudos, Contestado e o Movimento dos Trabalhadores Rural Sem Terra (MST).

Em seguida, Mariana Caricatti Rodrigues, graduada e mestranda de Psicologia, nos apresenta o trabalho “Psicologia, políticas públicas e métodos contraceptivos”, no qual traça uma análise da concepção de mulher - considerando intersecções de gênero, raça e classe - em nossa sociedade e expõe o contexto do surgimento dos contraceptivos hormonais no Brasil, a fim de observar o impacto físico e psicológico do uso desses métodos.

Outro artigo, intitulado “Comunidades quilombolas: elementos básicos para a compreensão de suas problemáticas jurídicas, antropológicas e sociais” foi escrito em



colaboração entre estudantes de graduação em Agronomia, são eles: Daniel de Almeida Ferreira, Felipe da Cruz Rocha, Hellen Priscilla das Virgens Santanna e Ruama Mascarenhas Lopes. Nesta produção conjunta, são expostas as problemáticas em torno dos territórios quilombolas nas dimensões jurídica, da ciência e do senso comum. A intenção é demonstrar a falta de reconhecimento, a ineficiência prática das leis que os regem e a falta de colaboração prática da ciência para conscientização da importância dos povos tradicionais.

Na última contribuição, o graduando em Relações Internacionais, Daniel Cunha Rego nos apresenta “O papel da Bossa Nova na Política Externa brasileira (1958 - 1964): expressões do “país do futuro”. O objetivo do artigo consiste em identificar como o gênero musical Bossa Nova e política externa podem estar ligadas e revelam ideias políticos do período de 1958 a 1964, tais como a noção de modernidade, desenvolvimentismo e divulgação internacional.

Finalmente, o Corpo Editorial da Revista Textos

Graduados agradece a colaboração de todos e todas as autoras. Principalmente, expõe seus agradecimentos à professora e às alunas pela proposta corajosa do Dossiê, visto que debater sobre saúde mental no contexto atual faz-se necessário e urgente. As vivências aqui trazidas estão dentro do contexto da Universidade de Brasília, entretanto, refletem uma pluralidade de fenômenos que tange toda a sociedade e principalmente, estudantes universitários/as brasileiros/as.

É com grande entusiasmo que nós abrimos espaço para nossas colegas exporem trabalhos tão primordiais para a Universidade e extremamente relevantes para a sociedade. Nas próximas páginas poderão desfrutar da apresentação deste Dossiê e ler os artigos publicados. Então, em conjunto, damos voz ao Dossiê!

Corpo Editorial da Revista Textos Graduados





Dossiê e Entrevista

Antropologia e Saúde Mental

Soraya Fleischer*

*Professora do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília.

1 Uma homenagem [1]

O ano de 2018 foi bastante duro para o Departamento de Antropologia na Universidade de Brasília. Não estou me referindo aos cortes orçamentários e à invalidação generalizada que vem se alastrando em relação à ciência produzida no país. Isso tudo é muito difícil, sem dúvida. Mas faço alusão a algo muito mais dolorido, mais intenso e triste. Refiro-me à partida de dois de nossos jovens estudantes, Letícia da Silva Lisboa (conhecida como Elly) e Wallace Coelho de Souza.

Em junho, do alto da caixa d'água de um grande prédio de salas de aulas no Campus Darcy Ribeiro, Elly lançou-se ao

infinito. O prédio fica localizado logo abaixo do nosso, onde está o Departamento de Antropologia. Era o início da tarde, eu estava entrando para uma reunião de meu grupo de pesquisa e, do mezanino de nosso prédio, podíamos vê-la de pé, vestida toda de preto com seus cabelos azuis sendo soprados pelo vento. Ali ficou firme, por várias horas, sob as tentativas de dissuasão por parte de professoras, colegas, psicólogas e bombeiros. Em julho, Wallace seguiu a mesma decisão a partir da plataforma da Rodoviária, localizada no coração da capital federal. Era o início do dia, eu estava num seminário de Antropologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. A notícia me chegou minutos depois, por mensagem de celular, enviada por uma querida colega de Departamento.

Começo essa apresentação nomeando, lembrando e homenageando a existência de Elly e Wallace. Conecto propositalmente suas vidas com a minha, com a de meu local de trabalho, com a nossa universidade e cidade. Os cabelos azuis



dela, os olhos verdes dele, as suas cores e personalidades que ajudam a marcar a minha memória, que ajudam a vivificar meu luto e pesar. Eram jovens, tiveram vontade de conviver pela universidade, manifestaram interesse pela Antropologia. Compartilharam comigo, com minhas colegas e com as demais estudantes as salas de aula, os gabinetes, as secretarias, o restaurante universitário, as bibliotecas, as lojas de xerox, os ônibus, as calçadas e caminhos arborizados de nosso campus. Estiveram ali e nos ofereceram sua presença e curiosidade pelo mundo. Deixaram suas histórias, certamente deixarão muitas saudades.

2 Uma criação

Notei rapidamente como o abatimento chegou às minhas estudantes. A passagem dos dois colegas era assunto sussurrado pelos corredores, chorado pelos cantos. Difícil falar da partida, ainda mais de suicídio. Nossas fragilidades se expunham coletivamente e com mais força. Eu

não gostaria que o silêncio nem a solidão fossem as únicas formas de sentir tudo isso. Foi então que decidi desenhar um curso sobre saúde mental. Era uma forma, a um só tempo, de abirmos espaço de reflexão, no espírito do que melhor a universidade pode oferecer, e de podermos, sempre que surgisse a necessidade, falar e lembrar de Elly e Wallace, do interesse que eles também tiveram pela Antropologia.

Foi assim que, no segundo semestre de 2018, ofereci uma disciplina pensada a partir do grande quadro da Antropologia da saúde e com um tema mais circunscrito, “Antropologia e saúde mental” [2]. 28 estudantes, 25 moças e 3 rapazes, se matricularam. Optei por não abordarmos o assunto apenas de modo passivo, simplesmente absorvendo o que a área já tinha produzido sobre o tema. Pareceu-me importante também nos movimentarmos, sairmos da sala de aula para perceber, a partir do olhar antropológico, como andava a saúde mental de nossa comunidade universitária. A solução que encon-



trei foi fazer uma pesquisa coletiva dentro dessa disciplina. Por um lado, eu ofereceria à turma a chance de conhecer o assunto de modo teórico e prático e, por outro, também de aprender a realizar uma pesquisa, habilidade importante na formação em Ciências Sociais. Seriam vários aprendizados a um só tempo. Desse modo, perpassamos, desde o início da disciplina, todas as etapas que compõem um projeto de pesquisa que, no caso, foi intitulado pela turma como “Conhecendo o bem-estar mental na UnB”. Esse título já refletiu o amadurecimento de nossas discussões bibliográficas pois, propositalmente, preferimos evitar “doença”, “adoecimento”, “patologia”, “distúrbio”, “anormalidade”, “desvio mental” e termos similares. Todos podem carregar, historicamente, diferentes facetas de estigma, bio/medicalização, discriminação.

Nessa Apresentação, meu objetivo é duplo: descrever a condução dessa disciplina e apresentar o Dossiê que, como principal produto acadêmico da disciplina “Antropologia e saúde

mental”, agora vem a público na revista *Textos Graduados*.

Primeiro, a turma se dedicou a buscar, em vários bancos de dados, diretórios de pesquisa, bases de periódicos, um conjunto de artigos, livros e bibliografia sobre a interface da Antropologia com a saúde mental. Cada estudante se responsabilizou por trazer para a aula três referências anotadas de modo completo em pedaços separados de papel. Na maior parede da sala, fixamos todos esses pedaços em ordem cronológica. Assim, a turma pôde observar como algumas referências foram mais fáceis de encontrar e, dada a repetição, talvez nos indicassem sua centralidade na literatura. Também observamos que, com o passar do tempo, só se ampliou a diversidade de autoras, cenários e focos das pesquisas. Indicando o crescimento do tema dentro da Antropologia, das Ciências Sociais.

Demos um passo para trás, miramos o primeiro resultado de nosso esforço coletivo e, daquele bonito panorama de pedacinhos de papel, fui lhes ajudando a desenhar uma prioridade



de leitura. Era preciso, a um só tempo, que elas conhecessem referências mais clássicas e também contemporâneas; referências anteriores e posteriores à Reforma Psiquiátrica; referências, ao redor do país, das equipes de pesquisa mais antigas que têm se dedicado ao tema e das pesquisadoras mais recentes e jovens na carreira; temas mais e menos estudados e suas respectivas lacunas esperando novos entendimentos e análises etc.

Segundo, propositalmente, eu não levei nada pronto na primeira aula e foi essa lista bibliográfica prioritária que compôs o programa da disciplina (Anexo 1). Todas as demais referências foram anexadas como leitura complementar para quem quisesse se aprofundar posteriormente. Passamos um mês debruçadas sobre essa literatura, sorvendo o que as pesquisadoras haviam escrito antes de nós, registrando os conceitos centrais e conhecendo dados etnográficos provindos de várias partes do país. A turma leu todos os textos e cada estudante se responsabilizou por fichar dois deles e subir os fichamentos para um sistema de

arquivamento virtual (uma “nuvem”, como eles chamam) criado especialmente para o nosso projeto de pesquisa. Disponibilizados dessa forma, toda a turma poderia se beneficiar dos fichamentos. Adotamos um padrão para nomear esses arquivos e para produzir esses fichamentos; eu ia lhes mostrando como a organização dos materiais é passo importante numa pesquisa.

Terceiro, estávamos devidamente informadas por, ao menos, um estado da arte inicial e prontas para discutir questões atuais sobre a saúde mental em nossa universidade, mais particularmente, em nosso campus [3]. Estávamos prontas para começar a pesquisa empírica. A ideia era realizar entrevistas curtas com diferentes pessoas que frequentam o espaço da UnB e compõem a comunidade universitária. Para tanto, a turma passou à formulação da versão inicial de um roteiro de perguntas. Sabíamos que as pessoas teriam somente alguns minutos para conosco conversar, já que muito provavelmente estariam em trânsito ali ao nosso redor.



Então, o roteiro não poderia ser muito longo ou ambicioso. A turma debateu diferentes questões, sua ordem, sua intensidade, suas repercussões, seus possíveis mal/entendimentos.

Decidimos que, antes de qualquer pergunta, seria importante apresentar a cada potencial entrevistada o projeto de pesquisa, a disciplina que o contextualizava, a dupla de entrevistadoras e a professora responsável. Além disso, foi construído um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 2) e a ser assinado pelas duas partes. Uma via permaneceria com a pessoa entrevistada e a outra comporia o acervo do projeto. No TCLE, havia meu contato pessoal, como coordenadora do projeto. Também nesse documento, aproveitamos para convidar a interlocutora a vir conhecer os resultados da pesquisa e, por isso, incluímos o dia, horário e sala de aula onde os artigos seriam apresentados ao final do semestre. (Infelizmente, não recebemos a visita de nenhuma das entrevistadas). No verso do TCLE, incluímos uma lista

de contatos de serviços de amparo à saúde mental na UnB, tanto ambulatoriais quanto emergenciais, pois reconhecíamos que o tema poderia, porventura, esbarrar em sensibilidades que precisassem de algum apoio profissional e/ou terapêutico.

Como realizar todas as etapas de uma pesquisa era uma novidade para a grande maioria da turma, eu queria evitar que a solidão lhes paralisasse, frustrasse, desanimasse. Ao contrário, apostei na circulação da ajuda-mútua, da solidariedade e empatia entre as estudantes, também como uma estratégia de fortalecer a saúde mental de cada uma ali. Por isso tudo, a partir do momento das entrevistas, a turma se organizou em duplas, mas incentivei que as discussões sobre as etapas subsequentes da pesquisa também fossem trazidas para a roda na sala de aula. “A aposta geral”, como indiquei no Programa da disciplina, foi “no trabalho coletivo, uma estudante amparando e aprendendo com a outra”.

Assim, em dupla, partiram para pré-testar o instrumento.



Depois do pré-teste, voltamos à sala de aula com vários revezes: algumas respostas das interlocutoras foram evasivas e pouco claras, indicando a imprecisão do roteiro; algumas perguntas se mostraram muito amplas ou muito induzidas, exigindo que comunicássemos melhor nossa intenção; outras informações precisaram ser incluídas etc. Do pré-teste, a turma chegou a uma segunda e mais amadurecida versão do roteiro, com o qual sentiram mais firmeza (Anexo 3). Iam, pouco a pouco, se apropriando do feito e da realização da pesquisa desenhada pelo grupo.

Quarto, utilizando o novo roteiro, 52 entrevistas foram conduzidas ao longo de três saídas de campo, sempre durante o horário da aula. Cada dupla deveria entrevistar duas a três pessoas, sempre alternando entre sexo, cor da pele, idade, grupo de pertencimento (técnicas, professoras, estudantes, visitantes ou trabalhadoras do campus). Visávamos uma diversidade que refletisse minimamente a comunidade da UnB, embora o estudo não tivesse pretensões de representatividade estatística.

Ainda assim, do total, conhecemos: 40 estudantes (38 de graduação e 2 de pós-graduação), 5 servidoras administrativas, 5 profissionais terceirizadas, 2 vendedoras ambulantes e nenhuma professora. O horário de aulas, uma rotina mais intensificada e a hierarquia percebida entre discentes e docentes foram as principais dificuldades para conseguir encontrar, abordar e convidar professoras para participar da nossa pesquisa.

No presente Dossiê, essa ausência do material empírico sobre o corpo docente se reflete no foco que os artigos deram à vivência universitária do corpo discente. O aluna-do, de graduação e pós-graduação, representa cerca de 88% da comunidade da UnB [4]. Portanto, como a maior fatia da comunidade universitária e como o principal público que justifica a missão de uma universidade, julgo ser relevante conhecermos como anda a saúde mental de nossas estudantes na UnB. Das 40 estudantes entrevistadas, 19 eram do sexo feminino, 21, do masculino. Estavam entre os 18 e 31 anos de



idade. Cerca de um terço morava em regiões administrativas mais centrais do Distrito Federal, o que geralmente equivale a uma renda familiar um pouco mais alta. 27 pessoas se autodeclararam pardas ou negras. E as 40 estudantes estavam matriculadas em cursos de todas as áreas, com mais ênfase nas Ciências Humanas e isso pode se dever ao fato de nossa sala de aula estar localizada na porção norte do campus, que concentra os departamentos e espaços das Humanidades.

As entrevistas foram gravadas em áudio e posteriormente foram transcritas integralmente pela dupla de estudantes, bem como um diário de campo foi escrito individualmente por cada estudante. Aprendíamos que a gravação pode deixar de fora uma infinidade de elementos e informações não verbais, desde, por exemplo, o gestual e as emoções silenciosas por parte da entrevistada, até as impressões, desconfortos e aprendizados por parte da entrevistadora. Eu lhes mostrava como informações diferentes e potencialmente complemen-

tares constam das transcrições e dos diários de campo. Tudo isso foi disponibilizado na nuvem, com a ressalva de que os diários, sempre tão pessoais, só fossem compartilhados em suas versões editadas, versões em que autora e demais pessoas mencionadas no diário não se sentissem constrangidas de nenhum modo ao serem lidas pelas colegas. Assim, a nuvem nos ajudou a reunir, em um único lugar, os fichamentos dos textos lidos, as sucessivas versões do instrumento de pesquisa, os arquivos de áudio, as transcrições das entrevistas, os diários de campo e depois os artigos científicos.

Quinto, as transcrições e os diários foram lidos e debatidos em sala de aula. Os dados iam nos recordando de textos e autoras que havíamos lido no início do semestre. Por vezes, assemelhavam-se aos resultados publicados pelas colegas de outras universidades; por vezes, percebíamos que nossos dados preenchiam lacunas e sugestões deixadas por elas, numa clara complementação e avanço na produção antropológica. Ao ler o material na íntegra, as duplas conheceram as entrevistas em



profundidade e também em transversalidade e começaram a ensaiar as primeiras análises. Eu também li todas as entrevistas e deixei comentários, sugestões de análises e indicações de trechos particularmente expressivos nas respostas das entrevistadas. Todo esse esforço coletivo contribuiu para que hipóteses, ensaios e reflexões analíticas pipocassem durante nossas aulas.

Sexto, foi a partir dessa intensa troca de ideias que cada dupla começou a desenhar um tema para orientar a escrita do artigo, produto esperado como trabalho final da disciplina. A ideia é que praticassem a escrita do tipo de texto que mais comumente nos é exigido na produção acadêmica. A proposta do tema foi elaborada em uma página. A turma leu e comentou criticamente todas as propostas, o que serviu para amadurecer a ideia central e tornar a escrita mais fortalecida. Em seguida, a dupla escreveu a quatro mãos o artigo, observando o limite de 10 páginas. Sugeri que trabalhássemos inicialmente com um formato reduzido, permitindo ainda algum espaço para que

pudesse crescer diante dos comentários e sugestões que a turma oferecesse na etapa seguinte. Todos esses artigos também subiram à nuvem para que pudessem ser lidos coletivamente.

Sétimo, organizei um cronograma de apresentações nos moldes de um Grupo de Trabalho de um congresso acadêmico. A cada aula, tivemos cinco duplas. Em 15 minutos, cada par de estudantes apresentou como foi desenvolvido o tema do artigo, que recorte empírico foi feito a partir do conjunto de entrevistas, como se desenvolveu o processo de escrita e seus principais resultados. Poderiam optar por diferentes modos de apresentação: uma exposição oral, um conjunto de slides, diagramas desenhados na lousa, um prospecto resumido a ser entregue à turma, por exemplo. Designei um dupla para oferecer feedback a outra, assim todas as estudantes ocuparam diferentes posições, de apresentar, de perguntar, de ouvir, de responder. Eu complementei o debate com questões que não tivessem sido elencadas pela turma. E, por fim, como de costume, o debate foi aberto e a turma toda pôde dirigir perguntas, sugestões e cor-



reções a cada artigo ou na forma de comparações e alinhavos entre eles. Todas nos esforçamos por encontrar pontos em comum, esboçar conceitos mais amplos, conectar as experiências e os dados. Notei que muitas estudantes seguiram minha sugestão de ler essa produção antes das apresentações para melhor conhecer os artigos e desfrutar mais plenamente do debate.

Oitavo, as autoras tiveram tempo para incorporar as ideias que tivessem julgado pertinentes durante nosso “GT” caseiro. Uma vez finalizado o semestre letivo e a disciplina, li e comentei todos os artigos. Escolhi os mais robustos e criativos. As autoras escolhidas tiveram um tempo, durante as férias de verão (2018-2019), para aprimorar seus textos. Eu fiz uma nova leitura dessa versão revisada e sugeri os últimos acertos. Enquanto isso, a *Textos Graduados* tinha muito gentilmente acolhido a proposta do Dossiê e desenhado um cronograma de trabalho para sua publicação. Os artigos, finalizados pelas autoras, foram enviados ao periódico, avaliados por parece-

ristas externos e em regime de duplo-anonimato, devolvidos para revisão final por parte das autoras e, voilá!, publicados.

3 Um Dossiê

O Dossiê que ora apresento é composto por sete peças, a saber: uma carta, cinco artigos e uma entrevista.

Ele é aberto de um modo propositalmente lírico e, ao mesmo tempo, intenso. Julia Leite, ao longo da disciplina “Antropologia e saúde mental”, foi construindo um outro tipo de texto. Seu objetivo foi traduzir sua prolongada experiência com a depressão para ser melhor compreendida pelas suas colegas, mas sobretudo pelas suas professoras. De relato pessoal, esse texto foi transformado em “Carta à Editora da Revista *Textos Graduados*”. Eminentemente em primeira pessoa, ele tem o potencial de nos transportar para bem mais perto do sofrimento mental de nossas estudantes. Temos a chance de ver, sentir e entender um pouquinho melhor como seus estados psíquicos e



afetivos lhes impactam no cotidiano, inclusive aquela porção do dia vivida dentro do campus universitário. Julia é corajosa e generosa ao nos convidar para vislumbrar o seu mundo, apostando que conhecer é o primeiro passo para aceitar, acolher e respeitar.

Em seguida, o Dossiê conta com um conjunto de seis artigos. Ana Beatriz Said e Gabriela Rosa D. de Freitas trazem as diversas e principais causas que foram apontadas pelas 40 estudantes entrevistadas para seu sofrimento psíquico/mental. As autoras elencam e analisam um conjunto de fatores que podem estar afetando negativamente o bem-estar mental dessas pessoas da UnB.

Julia Lucia Helena Lauriola escolheu valorizar a recorrência com que as entrevistadas, de todos os setores da comunidade universitária, mencionaram os meios de transporte utilizados para chegar ao campus. Má qualidade dos veículos e das vias urbanas, horários e paradas desencontradas, má organização da frota para servir quase 50.000 pessoas que precisam chegar aos

quatro campi da UnB foram alguns dos aspectos mencionados. A viagem que essas pessoas precisam empreender para chegar ao local de trabalho e estudos ocupa muitas horas de seu dia. A autora reforça como a saúde mental pode também ser abalada por algo tão cotidiano como a cidade, suas ruas, seus transportes.

Ana Claudia Knih de Camargo e Gabriel Sousa Gonçalves estiveram sensíveis para o momento em que essa disciplina e essa pesquisa aconteceram. Era justamente o semestre das últimas eleições presidenciais e, para muitos grupos que frequentam diariamente a universidade, os discursos do candidato eleito já eram recebidos com terror e mote de instabilidade da saúde mental. As narrativas analisadas pela dupla nos mostram como esse medo surge, cresce e afeta a convivência no campus.

Os dois últimos textos, deixados propositalmente como fechamento do bloco de artigos, descrevem as atitudes, as estratégias, as formas de atentar e zelar pela saúde mental individual e coletiva. Gabriela Sabadini e Renata Leal



atentaram para as menções feitas pelas entrevistadas sobre os serviços oficiais e a outras formas de apoio ao bem-estar mental que são acessadas dentro ou fora da universidade. Como usuárias desses serviços, elas são uma importante fonte de feedback sobre sua qualidade e limites. Já Fabiana Motta e Flávia Lima apontam para as criativas soluções que têm sido inventadas para estabilizar e cuidar da saúde dentro da universidade. A proposta pretendeu “dar voz às pessoas que vivenciam a universidade, considera[r] também com seriedade as experiências por que elas passam e o que elas têm a contribuir para o bem-estar mental na universidade”.

Uma pessoa que acompanhou o desenho da disciplina “Antropologia da saúde mental” foi o psicólogo e psicanalista Enrique Bessoni. Ele havia sido meu aluno no semestre anterior, numa disciplina que eu havia oferecido no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Também acompanhou de perto a partida de nossos dois estudantes, Elly e

Wallace. E foi com ele que primeiro comecei a trocar ideias sobre essa disciplina que eu desejava oferecer na graduação. Enrique foi central para me ajudar a pensar as delicadezas do tema nesse momento e as cautelas éticas e afetivas necessárias, a identificar uma rede de apoio psíquico disponível na UnB e, inclusive, não esquecer do autocuidado que eu precisava também praticar durante o semestre. Sua experiência clínica, com pacientes em sofrimento mental e vivência de ideação suicida, foram importantes para me amparar na condução da disciplina bem como na convivência diária com minhas estudantes de modo geral. Por conta disso tudo, sugeri que o presente Dossiê ganharia ao conhecer sua trajetória, sua perspectiva sobre o sofrimento mental nesses tempos de fascismo e ultradireita no poder e, mais importante, suas sugestões para não largarmos as mãos umas das outras. Barbara Cristielle Santos Silva e Sasha Santos Batista, duas estudantes que também participaram da disciplina, aceitaram o convite para



entrevistar, transcrever e editar a versão final da entrevista.

No total, 12 estudantes de graduação e um estudante de pós-graduação investiram seus esforços para, ao longo de todo o ano de 2019, produzir esse Dossiê “Antropologia e saúde mental”. Que as informações, opiniões e histórias que as 52 pessoas entrevistadas generosamente compartilharam conosco alarguem o entendimento sobre a nossa comunidade acadêmica. Que a energia e inspiração depositadas nessa caminhada acadêmica continuem a nos encorajar a refletir sobre nosso bem-estar, inclusive em sua face mental, emocional e psíquica, durante os intensos anos de formação e profissionalização. Que essa experiência de pesquisa seja apenas a primeira para essas estudantes, despertando-lhes a curiosidade científica fundamental para as próximas empreitadas intelectuais e investigativas. E, mais do que tudo, que consigamos transformar esse trabalho todo numa singela homenagem aos nossos queridos Elly e Wallace.

Notas

[1] Agradeço às estudantes de graduação que aceitaram a proposta dessa disciplina, a todas as pessoas que concordaram em participar de nossa pesquisa, ao Enrique Bessoni por me insuflar de coragem e à Giovana Tempesta que atentamente leu e ajudou a ajustar o tom dessa Apresentação.

[2] Essa disciplina era do tipo “optatória”, como chamamos informalmente. Não é em si obrigatória, mas, como parte de um conjunto de várias disciplinas temáticas, a estudante deve escolher e cursar um número mínimo dessas disciplinas ao longo de sua graduação. Para se matricular em uma “optatória”, é preciso já ter concluído outras duas disciplinas “obrigatórias” e subsequentes, a saber, “Introdução à Antropologia” e “Teoria Antropológica 1”. Com isso, a turma tinha estudantes localizados no começo (terceiro semestre) e no meio (quarto, quinto, sexto semestre) do curso de graduação em Ciências Sociais.

[3] Embora a UnB conte com quatro campi no território do Distrito Federal, optamos por centrar a nossa pesquisa no campus Darcy Ribeiro, onde está localizado o DAN e a sala de aula onde aconteceu essa disciplina. Reconheço que os resultados sejam parciais e limitados, dando conta apenas de algumas realidades e especificidades próprias desse campus. Mas eu queria que todas as atividades da pesquisa acontecessem



durante o horário da aula (segundas e quartas-feiras, de 14h às 16h), evitando onerar a turma com atividades realizadas extraclasse. Sobretudo, eu quis privilegiar o nosso encontro e o trabalho coletivo e, para tanto, era na sala de aula que a preparação para e o retorno da entrevista deveria acontecer. [4] No ano de 2018, a UnB contou com quase 40.000 estudantes de graduação e quase 9.000 estudantes de pós-graduação (UnB, 2018: 26). Ver o Anuário Estatístico da UnB, http://www.dpo.unb.br/images/phocadownload/unbem-numeros/anuarioestatistico/Anurio_Estatstico_2018.pdf.



ANEXO 1

Departamento de Antropologia/UnB

Antropologia da saúde (135313)

Segundas e quartas-feiras, 14h15 às 15h50 (2018.2)

Profa. Soraya Fleischer (fleischer.soraya@gmail.com)

Onde chegar: A saúde sempre foi um tema na antropologia. Desde seus primórdios, no século XIX, quando médicos se converteram nos primeiros antropólogos (como William R. H. Rivers, por exemplo); folcloristas se interessaram pela saúde popular (Alceu Maynard Araújo e D. Cabral); xamãs e curandeiras/os se converteram em interlocutoras/es centrais das pesquisas (como Quesalid para Claude Levi-Strauss); até mais recentemente quando antropólogos/as foram ajudar a constituir os cursos de saúde coletiva no Brasil (como Ana Maria Canesqui, Maria Cecília Donnangelo); assumir assentos em organismos inter/nacionais da saúde (como Ondina Fachel Leal na OMS, Ximena Pamela Bermudez na OPAS e Dora Porto no CFM); ou construir leis e políticas públicas de saúde (como Debora Diniz no STF). Foram muitos temas cobertos pela antropologia da saúde, até então. Nos últimos 15 anos, a área tem atentado para a saúde mental, já tema de interesse de

outras disciplinas, mas relativamente recente na antropologia. Nesse curso, o objetivo é conhecermos, lendo e fazendo, como a saúde mental pode se tornar um tema dentro da área e como a antropologia pode contribuir para elencar fenômenos muito atuais sobre a saúde mental e avançar nesse caminho.

Como chegar: Passaremos um tempo buscando, lendo, discutindo e escrevendo sobre um conjunto recente de textos sobre o tema da saúde mental, para conhecer o estado da arte da antropologia brasileira nesse sentido. Depois, construiremos um experimento de pesquisa sobre saúde mental no campus Darcy Ribeiro/UnB tanto para conhecer e avaliar os serviços disponíveis e demandados de saúde mental quanto para aprender como desenhar e executar uma pesquisa coletiva.

Como avaliar onde e como se chegou: A sala de aula será um espaço de encontro central, onde muito do conhecimento será produzido coletivamente. Muitas aulas gerarão produtos para a continuidade do curso. Algumas atividades serão feitas em casa, como a leitura, a escrita, a reflexão etc., e serão trazidas para a sala de aula na forma de outros produtos, que também vão contribuir para o curso avançar. A aposta é no trabalho coletivo, uma estudante amparando e aprendendo com a outra.



Os produtos serão: busca bibliográfica, resenha bibliográfica, roteiro de perguntas, observação, tabulação de dados, transcrição de entrevistas, diários de campo, proposta de tema de trabalho final, trabalho final e seminário de apresentação dos trabalhos finais. A menção final na disciplina será composta da seguinte maneira:

- Presença, participação e contribuição para uma boa convivência: 25%
- Pequenos produtos (busca bibliográfica, resenha bibliográfica, roteiro de perguntas, observação, tabulação de dados, transcrição de entrevistas, diário de campo): 50%
- Grandes produtos (proposta de tema de trabalho final, trabalho final e seminário de apresentação dos trabalhos finais): 25%

Meses	Datas	Atividades
Agosto	15 e 20/08	Conhecer a turma e a professora e considerar a ideia e o programa
	22/08	Busca e planejamento bibliográficos
Setembro	27 e 29/08, 03 e 05/09	Leituras: textos clássicos sobre saúde mental na antropologia brasileira

Meses	Datas	Atividades
	10, 13, 17 e 19/09	Leituras: textos contemporâneos sobre saúde mental na antropologia brasileira
	24/09	Leituras: textos contemporâneos sobre saúde mental na antropologia brasileira
	26/09	Escrita da revisão bibliográfica
Outubro	01/10	
	03/10	
	08/10	Entrega e leitura cruzada da revisão bibliográfica
	10/10	Discussão da revisão bibliográfica
	15/10	Preparo do roteiro de pesquisa
	17/10	Pesquisa de campo – Etapa 0, pré-teste do roteiro de pesquisa



Meses	Datas	Atividades
	22/10	Avaliação e ajuste do pré-teste do roteiro de pesquisa
	24/10	Pesquisa de campo – Etapa 1
	29/10	Pesquisa de campo – Etapa 1
	31/10	Avaliação da pesquisa de campo – Etapa 1
Novembro	5/11	Transcrição/Tabulação dos dados da Etapa 1
	7/11	Discussão dos dados à luz dos textos lidos e revisados
	12 e 13/11	Discussão dos dados à luz dos textos lidos e revisados
	14/11	Apresentação dos temas do trabalho final (um parágrafo)
	19/11	Entrega e leitura cruzada da primeira versão do trabalho final

Meses	Datas	Atividades
	21 e 26/11	Seminário de apresentações da versão final do trabalho final
	28/11	Avaliação do curso

Cronograma de leituras

1 CLÁSSICOS

FOUCAULT, Michel. O nascimento da clínica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994 [1963].

GOFFMAN, Irving. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Perspectiva, 2014 [1974].

EISENBERG, Leon. “The social construction of mental illness”. *Psychological Medicine* 18, 1988, pp. 1-9.

2 REFORMA PSIQUIÁTRICA BRASILEIRA

AMARANTE, Paulo. Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1998.

PITTA, Ana Maria Fernandes. “Um balanço da reforma psiquiátrica brasileira: instituições, atores e políticas”. *Ciência e saúde coletiva* 2011, 16(12), pp.4579-4589. <http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n12/02.pdf>



3 CLÁSSICOS BRASILEIROS

27/08: VENANCIO, Ana Teresa A. e CASSILI, Janis Alessandra P. “A doença mental como tema: uma análise dos estudos no Brasil”. Espaço Plural XI(22), 2010, pp. 24-34. erevista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/4831/3699

29/08: DUARTE, Luiz Fernando Dias. “A outra saúde: mental, psicossocial, físico-moral?”. In ALVES, Paulo César e MINAYO, Maria Cecília de Souza (Orgs.). Saúde e doença: Um olhar antropológico. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994, pp. 83-91. <https://static.scielo.org/scielobooks/t dj4g/pdf/alves-8585676078.pdf>

DUARTE, Luiz Fernando Dias. “Indivíduo e pessoa na experiência da saúde e da doença”. Ciência e saúde coletiva 8(1), 2003, pp.173-183. <http://www.scielo.br/pdf/csc/v8n1/a13v08n1.pdf>

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Da vida nervosa (nas classes trabalhadoras urbanas). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

RUSSO, Jane. “Uma leitura antropológica do mundo psi”. Mnemosine 1(0), 2004, pp. 38-43. http://www.mnemosine.com.br/ojs/index.php/mnemosine/article/viewFile/19/pdf_5

03/09: RABELO, Miriam Cristina. “Narrando a doença mental no Nordeste de Amaralina: relatos como realizações práticas”. In RABELO, Miriam Cristina; ALVES, Paulo César; SOUZA, Iara Maria. Experiência de doença e narrativa. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999, pp. 75-88.

ALVES, Paulo César. “O discurso sobre a enfermidade mental”. In ALVES, Paulo César e MINAYO, Maria Cecília de Souza (Orgs.). Saúde e doença: Um olhar antropológico. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994, pp. 91-100. <https://static.scielo.org/scielobooks/t dj4g/pdf/alves-8585676078.pdf>

CAROSO, CARLOS; RODRIGUES, NÚBIA; ALMEIDA-FILHO, Naomar. “Manejo comunitário em saúde mental e experiência da pessoa”. Horizontes Antropológicos, 4(9), 1998, pp. 63-83. <http://www.scielo.br/pdf/ha/v4n9/0104-7183-ha-4-9-0063.pdf>

CAROSO, CARLOS; RODRIGUES, NÚBIA. “Doença mental crônica e tecnologias comunitárias de manejo terapêutico”. In Carlos Caroso (Org.). Cultura, tecnologias em saúde e medicina: perspectiva antropológica. Salvador: EDUFBA, 2008, pp. 199-213.

05/09: SILVEIRA, Maria Lucia da. O nervo cala, o nervo fala: a linguagem da doença. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.



MALUF, Sonia; TORNQUIST, Carmen Susana. “Nervos e nervosas no contexto das aflições contemporâneas: entrevista com Maria Lucia da Silveira”. In S. MALUF, S. W.; TORNQUIST, C. S. (Orgs.). *Gênero, saúde e aflição: abordagens antropológicas*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010, pp. 441-457. http://transes.paginas.ufsc.br/files/2014/10/GENERO-SAÚDE-AFLICAÇÃO_livro.pdf

HITA, Maria Gabriela. “Identidade feminina e nervoso: Crises e trajetórias”. In ALVES, P.C.; e RABELO, M.C. (Orgs.). *Antropologia da saúde: traçando identidade e explorando fronteiras*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/Relume Dumará, 1998, pp. 179-213. books.scielo.org/id/by55h/pdf/alves9788575414040.pdf

4 SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL

10 e 12/09: CARDOSO, Marina. “Psiquiatria e antropologia: notas sobre um debate inconcluso”. *Ilha Revista de Antropologia*, 4(1), 2002, pp. 85-113. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/15033/15652>

ANDRADE, Ana Paula Müller de e MALUF, Sônia Weidner. “Loucos/as, pacientes, usuários/as, experientes: o estatuto dos sujeitos no contexto da reforma psiquiátrica brasileira”. *Saúde em debate* 41(112), 2017, pp. 273-284. <http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v41n112/0103-1104-sdeb-41-112-0273.pdf>

[pdf/sdeb/v41n112/0103-1104-sdeb-41-112-0273.pdf](http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v41n112/0103-1104-sdeb-41-112-0273.pdf)

SILVEIRA, Luana da; NUNES, Mônica de Oliveira. “Para além e aquém de anjos, loucos ou demônios: CAPS e pentecostalismo em análise”. *Polis e Psique*, 3(1), 2013, pp. 119-141. <http://seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/view/41767/26492>

VIEIRA FILHO, Nilson Gomes. “A clínica psicossocial e a atenção de cuidados religiosos ao sofrimento psíquico no contexto da Reforma Psiquiátrica Brasileira”. *Psicologia: Ciência e profissão* 2005, 25(2), pp. 228-239. <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v25n2/v25n2a06.pdf>

NUNES, Mônica de Oliveira. “Interseções antropológicas na saúde mental: dos regimes de verdade naturalistas à espessura biopsicossociocultural do adoecimento mental”. *Interface* 16(43), 2012, pp. 903-916. <http://www.scielo.br/pdf/icse/v16n43/aop4812.pdf>

SARETTA, Mario. “A verdade que está aqui com a gente quem é capaz de entender?” Uma etnografia em um hospital psiquiátrico. In: FERREIRA, Jaqueline; FLEISCHER, Soraya. (Orgs.). *Etnografias em serviços de saúde*. Rio de Janeiro: Garmond, 2014, pp. 57-80.

SARTORI, Licy. “A política do caso no Serviço Residencial Terapêutico: uma experiência de ressocialização de pacientes psiquiátricos, em Campinas/SP”. *Ciências Hu-*



manas e Sociais em Revista, 36, 2014, pp. 68-80. <http://www.ufrj.br/SEER/index.php?journal=chsr&page=article&op=view&path%5B%5D=1028&path%5B%5D=1360>
 RIBEIRO NETO, Pedro Machado; AVELLAR, Luziane Zaccché; BONOMO, Mariana. “Etnografia e desinstitucionalização da loucura: um estudo no contexto das residências terapêuticas”. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, 8(17), 2016, pp. 57-77. <http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/viewFile/3380/4426>

PACHECO, Maria Eniana Araújo Gomes; DE ANDRADE, João Tadeu. “Concepções em redução de danos no projeto Consultório de Rua: práticas na saúde mental”. *Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis*, 14(2), 2017, pp. 57-74. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/18071384.2017v14n2p57/34030>

MONNERAT, Silvia. “Relatos sobre suicídio e vozes: um estudo etnográfico”. *Revista Equatorial, Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social*, 4, 2018, pp. 161-173. https://www.incubadora.ufrn.br/index.php/equatorial/article/view/1754/pdf_1

5 RECORTES

17/09: Gênero MARTIN, Denise; CACOZZI, Aline; MACE-

DO, Thaise e ANDREOLI, Sergio Baxter. “Significado da busca de tratamento por mulheres com transtorno depressivo atendidas em serviço de saúde público”. *Interface*, 16(43), 2012, pp. 885-899. <http://www.scielo.br/pdf/icse/v16n43/a03v16n43.pdf>

ARÁN, Marcia; MURTA, Daniela. “Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde”. *Physis*, 2009, 19(1), pp. 15-41. <http://www.scielo.br/pdf/physis/v19n1/v19n1a03.pdf>

DINIZ, Debora; BRITO, Luciana. “Eu não sou presa de juízo, não: Zefinha, a louca perigosa mais antiga do Brasil”. *História, Ciências, Saúde* 23(1), 2016, pp. 113-129. <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v23n1/0104-5970-hcsm-23-1-0113.pdf>

MALUF, Sonia. “Gênero, saúde e aflição: políticas públicas, ativismo e experiências sociais”. In: MALUF, Sonia; TORNQUIST, Carmen Susana. (Orgs.). *Gênero, saúde e aflição: abordagens antropológicas*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010, pp. 21-67. http://transes.paginas.ufsc.br/files/2014/10/GENEROSAUDEAFLICAO_livro.pdf

MOTA, Mirella de Lucena. *Violência contra as mulheres e saúde mental: Silenciamentos e invisibilidade do sofrimento de usuárias na atenção primária à saúde em Recife*. Dissertação de Mestrado em Saúde Pública, Universidade Federal de Pernambuco, 2018.



tação [Mestrado em Psicologia]. Recife: UFPE, 2017.

19/09: Raça WERNECK, Jurema. “Racismo institucional e saúde da população negra”. *Saúde e sociedade* 25(3), 2016, pp. 535-549. <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v25n3/1984-0470-sausoc-25-03-00535.pdf>

LUDGERO, Lucas. *Sob a pele: Relatos sobre os efeitos do racismo na saúde mental*. Brasília: UnB, 2017. http://bdm.unb.br/bitstream/10483/19678/2/2017_LucasdeLacerdaLudgero_Produto.pdf

ALELUIA, Rejane. “Minha história em saúde mental” e APARECIDA, Elisabete. “A saúde mental da população negra”. In WERNECK, Jurema (Org.). *Saúde das mulheres negras: Nossos passos vêm de longe*. Rio de Janeiro: Pallas, 2000.

CHAVES, Marjorie. “Terceirização dos serviços de limpeza: vivências de sofrimento de mulheres negras trabalhadoras diante do trabalho”. 2014. sndd2014.eventos.dype.com.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=4119

OLIVEIRA, Felipe França de; ODEH, Muna Muhammad. “Estudo de utilização de medicamentos à luz das variáveis de gênero, raça/cor e etnia em um centro de atenção psicossocial do Distrito Federal, Brasil”. *Tempus, Actas de saúde coletiva*, 11(3), pp. 104-114, 2017. <http://www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/2459/1844>

OLIVEIRA, Fátima. *Saúde da população negra: Brasil ano 2001*. Brasília: Organização PanAmericana de Saúde, 2003. SILVA, Maria Lúcia. “Racismo e os efeitos na saúde mental”. In: BATISTA, Luis Eduardo; KALCKMANN, Suzana. *Seminário da População Negra*. São Paulo: Instituto de Saúde, 2005, pp. 129-132.

24/09: Etnia VIANNA, João Jackson Bezerra; CEDARO, José Juliano; OTT, Ari Miguel Teixeira. “Aspectos psicológicos na utilização de bebidas alcoólicas entre os Karitiana”. *Psicologia e Sociedade* 24(1), 2012, pp. 94-103. <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24n1/11.pdf>

BATISTA, Marianna. *Saúde mental indígena: um desafio interdisciplinar*. Monografia [Bacharelado em Psicologia]. Brasília: UniCEUB, 2010. repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/2699/2/20460878.pdf

PECHINCHA, Monica. “Aportes da etnografia sul-americana ao entendimento dos suicídios indígenas. Uma tentativa de síntese a partir de noções divergentes de psique/alma”. *Anuário Antropológico*, 43(1), 2018, pp. 223-256. periodicos.unb.br/ojs311/index.php/anuarioantropologico/article/view/9317/8940



26/09: Geração NAKAMURA, Eunice e SANTOS, José Quirino dos. “Depressão infantil: abordagem antropológica”. *Revista de Saúde Pública* 41(1), 2007, pp.53-60. <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v41n1/5092.pdf>

CAVESTRO, Júlio de Melo e ROCHA, Fabio Lopes. “Prevalência de depressão entre estudantes universitários”. *Jornal brasileiro de Psiquiatria*, 2006, 55(4), pp.264-267. <http://www.scielo.br/pdf/jbpsiq/v55n4/a01v55n4.pdf>

Literatura/Cinema/Jornalismo:

ARBEX, Daniela. *Holocausto brasileiro*. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

ASSIS, Machado de. *O alienista*. São Paulo: Ática, 1996 [1882].

BARRETO, Lima. *O triste fim de Policarpo Quaresma*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014 [1911].

BUENO, Austregésilo C. *Canto dos malditos*. Rio de Janeiro: Rocco, 2004 [1990]. [Livro no qual se baseou o filme *Bicho de sete cabeças*].

CALIMERIS, Georgiana. *A biblioteca de Alexandria: A andarilha das estrelas*. Brasília: Independently Published, 2017.

FARIAS, Walter e SONIM, Daniel Navarro. *O capa-branca: De funcionário a paciente de um dos maiores hospitais*

psiquiátricos do Brasil. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

KAYSEN, Susanna. *Garota, Interrompida*. São Paulo: Editora Gente, 2013.

KIERNAN, Caitlín R. *A menina submersa: memórias*. Tradução de Ana Resende e Carolina Caires Coelho. São Paulo: Darkside Books, 2016.

SABINO, Fernando. *O grande mentecapto*. Rio de Janeiro: Record, 1994 [1979].

SARETTA, Mario. *Epidemia de cores*. Documentário. Porto Alegre, 2016.



ANEXO 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado/a para participar da pesquisa “Conhecendo o bem-estar mental na UnB”, sob a responsabilidade da Profa. Soraya Fleischer, que nesse semestre está à frente da disciplina “Antropologia da Saúde”, do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília.

Essa pesquisa é uma das tantas atividades realizadas na disciplina, constituindo apenas um experimento pedagógico pontual para aprender sobre as etapas de uma pesquisa, a construção de dados empíricos, o trabalho coletivo. O objetivo desta pesquisa é compreender alguns fenômenos que podem estar relacionados com o bem-estar mental de estudantes, professores/as, técnicos/as e visitantes que frequentam a universidade. Espera-se poder contribuir com as práticas de cuidado dentro da UnB.

A pesquisa acontecerá por meio de entrevistas a serem realizadas pelos/as estudantes matriculados/as nessa disciplina. As entrevistas serão anotadas e/ou gravadas em áudio. Essas gravações serão transcritas para facilitar a leitura e análise

dos dados.

Sua participação é voluntária e sem a previsão de qualquer remuneração. Você é livre para recusar-se a participar a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar em qualquer penalidade ou perda de benefícios. Sua participação nessa pesquisa não implica em riscos. Não serão registradas informações que possam lhe identificar (como nome, matrícula, e-mail etc.). Você permanecerá anonimizado/a e os dados serão analisados em conjunto. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa ficarão sob a guarda da professora responsável.

Os resultados serão apresentados na forma de pequenos ensaios escritos pelos/as estudantes da disciplina nas aulas de 21 e 26/11/2018, de 14 às 15h50 na sala PJC/076, Campus Darcy Ribeiro. Você é muito bem-vindo/a para assistir e discutir os resultados da pesquisa conosco. Os resultados também poderão ser publicados posteriormente em periódicos científicos.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa e/ou se você quiser receber os resultados da mesma posteriormente, você pode contatar a professora responsável pelo e-mail soraya@unb.br

Assim, a partir de todos esses esclarecimentos, go-



staríamos de saber se você tem interesse e disponibilidade de cooperar com essa pesquisa. Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com você e a outra com o/a pesquisador/a.

Rubrica do/a participante

Assinatura do/a pesquisador/a

Brasília, ____ de _____ de _____



ANEXO 3

Departamento de Antropologia/UnB
Antropologia da saúde mental (135313)
Profa. Dra. Soraya Fleischer

Pesquisa coletiva “Conhecendo o bem-estar mental na UnB”

****CUIDADOS IMPORTANTES:** auto-apresentação tranquila do/da pesquisador/a, do curso e da pesquisa; privacidade e hierarquia de trabalho do/da entrevistado/a; apresentação do TCLE; aceitação da negativa em participar ou em gravar.

BLOCO 1: Introdução

1. Gênero: F/M/Outro
2. Idade
3. Cor de pele (autodeclaração)
4. Cidade de moradia
5. Você cuida de alguém? Tem filhos?
6. Há quanto tempo você frequenta a universidade? Por quantas horas por dia você frequenta a universidade?
7. Turno: M/V/N
 - a. Em que curso/centro de custo está?

- b. Por que decidiu fazer esse curso/concurso/seleção?
- c. Você se sente satisfeito com esse curso/posto de trabalho?
- d. Em que semestre está?/Há quanto tempo trabalha aqui?
- e. Trabalha além de estudar?

BLOCO 2: Universidade

1. Como é a sua relação com a UnB e com as pessoas daqui? A sua relação com a universidade mudou ao longo do tempo?
2. Você sente que tem vínculos e é acolhido/a aqui? E nessas relações, você sente que encontra apoio?
3. Qual seu meio de transporte para chegar aqui? Isso afeta a sua relação com a universidade de alguma forma?
4. Há situações/condições/relações na universidade que podem tornar a vida mais difícil? Poderia dar exemplos que aconteceram com você ou com pessoas próximas a você?
 - a. Você acha que há diferença de tratamento com as pessoas aqui dentro?
 - b. Você já presenciou situações de discriminação aqui na universidade? (Se precisar explicar: discriminação racial, de orientação sexual, de gênero, de classe social, de etnia, de geração, de local de moradia, de posicionamento político, por



ser mãe/pai etc.).

c. Como esse momento eleitoral influencia sua permanência aqui na universidade?

BLOCO 3: Problemas

1. Você acha que a universidade pode afetar o bem-estar mental das pessoas?
2. (Se/Quando afeta) Como você chamaria esse tipo de sentimento/experiência? (CATEGORIA)
3. Para você, quais são os principais fatores que podem provocar isso?

BLOCO 4: Redes de apoio

1. Você conhece pessoas que têm tido experiências nesse sentido? (usar a CATEGORIA que tiver aparecido no BLOCO 3)
2. Se conhece, que tipo de ajuda essas pessoas têm procurado? (pessoas, instituições, tratamentos etc.).
3. A universidade também oferece formas de apoio para esses casos, na sua opinião?
 - a. Se sim, sobre quais formas de apoio você já ouviu falar?
 - b. Se não, quais você acha que deveriam ser essas formas de apoio?

4. Como os/a professores/as, orientadores/as, coordenadores/as, funcionários/as poderiam ajudar mais nesses casos?
5. Que tipo de apoio deveriam receber as pessoas que sofrem algum tipo de discriminação aqui dentro?
6. O que poderia tornar a vida mais fácil e/ou mais agradável aqui dentro?

BLOCO 5: Finalização, agradecimento e despedida

1. Você gostaria de falar mais alguma coisa sobre a entrevista e/ou sobre algum ponto que não foi abordado por nós?
2. Peça à pessoa para assinar o TCLE, agradeça pela participação e convide-a para conhecer os resultados se houver interesse.



Carta à editora: Explicando minha depressão

Brasília, 7 de setembro de 2019

Prezada Editora da Revista Textos Graduados,

Em junho de 2018 foi realizada uma chamada para relatos autoetnográficos que abordassem o tema saúde mental para apresentar no Conversas da Kata, em um evento organizado pelos discentes da pós-graduação de antropologia na Universidade de Brasília. A chamada ocorreu após o suicídio de uma aluna da graduação do curso no campus universitário. Impactada pelo suicídio, escolhi elaborar sobre minha experiência com o sofrimento mental.

Dirijo-me a você, Editora, para contar sobre minha vida universitária enquanto aluna diagnosticada com transtorno misto ansioso e depressivo, minha relação com meus diagnósticos, as possibilidades que encontrei dentro da antropologia e as formas de me relacionar com pessoas e negociar com

professores enquanto pessoa deprimida. Nessa carta autoetnográfica, optei por excluir referências bibliográficas porque, embora eu esteja falando como nativa e antropóloga em formação, julguei ser mais importante dentro do contexto atual falar como nativa e quero trazer à tona a necessidade de escutarmos pessoas deprimidas quando falamos de depressão. Assim sendo, vou falar sobre doença mental de forma honesta - como pessoa deprimida, que ama pessoas deprimidas - e os novos mecanismos que venho desenvolvendo para tornar minha vida universitária possível e frutífera. Espero que com essa carta, as pessoas passando por sofrimentos psíquicos possam se sentir menos sozinhas e que as demais pessoas nos compreendam um pouco melhor.

Quando escrevi este relato, tinha 20 anos de idade e estava cursando o sétimo semestre de Antropologia na Universidade de Brasília. Tinha depressão há onze anos. Pensei em me matar inúmeras vezes. Aos dezessete anos de idade busquei



ajuda profissional, iniciando acompanhamento psiquiátrico e psicológico e a partir disso comecei a tomar remédios antidepressivos. Cinco meses depois, ingressei na universidade e, desde então, em todos os semestres, me pergunto como cheguei até aqui. Já tomei três remédios antidepressivos diferentes. Mesmo tendo resistido no ambiente universitário, me sinto como uma impostora num local que releva e invisibiliza meu sofrimento.

Falar sobre depressão é doloroso e solitário. A antropologia começou a fazer mais sentido para mim depois que descobri a área da antropologia da saúde, o que me motivou a estudar sobre saúde mental e gênero. Costumo entrar num ciclo de pensamentos no qual acho que esse assunto é relevante, que existem tantas pessoas com doenças mentais e que é importante falar disso. No entanto, acabo sentindo que ao falar disso serei definida pela minha depressão. Que esse é um assunto difícil demais e que qualquer esforço meu

seria irrelevante. Sinto que talvez tenha que me separar completamente da doença para poder falar dela ou que sou incapaz de falar por envolver um sofrimento que é meu também. Por amar outras pessoas que também lidam com doenças mentais, optei por quebrar o ciclo de silêncio que envolve a depressão, e compartilhar minha própria experiência de sofrimento mental. Como pessoa deprimida que já discutiu o tema com pessoas que nunca tiveram depressão, percebi que é extremamente necessário que as pessoas afetadas pela doença falem dela, de modo a serem melhor compreendidas e não se sentirem tão sozinhas, permitindo uma busca por soluções que não as excluam. Pessoas deprimidas falando de sua doença ajudam a diminuir o estigma a respeito da depressão.

Ter depressão desorganiza a noção de tempo e a memória. Os remédios antidepressivos, e sua retirada, também podem ter esse efeito. O tratamento não te torna não deprimido em duas semanas, é um processo lento e, mesmo após melho-



ras significativas, as recaídas são comuns. Tomar remédios me ajudou a começar a estabelecer ciclos mais saudáveis para o meu corpo, como dormir ou comer um pouco melhor e até a acalmar uma série de pensamentos intrusivos. As experiências de cada pessoa com a depressão podem variar bastante, desde a manifestação até o tratamento - ou não - da doença. Por ser um assunto complexo, e a doença afetar um número crescente de pessoas, julgo importante darmos voz às pessoas adoecidas pela depressão, para que possamos criar possibilidades que não as excluam e que acolham as pessoas deprimidas apesar de suas limitações e sofrimentos.

No primeiro semestre de 2018, iniciei uma nova etapa penosa e complexa, com muito sofrimento psíquico: comecei a reduzir a dosagem do meu remédio antidepressivo com o acompanhamento psiquiátrico e psicológico. A redução e eventual retirada da medicação também foram um processo conturbado, transtornando profundamente os ciclos do meu corpo e

da minha mente no cotidiano. No mesmo semestre, uma aluna e um aluno do meu curso cometeram suicídio, fato que me doeu profundamente, me deixando com a sensação de impotência e de que poderia ter sido eu. A notícia desses suicídios me abalou muito, trazendo à tona diversas ponderações quanto ao meu processo com a doença mental e a forma como o mundo exterior lidava com isso. Já havia algum tempo que eu pensava em estudar antropologia e saúde mental e, apesar do momento doloroso e caótico, julguei importante enfrentar as minhas inseguranças e utilizar o espaço que me era cedido no contexto acadêmico para trazer a discussão a respeito da depressão, mesmo que baseada apenas na minha experiência.

Editora, saiba que o processo de escrita desta carta foi longo, lento e doloroso; foi uma amostra de como é ser uma aluna deprimida e continuar me esforçando para produzir intelectualmente dentro da universidade. A inscrição no evento das Conversas da Kata , no qual eu o apresentaria, exigia



um resumo do texto, trabalho que me levou duas semanas de longas ponderações. Durante esse período, passei por diversas crises ansiosas e depressivas, girando muito em torno do processo de escrita, como colocar as informações necessárias, quais seriam elas e que formato deveria tomar. Escrevi nesse momento:

Estou tentando começar este relato, e estou suando frio, há mais de uma hora. Mas permaneci na cama, com meu laptop, tentando achar formas de ultrapassar a barreira do estar fazendo e do não estar fazendo. Preciso me lembrar a cada dez segundos que preciso respirar, porque estou tensa. E me lembrar do que estou fazendo, porque estou de férias, então não deveria estar escrevendo um trabalho mas estou. Porém, se estou fazendo um trabalho, por que sinto que estou falando de algo que é secreto, íntimo, que separo dos outros aspectos da minha vida? Precisamos superar essa separação entre a depressão e a pessoa deprimida, porque quando temos uma pessoa com o braço quebrado, não esperamos que o braço quebrado funcione como um braço não quebrado.

O diagnóstico é a qualificação de um médico quanto a

sua saúde. Dentro da Classificação Internacional de Doenças e Problemas relacionadas à saúde (CID), recebi os diagnósticos de “transtorno misto ansioso e depressivo, distúrbios da atividade e da atenção e episódio depressivo moderado”. Quando ingressei na universidade o remédio antidepressivo que eu tomava me ajudava, mas também me fazia sentir dopada e sonolenta, além de confundir minha memória. Muitas vezes não conseguia cumprir minhas obrigações, como ir às aulas, ou sequer fazer três refeições num dia, porque estava deprimida. O caminho para a universidade me trazia ansiedade. Transitar pelo campus também. Só existir me trazia uma angústia imensa e requeria um esforço tremendo me manter viva. Eu me sentia invisível e ao mesmo tempo sentia que tudo ao meu redor me ameaçava, que eu não deveria estar ali.

No decorrer de minha graduação, tive muita dificuldade em me concentrar nas aulas. Já notei gatilhos (fatos que disparavam uma reação) para crises depressivas e ansiosas



em sala de aula e escolhi não sair dali, porque queria aprender, o que certa vez rendeu uma aula inteira, de duas horas, na qual eu só conseguia evitar chorar no meio da aula, e não me mover. Aquela crise me envergonhava, me dava vontade de me machucar. Foi desesperador e eu não sabia como pedir ajuda. Eu sabia que se saísse da sala poderia ficar mais tranquila, mas o próprio ato de me levantar e andar até a porta era demais para mim. A cada respiração usava toda minha força para não colapsar e isso drenava minha energia. No final da aula, minha única vitória era ter permanecido naquele espaço sem ter tido um surto explícito. Achava que, se saísse da sala, estaria mostrando que tinha algo errado comigo, que estaria aceitando que meu sofrimento e minhas crises me incapacitavam de estar ali. E, de fato, me incapacitaram diversas vezes. Em muitas vezes que não parei o que estava fazendo quando uma crise aconteceu, tive pioras muito mais significativas no meu quadro, às vezes trazendo de volta pensamentos autode-

strutivos. Tenho aprendido a aceitar minhas crises e fazer o que for preciso para me acalmar. Se eu não aceitar minhas próprias limitações, torna-se mais difícil e doloroso esperar que outras pessoas as aceitem.

Eu tenho bastante dificuldade em me concentrar numa atividade. Ler os textos antes das aulas era quase impossível para mim. Embora ritalina - droga normalmente prescrita para quadros de distúrbios da atividade e da atenção - pudesse ajudar, geralmente atrapalhava, fazendo-me me sentir dopada, ansiosa e sem apetite. Eu sei que sou capaz de ler o texto, absorver informações dele, fazer trabalhos bem feitos, porém, costumo demorar muito mais tempo do que a maioria de meus colegas, fato que observo desde o início da minha vida escolar. Certa vez, numa aula da disciplina “Métodos e Técnicas em Antropologia Social”, a professora falava para observarmos quanto tempo levávamos para realizar uma transcrição, e enquanto a média da turma variava entre meia hora, ou até duas, eu havia



demorado quatro. Eu já sabia que costumava demorar, mas naquele momento, numa disciplina acolhedora, eu estava mais orgulhosa por ter conseguido fazer a tarefa do que incomodada por ter demorado tanto. Tenho aprendido a não me comparar tanto com meus colegas de curso e ter orgulho das tarefas que consigo cumprir.

Sabe, ter um diagnóstico foi muito importante para mim, pois mostrava que eu, de fato, tinha uma doença, que minha desatenção, desânimo e ocasional apatia não eram traços da minha personalidade, e embora o transtorno misto ansioso e depressivo e o distúrbio da atividade e da atenção não me definam, eles fazem parte da minha vida, tendo feito parte da constituição da pessoa que sou hoje. Os relatórios médicos que minha psiquiatra fez foram importantes para provar para mim e para as pessoas que me cercam que eu tenho um problema e que preciso de ajuda. Embora seja doloroso conviver com pessoas que não levam o meu sofrimento a sério ou não

o compreendem e eu esteja cansada de provar que episódios depressivos sejam incapacitantes e exaustivos, tenho considerado importante assumir meu diagnóstico até para lidar com ele. Não sou uma pessoa descompromissada, triste e desatenta. Estou doente. Explicar minha depressão para colegas de trabalho, professores, amigos e familiares também cansa, mas é importante que eu explique mesmo assim, porque com o tratamento consegui chegar num lugar onde é possível falar da minha doença mental.

Aprendi a me cercar de pessoas que tenham empatia, porque não é o suficiente que acreditem que minha doença seja real, também preciso de pessoas que percebam que eu sou alguém além da depressão. A doença me traz muitas dificuldades, mesmo assim eu tento superá-las, às vezes vou para uma aula sem ter lido texto algum, mas estar ali pode ter sido a vitória do dia. Eu não quero ser excluída da universidade por ter dificuldades, não quero que ninguém o seja.



Com depressão, me sinto morta-viva. Cada emoção, cada empreendimento e cada segundo que existo, parecem-me insignificantes. Nada importa muito. Mesmo assim, apego-me apego à vontade de melhorar, a buscar significados. Apesar disso, a doença continua realmente incapacitante, o ar parece pesado demais para meus pulmões, minhas pernas carregam um peso indecifrável embora eu sinta que uma brisa qualquer possa me levar embora. Me sinto invisível, não quero existir, não tenho vontade de viver. Minha doença se manifesta, paradoxalmente, tanto como uma ausência quanto como um peso esmagador. Durmo e não me sinto descansada, como e não me sinto nutrida. Não me sinto vinculada com absolutamente nada ao meu redor. A depressão parece tirar minha capacidade de me conectar. A noção de tempo parece se esvaír. Os próprios sintomas da doença são deprimentes. Tento me lembrar que como eu me sinto não me define e, muitas vezes, nem acredito.

Já a ansiedade - que estou escrevendo em um

parágrafo separado apenas para facilitar a compreensão do leitor - é como uma vontade terrível de respirar e simplesmente não conseguir. Me sinto refém dos meus pensamentos e sentimentos. Lido com pensamento intrusivos, ansiosos, negativos, desesperançosos e ilógicos. Saber que são ilógicos não os torna menos dolorosos ou menos reais. Muitas vezes, preciso me preparar por meia hora para falar algo numa sala de aula. Fico com o corpo tenso e suco frio. Interajo com as pessoas e, ao mesmo tempo, me pergunto se todos ali me odeiam ou se sou tão insignificante que as pessoas se incomodam de eu estar ocupando espaço e respirando oxigênio embora eu nem sinta que estou realmente respirando. Mesmo que eu diga algo que eu ache relevante ou inteligente, logo após falar já julgo que minha colocação foi burra e desnecessária, temo que estejam me julgando ou rindo de mim por dentro, mesmo que não tenha nenhum indício desses fatos na realidade externa

Sou uma pessoa sensível e até otimista e esperanço-



sa, acredite. Tenho o privilégio de poder fazer acompanhamento da minha doença com uma psiquiatra e uma psicóloga e, por quase três anos, também tomei remédios antidepressivos. Estes apoios ajudam muito, mas não curam a depressão. A ideia de cura é um tópico muito complexo e delicado que não cabe nessa carta.

De qualquer forma, tento me manter no mundo. Tento fazer minhas atividades, ler os textos, estudar, tomar banho, fazer refeições e interagir com pessoas ao meu redor. É muito difícil não acreditar nos próprios pensamentos e, várias vezes, estou conseguindo realizar alguma atividade e percebo pensamentos depressivos. Quando isso ocorre, preciso gastar minha energia lidando com esses pensamentos, pois ignorá-los pode trazê-los para um nível suicida (“seria melhor se eu estivesse morta”). Seria muito cruel comigo mesma levar mais a sério a cobrança por uma produtividade acadêmica do que a minha própria saúde mental.

Muitas vezes preciso falar disso com meus professores, porque quero uma chance de aprender e entregar meus trabalhos mesmo que às vezes eu precise fazer isso depois do planejado. Geralmente os professores tentam ser compreensivos e costumam perguntar se estou fazendo acompanhamento médico ou tomando remédios.

Os remédios também podem ajudar bastante, mas tomá-los ou não tomá-los é uma decisão muito pessoal. Estar tomando remédios não significa que estou livre de crises ou pensamentos desanimados e/ou suicidas. A forma como cada pessoa lida com a depressão varia. Para mim, tem sido uma questão de aprender a lidar com meu próprio tempo. Em 2018, como lhe disse, optei, com minha psiquiatra, por retirar a minha medicação após alguns meses de redução da dose. Tenho aprendido a priorizar minha saúde mental acima de um diploma, o que significa aceitar fazer as coisas no meu próprio ritmo.

Há dias em que todo meu esforço é direcionado para



evitar um colapso, dias em que minha energia é drenada na tarefa de me distrair de pensamentos intrusivos e dias bons. Tenho dias bons nos quais consigo fazer três refeições, dias em que consigo terminar de ler dois textos antes da aula e tenho dias bons em que consigo fazer uma refeição e ler duas páginas. Se não respeitar o tempo do meu corpo e dos tratamentos, posso facilitar recaídas. De vez em quando, preciso ficar em casa para evitar uma crise. Muitas vezes, tudo que sou capaz de fazer num dia é levantar da cama.

Apesar de ter depressão e a doença permear todos os aspectos da minha vida, eu não sou só uma pessoa deprimida. Eu estudo antropologia porque gosto e quero ser antropóloga.. Para isso preciso cursar a graduação em antropologia, o que envolve certas dificuldades quanto à minha doença.

No meu primeiro semestre do curso, um professor disse aos alunos da minha turma que não apresentassem atestados de depressão e ansiedade pois ele não abonaria nenhuma falta

por esses motivos. Esse mesmo professor me disse que nem sequer sabia se era autorizado a aceitar atestados de sinusite para abonar uma falta. Me pergunto como eu poderia ter me separado da minha sinusite infeccionada ou do meu cérebro e corpo deprimidos para frequentar mais aulas. Se eu tivesse tido um professor mais compreensivo, grande parte da ansiedade que eu sentia poderia ter diminuído, e eu poderia ter me dedicado mais a ler os textos e sido mais participativa nas aulas em que consegui ir.

Embora eu geralmente fosse uma pessoa aberta quanto aos meus sofrimentos psíquicos, esse tipo de atitude, como a desse professor, dava-me a impressão que minha doença não era levada a sério. O fato de ocasionalmente precisar faltar aulas por estar deprimida e ansiosa, não significa que eu não tenha interesse em aprender ou não esteja me esforçando. Ter ido à aula sem ter lido um texto não significa que não esteja me comprometendo com a disciplina. Meus transtornos men-



tais não me tornam permanentemente incapaz de seguir com uma graduação, aprender e produzir academicamente. Eu só preciso de um ambiente compreensivo, respeitoso e acolhedor que se alinhe aos meus esforços pessoais com ferramentas e mecanismos para tornar isso possível para mim, porque eu também tenho coisas a acrescentar. Os sintomas da depressão são ligados à doença e não são traços da minha personalidade, fato que a própria doença pode me fazer esquecer.

Apesar do transtorno misto ansioso e depressivo, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, e os vários episódios depressivos moderados enfrentados durante a graduação, eu estou me esforçando. Já deixei de socializar inúmeras vezes para me dedicar a trabalhos que minhas colegas já haviam terminado mas que eu precisava de tempo extra para concluir. Já deixei inclusive de fazer refeições bem feitas para ter mais tempo para estudar. Faltei aulas em meio a crises depressivas e enquanto a aula acontecia, me esforçava muito

para ler os textos daquela disciplina. Porém, dentro da universidade esse esforço parece ser insuficiente para professores que cobram cargas de leituras absurdas para matérias de apenas quatro créditos, que julgam que a presença numa aula que aborda exclusivamente um texto é mais importante do que ter condições de discutir o tal texto lido fora do horário de aula. Mas o meu esforço não pode ser dedicado somente à universidade. O de ninguém pode. Também precisamos do ócio, de socializar, cuidar dos nossos corpos e mentes.

Certa vez, conversei com um professor no início do semestre para explicar que estava passando por muitas coisas, enquanto também reduzia a medicação antidepressiva - um processo bastante conturbado para o corpo e a mente - e expliquei que não conseguiria frequentar as aulas. Acordamos que, contanto que eu fizesse as leituras e comparecesse as avaliações, ele não iria dificultar minha vida em relação às faltas. Nesse mesmo semestre, tivemos uma greve de caminhoneiros



no país, o que dificultou o transporte das pessoas; os prédios da universidade foram ocupados pelo movimento estudantil e, como você bem sabe - porque também faz parte do nosso curso - dois colegas cometeram suicídio. Alunos de outros cursos também cometeram suicídio naquele semestre. A presença no espaço universitário estava abalada até para alunas e alunos sem doenças mentais. Na última semana daquele semestre, segundos antes de iniciarmos a última avaliação, esse mesmo professor me disse que se reprovasse outros alunos por falta, também teria que me reprovar, argumentando que, embora tivéssemos conversado, em seu ponto de vista, eu não tinha tido sequer o esforço de comparecer às aulas. Eu havia tirado nove na primeira prova, que valia dez, para a qual eu havia estudado muito e passei duas noites inteiras fazendo. No final das contas, fui aprovada na disciplina, porque tinha nota o suficiente e acredito que ninguém foi reprovado por falta nesse semestre atípico. Mas eu gostaria que as professoras e

professores tivessem um maior conhecimento sobre algumas limitações de seus alunos.

Devido a esse episódio e um similar com outra professora, eu tive várias crises depressivas. Esse assunto ocupava muito do meu tempo; eu não sabia o que fazer. Me senti angustiada, ansiosa e incapaz, como se meu esforço significasse menos por não ter conseguido frequentar presencialmente o espaço universitário, enquanto mesmo passando por tudo que passei naquele semestre também me esforcei muito para ir bem nas disciplinas nas quais havia me matriculado. A angústia e a tristeza são emoções que todas as pessoas experimentam algum dia, mas a depressão não se trata apenas da emoção. Eu fiquei tão abalada com esse episódio com o professor que atrapalhou o meu apetite e perdi alguns quilos, fiquei tão chateada e apática que abalou minhas interações sociais, voltei a ter alguns pensamentos intrusivos e vontade de me machucar.

Em várias disciplinas que cursei, precisei faltar aulas



por estar passando por um colapso devido ao transtorno misto ansioso e depressivo. Já tive que pedir para entregar trabalhos atrasados, porque eu estava quase conseguindo terminá-los, mas era tomada por pensamentos suicidas dos quais eu precisava me distrair. Num geral, os professores que tive eram compreensivos. Mas muitas vezes continuavam esperando que eu funcionasse como se não tivesse depressão e precisavam sempre de um atestado médico. Embora eu compreenda a necessidade de comprovação do diagnóstico, essa exigência muitas vezes representava uma interferência negativa no meu tratamento e um sofrimento, porque eu tinha que pedir que minha psiquiatra fizesse atestados. Nem sempre o relatório médico era o suficiente, pois os professores esperavam datas para atestar faltas específicas, o que me obrigava a ter que entrar em contato com minha psiquiatra e explicar a crise e pedir um atestado, coisa que costumava culminar em outras crises e indagações quanto ao tratamento. O tratamento é um processo, há

dias de melhora, de recaída e de estabilização. Ter depressão é cansativo, consome muito da sua energia e explicar a doença e as crises também cansa. Não quero que os atestados sirvam apenas para abonar faltas por crises, mas que os professores compreendam que afeta toda a minha vida e que dificultam minha produtividade, embora não defina quem eu sou como pessoa e do que sou capaz. Procuo estudar o máximo que consigo nos meus dias bons, e durante os semestres, inclusive nos meus dias difíceis eu também tento estudar. Mas tem dias que simplesmente não consigo.

Eu acredito que a universidade seja um local possível para pessoas com transtornos mentais, mas noto que as ferramentas de ensino precisam mudar e os relacionamentos entre docentes e discentes podem ser melhores. As disciplinas nas quais mais aprendi envolviam formatos inusitados, dinâmicas entre a turma, aulas em círculo, discussões construtivas, aulas práticas, e professores e professoras humanos/as e respeitosos/



as.

Na universidade também tive que lidar com professores racistas, com professores que presenciaram ataques de pânico de uma colega e disseram que era “só ansiedade” e professores que nunca tiveram acesso a debates a respeito de depressão e suicídio. Também tive que estar em salas de aulas com alunos estupradores, e já ouvi opiniões não requisitadas quanto a como eu deveria lidar com minha própria doença.

Além dos privilégios de classe e raça, de ter tido acesso a tratamento para minha depressão e de poder fazer minha graduação no meu próprio tempo e ritmo, consegui me manter na graduação até agora porque pude falar da minha depressão com pessoas que amo, que me ajudaram como puderam nos momentos em que eu mal conseguia me conectar com elas. Algumas pessoas que amo também lidam com a depressão e acredito que por isso também tive a coragem de ser aberta a respeito desse assunto com professores, permitindo que eu

me esforçasse para priorizar minha saúde mental ao invés de seguir o ritmo frenético da graduação que eu não conseguia acompanhar.

Minha vida universitária tem sido possível porque me cerco de pessoas que são empáticas e me apoiam e encorajam. Aprendi a buscar professores com os quais eu possa dialogar e negociar e disciplinas pelas quais eu me interesse. Já tive professoras que me permitiram fazer provas orais porque eu não estava conseguindo fazer a prova escrita, ou que sugeriram que eu fizesse um vídeo explicando o texto que eu havia lido já que eu não estava conseguindo escrever uma resenha.

Observar essas professoras humanas que me ajudaram e com quem pude construir possibilidades de permanecer na universidade tem me mostrado que apesar das dificuldades, para mim também é possível construir diálogos e contribuir para debates, e com isso, eu pretendo continuar seguindo o meu ritmo e estudar doenças mentais, porque acredito ser mui-



to mais difícil abordarmos o tema de saúde mental quando as pessoas no debate não compreendem como as pessoas adoecidas se sentem.

Desde já, fico agradecida pela sua atenção. É realmente inovador que uma revista acadêmica abra espaço para ouvir sobre nossas experiências como estudantes, como a depressão. Deixo meu abraço, Cara Editora, na esperança de que relatos em primeira pessoa possam alcançar e ser úteis a segundas, terceiras e muitas outras pessoas.

Júlia Leite Teodoro Chaves



As possíveis causas do sofrimento de estudantes da graduação e pós-graduação da Universidade de Brasília.

The possible reasons why University of Brazilia's graduation and post-graduation students are suffering.

Ana Beatriz Abou Said*

Gabriela Rosa Dias de Freitas*

*Estudantes de graduação em Antropologia da Universidade de Brasília

Resumo

O presente artigo se esforça em apontar as possíveis causas do sofrimento dxs estudantes da graduação e da pós-graduação, da Universidade de Brasília. O que nos impulsionou foi o suicídio de uma estudante dentro do campus Darcy Ribeiro, no primeiro semestre de 2018. Sem a pre-

tensão de esgotar este debate, buscamos apresentar as causas que estão presentes nas falas dxs nossxs interlocutxes, com intenção de exprimir uma direção coerente para que tratemos a questão da melhor forma possível. Por fim, as ferramentas metodológicas escolhidas foram recursos bibliográficos, saídas de campo e entrevistas semi-estruturadas.

Palavras-chave: estudantes, sentimentos, sofrimento, sofrimento psíquico, universidade.

Abstract

This article in an effort in signaling the possible causes of suffering among graduation and post-graduation students, in University of Brazilia. What impulsioned us was an student suicide committed inside the Darcy Ribeiro campus, on the first semester of 2018. Under no pretense of exhausting the debate, we seek to present the causes that are present in our interlocutors speeches, intending



to point towards a coherent direction so that this question may be handled in the most beneficial way possible. The methodological tools used were bibliographic resources, field trips and semi-structured interviews.

Key-words: students, feelings, suffering, psychic suffering, university.

1 Introdução

O suicídio de uma colega dentro do campus Darcy Ribeiro, na Universidade de Brasília (UnB), em 2018, foi um choque e um golpe para todos nós. O conhecimento tácito sobre adoecimento e sofrimento psíquico entre estudantes universitários não é desconhecido: é até mesmo alvo de humor ácido. Afinal, as condições (e falta delas) para preservar a saúde mental de nós, estudantes e a difícil adaptação ao ambiente universitário são nossas conhecidas, e ficaram evidentes na pesquisa coletiva que foi realizada e,

a seguir, apresentada. Foi uma maneira muito drástica de confirmar que estamos adoecendo e que precisamos fazer depressa algo a respeito, além de não ter sido um caso único ou isolado. Cada estudante que comete suicídio não perde apenas uma matrícula, mas uma vida, com nome, sonhos e uma história.

E é porque se trata de vidas que não podemos apenas dizer que sentimos muito. É necessário que sejam analisadas as causas que têm levado paulatinamente os estudantes a terem a sua saúde mental afetada e que se tome alguma atitude. Por essa razão, o tema da disciplina de Antropologia da Saúde, ofertada no segundo semestre de 2018, pela Professora Soraya Fleischer, foi “saúde mental”, tema proposto coletivamente como consequência de fatos que se sucederam após o falecimento da estudante. A partir desses acontecimentos, decidimos investigar e nos aprofundar neste tópico, a fim de buscar as origens e as respostas para os problemas enfrentados pelos estudantes, entendê-los e **saber** como agir quando um de nós precisa de apoio.



2 Objetivo

Considerando que não há maneira de pensar em formas de prevenção para uma questão sem saber quais são as causas dela, nos dedicamos a compreender o que está afetando negativamente o bem-estar mental dos estudantes da UnB. A proposta desse artigo é compreender o que os estudantes estão falando sobre as suas próprias saúdes mentais e quais ferramentas da antropologia poderiam ser utilizadas para que seja possível entender as dinâmicas sociais que compreendem essas questões. Mais do que tudo, queremos trazer o que por eles foi apontado como razão ou causa para variados tipos de sofrimentos mentais.

Entre rodas de conversa e questionamentos de professores, a impressão inicial foi de que o ambiente acadêmico está mais sensível ao estado emocional dos estudantes. A saúde mental tem estado mais presente nas falas dos estudantes universitários da UnB, chamando a atenção para a necessidade de compreensão e também

de ação, para que o acolhimento dentro da comunidade acadêmica seja uma possibilidade concreta e acessível.

É a partir das considerações feitas no parágrafo anterior, que conhecer as causas que têm prejudicado a saúde mental, dos estudantes de graduação e pós-graduação, é fundamental no processo da construção de uma comunidade acadêmica mais humana e acolhedora. Ao longo do texto explicamos a metodologia utilizada, resumimos a história da Antropologia e da saúde mental, e apresentamos por fim os resultados da nossa pesquisa.

3 Metodologia de pesquisa e de escrita

Essa pesquisa foi realizada com o suporte do esforço em comum dos alunos da disciplina de Antropologia da saúde, colaborando com a construção do embasamento teórico, compartilhando entrevistas transcritas e anotações em uma pasta do Dropbox. As entrevistas são resultados de duas saídas de campo feitas em duplas, no horário da disciplina, das quais



abordamos pessoas dentro da UnB, e fizemos perguntas com base em um questionário semi-estruturado, elaborado coletivamente em sala de aula. A partir das transcrições compartilhadas, buscamos compreender as categorias presentes nos discursos dos entrevistados e coordenamos as nossas impressões na produção deste trabalho, segundo o nosso recorte.

Das entrevistas feitas com alunxs de graduação e da pós-graduação, aproveitamos informações de todos os blocos do roteiro de pesquisa, entretanto, escolhemos como foco de análise o terceiro bloco de questões que exploraram os problemas que afetam o bem-estar dxs estudantes universitários. Mas não nos restringimos a esse bloco porque as respostas poderiam apresentar-se no discurso dos sujeitos ou terem sido diretamente respondidas em outras perguntas, independente de qual fosse a intenção inicial da mesma. Buscamos a partir das respostas os elementos comuns relativos às principais causas do sofrimento psíquico que têm acom-

etido xs estudantes de graduação e pós-graduação da UnB.

A seguir faremos uma breve explicação da relação dos estudos da Antropologia com a saúde mental, fundamentada no embasamento teórico de leituras feitas no decorrer da disciplina já citada no início do texto. Faremos isso antes de apresentar as causas do sofrimento dxs estudantes da graduação e pós-graduação, para esclarecer nosso ponto de partida teórico.

4 Antropologia e saúde mental: algumas breves considerações

É importante compreender que os estudos sobre saúde mental na medicina surgiram principalmente porque se tratava de medicar e curar os comportamentos sociais divergentes por meio de terapias[1]. Conforme Monnerat (2017), os sintomas são performados socialmente e assim como os tratamentos, definem as identidades dos pacientes devido a episódios específicos, da postura dos profission-



ais da saúde e da performance de determinados sintomas. Nem sempre essa identidade socialmente atribuída tem qualquer relação com a identidade construída pelo próprio indivíduo, como sugere Silveira (2000) ao colocar a narrativa como recurso metodológico, que permite o entendimento das questões relativas à construção da subjetividade para compreender o sofrimento psíquico como fenômeno social.

Considerando que a instituição da psicologia se deu a partir da transformação de comportamentos divergentes e socialmente indesejados ou inadequados em doenças mentais, tratáveis e curáveis - embora tenha-se avançado muito com mudanças recentes, como a reforma psiquiátrica no Brasil, não é incomum que pesquisas observem o peso do que é socialmente indesejável sobre a saúde emocional de indivíduos.

Diversos autores apontam nessa direção. Silva (2005) observa, entre a população negra, que práticas violentas causadas pela institucionalização de hier-

arquias sociais geram transtornos, distúrbios, angústia e ansiedade. Felipe França de Oliveira e Muna Muhammad Odeh (2017), afirmam com seus dados e exemplos - como é o caso das mortes por transtornos mentais em homens negros serem três vezes maiores do que em homens brancos. Hita (1998), utilizando a categoria nervos demonstra a associação física e moral entre o sofrimento psíquico e o sujeito, especialmente na construção identitária feminina; ela é nervosa porque não se adequa, e se não se adequa, deve ser medicada para que seja curada de sua divergência - trata-se, afinal, de uma minoria, logo, hierarquicamente localizada.

Sobre o que significa o tratamento, Martin, Carcozzi, Macedo e Andreoli (2012) encontram no discurso dos sujeitos a importância da medicação e a generalização da depressão entre mulheres, que faz parte do senso comum independente de diagnóstico. A pobreza e a violência são constantes e o psiquiatra é o agente catalisador da reorganização da vida



das mulheres diagnosticadas, sem, contudo, considerar o processo de socialização dessas mulheres, apenas abordando a questão por uma perspectiva biologizante da saúde.

Cavestro e Rocha (2006), ao abordarem o suicídio e a depressão como parte do discurso dos sujeitos, inclusive destacando o autodiagnóstico como parte deste discurso, chamam atenção para a possibilidade da maior facilidade em falar sobre o assunto para um grupo do que para outros, como foi para os estudantes de terapia ocupacional, grupo com o qual eles trabalharam em suas pesquisas. Maria Lúiza Dias (1994), autora referenciada no trabalho de Monnerat (2018), também aponta que há muitos tabus envolvendo o suicídio e que isso acaba o transformando em um enigma.

5 Entre os estudantes, quais as causas de seus sofrimentos dentro da universidade?

Em um primeiro momento, as causas do sofrimen-

to psíquico entre universitários podem parecer um conhecimento tácito, de tão óbvias: insatisfação com o curso, drogas e álcool, problemas pessoais ou familiares e violência. No entanto, após selecionarmos 29 do total de 51 entrevistas, sendo estas feitas com estudantes de graduação e pós-graduação, percebemos que as nossas primeiras especulações eram equivocadas e que não indicam a causa do problema em si.

As categorias que encontramos no discurso dos sujeitos, e que representam os sentimentos de adoecimento psíquico foram ansiedade, depressão, “ansiedade de pânico” - o medo de uma crise de pânico gerada por sentimentos de ansiedade -, desgaste mental, transtorno e cansaço. A origem desses sentimentos que estas categorias nomeiam originam-se nas relações conflituosas entre professores e alunos, a carga de trabalho e de estudos, situações de discriminação, preconceito e exclusão, sendo estas as de maior destaque.

No próximo tópico apresentaremos de maneira



mais esclarecida, as possíveis causas de sofrimento psíquico que xs universitários apontadas nas entrevistas e ponderadas em nossas análises. Não com a intenção de esgotar as possibilidades, mas sim de expor algumas dessas causas que receberam maior destaque no decorrer das entrevistas.

5.1 Conflitos com o professorado, sobrecarga e ansiedade

Dentre várias causas relatadas na pesquisa, a que recebeu maior destaque, sendo a mais citada nas entrevistas, é as dificuldades que existem ao se estabelecer relações com os professores. As queixas centrais são falta de empatia ou de humanidade por parte dos professores e problemas de comunicação. Não foram incomuns os relatos de professores humilhando e constringendo alunos em sala de aula, não permitindo respostas que questionem as suas autoridades. Em outros relatos de alunos, houveram comentários misóginos ou que os diminuíssem. Uma das entrevistadas mencio-

nou que um professor sempre dizia aos alunos que “eles não seriam ninguém na vida”. Esse professor era inclusive uma pessoa de influência e poder em sua área fora da universidade, ou seja, ele tinha poder hierárquico sobre xs alunxs.

Outros exemplos além deste podem ser clarificados a partir das falas de outros estudantes, por exemplo:

Olha eu acho que assim empatia dos professores para os alunos, porque tem professor que a disciplina dele nem é tão difícil assim, só que o cara quer chamar alguma atenção e quer dificultar as coisas sendo que não precisa disso, e isso ferra um pouco, porque acaba que pô o aluno já tem vários problemas ali estudar e ainda lidar com dificuldade com professor e é um problema sério, eu já tive problema com professores em disciplinas que eu particularmente tinha muito interesse só que chega na hora perde o interesse. (estudante da Gestão Ambiental, 21 anos).

Em outra transcrição, é possível compreender que o problema tratado neste artigo é percebido pelos indivíduos en-



trevistados como algo que permite fazer uma crítica à formação do ensino e como o mesmo está estruturado[2]. A partir disto, pode-se concluir que este é um problema mais amplo e que provavelmente afeta estudantes universitários (e demais membros da comunidade acadêmica), em diversos outros lugares:

Eu vou colocar um lado bem pessoal meu aqui... não adianta você ter três doutorados e ser um bosta em sala de aula porque eu... inclusive já tive professores que, realmente tem assim, uma bagagem de conhecimento impecável mas em sala de aula, ele... porque o cara é um doutor pesquisador e não teve o treinamento para meio que estar em sala de aula... sabe? Assumindo cargo de professor, então meio que a galera... está com um problema, aí chega na aula, chega e tem professor que... sabe, perde um pouco de humanidade ali... eu falo isso porque eu vi, eu vejo nas aulas, nos cursos de exatas de... de outras universidades, não só da UnB. (estudante de Artes Visuais, 21 anos)

E a relação entre aluno e professor é tão delicada que pode, inclusive, auxiliar no entendimento do porquê de certos co-

mentários como o abandono de disciplina e sair do fluxo curricular:

Quando as pessoas percebem que os professores estão cagando para eles, não se importam com nenhum dos alunos, a turma simplesmente esvazia, você vai encontrar tipo, dez pessoas dentro de sala de aula. Isso é um sinal de que os professores, tanto não se importam com a aula que estão dando para os alunos e não se importam com os alunos, quanto os alunos percebem isso e se distanciam da sala de aula; então é um processo mútuo de distanciamento. (estudante das Ciências Sociais, 21 anos).

O nível de dificuldade das aulas e a carga de estudo e de trabalhos imposta são outras causas muito presentes no discurso dos sujeitos, podendo assim ser diretamente relacionadas aos problemas que existem com os professores. Não foram incomuns os relatos sobre essa dificuldade e muitos estavam associados aos próprios professores e também ao cansaço[3], como já havia dito a primeira entrevistada (p. 5).

Há o entendimento de que a cobrança é necessária e ela em si não é percebida como categori-



camente ruim, mas a reclamação está em uma sobrecarga que por vezes, leva à necessidade de tratamento[4]:

O horário, a forma como as grades horárias são montadas, oferta do departamento e a organização da universidade podem dificultar a vida dentro da universidade [...] geralmente tem muita carga de leitura ou coisas que tem pra fazer e eu não tenho mais vida. Final de semana, assim, acabo no computador e não faço mais nada e pelo menos eu sinto que tem determinado momento que eu fico tão focada que eu tenho que terminar as coisas que eu não consigo mais me relacionar humanamente com as pessoas, né? Acaba esfriando, assim, tipo, “não, tenho que fazer tal coisa e não vou poder fazer outras coisas. (estudante da filosofia, 21 anos)

Ansiedade, depressão, “ansiedade de pânico”, esgotamento mental e transtorno apareceram bastante, mas em quase todas as vezes estavam inter-relacionadas ou eram efeitos colaterais de outros como medo, sensação de incapacidade, relacionamento com colegas, “Quando eu fui conversar com pes-

soas do curso que eu pretendo ir um deles falou “ quando eu saí de lá eu pensei em me matar””, (Gestão Ambiental, 21 anos); e o relato de uma estudante da Engenharia da Computação, sobre vários colegas que teriam tido crises de ansiedade e o des-caso de um médico da Fundação Universitária de Brasília, que teria dito que ela não tinha um “problema de ansiedade sério”.

5.2 Uma questão de pressão

Outras possíveis causas para o mal-estar mental que receberam maior notoriedade foram: pressão interna, ou as cobranças do indivíduo sobre si mesmo; a pressão externa, podendo ser: pais e parentes que pressionam os filhos para terminarem o curso e entrarem o mais rápido no mercado de trabalho, ou a exigência de bom resultado acadêmico. “Super-humanos” é uma categoria que apareceu no discurso de uma estudante, de Gestão em Políticas Públicas e que se refere a “pessoas poliglotas, que viajam, estudam, fazem coisas legais e tem recur-



... familiares e financiamento e estão disponíveis para se envolverem com outras coisas”. Nas palavras de uma estudante da Matemática, 18 anos: “têm professores que vem assim pra... “cê” fica louca. Às vezes “cê” passa muito tempo aqui, só, também, estudando com aquela pressão psicológica gigante.”

Entra a questão sobre as incertezas geradas pelo atual cenário econômico, a crescente fluidez e as possíveis instabilidades nas relações de trabalho, são grandes influenciadores dessa categoria: “Fico pensando se vou conseguir me formar, até porque o curso de humanas eu não sei o que vai acontecer amanhã. Ainda mais com a licenciatura, esse tanto de reforma, eu não sei se eu vou ter emprego, eu não sei se vou continuar na licenciatura...”, comentário da mesma estudante da Filosofia citada acima. Já outra, afirmou que percebe que seus colegas são afetados pela carga de leitura, pelo “medo de reprovar”, discorreu uma estudante de 32 anos, do curso de História e que está em sua segunda graduação.

Os indivíduos criam expectativas sobre si a partir de suas experiências sociais, e cobram especialmente os resultados de seus esforços individuais que podem se traduzir em boas notas e em um bom rendimento acadêmico. Entretanto, esbarram no limite físico e mental, e se deparam com o impasse do que conseguem fazer de fato e do que deve ser feito para obter um bom rendimento acadêmico, segundo um estudante da Arquitetura, 19 anos: “pessoas se importam muito mais com o QI do que com o QE, que é o quociente emocional [...] elas vão priorizar o SS do que o bem-estar delas véi, pra tirar um SS sabe? [...] focando numa coisa e desfocando em outra coisa e o ideal é o equilíbrio”.

A pressão externa - termo muito citado nas entrevistas para definir como uma causa de sofrimento psíquico/mental-, é gerada pela rede em que os alunos se encontram, especialmente no que se relaciona à inserção no mercado de trabalho e o desassossego em finalizar logo o curso. No



entanto, é importante salientar que o tempo necessário para a conclusão do curso não é igual para todos, e depende de variáveis não controladas pelos estudantes, como por exemplo, a oferta do semestre e a quantidade de vagas disponibilizadas.

5.3 Discriminação, preconceito e exclusão

A Discriminação, o preconceito e a exclusão são fenômenos compreendidos e sentidos de diversas formas pelos estudantes, variando desde as discriminações sofridas pelas minorias até o sentimento de rivalidade que existe entre determinados cursos. Estes são fatores catalisadores de sofrimento psíquico gerados por relações de disputa, sendo principalmente abordados pelos estudantes ao se tratar de raça e gênero[5]: “semana passada uma pessoa de outro curso entrou no CACOM (Centro Acadêmico de comunicação) e tipo falou que entrou lá porque tava sentindo cheiro de veado e tipo isso nunca aconteceu na FAU”, nos relatou um estudante da Comunicação Social,

19 anos. “São tipo coisinhas assim que... ah, a menina é mais cuidadosa então faz o relatório, entendeu?”, disse uma outra estudante, da Engenharia da Computação quando falou sobre como ocorre a distribuição de responsabilidades em trabalhos de grupos: homens com a parte criativa e de cálculos e mulheres com relatório e organização da apresentação, sendo esta apenas uma das situações sexistas apresentadas em sua explicação.

Foram mencionados ocorrências de estupros, casos de assédio, LGBTQI+ que foram expulsos de casa, e de situações de racismo vivenciadas dentro da universidade que levaram à hospitalização de uma estudante, conforme nos informou uma aluna do curso de História, de 22 anos, Segundo ela uma amiga teve um “surto” e precisou ser hospitalizada.

Há relatos de estudantes que se sentem discriminados por suas posições ideológicas divergentes, o que aponta uma dificuldade de diálogo entre os estudantes. Ou por serem de determinados cursos que são estigmatizados, ou que



“tem treta” com outros cursos[6], ou até mesmo pelo rendimento acadêmico: haveria tratamento diferenciado por causa de nota, ou por serem estagiários, ou por participarem de projetos acadêmicos, como disse um estudante de Relações Internacionais, 22 anos. Esse ponto de vista está presente no relato de uma estudante da Ciência da Computação, 24 anos, segundo ela, há muitos “grupos e panelinhas” e mesmo veteranos cobrando posicionamento de calouros sobre o risco de ostracismo social, caso eles ajam de forma divergente, como disse um estudante das Ciências Sociais, 21 anos.

O sentimento de isolamento aparece no discurso dos sujeitos não como causa do sofrimento psíquico, mas como seu agravante; o processo de integração entre os estudantes é frágil, sendo comum a sensação de estar sozinho. Em muitos dos relatos, os estudantes afirmaram que não se sentem acolhidos ou apoiados pela comunidade acadêmica como um todo. Essa dificuldade pode estar associada a

problemas mais amplos como o funcionamento da departamentalização das matérias, o silenciamento de experiências, a exclusão motivada pelas já citadas “panelinhas”.

Para exemplificar parte do que foi tratado anteriormente, apresentamos aqui um fragmento do relato de um estudante de ciência política, 24 anos:

É uma questão de espaço, ter um local de fala onde você possa contar suas dificuldades e pra alguém também, né... Eu como negro, falar com uma pessoa que entende a minha dor, entende? Acho que é essa a questão, assim.”, estudante de Filosofia, 19 anos; “enquanto eu tô aqui eu encontro várias pessoas, pessoas que eu conheço, que eu converso, mas não que eu sinto que eu possa parar e falar “pelo amor de deus, me ajuda aqui que, sei lá, meu pai morreu.

5.4 O uso do transporte público

O transporte, especialmente o público, o tempo que é gasto com o deslocamento, como reclamou um aluno da Contab-



ilidade, e as condições desses transportes foram considerados fatores que causam um impacto negativo na vida dos estudantes. O transporte coletivo, ou melhor, muitas vezes a falta dele e o tempo de deslocamento geram cansaço que pode afetar no rendimento do dia, podendo ser classificado como outra causa do mal-estar psíquico/mental, relacionando-se à pressão interna.

Uma estudante, moradora do Lago Norte, afirma sentir que sua vida melhorou significativamente quando passou a morar mais perto da universidade. Em outro comentário, um aluno, morador da Asa Norte, declara que não se sente afetado pelo transporte público e uma outra estudante e moradora da mesma região alegou que o transporte lotado a deixava cansada, mas que isso a motivava a prestar atenção nas aulas.

Se fizermos uma simples reflexão comparativa, tomaremos nota de que as realidades são bastante diferentes entre um estudante morador da Asa Norte para a de um estudante morador de Brazlândia que faz um trajeto mais ex-

tenso e que tem mais fatores influenciando o seu contexto rotineiro (qualidade do transporte, trânsito, distância).

Analisando os fatos, é possível inferir que provavelmente o estudante que mora mais longe se sente mais cansado ao chegar em casa do que um estudante que mora mais próximo da UnB. Assim sendo, é plausível chegar a conclusão que o transporte pode afetar efetivamente o desempenho dos indivíduos, se considerarmos os comentários anteriores de estudantes que mencionaram a grande carga de leitura e trabalhos e o seu tempo disponível para executá-los.

Apesar de nós considerarmos o fator explanado acima, como uma variável bastante influente, na realidade de muitos indivíduos da comunidade acadêmica, notamos que a Universidade encontra limites para interferir nisto. Neste sentido, este é um motivo difícil para UnB, enquanto instituição e agente[7], lidar e encontrar possíveis soluções para o problema do transporte público, enfrentada pelxs es-



tudantes assim como pelos outros setores da academia.

Uma resolução do problema em questão poderia ser a apresentação de uma proposta à secretaria de transportes, propondo melhorias. Outra saída seria reconsiderar a formulação de novas estratégias em relação aos ônibus intercampi, ainda que isto seja uma questão complexa que exige a atuação de múltiplos agentes, uma vez que não depende exclusivamente da postura da universidade em relação a isso. Mas alguns comentários nos surpreenderam, como o de uma estudante de História, de 20 anos, que disse nunca ter pensado sobre como o transporte público a afeta. Embora nunca tenha pensado sobre isto, ela afirma que “de certa forma sim (afeta), porque dá pra socializar com as pessoas no ônibus”, mostrando que as concepções dos sujeitos podem ser diferentes sobre o que e como aquilo os afeta e para além disto, em que grau se sentem afetados.

5.5. As tensões eleitorais

O período eleitoral[8] desencadeou tensões motivadas pelas incertezas sobre as futuras políticas educacionais e o impacto que terão sobre a UnB a curto, médio e longo prazo. A apreensão se dá pelos atos de violência verbal e física e para além disto, a preocupação social que pode-se observar sendo expressa durante o período das eleições. Estas preocupações foram citadas, como expressou o relato do estudante de Comunicação Social sobre um ato de violência motivada por LGBT-fobia no Centro Acadêmico da FAU (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo), terminando em uma carta de repúdio por parte da FAU e um pedido de desculpas por parte do agressor à vítima. Segundo o estudante entrevistado, essa ação é insuficiente para resolver a situação e/ou para que xs estudantes não sintam medo.

Em outros casos, mesmo os que não se sentiam afetados diretamente com o momento eleitoral, percebiam que não era mais a mesma situação ao se tratar de out-



ros colegas, como disse uma aluna da História, 20 anos, sobre seus pares: “parece que a galera tá bem cansada”.

Em se tratando do momento eleitoral, que foi particularmente polêmico vide as notícias e polarizações da época, captamos que os agentes sentiram-se incertos em relação ao período pós-eleições. Nas palavras de um estudante de Artes Visuais, de 21 anos, “o brasileiro sofre com ausência de consciência coletiva”, e não foi incomum encontrar nos relatos um certo tom de incerteza, como foi o caso do estudante de Comunicação ao falar sobre o acontecimento na FAU, e de outros também.

6 Conclusão

Tornar horizontal o diálogo entre os membros da comunidade acadêmica parece ser a principal ferramenta para que as causas do sofrimento psíquico entre os estudantes da UnB sejam tratadas. O sentimento de isolamento que é perceptível no discurso dos estudantes entrevistados é

crucial para o entendimento do problema. Há um sentimento geral de afastamento entre pares que alimentam o mal-estar geral e desencadeia processos de sofrimento psíquico.

Os conflitos entre professores e alunos revelam-se marcantes. A postura de diversos professores e a carga de cobrança pode não estar considerando os contextos atuais e os perfis de alunos que atualmente frequentam a UnB. É de fundamental importância compreender como certas dinâmicas pedagógicas devem se dar, considerando os contextos nos quais os sujeitos participantes estão inseridos nele. Não descartamos que os professores, funcionários e demais pessoas que fazem parte da composição da teia de relações que constitui a UnB ou que permitam que essas relações aconteçam, estejam em sofrimento psíquico, ou que algum grupo esteja sofrendo mais do que o outro.

É essencial repensarmos a forma como estamos nos relacionando com certas questões dentro do ambiente acadêmico. Não significa que apenas uma mudança de postura por



parte da UnB, ou por parte dos professores seja o suficiente para que magicamente se resolva a questão colocada em evidência. As universidades não se encontram isoladas de outros campos de sociabilidade e sentir muito depois de se perder inúmeras vidas, quando pouco foi feito não mudará nada.

Agradecimentos

Agradecemos primeiramente a toda à turma de antropologia da saúde e a docente Soraya Fleischer, que em conjunto, desempenharam muitos esforços e dedicações até o final do trabalho coletivo, tal qual este artigo é um de seus frutos. Agradecemos também a todxs participantes da comunidade acadêmica,- teceirizadxs, estudantes da graduação, da pós-graduação, xs técnicxs e xs servidorxs - que se colocaram à nossa disposição para exprimir as suas reflexões, colaborando desta forma com o enriquecimento da nossa pesquisa.

Notas

- [1] Estas terapias geravam materialidade e significados que permeavam os discursos dos indivíduos e construía socialmente o conceito de doença mental. Note que a construção social de um conceito não é exclusividade de um único campo social, e que, portanto, não apenas a psicologia e a psiquiatria construía esse conceito.
- [2] Que embora seja uma discussão importante em se tratando da estrutura educacional, não é o foco deste artigo e, portanto, não é uma questão que será aprofundada aqui, apenas chamamos a atenção para o assunto e a necessidade de sua exploração.
- [3] Gerando o efeito colateral sobre a pressão interna e externa, respectivamente as cobranças internas sobre o próprio resultado individual e as da própria rede social do estudante, que são centradas no tempo de formação e na entrada no mercado de trabalho, além das próprias condições incertas desse mercado e do cenário político.
- [4] Embora não seja a questão analítica central deste artigo, a presença do psicólogo e a busca por ajuda fora da UnB apareceram em muitas entrevistas. O psicólogo e as iniciativas terapêuticas mostraram-se ferramentas centrais. As possibilidades de auxílio psicológico dentro da UnB não atingem boa parte da comunidade acadêmica e são mesmo desconhecidas, o que



leva muitos a buscarem auxílio fora da universidade.

[5] Com maior destaque para as violências que ocorrem com estudantes LGBT, sendo comuns as situações de machismo e misoginia.

[6] A identidade entre grupos aqui age como contextual, moldando os conflitos e funcionando como motivador deles, sem que ninguém de fato conheça a origem desses arquétipos.

[7] Inferimos pelas discussões em sala de aula que a UnB não é tão facilmente definida como agente ou como instituição: possui instâncias burocráticas, é uma instituição de ensino e possui estrutura física, mas também apareceu em diversos discursos dos entrevistados como um agente que se relaciona aos outros, possui história e uma personalidade atribuída e é entendida como ser ativo dentro da comunidade acadêmica.

[8] O resultado das eleições presidenciais, no dia 28 de outubro de 2018, não haviam saído durante o período em que fizemos pesquisa de campo. Fizemos duas saídas de campo, ambas anteriores ao resultado.

Referências Bibliográficas

ALVES, Paulo César. “O discurso sobre a enfermidade mental”. In: ALVES, Paulo César e MINAYO, Maria Cecília de Souza (orgs.). Saúde e doença: Um olhar an-

tropológico. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994, pp. 91-100.

CARDOSO, Marina. “Psiquiatria e antropologia: notas sobre um debate inconcluso”. *Ilha Revista de Antropologia*, 4(1), 2002, pp. 85-113.

CAVESTRO, Júlio de Melo e ROCHA, Fabiano Lopes. “Prevalência de depressão entre estudantes universitários”. *Jornal brasileiro de Psiquiatria*, 2006, 55(4), pp. 264-267.

DIAS, Maria Luiza. “Suicídio. Testemunho do Adeus”. São Paulo: Brasiliense. 1994. IN: MONNERAT, Silva “Relatos sobre suicídio e vozes: um estudo etnográfico”. *Revista Equatorial, Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social*, 4, 2018, pp. 161-173.

HITA, Maria Gabriela. “Identidade feminina e nervoso: Crises e trajetórias”. In: ALVES, P. C.; e RABELO, M. C. (Orgs.). *Antropologia da saúde: traçando identidade e explorando fronteiras*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/Relume Dumará, 1998, pp. 179-213.

MARTIN, Denise; CACOZZI, Aline; MACEDO, Thaise e



ANDREOLI, Sergio Baxter. “Significado da busca de tratamento por mulheres com transtorno depressivo atendidas em serviço de saúde público”. *Interface*, 16(43), 2012, pp. 885-889.

MONNERAT, Silvia. “Relatos sobre suicídio e vozes: um estudo etnográfico”. *Revista Equatorial, Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social*, 4, 2018, pp. 161-173.

OLIVEIRA, Felipe França de; ODEH, Muna Muhammad. “Estudo de utilização de medicamentos à luz das variáveis de gênero, raça/cor e etnia em um centro de atenção psicossocial do Distrito Federal, Brasil”. *Tempos, Actas de saúde coletiva*, 11(3), pp. 104-114, 2017.

SILVA, Maria Lúcia. “Racismo e os efeitos na saúde mental”. In: BATISTA, Luís Eduardo; KALCKMANN, Suzana. *Seminário da População Negra*. São Paulo: Instituto de Saúde, 2005, pp. 129-132.

SILVEIRA, Maria Lúcia da. *O nervo cala, o nervo fala: a linguagem da doença*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

SIQUEIRA, Vinícius. “Relações Líquidas: a leveza de ser

(prefácio) - *Modernidade Líquida*”. 7 de novembro de 2016. Disponível em: <<https://colunastortas.com.br/relacoes-liquidas/>>. Acesso em: 22/12/2018.



As percepções da comunidade acadêmica sobre os meios de transporte para frequentar a Universidade de Brasília.

Julia Lucia Helena Lauriola*

*Graduanda em Ciências Sociais, pela Universidade de Brasília.

Resumo

O seguinte artigo busca retratar as percepções da comunidade acadêmica da Universidade de Brasília acerca dos transportes utilizados cotidianamente para chegar até o campus Darcy Ribeiro. Os diferentes meios de mobilidade implicam em diferentes vivências e, em alguns casos, dificuldades. A maioria dos entrevistados usam ônibus e afirmam que o meio de transporte afeta sua permanência e seu bem estar mental. Compreender melhor a dinâmica destes deslocamentos parece

importante para pensar soluções alternativas que ajudem na melhoria deste quadro. Pensar porque este fator afeta tanto o cotidiano, pensar na configuração urbana de Brasília e nos seus meios de transporte a partir das entrevistas e da antropologia urbana é objetivo importante para essa pesquisa.

Palavras-chaves: Mobilidade, transporte, bem estar mental, ônibus, antropologia urbana.

Abstract

The article seeks to portray the perceptions of the academic community of the University of Brasília about the transportation used daily. The different means of mobility imply different experiences and, in some cases, difficulties. Most of the interviewees use buses and claim that the means of transport affects their permanence and their mental well-being. A better understanding of the dynamics of these displacements seems important to think of alternative solutions that help to



improve this situation. Thinking about why this factor affects daily life so much, thinking about the urban configuration of Brasília and its means of transport based on interviews and urban anthropology is an important objective for this research.

Key-Words: Mobility, transport, mental health, bus, urban anthropology.

1 Introdução

Este artigo tem como foco a percepção da comunidade acadêmica sobre os meios de transporte utilizados para chegar até a Universidade de Brasília, especificamente o Campus Darcy Ribeiro. Esse é um aspecto que influencia diretamente o cotidiano das estudantes, professoras e trabalhadoras da Universidade, além de estabelecer vivências diversificadas dentro do ambiente acadêmico.

Ao entrevistarmos uma aluna do curso noturno de História, uma pergunta do roteiro que, até então, não havia nos

chamado muito a atenção, nos saltou aos olhos como um fator importante para nossa pesquisa coletiva. Trago o trecho do respectivo diálogo:

Pesquisadora: Qual o seu meio de transporte pra chegar aqui?

Entrevistada: Ônibus.

P: E você acha que isso afeta sua relação com a UnB?

E: Sim.

P: Em que sentido?

E: De ser cansativo mesmo, como eu fico aqui muito tempo e pro outro lado da cidade geralmente não tem ônibus depois das 19h. Por outro lado, já tem um pouco mais, pro PSUL, Guará. Só que pra Sobradinho 2 nunca tem. Então, geralmente eu dependo de carona, às vezes né? Se a aula realmente for até 22h20, porque geralmente eu faço [as disciplinas no turno] noturno, mas eu chego mais cedo pra ficar estudando.

P: Seu curso é noturno?

E: É, só que eu também pego aula no diurno.

P: Quanto tempo você passa mais ou menos no ônibus?

E: Umm, acho que total é sempre duas horas assim... ida e volta.

(...)



P: E o que você acha que poderia tornar a vida mais fácil, mais agradável aqui na UnB?

E: Ah, eu fico pensando nesse momento só em facilidades! (risos) Não sei, ter mais ônibus por exemplo, é uma coisa que eu sempre penso assim...

(Estudante do curso de História, moradora de Sobradinho)

Tendo em vista este depoimento, começamos uma discussão sobre os diferentes meios de transporte para chegar até a Universidade e os diferentes efeitos e experiências derivados disso. Percebemos que a questão do transporte público surgia diversas vezes em diferentes entrevistas e muitas pessoas diziam ser afetadas cotidianamente por isso. Logo, buscamos compreender melhor a dinâmica dos deslocamentos dos estudantes até chegar à UnB e como eles se sentem em relação a isso. Foi assim que surgiu a escolha de um tema que fizesse dialogar a mobilidade e bem-estar mental na UnB. A maioria dos estudantes entrevistados utilizam o ônibus para chegar à Universidade e expressaram claramente o meio de transporte

como um fator que afeta a permanência, o rendimento e o bem-estar mental.

Os transportes públicos, muitas vezes, fazem parte do cotidiano dos estudantes por um período considerável de tempo a depender do trajeto. Visto que as distâncias percorridas e os trajetos feitos cotidianamente são diferentes, estes podem implicar vivências diversas dentro do ambiente acadêmico. É importante ressaltar que nesta pesquisa as pessoas que mais são afetadas pelas dificuldades do transporte são as mulheres, e por isso em alguns momentos do texto faremos um diálogo com aspectos e questões de gênero.

Nesse sentido, avaliamos ser extremamente importante compreender melhor como se dão os deslocamentos no intuito de entender o motivo pelo qual o transporte é apontado como um fator que afeta, refletir sobre os porquês dessa afetação em maior ou menor medida para o conjunto entrevistado e, finalmente, propor ideias que possam modificar esse quadro. Para



tanto, neste artigo apresento os resultados e análise de uma pesquisa coletiva. Assim, mostro em alguns momentos reflexões de minha própria autoria, falando no singular e em outros falando no plural, destacando ideias realizadas coletivamente com a turma. Falarei da metodologia utilizada e do diálogo com autores da antropologia que pensam a problemática urbana.

2 Metodologia

Em nosso roteiro, haviam duas perguntas sobre transporte: “Qual o seu meio de transporte pra chegar aqui?” e “Você acha que isso afeta sua relação com a UnB?”. O objetivo era conhecer o tipo de transporte predominante e sua repercussão na relação com a universidade. Buscamos compreender se essa afetação se relaciona com o tipo de transporte e local de moradia das estudantes, além de perceber quais as categorias acionadas para falar dessa afetação.

Separei todas as respostas dadas às duas perguntas e também possíveis menções à temática do transporte que surtissem em outros momentos das entrevistas, a partir da busca com as seguintes palavras chaves: ônibus; bus; metrô; intercâmbio; bicicleta; bike; carro; trânsito; transporte; transporte público e mobilidade. Depois, contei quantas pessoas afirmaram que o meio de transporte afetava e não afetava a relação com a universidade. Classifiquei o uso dos diferentes tipos de transporte, sendo a grande maioria dos entrevistados usuários do transporte público, especialmente o ônibus, e comparei com as respectivas razões pela afetações sentidas. Busquei uma bibliografia que dialogasse os temas de saúde, bem-estar mental e transporte, mas foi difícil encontrar algo que abordasse especificamente a vivência dos universitários nesse âmbito. Assim, decidi pensar sobre a questão do transporte a partir da análise da formação e construção de Brasília. Tal perspectiva, determina as vivências espaciais de deslocamento e pensar so-



bre como ela, estrutura as experiências elencadas em termos da relação com o transporte. Ao mesmo tempo que se torna local propício de intervenção para pensar encaminhamentos que busquem atuar na saúde mental da comunidade acadêmica.

3 Brasília: centro e entornos

Visto que a maioria das estudantes entrevistadas moram longe do campus Darcy Ribeiro, onde foram realizadas as entrevistas, e conseqüentemente gastam muito tempo no transporte diário para e da Universidade, parece ser importante refletir sobre a configuração espacial de Brasília e do Distrito Federal.

Brasília, por ter sido um polo econômico forte e por abrigar funções administrativas, atraiu muitas pessoas que buscavam empregos e serviços. As regiões próximas ao Plano Piloto absorveram um contingente grande dos outros trabalhadores que também vieram, mas não conseguiram se

estabelecer profissionalmente e tiveram que buscar moradia mais distante do centro. Nesse sentido, por mais que Brasília tenha projetado soluções inovadoras no papel, a segregação sócio-espacial foi crescente e tem demonstrado como o projeto democrático que se esperava da região era uma utopia.

Caiado (2005) percebe que o processo de estruturação urbana e distribuição populacional do Distrito Federal e Entorno não pode ser dissociado daqueles de urbanização e desenvolvimento nacional, visto que todas as metrópoles estão submetidas ao mesmo processo econômico e à mesma formação social, base da ideologia individualista que permeia as sociedades capitalistas.

A autora, em seu texto sobre a estruturação intra-urbana na região do DF e Entorno, percebe a expansão urbana a partir da distribuição desigual de renda, a qual fragmenta a cidade socialmente e espacialmente. Essa desigualdade de renda está ancorada na acumulação capitalista e implica na segregação



das camadas populacionais com menor poder aquisitivo nas periferias urbanas, onde muitas vezes o acesso à infraestrutura básica é limitado. Dessa forma, esse segmento da população depende de deslocamentos diários até o centro da capital para suprir demandas de trabalho, educação, lazer etc.

O modelo de ocupação da área metropolitana de Brasília, dominado pelos eixos viários, consiste em núcleos urbanos dispersos, separados por longas distâncias, com densidades e características diversas, interligados por uma grande rede de rodovias. Além disso, a utilização massiva do automóvel e a expansão da rede viária permitiram a fixação de áreas residenciais ainda mais distantes dos lugares de trabalho, o que induziu cada vez mais padrão de ocupação disperso. Considero que esse modelo gerou efeitos negativos para a mobilidade urbana, pois provocou ocupações cada vez mais distantes dos lugares de trabalho. É o que Taís Furtado Pontes (2010) chama de modelo urbano de segregação socioespacial

planejado.

O Distrito Federal é composto por 31 Regiões Administrativas (RA). Para termos uma ideia, os dados citados por Caiado (2005) afirmam que Brasília (RA I), onde se localiza o Plano Piloto, abriga apenas 6% da população regional, sendo este o grande centro de atividades para o qual as pessoas se direcionam diariamente. Esse número indica como é desigual o acesso à moradia e ao trabalho no DF e como a segregação espacial estrutura uma dinâmica de deslocamentos de longas distâncias por grande parte da população diariamente, chamada de mobilidade pendular. Isto é, todos os dias, as pessoas vêm para o centro durante o dia e voltam para suas casas distantes a noite.

Além da dispersão da periferia outros aspectos da estrutura urbana da área metropolitana de Brasília como a concentração de renda nas áreas centrais e a dependência de modos motorizados para o deslocamento diário agravam os problemas sociais da falta de acesso da população aos benefícios da urbanização



restando-lhes arcar com as externalidades negativas geradas pelo modelo de deslocamento. (Pontes, 2010, p.7).

A maioria das estudantes com as quais conversamos se insere nessa dinâmica de mobilidade pendular diária, a qual determina vivências urbanas e de saúde mental muito específicas. Portanto, o transporte público, além de um direito, deve ser visto como investimento e não como gasto ou despesa. Percebi, também, que a maioria dos transportes elencados pelas entrevistadas são motorizados, mesmo que coletivos. Há um número muito pequeno de pessoas que se deslocam a pé ou de bicicleta. Esse dado pode estar relacionado com a distância entre casa e universidade, mas também com a estruturação urbana que prioriza um tipo de mobilidade em detrimento de outros.

Alguns estudos apontam que “as políticas públicas de transporte e trânsito têm, ao longo da nossa história, investido mais recursos no apoio ao deslocamento por automóveis, tor-

nando precárias as condições de circulação a pé, em bicicleta ou em ônibus.” (IPEA, 2011, p.66). Desse modo, a mobilidade urbana no Brasil ainda é tratada como tema do planejamento de transportes ou da engenharia de tráfego. Estas visões tradicionais não estão se mostrando suficientes para lidar com todas as questões relacionadas à mobilidade urbana. É preciso considerar também as questões sociais, econômicas e ambientais através de um planejamento de transportes urbano integrado e de inclusão social.

4 O ônibus intercampi

O intercampi é um micro-ônibus que a UnB oferece gratuitamente para os alunos e funcionários da UnB poderem transitar entre os seus quatro campi. Existem ônibus que saem do campus Darcy Ribeiro e vão para o campus da Ceilândia (a 36 km), Gama (a 43 km) e Planaltina (a 70 km) e vice-versa. Na pesquisa realizada em 2012, pelas antropólogas Cristi-



na Patriota de Moura e Larissa de Vasconcelos (2012), a descrição a respeito dos intercâmpis mudou bastante. Na época eram realizados cerca de oito percursos por dia entre os campi e geralmente eles se encontravam vazios pois poucas pessoas sabiam de sua existência. Atualmente, estudantes e funcionários afirmam ser necessário chegar no mínimo 30 minutos antes para conseguir entrar no ônibus, visto que o número de lugares é limitado (de 42 a 46 assentos), o que evita a lotação do veículo, já que não se pode viajar em pé, como nos ônibus.

O intercâmpis possui assentos mais largos, acolchoados, cintos de segurança, ar condicionado, e oferece, portanto, um conforto maior para seus utilizadores. A tentativa de reduzir a precarização do transporte oferecido pela cidade e possibilitar um maior conforto corporal é extremamente importante para um deslocamento e percurso mais longo, que faz parte do cotidiano da comunidade acadêmica. Mas a ampliação destes benefícios não parece acompanhar a crescente demanda por

ele.

Uma vez fui acompanhar uma colega até a parada do intercâmpis e ela me explicou um pouco da dinâmica: as pessoas fazem filas com suas mochilas e os que vão chegando depois contam a quantidade de mochilas ou então perguntam para a pessoa que está mais próxima do final da fila: “Qual o seu número?” se a resposta for maior que “40”, na maioria das vezes, os que chegaram depois procuram outro meio de transporte para percorrer o trajeto ou esperam o próximo intercâmpis. Um estudante do curso de Gestão Ambiental, que mora em Planaltina, afirma:

[Afeta] um pouco porque o intercâmpis a demanda muito maior que a oferta e isso me faz, por exemplo pensar em mudar de curso é essa a coisa que mais pesa, o fato de por exemplo se tiver que ter aula amanhã eu pego um ônibus cheio ou intercâmpis e ainda tenho que acordar 4:30 entendeu? Isso pesa muito. (Estudante do curso de Gestão Ambiental, morador de Planaltina)



Esse ano, os horários e as viagens deste meio de transporte foram reduzidos, enquanto que sua demanda continua crescendo. Em 2017, o intercampi realizava 34 viagens por semana. Em 2018 ele realizava apenas 16 viagens por semana. Este ano, 2019, o intercampi continuará realizando 16 viagens por semana. É possível observar uma queda de mais de 47% da oferta dos intercampis. Uma notícia do Secom UnB (2018) afirmou que as linhas e os horários do intercampi foram alterados para priorizar os períodos e itinerários de maior demanda. A demanda pelo intercampi, porém, continua aumentando. Os cortes de recursos para UnB se aceleram e prejudicam o acesso à infraestrutura de mobilidade e por isso reforçar a relevância do intercampi é prezar por um acesso à universidade mais digno, igualitário e humano para toda a comunidade acadêmica. É extremamente importante ressaltar a necessidade concreta de mais intercampis para os alunos que moram distantes dos campi onde se localizam seus cursos.

5 Afeta ou não afeta?

Mesmo que alguns relatos inicialmente mostram que o meio de transporte não afeta a relação com a universidade, depois são narrados fatos que parecem fazer referência à um tipo de afetação. Por isso, nós reparamos que alguns desses “não afetam” são relativos. Por exemplo:

P: Qual seu meio de transporte pra chegar aqui?

E: Eu tenho carro.

P: Isso afeta sua relação com a universidade? Você acha que isso afeta de alguma forma?

E: Não... Eu acho que assim, claro que é mais fácil pra mim chegar aqui.

(Estudante do curso de Ciências da Computação, morador de Brasília)

Neste caso, uma estudante do curso de Ciências da Computação que mora em Brasília diz não se afetar, mas também aponta a facilidade que o carro proporciona para mobili-



dade até a universidade. Ou seja, diz que ter carro é sim uma vantagem e isso afetaria positivamente sua relação com a universidade. É interessante pensar como a categoria da afetação muitas vezes é associada a algo pejorativo ou negativo e nunca pensado como uma afetação positiva. Nesse sentido, trazemos também outro relato de um estudante do curso de Administração que mora em São Sebastião:

P: E você sente que vir de ônibus afeta sua relação com a universidade de alguma forma?

E: Não. Não sei, talvez se eu viesse de carro seria menos é, (pausa) teria mais rapidez, seria menos cansativo, não sei, não sei se seria esse o termo. Não, eu acho que a maioria vem de ônibus né, mas, por exemplo, eu já venho direto pra cá, eu não preciso pegar dois ônibus, não preciso ir pra rodô [rodoviária], eu já venho direto, aí tem gente que já vai pra rodoviária e da rodoviária pra cá, mas não é uma coisa que assim afeta meu desempenho aqui não. (Estudante do curso de Administração, morador de São Sebastião)

Ademais, o estudante afirma que como quase todos vem de ônibus, por ele ter que pegar um ônibus só, já é um alívio. Ou seja, mais uma vez o tipo e a quantidade dos transportes necessários para chegar até o campus modificam a relação do estudante com a universidade. Percebe-se que aqui o intercâmbio facilitaria muito sua rotina, pois implicaria a utilização de apenas um meio de transporte direto para chegar ao campus.

Outro fato relevante é que apenas três pessoas pontuaram que o trajeto até a universidade seria mais positivo quando feito de ônibus.

E: No meu sentido, apesar de eu chegar mais cansada, acho que dá mais garra, pra pessoa vir. Eu já passei por tudo, peguei um ônibus lotado, um metrô lotado, eu tô aqui, agora quero aula. Aí a concepção muda de quando eu venho de carro. (Estudante do curso de História, moradora de Brasília).

E: Ah dá pra conhecer uma galera no ônibus às vezes, conversar com algumas pessoas, eu me sinto mais social nos dias que eu venho de ônibus. (Estudante do curso de História, moradora de Brasília).



E: Acho até melhor por causa do trânsito (Técnico Educacional, morador do Riacho Fundo)

E: Quando eu andava de ônibus, eu tinha mais essa proximidade com a UnB, de andar no campus, de ficar mais tempo na universidade, de aproveitar os espaços, principalmente a biblioteca pra estudar e tal. Com o carro muda bastante, um pouco. (Estudante, morador de Brasília)

6 O que muda?

Em geral, o transporte é fonte de acréscimo de cansaço físico e mental na rotina diária, como lembram esses diferentes estudantes:

E: Eu chego cansado e irritado porque é lento e tem trânsito... (Estudante do curso de Geografia, morador de Brasília).

E: E também a questão do transporte, porque eu já chego aqui cansada, né?! Tanto pra ir quanto pra voltar também, que demora bastante. (Estudante do curso de Serviço Social, moradora de Ceilândia).

E: Eu chego aqui exausta porque tenho que pegar dois ônibus pra vir, dois ônibus pra voltar... Cansa. (Estudante

do curso de Filosofia, moradora de São Sebastião).

Depender de transporte público muitas vezes significa ter que passar mais tempo na universidade. Isso torna mais complicado voltar para almoçar em casa ou voltar para casa entre os intervalos ou simplesmente se deslocar. Na maioria das vezes, isto é visto como algo negativo porque mais cansativo.

E: Chego super atrasada na aula, cansada demais, tem professor que não entende. (Estudante do curso de Serviço Social, moradora de Riacho Fundo).

Alguns estudantes apontaram para a falta de compreensão dos professores com relação aos eventuais atrasos causados pelos transportes coletivos. Este é um quadro que precisa mudar. É relevante solicitar ao menos alguns minutos de tolerância de atraso para estes alunos.



Na pesquisa de Patriota de Moura e Larissa Fernandes (ano), que pensa o cruzamento dos eixos biográficos e cotidianos com a dimensão da expansão do acesso ao ensino superior no Brasil em termos urbanos e sociais, aponta para a mesma dificuldade. Uma de suas entrevistas, à época, contou:

“Ser negra e moradora de Ceilândia significa, de um lado, ter alcançado uma vitória em relação à família, vizinhos e ex-colegas de escola, mas, de outro, traz uma série de dificuldades, das quais a quase impossibilidade de chegar às aulas pontualmente é uma delas. (Patriota e Fernandes, 2012, p.106).”

Em uma de nossas entrevistas, além do estudante afirmar que utiliza dois ônibus para chegar ao campus e que isso afetaria bastante, ela relatou também que a universidade provocaria uma certa “incapacidade” em relação a própria universidade.

P: Para você, quais são os principais motivos que podem

provocar essa incapacidade?

E: A carga de estudo, a falta de diálogo da UnB com os alunos em relação a mobilidade, classe, gênero, o período das aulas que é bem intenso; falta um diálogo aberto na verdade. (Estudante do curso de Comunicação Social, morador de Taguatinga).

O diálogo é necessário e sua falta, segundo este relato, gera uma certa “incapacidade”. Incapacidade de falar, de agir, mudar e possivelmente melhorar. O diálogo em relação à mobilidade é uma demanda urgente percebida por diversos alunos que são atravessados por essa questão cotidianamente.

Em outra entrevista, um estudante do curso de Ciência da Computação que mora em Águas Claras e vem de carro, diz que este meio de transporte é uma condição para sua permanência na UnB. Sem carro, ele diz: “Eu acho que nem conseguiria estudar aqui porque tem que se locomover rápido de um canto para o outro”. Outra estudante, do curso de Comunicação Organizacional, que mora no Lago Norte e afirma ter



aulas e atividades em diferentes locais do campus diz que: “O carro pra mim facilita muito, quando eu tenho que resolver alguma coisa urgente”.

Além disso, a limitação dos horários dos transportes públicos também pode prejudicar a socialização em eventos da UnB como, por exemplo, nos Happy Hours que acontecem em horários mais tardios. Dessa forma, é como se a UnB e a própria experiência universitária se resumissem à um lugar apenas de produção acadêmica, como se a interação e o convívio social fossem uma coisa a parte.

O próprio princípio interdisciplinar da universidade, onde o estudante tem maior liberdade de construir sua grade horária, tem a possibilidade de fazer matérias de outros cursos e outros campi, pode fazer com que as pessoas se encontrem e dispersem rapidamente. Toda essa abertura, ao mesmo tempo que proporciona conhecer diversas pessoas, para alguns, dificulta a manutenção de vínculos como, por exemplo, a “turma”

representa.

Tentamos reforçar aqui a importância de espaços e eventos onde a “turma” possa se reencontrar, e através disso, quem sabe, se manter. Pois, construir uma rede de apoio pode ser mais difícil quando se tem horários tão limitados para viver a universidade. Estamos falando também nos finais de semanas ou nos feriados, quando a quantidade de ônibus também diminui, como lembrou uma jovem funcionária terceirizada: “[Eu venho] de ônibus e afeta muito, principalmente nos fins de semana. Quando venho trabalhar no domingo demora muito pra passar ônibus, aqui fica vazio e quando fica escuro é complicado”.

7 Quando a noite cai, quando sou mulher

P: Qual o seu meio de transporte para chegar aqui?

E: ônibus

P: isso afeta sua relação com a universidade?



E: sim, porque é bem cansativo, tipo essa coisa de você vim e dependendo da hora que você sai acaba perdendo o último ônibus e tem que dormir na rodoviária.

P: você já dormiu na rodoviária?

O perigo e o medo evidenciados neste relato, de uma estudante do curso de História, falam por si. Todas as entrevistadas que demonstraram insegurança, medo na hora de pegar ônibus dependendo do horário, eram mulheres. Não é novidade que as mulheres são o público mais vulnerável à violência urbana e de gênero. Assédio, olhares e distâncias que invadem nossos corpos, são aspectos que estão cotidianamente na experiência das estudantes e trabalhadoras nos transportes públicos. Cleomar Manhas (2018) nos lembra que hoje, numericamente, as mulheres são as que mais se deslocam pelas cidades, mas as agressões não cessam. Isso reflete a sociedade machista e patriarcal em que ainda vivemos.

A antropóloga Leila Saraiva Pantoja (2014), em sua

monografia defendida no Departamento de Antropologia da UnB, trouxe a temática do ciclismo e gênero. Ela nos lembra: a rua é dos carros, a rua é dos homens. Nesta pesquisa, as mulheres que pedalam em Brasília são suas principais interlocutoras e um enorme desafio enfrentado por elas é a associação da bicicleta com o perigo. Ainda segundo esta autora:

Uma série de discursos, midiáticos e familiares, por exemplo, atribuem continuamente esta característica à bicicleta: sua vulnerabilidade em relação ao carro, muitas vezes marcando o próprio pedalar como uma escolha arriscada. Os discursos e reações ouvidas por minhas entrevistadas, no geral, reafirmam continuamente, como se o risco fosse intrínseco à bicicleta, sem relacioná-lo com a convivência em um trânsito deseducado para lidar com o compartilhamento de distintos tipos de veículos. Este discurso de estímulo ao medo da bicicleta é tão forte, que chega a afastar uma série de possíveis ciclistas. (...) A junção deste discurso com uma concepção de feminilidade hegemônica, que conecta corpos femininos à fragilidade, vulnerabilidade e incapacidade de lidar com os riscos, torna a experiência de começar a andar de bicicleta enquanto meio



de transporte ainda mais desafiadora. São discursos, inclusive, que contribuíram para o processo de afastamento das minhas entrevistadas da bicicleta. (Pantoja, 2014, p. 89- 90).

O assustador é que estes discursos chegam até a culpabilizar as mulheres por eventuais acidentes ocorridos quando estão sob duas rodas. Usar a bicicleta em Brasília é um ato de resistência, não apenas pelos obstáculos do espaço físico da cidade em si, que não oferece uma infraestrutura segura para ciclistas, mas também por contrapor-se ao discurso moral machista e hegemônico que reforça estereótipos de feminilidade e está repleto de preconceitos sobre o papel da mulher no trânsito. Dentro de uma cidade inteiramente projetada e construída para o carro, ir sobre duas rodas para a universidade é muito raro. Apenas um estudante dos nossos entrevistados vem de bicicleta para UnB.

8 Estresse no trânsito...

“Fé em Deus e pé na Tábua”, livro do antropólogo Roberto da Matta (2010), nos lembra que por mais que desejamos uma movimentação igualitária no espaço público, ela pode ser na maioria das vezes enervante, perturbadora e arriscada. O movimento de sair de casa para a rua e entrar em contato com desconhecidos - paradoxalmente iguais perante a lei -, é tido cada vez mais como perigoso. Segundo o autor, vivemos “numa sociedade que até hoje não conseguiu equacionar anonimato, igualdade, respeito e civilidade pelo outro” (Da Matta, 2010, p. 36).

Da Matta caracteriza a vida movimentada do tráfego urbano como um caos. Aqui, se está constantemente calculando o próximo movimento do outro. O autor descreve a forma que os brasileiros se relacionam no trânsito, sem respeitar as normas de modo igualitário, tentando sempre ultrapassar os outros carros de modo agressivo e hierárquico. “Percebe-se uma impaciência crônica movida a raiva e indignação quando



se é obrigado a esperar no trânsito” (Da Matta, 2010, p. 78).

Agora, porque esses sentimentos comuns de agressividade, nervos, pressa, stress e impaciência excessivos num engarrafamento? Da Matta explica que essa exagerada negatividade no trânsito nasce do sentimento de superioridade, intrinsecamente ligado ao modo “barbeiro” brasileiro de dirigir, e ao caráter hierárquico brasileiro que se reflete em todas as esferas da vida social, inclusive no trânsito: “O resultado deste choque entre igualdade e desigualdade promove muitas saídas. No trânsito, é frequente o salve-se quem puder. (...) Neste ambiente, ciclistas e pedestres correm o risco do atropelamento” (Da Matta, 2010, p. 79).

Todas estas perspectivas apontam para uma forte possibilidade de afetação da saúde mental das pessoas que circulam nos ambientes urbanos. O trânsito e o tempo gasto também é uma das reivindicações dos estudantes. As questões do tráfego porém, nos remetem novamente à infraestrutura e à logística

do planejamento da cidade de Brasília. Programas educacionais que prezam por um novo tipo de comportamento no trânsito, com respeito e cuidado maior com ciclistas e pedestres são extremamente importantes para mudar esse quadro caótico da vida urbana no Brasil.

9 Raul Aragão, presente

Ao falar de bicicletas, carros e conflitos no trânsito é quase impossível não relembrar o episódio devastador do estudante de ciências sociais Raul Aragão. Morto criminalmente por um motorista que dirigia à 95 km/h numa pista de 60km/h. Raul estava saindo do restaurante universitário junto com um amigo e foi bruscamente atropelado. Raul era um grande ciclista e ativista de movimentos que incentivam o uso da bicicleta como transporte alternativo. Raul também era voluntário da ONG Rodas da Paz, que busca reagir ao crescente número de acidentes, mortes e violência no trânsito, incentivando o uso



da bicicleta por meio de atividades e maratonas, ensinando diversas pessoas a pedalar.

Sua morte foi um choque para todos nós. De acordo com o laudo pericial Raul não teria como ter visto o carro na pista e se o motorista tivesse dentro da velocidade permitida, o acidente poderia ter sido evitado. Mesmo depois dessa atrocidade, ainda surgiram polêmicas e comentários absurdos como: “Mas ele estava na pista dos carros. Foi muito imprudente.” Aqui percebemos, como ainda é fortemente presente, uma mentalidade em que os carros dominam as ruas e sua potência justificaria uma submissão automática dos mais frágeis.

A máquina impositiva do carro e a enorme quantidade de acidentes gera um medo que bloqueia e inviabiliza muitas pessoas a se arrisarem em duas rodas. Se os ciclistas e os pedestres fossem respeitados, dentro de uma esfera menos hierárquica e mais horizontal dos tipos de transportes. E se a infraestrutura das cidades permitissem a circulação dos mesmos

com mais segurança e tranquilidade, andar de bicicleta talvez fosse menos assustador. O colega Raul sempre dizia: “Acenda o farol, reduza a velocidade e deixa a minha bike passar”.

10 Trajetórias e Experiências urbanas

Tornquist (2007) defende a ideia de que o trânsito é um local de sociabilidade urbana visto que propicia uma interação mais heterogênea entre diferentes pessoas, além de ser um meio no qual os meios de transporte são reveladores das posições sociais dos sujeitos. Acreditamos ser interessante pensar à partir da perspectiva da autora, visto que a maior parte de nossas interlocutoras pensam a sociabilidade a partir da limitação imposta pelos horários do transporte público. Esses horários lhes impedem de viver a Universidade em sua dimensão relacional e social, para além das aulas e produção científica. O transporte é ressaltado apenas por uma estudante de graduação como momento de sociabilidade.



Ademais, pensamos sobre como o sentimento de afetação sobre os quais indagamos para as entrevistadas pode estar relacionada à essa posição social dos sujeitos, como mencionada por Tornquist. O deslocamento diário é atravessado por questões de cunho social, econômico e ideológico. A (falta de) escolha por um meio de transporte específico e sua vivência nele é marcado por fatores que extrapolam, portanto, a mobilidade urbana, mesmo que esta determine vivências diferentes e específicas na Universidade.

Para uma maior reflexão da experiência da mobilidade urbana, trago também a antropóloga Janice Caiafa (2009): “A descrição da produção subjetiva nas diferentes configurações urbanas é uma tarefa da etnografia das cidades e importante para que se entenda a especificidade da experiência urbana” (Caiafa, 2009, p. 92).

Ela inicia um de seus artigos com a seguinte frase: “Habitar uma cidade é experimentar de alguma forma a vizin-

hança de estranhos” (Caiafa, 2009, p. 91). Além de poética, a frase é muito verídica. Estar em uma cidade ou locomover-se nela significa estar em constante contato com o desconhecido, com a alteridade. Movimentar-se no trânsito urbano exige uma nova dinâmica subjetiva, que, de acordo com a autora, tem o caráter do choque. Pois, o meio heterogêneo da cidade nos expõe à uma variedade de experiências subjetivas e singulares. O contato com o imprevisível ou com o perigoso pode se intensificar neste contato com o outro. O que parece implicar novas dinâmicas e novos problemas: “A possibilidade de ser afetado por estranhos é uma marca da vida urbana, uma imposição ou uma oportunidade no espaço das grandes cidades. (...) Deixar-se afetar por estranhos é de certa forma já mudar ou sair um pouco de si” (Caiafa, 2009, p. 96).

Para reforçar seu argumento, Caiafa (2009) descreve a construção da categoria do outrem, que exprime um mundo possível: “De alguma forma outrem me tira de mim, ele me dis-



traí. (...) Outrem é “um operador de diferenciação, que dissolve as identidades, as desterritorializa, leva-nos para longe de nós ao nos distrair com outros mundos possíveis” (Caiafa, 2009, p. 97). Não é possível ter uma antecipação do que poderá ocorrer nesse trânsito. Tudo está em jogo, em desequilíbrio e só é possível contar com o imprevisível. Esses fluxos produzem a desterritorialização das identidades, possibilitam uma maior criatividade subjetiva e uma comunicação mais transversal. Isso pode produzir também imobilidade, pelo excesso de exposição ou de velocidade. Por exemplo, num assalto, o encontro pode ser violento e às vezes o eu permanece paralisado, em estado de choque. Não há dúvidas que nas cidades estamos sujeitos à risco, tanto positivos quanto negativos. A força criadora da diferença, a experiência da alteridade é o maior atrativo de uma cidade: “O habitante da cidade tem mais chance de cruzar com uma passante desconhecida e olhar dentro de seus olhos, se deixar afetar.” (Caiafa, 2009, p. 98).

Cidade é um ponto de conexão de diversas trajetórias momentaneamente, fluxos que trazem estranhos constantemente. O meio urbano é um lugar em movimento de deslocamentos, circulação e dispersão. Porém, esses fluxos também se territorializam. Determinam-se marcas, códigos que delimitam e hierarquizam. De acordo com a autora, um sentimento característico dos meios urbanos é a noção de inquietude, que aponta mais para aspecto positivo da curiosidade: “Nos faz desejar ir além do reconhecimento das pequenas vizinhanças, desejar ir a rua para nos misturar, para experimentar os encontros e enfrentar os riscos” (Caiafa, 2005, p.5).

Por outro lado, em nossas entrevistas este aspecto positivo e curioso que pode gerar o transporte coletivo não pareceu estar tão presente. Seria necessário formularmos outras perguntas para estas questões. Por mais que o ônibus também possa ser visto como um lugar para socializar, a equipe de pesquisa de Cristina Patriota e Larissa Fernandes (2012) por exemp-



lo, que realizaram pesquisas nas paradas e dentro dos ônibus frequentados por estudantes da UnB, observaram interações superficiais entre as pessoas. Eram mais frequentes contatos como cumprimentos, perguntas relacionadas ao serviço de ônibus. Era mais comum trocar pequenas informações. Não foram verificados quaisquer movimentos no sentido de conhecer pessoas novas e sociabilizar. Além disso, elas repararam que o ônibus é um local que dificulta a leitura e a maioria dos estudantes viaja com fones de ouvido, escutando música.

11 O que é público? O que é privado?

Em primeiro lugar, a cidade é marcada por uma densidade. Uma aglomeração de pessoas num espaço partilhado e, por isso, urbano. Criam-se aqui espaços coletivos. Caiafa (2009) chama a atenção de que o espaço público não é necessariamente um meio ocupável coletivamente, pois, geralmente só

se ocupa plenamente o espaço público no automóvel particular, o que representa um uso privado da via pública. A ocupação privada dos espaços urbanos gera uma segregação, onde os mais pobres são os mais penalizados. Para se deslocarem utilizam o transporte coletivo que é, na maioria das vezes, precário. Já os mais ricos utilizam automóveis privados e ocupam boa parte do solo urbano.

Um grande agente dos desafios da cidade é o transporte coletivo. Ele constrói o acesso aos lugares e pode criar um tipo de ocupação coletiva do espaço urbano. A ocupação coletiva de um espaço em movimento, envolve encontros e confrontos com desconhecidos. De alguma forma, o transporte coletivo distribui a população e a conduz para longe das vizinhanças. Aqui, ocorre uma desagregação, mesmo que provisória e local: “O conforto das áreas residenciais segregadas e do automóvel privado, figuras da ocupação privada do espaço urbano, só é garantido quando a sociedade paga por ele. (...) A privatização



e o confinamento geram, portanto, ao mesmo tempo um adensamento aberrante, desigual, e uma movimentação segregante. Trata-se de uma desurbanização, de forças contra a densidade e a circulação, que marcam historicamente a expansão das cidades. Nas cidades, a densidade apoia-se na dispersão porque a mobilidade é fundamental para que a população possa se distribuir e se misturar, ocupando coletivamente o espaço da cidade.” (Caiafa, 2009, p. 93)

Vir de carro até a UnB é um privilégio para poucos e está intrinsecamente ligado a questões de classe social. Com a ampliação de políticas sociais como, por exemplo, as cotas sociais e raciais, alunos de diferentes zonas do DF tiveram a oportunidade de ingressar na universidade pública. Isso sem dúvidas foi algo extremamente importante para a ampliação dos direitos e acesso mais justo à um ensino de qualidade. Por mais que um aluno consiga ter uma vaga na universidade, render possível sua permanência e, logo, garantir efetividade nos

seus deslocamentos diários para chegar até a faculdade é de primordial importância. Perceber essas dificuldades, através de uma sensibilidade e diálogo com as pessoas que vivenciam estas questões, trazendo suas próprias narrativas para dentro de um trabalho científico é uma ferramenta importante da antropologia, e é imprescindível para entender as principais dificuldades desses sujeitos e encontrar soluções.

12 Considerações finais

Uma pesquisa importante para nossa reflexão foi o trabalho de Cristina Patriota e Larissa Fernandes (2012), e sua reflexão a partir do acompanhamento etnográfico de trajetos cotidianos de estudantes que moram na Ceilândia e estudam no Campus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília. As autoras trazem relatos autobiográficos de trajetórias de vida das estudantes e refletem a respeito de dinâmicas de expansão urbana no DF e expansão universitária em diversas universi-



dades federais, acompanhada por políticas de acesso ao ensino superior, que trazem cada vez mais estudantes residentes em áreas “periféricas” para as grandes cidades.

Não basta simplesmente existir uma linha de ônibus ou a possibilidade de transporte gratuito para estudantes. Essas possibilidades só se transformam em recursos utilizáveis para pessoas que desenvolvem estratégias complexas e ultrapassam uma série de barreiras. Esses movimentos, repletos de sentidos, valores, perigos e oportunidades, são também passagens para outros segmentos de configurações sociais assimétricas, em que se desenvolvem projetos de ascensão social, dentre os quais obter um diploma universitário é um recurso simbólico/prático importante. Cito a pesquisa de Moura e Fernandes (2012): “Atravessar cerca de 90 quilômetros diários em transportes públicos que não foram elaborados para permitir o livre fluxo de habitantes de cidades-satélites a instituições de elite em nossa moderna capital nacional é, certamente, uma ex-

periência de superação que merece ser documentada e sobre a qual devemos refletir a partir das Ciências Sociais. (...) Essas mobilidades envolvem processos de ascensão social em uma sociedade permeada por hierarquias de classe, cor e origem regional, relacionados a projetos não só individuais, mas também familiares e transgeracionais. Essas duas dimensões, no entanto, são permeadas por territorialidades urbanas, por entre as quais os deslocamentos cotidianos criam rotas nas quais a possibilidade de movimento diário se torna um recurso precioso.” (Moura e Fernandes, 2012, p. 109-110).

A possibilidade de um movimento cotidiano de qualidade é um recurso crucial para ascensão acadêmica e social de muitos estudantes que moram longe do Plano Piloto no DF. A ampliação de políticas e ações afirmativas é extremamente necessária para a gradual ruptura com o modelo hierárquico entre classe e geografia que permeia não só a Universidade de Brasília, bem como toda nossa sociedade. Porém, é preciso



ampliar também recursos práticos de acesso ao meio universitário. O primeiro passo é chegar aos campi universitários. Expandir os meios de transportes e de acesso, integrando a sociedade inteira do DF é uma das formas que possibilita a redução de segregação e desigualdades.

Será que a dificuldade de acesso à universidade são resquícios de um espaço privatizado? No mínimo as nossas entrevistas apontam a necessidade de um cuidado para que a UnB não se transforme em um espaço privatizado. Por isso, é extremamente importante e urgente que se tenha uma atenção maior voltada para o transporte coletivo dos estudantes.

Os contatos momentâneos com estranhos podem gerar uma certa insegurança, o que pode requerer uma constante atenção. Muitos alunos na UnB usaram a categoria do “cansaço” para descrever o sentimento provocado pelas longas viagens de ida e volta através do transporte público. Esse estado constante de alerta pode gerar um desgaste físico e emocional

muito grande.

A distância que o espaço de Brasília cria para pessoas que moram na periferia e no entorno implica numa dificuldade de acessibilidade dessas pessoas para seus destinos, no caso, a universidade. Se o transporte público fosse adequado e atendesse as demandas da população, isso ajudaria o problema da distância e proporcionaria um acesso à educação mais igualitário para todos. O acesso à educação é uma das grandes pautas desse trabalho que, reconhece as dificuldades apontadas pelos estudantes da Universidade de Brasília e busca, a partir destes relatos, evidenciar as causas e pensar soluções alternativas.

Portanto, percebemos a importância de refletir sobre os processos de mobilidade urbana da comunidade acadêmica da UnB a partir da perspectiva do bem-estar mental na Universidade como forma de perceber as dificuldades que essas vivências cotidianas implicam e refletir sobre possíveis formas



de amenizar essa situação. É importante uma reflexão antropológica sobre o tema. O presente trabalho é um esforço por problematizar a necessidade de aliar as reflexões sobre mobilidade urbana às de saúde mental sob uma perspectiva da antropologia.

A partir dos dados analisados e das reflexões obtidas à luz da bibliografia, percebemos como de fato a dinâmica dos deslocamentos para a Universidade é um fator que afeta a relação com a instituição. A comunidade acadêmica, a qual se desloca majoritariamente de ônibus a partir de cidades mais distantes do centro de Brasília no qual se localiza o campus Darcy Ribeiro, percebem essa afetação principalmente a partir da distância e do tempo gasto no trajeto. Parece, dessa forma, que mais do que o tipo de transporte utilizado, o que ele determina nos percursos é o que afeta o bem-estar mental e físico das pessoas.

Acreditamos que uma vivência de mobilidade urba-

na de qualidade é fundamental para o exercício acadêmico e laboral justo e digno. Nesse sentido, terminamos esse artigo com algumas sugestões e encaminhamentos muito concretos e relativamente simples de serem colocados em prática, visando uma intervenção direta nos aspectos que determinam as vivências negativas relatadas. Por exemplo, julgamos ser necessária a expansão da linha 110 de ônibus, que vai da Rodoviária à UnB, tanto em termos quantitativos dos ônibus disponíveis, como dos horários previstos para sua circulação, sendo esta uma demanda muito grande da comunidade acadêmica. Como é o meio mais utilizado para chegar à universidade, acreditamos que sua ampliação evitaria as grandes filas de espera e os transportes lotados. Além da ampliação dessa linha, seria interessante que fossem disponibilizados transportes diretos das RAs até o Campus Darcy Ribeiro, o que evitaria as estudantes e trabalhadoras terem que pegar mais de um transporte, seja ônibus ou metrô, para chegar ao destino final, diminuindo o



tempo gasto nos trajetos.

A ampliação do passe livre estudantil à toda a comunidade acadêmica da UnB, inclusive para moradores do entorno do Distrito Federal é de extrema urgência. Por exemplo, muitos estudantes que moram distantes e o passe livre não cobre, chegam a condensar suas disciplinas em poucos dias semanais por não conseguir arcar com os custos das passagens. O uso do passe deve se estender aos horários que extrapolam sua grade curricular, possibilitando que as estudantes possam frequentar atividades extracurriculares e eventos sociais que ocorrem no campus. Construir uma rede de apoio e criar vínculos dentro da UnB é muito importante quando falamos em bem-estar mental. Isso pode ser mais difícil quando se tem horários tão limitados para viver a universidade em suas esferas de interação e convívio social.

Além da interferência direta nos meios de transporte, pensamos sobre como a expansão da própria instituição de

ensino poderia ser benéfica em termos de acesso para toda a comunidade acadêmica do DF. Hoje, a UnB possui três outros campi, no Gama, em Planaltina e na Ceilândia, onde são oferecidos cursos de áreas específicas nesses locais. Essa expansão poderia dar a opção para aos estudantes que preferissem pegar algumas disciplinas mais perto de sua residência, evitando o deslocamento diário de grandes distâncias até o centro. Esses campi poderiam oferecer inclusive matérias básicas e não concentrar apenas cursos específicos, como os da área de saúde, agrárias ou engenharias.

Incentivamos também a participação da comunidade acadêmica nos fóruns e conselhos do Distrito Federal, principalmente nos que debatem a questão orçamentária das diferentes regiões administrativas, para que reforcem a importância de recursos destinados aos transportes públicos e à circulação urbana.



Referências Bibliográficas:

CAIADO, Maria Célia Silva. 2005. “Estruturação intra-urbana na região do Distrito Federal e entorno: a mobilidade e a segregação socioespacial da população”. Revista brasileira Estudos População, São Paulo, v. 22, n. 1, pp. 55-88, jan./jun.

CAIAFA, Janice “Comunicação e diferenças nas cidades”. 2009. Lugar Comum N. 18, p. 91-112, Universidade Nômade.

CAIAFA, Janice “Produção Comunicativa e Experiência Urbana”. 2005. Comunicação e Culturas Urbanas, V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

DA MATTA, Roberto. 2010. Fé em Deus e pé na tábuca: Ou como e por que o trânsito enlouquece no Brasil. Editora Roccodigital.

MANHAS, Cleomar, “Mobilidade assediada, retrato de uma sociedade machista”, Outras palavras, Jornalismo de profundidade e pós-capitalismo, 08/03/2018. Disponível em: <<https://www.inesc.org.br/mobilidade-assediada-retrato-de-uma-sociedade-machista-2/>> Acesso em: 2018

MOURA, Cristina Patriota de; VASCONCELOS Larissa Fernandes Lins de. “Trajetórias, trajetos e “motilidade” na Universidade de Brasília. 2012. Antropolítica, Niterói, pp. 87-110.

PANTOJA, Leila Saraiva. “Nem vítima, nem Algoz: Mulheres de bicicleta em Brasília”. 2014. Monografia. Série Antropologia. Vol. 443. Brasília: Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, pp. 19-165.

PONTES, Taís Furtado. “Avaliação da Mobilidade Urbana na Área Metropolitana de Brasília”. 2010. Dissertação (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Programa de Pesquisa e Pós-Graduação), Brasília, UNB.

RODAS DA PAZ, Rodas da paz, Disponível em: <<http://www.rodasdapaz.org>> Acesso em: 2019.

SECOM UnB, Transporte intercampi tem mudanças neste semestre, UnB notícias, 07/08/2018, Disponível em: <<https://noticias.unb.br/publicacoes/69-informe/2416-transporte-intercampi-tem-mudancas-neste-semester>> Acesso em: 2018.

SECOM UnB, UnB Ciencia e ousadia, Linhas e horários dos



ônibus intercampi, 2017. Disponível em: <https://noticias.unb.br/images/Noticias/2017/Documentos/linhas_horarios_intercampi_A.pdf> Acesso em: 2018.

TORNQUIST, Carmem Susana. Sociabilidades e relações de gênero: reflexões sobre o trânsito em Florianópolis. 2007. Espaços Culturais: vivências, imaginações e representações, Salvador. II Colóquio Nacional do NEER: Espaços Culturais: vivências, imaginações e representações. Salvador: UFBA.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara de; CARVALHO, Carlos Henrique Ribeiro de; PEREIRA, Rafael Henrique Moraes. “Transporte e mobilidade urbana”. 2011. CEPAL e IPEA, Brasília.



“Não dá pra discutir política sem ter medo”: Narrativas de estudantes universitários durante o período eleitoral de 2018.

“You can’t discuss politics without being afraid” Narratives of university students during the 2018 election period.

Ana Claudia Knih de Camargo*

Gabriel Sousa Gonçalves*

*Graduandos de antropologia na UnB.

Resumo

Durante todo o período das eleições presidenciais de 2018, surgiram diversos relatos de universitários em sofrimento, que associavam mudanças ocorridas com a própria saúde mental ao momento político vivido no país. Analisando entrevistas de 20 alunos de graduação de cursos variados, e destacando a questão “Como esse momento eleitoral influen-

cia sua permanência aqui na universidade?”, buscamos compreender se - e como - as eleições de 2018 afetaram a saúde mental dos estudantes da Universidade de Brasília. O foco nas narrativas construídas por esses estudantes nos ajuda a refletir sobre os sentimentos causados pelo momento político, valorizando a narrativa dos próprios sujeitos em sofrimento psíquico, suas vivências e subjetividades, a partir das categorias de gênero, raça e classe. Aqui, procuramos mostrar como essas categorias permeavam intensamente os discursos desses sujeitos em sofrimento, de forma que esses corpos em específico eram mais afetados pelos discursos antimino-riais constantemente propagandeados durante as eleições.

Palavras-chave: Antropologia, Saúde Mental, Eleições, Política.

Abstract

Throughout the 2018 presidential election period, sev-



eral reports emerged of university students in distress, who associated changes that occurred with their own mental health to the political moment experienced in the country. Analyzing interviews of 20 undergraduate students varied courses, and highlighting the question “How does this electoral moment influence your stay here at the university? ”, we seek to understand whether - and how - the 2018 elections affected the mental health of students at the University of Brasilia. The focus on narratives constructed by these students helps us to reflect on the feelings caused by the political moment, valuing the narrative of the subjects themselves in psychological distress, their experiences and subjectivities, from the categories of gender, race and class. Here, we look for show how these categories intensely permeated the speeches of these subjects in suffering, so that these specific bodies were more affected by anti-minority speeches constantly advertised during the elections.

Keywords: Anthropology, Mental Health, Elections, Politics.

1 O cenário político

Diversas/os estudantes da Universidade de Brasília relataram que tiveram a saúde mental afetada ao longo do mês de outubro, período das eleições de 2018. A polarização que marcou as eleições brasileiras de 2018 se deu entre os candidatos Fernando Haddad (PT) e Jair Bolsonaro (PSL). Estes partidos representavam tendências políticas de centro-esquerda e extrema direita, respectivamente, o que gerou um sentimento intenso de “nós contra eles” de ambos os lados. As disputas simbólicas dadas em termos de discursos marcadamente opostos dos dois candidatos e seus eleitores foram evidentes. Foi alarmante, também, a propagação de ódio contra minorias sociológicas partindo da figura de Jair Bolsonaro e seus eleitores.

Além dessas disputas discursivas, as bandeiras utilizadas durante a campanha foram representações demarca-



das, sendo elas mesmas outro exemplo perceptível de disputa simbólica que se acirrou durante o período eleitoral. De um lado, estavam as cores presentes na bandeira do Brasil (usadas sobretudo na campanha do PSL), e de outro, estava a cor vermelha que, durante um longo período, foi utilizada para representar o Partido dos Trabalhadores (PT).

Ocorre uma radicalização de imagens e personagens que são contrapostas. (...) uma campanha política é essencialmente conflito simbólico, cujas regras do jogo são a exacerbação da diferença, o enaltecimento de aptidões e a tentativa de apropriação de valores que expressam o centro da vida social. (Barreira, 1996, p. 11).

Em uma palestra apresentada em novembro no Departamento de Antropologia da UnB, o pesquisador da área Benjamin Junge apontou que a extrema diferença de opiniões entre os discursos ocorria de uma possível crise moral como principal fonte do problema no Brasil (2018, comunicação pessoal). Assim, a solidez de valores aparentemente

estáveis, como os direitos humanos, não se sustentaria mais. Parecia haver uma incomunicabilidade parte à parte, uma falta de diálogo entre os apoiadores de cada partido que tensionava ainda mais essa disputa já tão polarizada.

Nessa esfera de disputas simbólicas onde a imposição de uma figura política depende, além de fatores externos, de sua aceitação carismática e passional por parte do eleitorado, adquire relevância incontestável o apelo e utilização dos sentimentos e emoções nos discursos e narrativas políticos. (Bezerra, 2007, p.3)

Assim, para iniciar essa discussão, precisamos localizar o que entendemos como o período eleitoral e porque acreditamos que ele teve grande influência ao afetar diretamente a saúde mental dos alunos da Universidade de Brasília. Como afirma Bezerra (2007), “o período de campanha eleitoral representa mais do que um momento de jogos de estratégia e táticas empregadas para alcançar a vitória, representa um evento catalisador de valores sociais.” (p.3). Diversas



dimensões da vida cultural se evidenciam explicitamente durante as circunstâncias eleitorais. Segundo um dos entrevistados, durante as eleições “as pessoas com seus preconceitos estão saindo do armário, né” - disse, em referência aos discursos de ódios presentes no período, completando com: “Hoje em dia já se vê umas situações que por exemplo ano passado não acontecia” - deixando claro não somente a evidência desses discursos, mas também sua gravidade.

Entendemos a saúde mental como um tema extremamente impactante dentro das universidades e que deve ser discutido com urgência devido aos altos índices de ansiedade, depressão e sofrimento psíquico em que se encontram diversos alunos[1] de graduação. Ao longo do trabalho, pretendemos focar nas narrativas contadas por esses estudantes como uma tentativa de valorizar suas diversas vivências, entendendo-os como atores sociais e experts em suas próprias histórias, ou ainda, “experts por experiência” (Andrade e Maluf, 2011). É im-

portante, ainda, destacar dois processos que podem ter causado sofrimento aos alunos da Universidade de Brasília: (1) O sentimento de silenciamento gerado pela polarização, que pode ser percebido entre os eleitores de ambos os candidatos; (2) A ansiedade e o medo gerados pela possível candidatura do candidato Jair Bolsonaro, cujo discurso atacava minorias e colocava em risco a integridade, condições de estudo e trabalho dos entrevistados que se opunham à candidatura de Jair Bolsonaro. [2],

2 Metodologia

A atual pesquisa foi feita coletivamente por todas as integrantes da disciplina de graduação “Antropologia da Saúde”, cuja bibliografia foi voltada para temas relacionados à saúde mental estudados pela ótica antropológica. A disciplina foi ofertada e ministrada no segundo semestre de 2018 pela professora Soraya Fleischer. Sua proposta de pesquisa se deu de forma experimental e coletiva, onde as estudantes montaram todas as etapas da disciplina em conjunto.



Orientada pela professora, a turma escolheu a bibliografia a ser lida, montou o roteiro das entrevistas e saiu à campo pelos corredores da Universidade, de forma que as entrevistadoras estivessem sempre em dupla. Os resultados de todas as entrevistas realizadas foram compartilhados e discutidos entre as estudantes[3], e serviram como base para todos os trabalhos entregues ao final do curso, incluindo este.

O roteiro de entrevistas que utilizamos contava com uma pergunta específica sobre as eleições, sendo ela: “Como esse momento eleitoral influencia sua permanência aqui na universidade?”. Dentro do universo de 50 entrevistas feitas com estudantes, funcionários, trabalhadores terceirizados e frequentadores da universidade, nossa pretensão inicial era a de analisar as respostas de todos os estudantes de graduação entrevistados, perfazendo um total de 35 entrevistas. Dentro desse recorte, posteriormente optamos por trabalhar com as 29 entrevistas em que os estudantes se sentiram de alguma

forma influenciados diretamente pelo período eleitoral, eliminando as que consideravam o momento irrelevante. Descartamos, ainda, 9 respostas positivas à questão que, no entanto, eram monossilábicas e não nos forneciam dados analíticos relevantes dentro da nossa proposta de fazer elaborações qualitativamente aprofundadas. Finalmente, ficamos com 20 entrevistas de estudantes que sentiram que o momento eleitoral influenciou de alguma forma a sua própria permanência na universidade e discorreram, mesmo que brevemente, sobre o assunto. Para a proteção de nossas interlocutoras, todos os nomes expostos durante o artigo são pseudônimos.

Vale ainda destacar que nossa escolha pelas respostas dos alunos afetados pelo momento eleitoral é também fruto da nossa própria inquietação com o cenário político e da compreensão de que possuímos saberes situados (Haraway, 1995). Enquanto alunos e autores percebemos que não conseguiríamos, ou sequer desejaríamos, nos afastar de nossos



posicionamentos políticos ao longo do processo de escrita do artigo e nos desprender das nossas próprias percepções e experiências que nos apontam, de fato, para a influência do momento eleitoral na saúde mental dos alunos da universidade.

Entendemos, ainda, ser impossível nos desvincular das nossas próprias angústias frente ao projeto de desmonte que pode se intensificar entre as políticas públicas e sociais, o retrocesso das ações afirmativas ou pautas que tangem os direitos humanos, e, principalmente, os discursos de ódio que há tempos vêm sendo proferidos e disseminados contra minorias sociais. Ambos os autores apoiaram o candidato do Partido dos Trabalhadores, Fernando Haddad, e consideram que os discursos propagados pelo candidato do Partido Social Liberal são violentos aos grupos historicamente vulneráveis no contexto brasileiro, assim como um ataque à democracia do país como um todo.

Enquanto estudantes de Antropologia de uma universidade pública, sentimos ainda a responsabilidade de

não nos omitir frente à esses ataques, e reconhecemos a importância vital de se fazer uma antropologia posicionada em tempos de crise (Maluf, 2018), que não se silencie e que sirva de instrumento de reflexão para os últimos acontecimentos relacionados ao nosso recorte. Assim, na pretensão de sermos honestos com quem lê, e também com as nossas próprias convicções, reforçamos que esse artigo não possui nenhuma intenção de ser isento ou neutro, pelo contrário, consiste em um trabalho escrito por dois estudantes de graduação que também tiveram, de certa forma, sua saúde mental influenciada e afetada pelo período eleitoral de 2018.

Todas as entrevistas foram realizadas no mês de outubro, em três diferentes datas: 17/10, 20/10 e 22/10, ou seja, período entre o primeiro e o segundo turno - ocorridos nos dias 07/10 e 28/10/2018, respectivamente. As entrevistas foram realizadas de forma anônima, mas obtivemos dados em relação à idade, gênero, autodeclaração de



cor, local de moradia e curso dos entrevistados, pontos esses extremamente importantes para situar suas narrativas.

A importância de uma ética de devolutiva dentro da Antropologia, assim como muitas das questões envolvidas nesse âmbito como as relações de poder entre pesquisadora(o) e pesquisada(o), autoria e responsabilidade (Fleischer, 2015) relacionadas à essa prática foram muito discutidas ao longo de nosso semestre dentro da disciplina. Compreendendo que a devolução de dados não é um complemento ou acréscimo da pesquisa, mas um ritual que faz parte do processo de pesquisa em si (Andrade e Maluf, 2017) seguimos a proposta da professora de escrever encaminhamentos propositivos de alternativas ou soluções. Esses encaminhamentos estão alocados ao final deste trabalho, e foram escritos e pensados integralmente com base nas entrevistas que analisamos, sendo mais uma colagem de todas as reflexões interessantes que apareceram ao longo de nossas conver-

sas com os entrevistados do que ideias originais dos autores.

3 “Não dá pra discutir política sem ter medo de falar alguma coisa e alguém ficar com raiva de você”: Quais são os sentimentos por trás das narrativas desses estudantes?

A Universidade de Brasília se localiza a apenas quatro quilômetros do Congresso Nacional, epicentro da política brasileira. A aflição recorrente do cenário eleitoral não deixou o projeto democrático de Darcy Ribeiro imune, mostrando-se, como já citamos, presente nas narrativas de muitos estudantes da universidade. Categorias como “medo”, “incerteza”, “polarização”, “instabilidade” foram recorrentes entre nossos entrevistados. Era comum ainda que ligassem essas categorias à recortes de classe, gênero, raça e sexualidade, o que demonstra a dimensão política dos sujeitos que sentiram negativamente influenciados pelos discursos referentes ao candidato da extrema direita. Apresentaremos aqui um breve relato, que



experimentamos trazer em formato de etnoficção, feito com base na experiência vivida de um dos estudantes entrevistados:

Pedro[4] cursa Psicologia na UnB. Na semana que se seguiu após o resultado do primeiro turno - ocorrido em 7 de outubro de 2018 - uma de suas professoras disponibilizou algum tempo da aula para fazer uma roda de conversa entre os estudantes, “na direção de acolhimento, para a gente falar sobre como a gente estava se sentindo sobre a questão política.” Em menos de dez minutos de aula, porém, Pedro e alguns colegas próximos tiveram que se retirar da sala para tentar acalmar uma amiga afetada pela discussão, que tremia e chorava copiosamente. “Então, fazia tempo que eu não via uma pessoa em estado de desespero. Esse dia eu vi uma pessoa em estado pleno de desespero”, relatou.

Pedro entende que esse fato se deu por sua amiga ser uma mulher negra e lésbica. Tentou consolá-la, mas também estava imerso em suas próprias angústias. Sua comoção com o

ocorrido não vinha unicamente da empatia que nutria por sua amiga, mas também de sua própria posição enquanto membro da comunidade LGBT. “Eu acho que tá afetando a gente né. A gente se sente muito agredido por esses discursos”, disse. Durante o período nos deparamos constantemente com discursos que pregavam o ódio contra mulheres, negros e LGBT’s, citando apenas alguns exemplos. Ele já havia discutido sobre o cenário eleitoral com membros de sua família e outros colegas da UnB, e acreditava que seus laços afetivos dentro e fora da universidade estavam sendo abalados pelo momento político. Sentia-se amedrontado pela dimensão material e física que poderiam tomar os discursos de ódio que estavam, em sua percepção, tornando-se mais frequentes durante o período eleitoral.

A história narrada por Pedro mostra, como buscamos discutir, de que forma noções de gênero, sexualidade e raça podem estar associadas a uma intensificação do sofrimento psíquico vividas por esses estudantes. A proposta de Sônia



Maluf de se fazer uma “antropologia do sujeito”(Maluf, 2013) é baseada na discrepância entre o indivíduo neutro (branco, homem, Ocidental) e o sujeito político (situado, cujo corpo biológico apresenta traços socialmente tidos como desviantes, como negros, indígenas, mulheres, pessoas com deficiência). Ao pensarmos na questão da saúde mental, consideramos importante frisar que as situações de preconceito, insegurança e o sentimento de pouco apoio direcionado a esses grupos pode ser justamente um fator agravante para o sofrimento psíquico entre esses sujeitos políticos e situados.

Assim, o cenário eleitoral pode ter servido como um catalisador que intensificou esse sofrimento, afetando em maior grau esses corpos desviantes. Segundo a antropóloga Maria Lucia da Silveira, ao referir-se às categorias de nervoso dentro da Antropologia, “a construção cultural da doença não é monolítica; ao contrário, ela pode conter variações individuais de classe, gênero e circunstâncias” (2000, p. 22.).

Como apontou um dos nossos interlocutores—jovem, negro, morador da Ceilândia e estudante do curso de Artes Cênicas:

“A gente tá numa situação política em que a gente... acho que é algo em que o brasileiro sempre esteve... não é que o brasileiro faz más escolhas é que ele não... eles não tem boa opções, a gente tá entre o ruim e o menos pior. (...) Nesse período eleitoral eu pensei no segundo turno mais ou menos assim, buscar alguém que busque o foco... em que eu posso buscar uma visão de terminar minha graduação, seguir meu mestrado, quem sabe meu doutorado, mas na situação em que eu vejo é... é complicado porque estamos a beira de colocar no poder o inominável (risos) e olha só, eu sou bissexual, preto, periférico... então meio que, sei lá, quais são as chances que a gente tem na sociedade?” (grifo nosso)

Dessa maneira, o cenário eleitoral pode ter servido como instrumento para promover a expressão pública e explícita de discursos de ódio que antes, em grande parte, eram velados, fazendo com que o sentimento de insegurança em



relação ao futuro tenha se intensificado. Referências em relação à própria situação financeira também foram muito comuns quando perguntamos sobre o cenário político. Obtivemos uma considerável quantidade de respostas relacionadas ao medo de uma possível privatização das universidades públicas no Brasil, além de discursos que confessavam o medo de se cortarem as bolsas e assistências de permanência para alunos de baixa renda, à uma discreta comemoração de uma estudante feliz por já estar se formando. Como nos contou um aluno negro do sexto semestre do curso de Biotecnologia:

“Ah, não sei o que vai acontecer ano que vem, pode acontecer tanta coisa diferente e provavelmente vai acontecer uma coisa não muito boa. E sei lá... Eu sou aluno da assistência né, então pode ser que tenha um impacto negativo na minha permanência na universidade, sei lá, as coisas que a gente vê são bem radicais. Se acontecer é uma coisa que pode influenciar a sei lá, a eu evadir. Não sei. Vai ser difícil.” (grifo nosso)

Em relação à área, dos diferentes cursos dos 20 alunos cujas entrevistas analisamos, 14 eram de cursos pertencentes às Humanidades, 5 de exatas e 1 de saúde. As incertezas em relação às perspectivas acadêmicas para o futuro apareceram muito mais entre os alunos de alguns cursos específicos das Humanas, como História e Filosofia. Conforme uma estudante do segundo semestre de Filosofia, moradora de São Sebastião, nos relatou:

“Fico pensando se vou conseguir me formar, até porque o curso de humanas eu não sei o que vai acontecer amanhã. Ainda mais com a licenciatura, esse tanto de reforma, eu não sei se eu vou ter emprego, eu não sei se vou continuar na licenciatura...”

Asensação de falta de liberdade para expressar as próprias opiniões políticas dentro da universidade apareceu como um fator que agravou o desconforto dos estudantes durante esse período. A percepção geral entre os entrevistados é que, diferentemente de eleições passadas[5], agora havia pouco espaço para discutir sobre política de forma não violenta. Um debate



que discutisse planos de governo, políticas públicas e perspectivas econômicas ficava de escanteio frente à tantas emoções causadas pela polarização, e muitas vezes era silenciado.

Muitos dos alunos associaram o sentimento de angústia justamente à impossibilidade de se ter um diálogo saudável com os seus opositores devido ao medo de represálias. Isso foi uma queixa recorrente entre os alunos eleitores dos dois candidatos: ambos acreditavam que não poderiam expressar a própria opinião publicamente. Esse é o relato de uma estudante do curso de Gestão de Políticas Públicas - branca e moradora do um bairro próximo à universidade - que exemplifica o que discutimos aqui:

“Acho que esse é o período do ano e da minha vida que tô mais triste, sei lá. Assim, a gente nota que teve um clima muito... acho que é ódio mesmo que as pessoas sentem, por tal partido, por tal candidato, aí às vezes a gente não consegue... às vezes o professor quer propor um debate, alguma coisa assim, sobre os planos de governo, não sobre as pessoas, aí as pessoas não conseguem trabalhar essas coisas,

elas ficam muito presas ao ódio que elas sentem das coisas, aí não dá pra discutir política sem ter medo de falar alguma coisa e alguém ficar com raiva de você, sei lá, até te perseguir, não sei, as vezes dá a impressão que é assim.”

Essa citação ilustra a percepção de um cenário hostil vivenciado pelos estudantes universitários durante o período eleitoral, onde os alunos se sentiam impedidos de se expressar e construir um debate produtivo dentro do próprio espaço acadêmico que frequentavam. Como os entrevistados trouxeram, esse cenário não somente os assustava, mas também os preocupava intensamente, já que estava afetando, e poderia afetar ainda mais, suas jornadas acadêmicas, o mercado de trabalho relacionado aos seus próprios cursos de graduação, além de influenciar suas convivências com familiares, amigos e colegas.

4 Considerações finais

Dentro de nossa posição dualística enquanto entrevistadores e alunos, em uma aproximação intensa entre o ser na-



tivo e o ser pesquisador, nos sentimos desafiados pela proposta de transformar em campo a nossa própria universidade, tomar como mote de reflexão algo que faz parte da nossa rotina e do qual ativamente participamos. Como trouxemos no início deste trabalho, juntamente com o desafio de se estranhar o familiar (Velho, 1978) pensar uma alteridade extrema dentro desse campo exigiria nos atentarmos para nossos próprios limites. Por isso, optamos por tornar nossa opinião em relação ao cenário político evidente, e expressar que, assim como nossos interlocutores, nós também tivemos nossa própria saúde mental afetada pelo momento eleitoral, e nos mantivemos discordantes de qualquer projeto que se mostre negligente aos direitos humanos ou que proponha manter em pleno vapor o desmonte e ataque às políticas públicas no cenário brasileiro.

Entendemos, então, as eleições presidenciais de 2018 como um fato social total (Mauss, 2003) que movimentou todos os aspectos da sociedade brasileira. Foi um fenômeno que exer-

ceu um amplo impacto em diversas dimensões da vida política, econômica, familiar, jurídica e moral de milhões de brasileiros, tendo impactado ainda, como mostramos ao longo do texto, a dimensão psíquica de muitos desses sujeitos. O cenário eleitoral gerou, ainda, momentos de debates intensos relacionados a identidade nacional e discursos nacionalistas de proporções comparadas às que ocorrem durante uma Copa do Mundo, outro vigoroso “fato social total brasileiro” (Gastaldo, 2013).

Isso, como trouxemos ao longo do texto, somado à polarização extrema que se deu entre os dois candidatos e seus eleitores, afetou o bem-estar mental de diversos estudantes da Universidade de Brasília, como exemplificado pelo caso de Pedro e sua amiga, apresentado ao longo deste texto. Em seus discursos, recortes de gênero, raça, classe e sexualidade eram bastante comuns, juntamente à preocupações com o futuro das instituições públicas, como a própria universidade, ou em âmbitos mais localizados, como entre os cursos das



áreas de Humanas. O sentimento geral entre os estudantes era, ainda, do medo das represálias ao expressar sua opinião política dentro desses espaços. Todos os relatos analisados nos remetem a um grande clima de disputa, clima esse extremamente marcado por discussões e debates tidos como violentos ou, no mínimo, pouco receptivos a opiniões divergentes.

O impacto dos discursos de ódio proferidos contra determinados grupos sociais foi um dos pontos que mais se fez presente nas narrativas dos entrevistados, onde também se sobressaíram diversos sentimentos categorizados pelos estudantes como “medo”, “tristeza”, “insegurança”, “silenciamento.” O clima generalizado de desconforto e incertezas presente dentro do espaço acadêmico e explicitado pelas categorias citadas pode ter contribuído para intensificar e, inclusive, gerar novas experiências prejudiciais para a saúde mental de diversos estudantes.

Percebemos que houve, em certo nível, um fenômeno abrangente dentro da universidade que, por todos os motivos

já citados, gerou um tipo de adoecimento coletivo entre muitos dos alunos que frequentaram a UnB durante o período eleitoral. E se há um fenômeno que se aproxima da compreensão universal entre os estudantes cujas narrativas analisamos aqui, independente da intenção de voto dos entrevistados, foi o de que não havia uma real liberdade de expressão em relação à política dentro dos espaços frequentados pelos alunos. Em alguma medida, o entendimento comum parecia ser o de que expressar a opinião política de forma pública seria estar vulnerável à violências físicas e simbólicas. As consequências disso se deram de forma ambígua: assim como afastou laços entre pessoas que divergiam de opinião, também estreitou entre os que concordavam, fazendo com que as redes de convivência e apoio dos alunos entrevistados fossem reorganizadas.

Resta analisar, ainda, futuramente e em uma abordagem mais aprofundada desta pesquisa, as consequências diretas do momento eleitoral de 2018 entre os estudantes que



se sentiram psicologicamente afetados em termos de desempenho acadêmico, de relações sociais entre seus pares e outras categorias (como professores e funcionários da universidade) e de outros aspectos que permitam confirmar nossas hipóteses, inicialmente apresentadas neste trabalho.

5 Encaminhamentos

Pensar encaminhamentos talvez tenha sido para nós a tarefa mais difícil. Durante as entrevistas se percebia de forma clara o medo e a insegurança que as pessoas sentiam em relação a possível eleição do programa eleitoral que proclamava e apoiava o discurso de ódio, a intolerância e o conservadorismo. Hoje sabemos do resultado da eleição e foi justamente esse o programa eleito. Sabendo disso, nossos encaminhamentos vão no sentido de atuar como “redução de danos”, e esperamos que possam auxiliar os alunos da universidade em relação aos diversos sentimentos vividos durante as eleições:

- Cabe à universidade, enquanto instituição, cuidar e manter a integridade física e mental de seus alunos. Sendo assim, ela deve repensar suas medidas de segurança, de forma que estas sirvam para efetivamente reduzir o medo e a insegurança dos alunos em relação à ameaças de cunho racistas, machistas, xenofóbicas e LGBTfóbicas. Ao prezar pela liberdade de opiniões e ter como objetivo fomentar o senso crítico e debate saudável entre seus estudantes, ela também deve se posicionar contra qualquer ameaça ou proposta que vise a censura e a liberdade de expressão de seus professores e alunos, garantindo o pleno exercício da democracia;

- Alguns estudantes entrevistados entendiam que por onde se ia dentro da universidade não se ouvia falar em outra coisa senão o momento eleitoral. Dessa forma, entendendo a tensão que se espalhou pelo campus, buscar ajuda em outras redes de apoio fora da UnB pode ser uma boa saída para lidar com o problema;



- Mesmo com tantos rompimentos de laços, a polarização ocorrida também ocasionou a união de diversos setores e grupos que pode ser percebida em campanhas propagadas pelas redes sociais como por exemplo a “ninguém solta a mão de ninguém.” Se apegar também nas coisas boas resultantes desse processo nos ajuda a ter uma visão menos pessimista e caótica da situação.

Agradecimentos

Agradecemos à todos os nossos interlocutores, que gentilmente aceitaram a proposta de falar sobre um tema tão sensível como saúde mental em nossas entrevistas; à todas as nossas colegas de turma da disciplina, que conviveram conosco ao longo desse semestre e contribuíram com a nossa pesquisa de diversas formas, sobretudo pelos debates construtivos que tivemos em sala de aula; agradecemos também à professora

Soraya Fleischer, sempre perspicaz e querida com todas as estudantes, que propôs a idéia da pesquisa coletiva entre a turma e focou nossas leituras em temas de Saúde Mental. Agradecemos, ainda, à UnB por nos fornecer um ambiente de estudo e aprofundamento de debates e de senso crítico, e, por fim, à liberdade de expressão, tão importante em momentos de crise.

Notas:

- [1] “Casos de suicídio motivam debates sobre saúde mental nas universidades”: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2018-08/casos-de-suicidio-motivamdebate-sobre-saude-mental-nas-universidades> (acesso em 08/08/2018).
- [2] Optamos por colocar “entrevistados que se opunham à candidatura de Jair Bolsonaro” já que os entrevistados se colocavam nessa posição. Não podemos afirmar, no entanto, que esses entrevistados eram eleitores do candidato Fernando Haddad, apesar da evidente polarização.
- [3] O uso do artigo feminino foi uma opção de posicionamento político das autoras, visto que na turma também havia estudantes homens, ainda que em menor quantidade.
- [4] Nome fictício para proteger a identidade do interlocutor.



[5] Nos referimos às eleições presidenciais de 2014, onde a disputa do segundo turno se deu entre Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB).

Referências Bibliográficas:

ANDRADE, Ana Paula Müller de; MALUF, Sônia Weidner. Loucos/as, pacientes, usuários/as, experientes: o estatuto dos sujeitos no contexto da reforma psiquiátrica brasileira. *Saúde debate*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 112, p. 273-284, Mar. 2017.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Ritual e Símbolo na Política. *Cadernos Ceru – Série 2*, nº 7, 1996.

BEZERRA, Ada Kesea Guedes. Sentimentos e emoções no espaço da política: Uma leitura da prática eleitoral no cenário midiático. 2007. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/bezerra-ada-sentimentos-e-emocoes-no-espaco-da-politica.pdf>>.

FLEISCHER, Soraya. Autoria, subjetividade e poder: devolução de dados em um centro de saúde na Guararoba (Ceilândia/DF). *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 9, p. 2649-2658, Sept. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232015000902649&lng=en&nrm=iso>.

GASTALDO, Édison. O fato social total brasileiro: uma perspectiva etnográfica sobre a recepção pública da copa do mundo no Brasil. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, v. 19, n. 40, p. 185-200, Dec. 2013.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *cadernos pagu* (5) 1995: pp. 07-41.

JUNGE, Benjamin. Seminário do LAVIVER: “‘Não gosto de ver minha família discutindo política’”: dinâmica familiar em um bairro popular recifense e subjetividades políticas em tempos de eleições”, palestra ocorrida em 07/11, no Instituto de Ciências Sociais, UnB.

MALUF, Sônia Weidner. Antropologias e políticas em contextos de crise: saudades do futuro. Em: CASTRO, R. ENGEL, C. e MARTINS, R. (Orgs.). *Antropologias, saúde e contextos de crise*. Brasília: Sobrescrita, 2018. p. 24-36.

MALUF, Sônia Weidner; ANDRADE, Ana Paula Müller de. Entre políticas públicas e experiências so-



ciais: impactos da pesquisa etnográfica no campo da saúde mental e suas múltiplas devoluções. *Saúde soc.*, São Paulo, v.26, n.1, p. 171-182, Mar. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412902017000100171&lng=en&nrm=iso>.

MALUF, Sônia Weidner. Por uma antropologia do sujeito: da Pessoa aos modos de subjetivação. *Campos* 14(1-2):131-158, 2013. MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. In:

MAUSS, M. *Sociologia e antropologia*. Rio de Janeiro: Cosac & Naify, 2003. p. 183-314. SILVEIRA, Maria Lucia da. *O nervo cala, o nervo fala: a linguagem da doença*. Rio de Janeiro, editora FIOCRUZ, 2000.

VELHO, G. Observando o familiar. In: NUNES, E. de O. (Org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 36-47.



Estratégias e vivências dos sujeitos diante do mal-estar mental na Universidade de Brasília (UnB)

Strategies and experiences of people facing mental ill-being at the University of Brasília (UnB)

Gabriela Sabadini*

Renata Leal**

* Bacharela em Antropologia e graduanda em Ciências Sociais (Licenciatura) pela Universidade de Brasília (UnB).

** Graduanda em Ciências Sociais (Bacharel em Antropologia e Licenciatura) pela Universidade de Brasília (UnB).

Resumo

Este artigo foi resultado da pesquisa coletiva intitulada “Conhecendo o bem-estar mental na Universidade de Brasília (UnB)”, realizada por alunos de graduação matricula-

dos na disciplina de Antropologia da Saúde, ofertada na UnB em 2018. Para efeitos deste artigo específico, buscamos compreender de que formas estudantes, funcionários, técnicos e terceirizados da universidade manejam suas experiências de mal-estar mental no ambiente universitário. Constatamos que as estratégias dos sujeitos entrevistados frente ao mal-estar mental na universidade são diversas e, principalmente, que a saúde dos vínculos sociais entre os membros da comunidade acadêmica é basilar para o bem-estar mental de cada um deles. **Palavras-chave:** universidade; bem-estar mental; serviços de saúde mental; manejo do malestar mental.

Abstract

This article was a result of the collective research “Understanding mental well-being at the University of Brasilia (UnB)”, carried out by students taking the Anthropology of Health course offered at UnB in 2018. For the purpose of this



article, we sought to understand the ways in which students and staff handle their experiences of mental ill-being in the academic environment. We observed that the strategies of people interviewed when facing mental illbeing at university are diverse and, more importantly, that the health of social bonds between members of the academic community are pivotal for the mental well-being of each of them.

Key words: university, mental well-being; mental health services; handling of mental ill-being.

1 Introdução

Este artigo foi resultado de uma pesquisa coletiva intitulada “Conhecendo o bem-estar mental na Universidade de Brasília (UnB)”, realizada pelos alunos de graduação da disciplina de Antropologia da Saúde, ministrada pela Prof.^a Dra. Soraya Fleischer no segundo semestre de 2018. Como proposta para a disciplina, a professora sugeriu o tema “saúde men-

tal”, motivado, em parte, pelo acontecimento do suicídio de uma colega estudante de Ciências Sociais, Letícia, dentro do campus Darcy Ribeiro[1], e por uma série de suicídios que se seguiram a este no primeiro semestre de 2018. Desde então, a demanda por diálogo, informação e compreensão sobre saúde e sofrimento mental vem crescendo perceptivelmente no ambiente universitário.

Para iniciar a discussão sobre esse assunto é importante conhecer o conceito de “saúde mental” a que recorreremos. Segundo DUARTE (1994), antropólogo e um dos primeiros estudiosos a pesquisarem sobre o “nervoso” nas classes populares brasileiras, o dualismo entre mente e corpo, que tem suas raízes no pensamento biomédico ocidental, origina a noção específica de “doença mental” em oposição à “doença do corpo”. “Uma reação ao reducionismo biomédico comprometido com a ideia de ‘doença mental’” (DUARTE, 1994: 83), contudo, começa a ganhar espaço e aponta que a “doença mental”



possui dimensões que podem se chamar de “psicossocial” ou “físico-moral”. NUNES (2012), psiquiatra, doutora em Antropologia e professora no Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia, pensando no mesmo sentido, afirma que a saúde mental envolve diversas dimensões do ser que não somente a biológica. Estudos têm demonstrado a impossibilidade da “separação entre os domínios biológico, psíquico e social quando se quer verificar os efeitos das neurociências fora dos laboratórios [...]” (NUNES, 2012: 904). Deve-se compreender, portanto, a “espessura biopsicossociocultural do adoecimento mental” (: 912).

Partindo desse entendimento, devemos considerar a especificidade da saúde mental entre estudantes universitários, “uma população com características próprias e únicas, decorrentes quer da fase de vida em que se encontram, quer dos desafios que o Ensino Superior lhes proporciona desde a entrada até ao final do curso” (SANTOS, 2011:13). É necessário,

então, considerar que o ingresso no Ensino Superior é um acontecimento importante e geralmente acompanhado por mudanças e desafios, como “o distanciamento do núcleo familiar realizado por muitos jovens [...], conflitos, decisões, escolhas e posturas que decidirão fatores importantes na trajetória de vida destes indivíduos [...]” (ASSIS e OLIVEIRA, 2010: 160). Essas experiências podem compreender diversos obstáculos e crises, gerando diferentes tipos de mal-estar como depressão, estresse e ansiedade.

Trabalhadores das universidades, sejam eles efetivos ou terceirizados, também sofrem impactos específicos. É comum ouvir falar do estresse de professores, de funcionários e técnicos dos departamentos/secretarias e de terceirizados que trabalham com manutenção, limpeza e segurança nas universidades, grupos que também sofrem com a rotina acadêmica e serão citados ao longo deste artigo. Cada um desses sujeitos, diante de situações de mal-estar ou sofrimento mental, que são



particulares e relacionados às suas histórias de vida e posições socioeconômicas, recorrem a serviços e estratégias diferentes, que serão mencionados ao longo deste artigo.

Sendo assim, trataremos do manejo do sofrimento mental na Universidade de Brasília, buscando elencar e compreender as estratégias e experiências dos sujeitos entrevistados diante do mal-estar, seja a procura de serviços formais voltados à saúde mental, sejam vivências pessoais do que promove alívio e bem-estar, ou seja, do que é vivido como apoio e cuidado de si. Como objetivos específicos procuramos observar as menções feitas aos serviços e a outras formas de apoio que essas pessoas acessam dentro ou fora da universidade; observar se há algum tipo de padrão nas menções dos entrevistados, seja em relação às dificuldades de acesso ou em relação ao tipo de solução para o mal-estar mental; e, por fim, estabelecer alguns encaminhamentos para as dificuldades e problemas trazidos pelos entrevistados.

Buscamos compreender e analisar a situação atual de manejo do sofrimento dentro da universidade, pois reconhecemos a importância de estratégias de autocuidado na vida de um sujeito e de pessoas próximas a ele. O interesse pelo tema foi muito motivado pelo nosso reconhecimento - das autoras deste texto - do papel valioso que a psicoterapia desempenhou em nossas vidas, nós duas, coincidentemente, tendo boas experiências com nossos processos individuais de alguns anos em consultórios de psicoterapia. Por isso, procuramos compreender o que é importante para os sujeitos como estratégias diante do mal-estar mental, entendendo o que precisa ser preservado e identificando as carências de serviços/práticas/ espaços para comunicar à comunidade universitária os sentidos em que mais precisamos agir.

O artigo foi construído em duas fases: uma parte coletiva (de todos os alunos da disciplina) e uma parte em dupla. No que se refere à parte coletiva, foram realizadas pelos



integrantes da turma um total de 52 entrevistas com pessoas que possuem diferentes vínculos com a UnB: alunos de graduação, pós-graduação e funcionários (terceirizados ou não). O instrumento dessas entrevistas foi um roteiro semiestruturado construído coletivamente, além da formulação coletiva de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As entrevistas foram realizadas em dupla, transcritas e disponibilizadas em uma pasta compartilhada por toda a turma.

Na segunda parte do trabalho, lemos na íntegra 50 entrevistas e recortamos trechos que se referem ao nosso tema, sistematizando-os em uma tabela. Logo, realizamos primeiro uma análise qualitativa dos dados, dividindo as menções a estratégias de autocuidado em cinco categorias e analisando os sentidos das falas dos entrevistados. Posteriormente, fizemos uma análise quantitativa, contabilizando o total de menções e criando gráficos com as prevalências em números absolutos das categorias. Apresentamos neste artigo uma reflexão sobre

os possíveis significados dos resultados que obtivemos.

2 Resultados e discussão

Consideramos de grande importância a disponibilização do perfil dos entrevistados, pois como é ponto pacífico no campo da Antropologia, marcadores e lugares sociais dos sujeitos influenciam e diferenciam suas vivências estruturalmente, inclusive no que tange a saúde mental. Embora na pesquisa não tenha sido nosso foco elaborar sobre essas diferenças e sim traçar uma análise geral do tema como é vivido pela comunidade universitária, não poderiam faltar perguntas no roteiro de entrevistas quanto ao perfil social de cada sujeito e nem a exposição desses dados aqui.

Sendo assim, em relação ao gênero, 25 pessoas se autodeclararam pertencer ao gênero feminino (F); 24 pessoas ao gênero masculino (M) e 1 pessoa se autodeclarou bissexual (B). Em relação à cor de pele, 2 pessoas se autodeclararam



amarelas (1 F, 1 M); 8 brancas (4 F, 4 M); 12 negras (7 F, 4 M, 1 B); 2 pretas (1 F e 1 M); 18 pardas (10 F, 8 M); 1 morena (F); 1 morena/marrom (F) e 6 não responderam. Em relação ao vínculo com a UnB, 37 são estudantes de graduação; 1 é estudante de pós-graduação; 5 são funcionárias terceirizadas; 5 são funcionários efetivos e 2 são vendedoras. Em relação à idade, 38 pessoas têm até 30 anos (sendo 34 alunos da UnB); 9 pessoas com mais de 30 anos (sendo que só uma destas é aluna) e 3 não responderam.

Salientamos que todos os alunos responderam, quando perguntados, que a UnB pode afetar o bem-estar mental das pessoas (Bloco 3, pergunta 1 do Roteiro de Entrevista). O dado faz sentido à luz das observações de CERCHIARI, CAETANO e FACCENDA (2005) de que há uma alta prevalência de “transtornos mentais menores”, como “estresse psíquico”, “desejo de morte”, “desconfiança no desempenho”, “distúrbios do sono” e “distúrbios psicossomáticos” entre estudantes de

uma universidade federal brasileira. Entre os 10 trabalhadores entrevistados, 4 responderam que a universidade não afeta o bem-estar mental das pessoas. Apesar disso, a maior parte deles relata perceber discriminação na UnB e se sentem afetados pelos cortes orçamentários e demissões dos terceirizados pelos quais a universidade passou nos últimos meses[2].

Ainda em relação às entrevistas, também perguntamos aos entrevistados sobre quais estratégias de bem-estar mental e redes de apoio (dentro e fora da universidade) as pessoas recorrem em casos de mal-estar mental (Bloco 4, perguntas 2 e 3 do Roteiro de Entrevista). Sendo assim, o gráfico abaixo representa o número total de menções referentes a estratégias e serviços que estão relacionados ao bem-estar mental na universidade. No total, foram feitas pelos entrevistados 144 menções e estas foram divididas em 5 tipos: *(Gráfico 1, Anexo: página 90)*.

Nos debruçaremos sobre a Figura 1 pensando as quatro



categorias mais mencionadas, na ordem apresentada pelo gráfico: menções a serviços voltados para a saúde mental dentro da UnB (A); menções a serviços voltados para a saúde mental fora da UnB (B); menções a serviços e estratégias para além dos voltados à saúde mental (D) e, por fim, menções referentes ao desinteresse ou falta de conhecimento em relação aos serviços/estratégias frente ao mal-estar mental na UnB (E). Interessantemente, a categoria mais mencionada pelos entrevistados é a “D”, que se refere justamente a soluções que não envolvem atendimentos ou serviços tradicionalmente voltados à saúde mental - são estratégias e vivências que os sujeitos desenvolvem ou encontram em seus cotidianos como fonte de amparo e espaço de cultivo de bem-estar.

3 Menções a serviços da Universidade de Brasília voltados à saúde mental

Dentro da Universidade de Brasília existem projetos

e serviços voltados para a saúde mental dos estudantes e funcionários, sendo que alguns destes também são abertos para a comunidade interessada. Nas entrevistas realizadas foram mencionados como estratégia de cuidado alguns desses projetos e serviços (categoria A da Figura 1). 12 das 26 menções a serviços voltados para a saúde mental dentro da UnB se referem ao Centro De Atendimento e Estudos Psicológicos (CAEP) [3], que é vinculado ao Instituto de Psicologia da UnB e tem como principal função apoiar a realização de atividades práticas para a formação profissional e acadêmica dos alunos de psicologia da UnB que se interessam pela área da psicologia clínica.

O CAEP passou a ser muito conhecido e acessado depois do suicídio já mencionado na introdução deste artigo: muitos entrevistados, inclusive, contam que passaram a conhecer os serviços de apoio psicológico da UnB depois do ocorrido. Por isso, a demanda por vagas acaba por ser muito alta e o



corpo de psicólogos da instituição é incapaz de atender a todas elas. Sendo assim, muitos dos alunos entrevistados reclamam da dificuldade e demora para conseguir-se uma vaga no CAEP e da escassez de outros serviços como este dentro da universidade.

Os outros serviços mais citados foram o Serviço de Orientação ao Universitário (SOU)[4], formado por uma equipe de psicólogos escolares e pedagogos que orientam e atuam junto aos alunos, professores, coordenadores de curso, servidores e gestores da UnB, visando a construção de um processo educativo mais plural e democrático na graduação; a Diretoria da Diversidade (DIV)[5], órgão da UnB que dá apoio e acolhe estudantes mulheres, negros, indígenas, LGBTs e deficientes que estão passando por situações de dificuldade ou discriminação; e o apoio psicológico da Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS)[6], órgão universitário que promove assistência estudantil aos alunos que vivem em condições de vulnerabili-

dade socioeconômica durante os anos de estudo.

Apesar de terem sido mencionadas as diversas dificuldades de acesso ao atendimento psicológico dentro da UnB, uma entrevistada, funcionária terceirizada, comentou que pode ser mais fácil conseguir atendimento quando se tem um vínculo de trabalho ou estudo com a instituição e afirma que em casos de discriminação racial pode-se recorrer aos psicólogos do Centro de Convivência Negra (CCN)[7], órgão complementar da universidade que visa oferecer serviços e atividades voltados às demandas da população negra e grupos afins no espaço universitário, assim como, à promoção da igualdade racial e combate ao racismo e à discriminação racial na UnB e em outros contextos associados.

Também foram mencionados alguns projetos que visam o bem-estar mental na Universidade, como o Projeto Teias[8], criado colaborativamente em 2018 por alunos e professores do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da UnB com o objetivo



de combater o adoecimento mental na comunidade acadêmica por meio de realizações de pesquisas sobre o assunto, atividades de formação e atividades lúdicas, artísticas e corporais. Também foi mencionado o Grupo de Intervenção Precoce nas Primeiras Crises do Tipo Psicóticas (GIPSI)[9], um Programa de Extensão de Ação Contínua do Departamento de Psicologia Clínica (IP) criado pelo professor Ileno Izídio da Costa em 2001. O GIPSI é formado por profissionais, alunos e pesquisadores de diferentes áreas de formação e desenvolve pesquisas, serviços de avaliação, intervenções e acompanhamento de pessoas em sofrimento psíquico grave e suas famílias.

4 Menções a serviços voltados para a saúde mental fora da Universidade de Brasília

Os serviços de cuidado voltados para a saúde mental mencionados pelos entrevistados não ficaram restritos apenas ao ambiente universitário. Fora da UnB, os serviços de saúde

mental mais mencionados foram consultas com psicólogos e psiquiatras particulares (categoria B da Figura 1). Algumas pessoas também mencionaram o uso de psicofármacos receitados pelos médicos. A psicoterapia foi a categoria que mais obteve menções nesse sentido, revelando o apelo desse serviço entre sujeitos que vivem no contexto universitário. Mencionaram também o uso desses dois serviços (psicoterapia e acompanhamento psiquiátrico) simultaneamente e, em menor proporção, o acompanhamento exclusivamente com um psiquiatra. Além disso, houve 4 menções que se referiam a terapias alternativas ou algum acompanhamento terapêutico não especificado fora da UnB. Também se comentou a importância do atendimento pelo Centro de Valorização da Vida (CVV) e dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

Cabe um comentário específico sobre as menções desta categoria feitas por trabalhadores da universidade que foram entrevistados. Um funcionário nos informou sobre o caso de



uma colega que foi demitida durante o período de corte de gastos da empresa de terceirizados e entrou em “depressão profunda”. Ela procurou ajuda fora da UnB e conseguiu tratamento. Outra entrevistada comentou que um colega passou por dificuldades nesse sentido e teve que procurar ajuda psiquiátrica/psicológica fora da UnB, pagando com seu próprio dinheiro. Isso nos parece revelar uma dificuldade específica de trabalhadores terceirizados, que, segundo a historiadora e pesquisadora em políticas públicas e saúde da população negra, Marjorie Chaves, convivem com um sentimento de insegurança e instabilidade em relação aos vínculos de trabalho. Segundo ela, a terceirização, “além de representar a perda de direitos sociais das(os) trabalhadoras(es), tem implicações negativas para sua saúde mental.” (CHAVES, 2014:15). Pensamos caber à universidade um melhor acolhimento das dificuldades e demandas desse grupo.

5 Para além dos serviços de saúde mental, a quem ou a

quem os sujeitos recorrem diante do mal-estar?

Em relação às menções a estratégias e serviços não voltados para saúde mental (categoria D da Figura 1), obtivemos o seguinte resultado: (*Gráfico 2: Anexo, página 105*).

Conforme já explicitado, a categoria mais mencionada no que diz respeito às estratégias de manejo do mal-estar mental não foram os serviços oficiais que se constituem no sentido de tratar diretamente a questão, mas vivências não diretamente voltadas à saúde mental que, para os entrevistados, impactam positivamente sobre ela. É importante destacar que, proporcionalmente, os funcionários mencionam mais como estratégia de manejo do mal-estar as relações entre os pares do que os estudantes. A maior parte dos funcionários entrevistados menciona as relações de trabalho como fonte de apoio, enquanto uma minoria dos estudantes mencionou amizades e relações com colegas nesse sentido. Somando essas menções às menções relativas a família e relacionamentos amorosos (não mencio-



nadas pelos funcionários), esse número sobe entre os alunos. Pensamos, no entanto, ser valioso refletir sobre as relações entre colegas e amigos à parte, visto que grande parte dos alunos entrevistados mencionou a dificuldade de estabelecer vínculos e amizades na UnB, a falta de acolhimento. Entre os alunos entrevistados, um calouro colocou: “eu achei aqui um clima bem frio. Acho que as pessoas não se comunicam direito”. Outra hipótese para o menor “companheirismo” entre os alunos seriam os fatores estressores das relações que se relacionam à competitividade no ambiente universitário. Um entrevistado, mestrando em ciência política, coloca, quando perguntado sobre os fatores que podem gerar o que ele descreveu como um sentimento de “pressão”:

Talvez a comparação. [...] Por exemplo, eu tenho colegas que tão indo pra Europa apresentar os trabalhos, participar de coisa na ONU, sei lá o quê... Pessoas que estudam no mesmo lugar que eu, provavelmente eu devia estar fazendo alguma coisa similar, né?

O mesmo entrevistado relatou não se sentir acolhido nas relações que criou com colegas e nos conta que sente que tem muitos conhecidos e poucos amigos. Ele relata, quando perguntamos se tem vínculos e é acolhido na UnB: “Rapaz... É difícil dizer. Eu sinto que sou acolhido pelo campus, mas assim, eu não tenho vínculos aqui”, e nos conta que tem muitos conhecidos e poucos amigos. Relata:

enquanto eu tô aqui eu encontro várias pessoas, pessoas que eu conheço, que eu converso, mas não que eu sinto que eu possa parar e falar “pelo amor de Deus, me ajuda aqui que”, sei lá, “meu pai morreu”. [...] São poucas as pessoas. Acho que tem uma ou duas, mas que há tempos eu não vejo. É só quando a gente se cruza mesmo...

Esse dado vai ao encontro das ideias de SILVEIRA (2000), médica formada pela Universidade Federal do Paraná e mestre em Antropologia Social, que afirma que o sofrimento nervoso tem suas principais origens em fatores sociorrelacio-



nais. A problemática da ausência de “integração” descrita por alguns entrevistados e um sentimento que chamaram de “isolamento”, parece revelar uma carência nesse sentido e pode ter relação com o dado de que todos os estudantes entrevistados relataram que estar na UnB afeta a saúde mental de quem a frequenta. A relação de apoio que os sujeitos estabelecem com seus amigos vai além de conversas e convivências simples em direção a uma rede de solidariedade prática: uma entrevistada citou a importância das caronas entre amigos; outra menciona como só conseguiu apoio do CAEP porque amigas se juntaram e a levaram à DIV; e ainda outra que, em uma crise de depressão em que faltou às aulas por alguns dias, pôde contar com o apoio dos colegas, que a ajudaram a se manter a par das disciplinas.

Assim, muitos ressaltaram a importância da integração ao coletivo e da sociabilidade no campus para a saúde mental. Uma entrevistada disse gerarem bem-estar os seus momentos

de socialização no ônibus chegando ao campus, e a mesma entrevistada sugeriu mais tarde na entrevista, como encaminhamento, a criação de um centro de convivência para todos os cursos. Um estudante de Ciência Política respondeu, quando perguntado sobre o que poderia tornar a vida na UnB mais agradável, que seriam festas e momentos de confraternização.

A segunda categoria mais mencionada, “vivências de bem-estar em torno da UnB” designa experiências com impacto positivo sobre a saúde mental dos sujeitos que são proporcionadas pela UnB, direta ou indiretamente. Nove entrevistados descreveram como espaços importantes de apoio os seminários, rodas de conversa e atividades da XVIII Semana de Extensão da UnB, realizada entre 24 e 28 de setembro de 2018, que teve como tema a saúde mental. Pensamos serem essas atividades possivelmente características de um “manejo comunitário” do sofrimento psíquico desse manejo como o conjunto de iniciativas e relações cotidianas da rede social



do sujeito “doente” com ele, que procuram trabalhar na direção da sua “reabilitação e reintegração social” (CAROSO, RODRIGUES e ALMEIDA-FILHO, 1998:66). As pessoas também disseram encontrar apoio nos Centros Acadêmicos, apesar de muitas terem reforçado como encaminhamento que eles passassem a cumprir melhor sua função de acolhimento e congregação.

Um entrevistado colocou como vivência prazerosa na universidade as atividades no Centro Olímpico e as aulas de forró que acontecem no campus, explicando que “isso tudo é um bem-estar”. Nesse sentido, duas entrevistadas mencionaram as aulas de Yoga no campus e outro estudante disse que desde que começou a praticar Ultimate Frisbee, esporte coletivo praticado com um disco, criou novos laços e integrou-se a um grupo social com o qual sente poder contar. Mencionaram também como fonte de alívio e bem-estar uma vivência da Universidade de forma mais ampla: uma entrevistada procura-

va cursar disciplinas de fora do seu curso (no momento da entrevista cursava a disciplina de introdução ao canto) e outra falou da importância de explorar diferentes lugares do campus, conhecer seus espaços. Disse que isso tem o potencial de “nos fazer sentir mais em casa”, nos contando da importância de uma apropriação do campus por parte do sujeito.

Apesar de o conjunto de entrevistas ter sido muito marcado por críticas à atuação do professorado nas relações com alunos e funcionários terceirizados, a terceira categoria mais citada foram as boas relações que os estudantes estabelecem com alguns professores, sejam os mais compreensivos, os mais atentos ao bem-estar dos alunos, os que estabelecem relações menos hierárquicas com os estudantes. A essa categoria seguiram-se as menções sobre álcool e drogas, que surgem frequentemente como uma saída que os sujeitos encontram na ausência de outras estratégias e na dificuldade de pedir ajuda. Um entrevistado mencionou como um colega bebia para dis-



farçar o sofrimento e outro, um funcionário, atribuiu o abuso do álcool de colegas à frustração com o salário, contando que “ganham salário mínimo e descontam tudo na bebida na droga”.

Esse último relato nos aponta para a categoria seguinte, do conforto financeiro como fonte de alívio e atenuante do sofrimento. As menções apontam para o papel fundamental que as bolsas e a assistência estudantil desempenham sobre o bem-estar de muitos estudantes, bem como a estabilidade empregatícia e financeira no caso dos funcionários. Em seguida, surgem menções a aprendizados pessoais, como a diminuição da autocobrança e a auto autorização a momentos de descanso ou períodos longe da UnB, tanto na forma de trancamentos temporários quanto de abandono do curso e posterior reentrada, sob outra condição psíquica, na universidade. A última categoria mencionada foram os vínculos dos sujeitos com a religião. Os entrevistados não os descreveram em detalhe mas

pode-se imaginar que têm importância tanto por integrarem o sujeito a uma comunidade, fator profundamente associado nas entrevistas ao bem-estar mental, quanto por frequentemente fornecerem um sistema terapêutico ou “sistema de cuidados” capaz de promover curas religiosas (VIEIRA FILHO, 2005).

6 Menções referentes ao desinteresse ou falta de conhecimento em relação aos serviços/estratégias frente ao mal-estar mental na Universidade de Brasília

Foi possível observar na análise das entrevistas 16 menções de sujeitos que percebem à sua volta uma ausência de procura ou de conhecimento em relação aos serviços/estratégias de cuidado com a saúde mental (Categoria E da Figura 1). As falas nesse sentido nos diziam de uma carência de compreensão da problemática do mal-estar mental e do universo de recursos que se pode utilizar para manejá-lo. Esses entrevistados destacaram que não procuraram ajuda por não



saber a quem recorrer nessas situações, e um entrevistado relatou pensar que dificilmente as pessoas procuram ajuda por vergonha, justificando possivelmente, as menções nessa categoria. Assim, é evidente a “necessidade de um projeto político-pedagógico que vise o bem-estar dessa população [alunos universitários] e promoção da saúde mental, diagnóstico e tratamento precoce” (CERCHIARI, CAETANO e FACCENDA, 2005: 419).

É de interesse de muitos dos alunos acessar algum tipo de serviço de acompanhamento psicopedagógico. Um deles destaca: “[...] eu morro de vontade de ir num psicólogo! Porque eu acho que eu já tive vários problemas mentais mesmo, que não foram supridos com a devida importância, eles foram só remediados [...]”. Considerando que muitos deixam de falar sobre suas dores por vergonha ou falta de vínculos que possibilitem que isso aconteça, um estudante de Psicologia entrevistado destacou:

[...] é muito importante pra gente da psicologia difundir esses conhecimentos né, então por exemplo, como identificar que um colega pode tá passando por um processo depressivo grave ou que uma pessoa pode estar pensando em suicídio... isso são informações que não podem ficar restritas academicamente à produção interna de um curso, isso é de utilidade pública, é questão de saúde pública [...].

7 Considerações finais e encaminhamentos

A saúde mental é um fenômeno multifatorial que, por consequência, deve ser abordado e cuidado por múltiplos caminhos. A comunidade universitária lida com problemas específicos que não foram objeto direto desse trabalho, mas que podemos começar a observar ao examinar as saídas que os sujeitos criam frente ao mal-estar. A pesquisa nos aponta principalmente para a ausência de vínculos verdadeiros na universidade como geradora de sofrimento, mas também, para carga intensa de trabalho, o ambiente competitivo e a falta de



compreensão entre professores e alunos.

Entre as estratégias de cuidado mencionadas, a maioria das menções foi para estratégias não voltadas diretamente para a saúde mental, sendo laços e relações com familiares, namorados(as) e amigas as mais citadas. Também foi possível observar que muitos alunos e trabalhadores recorrem a serviços de saúde mental fora da universidade e problematizam a insuficiência de atendimentos voltados para a comunidade, apontando para a necessidade de ampliação e criação de novos espaços nesse sentido.

Cabe ressaltar, contudo, que o universo das “terapias psicológicas, psiquiátricas e médico-psiquiátricas” (DUARTE, 1994:83) tradicionalmente compreendidas como as principais formas de tratamento da “doença mental” ou do mal-estar mental não se adaptam a todos os sujeitos e não têm eficácia universal. Lévi-Strauss nos fala desse fenômeno em seu clássico texto “A eficácia simbólica” (2017 [1949])

onde, traçando uma comparação entre a cura xamânica e a psicanálise, explica o processo pelo qual se faz possível a cura de enfermidades através do compartilhamento pelo sujeito do universo linguístico, simbólico e mitológico do terapeuta, que é capaz, então, de oferecer a ele uma linguagem que reorganize seu processo de adoecimento. Uma terapêutica é capaz de tratar ou curar, então, na medida em que converge com os sistemas simbólicos do sujeito com o qual pretende atuar. Por isso a necessidade de se considerar e promover os diversos modelos de manejo e cura do mal-estar mental eficazes para diferentes grupos.

Para concluir, pensamos em propor alguns encaminhamentos, alguns deles criados pelos próprios entrevistados. Em primeiro lugar, ressaltamos a sugestão de alguns: a criação de centros de convivência, espaços de congregação, confraternização e descanso abertos para todos os cursos. Em segundo lugar, levando em consideração a variedade das soluções que



os sujeitos consideram importantes para si, percebemos que as estratégias que vêm de cima para baixo na forma de serviços e atendimentos formais nos moldes psi são de grande importância, porém não atendem a todos. Por isso, sugerimos a feitura de uma plenária aberta à comunidade para criação coletiva de novas soluções.

É importante que haja uma preparação da comunidade para identificar o sofrimento (em si e no outro) e saber intervir (através, por exemplo, de cursos de capacitação em parceria com o CVV, como sugeriu uma entrevistada). Ressaltamos que, dada a sua importância no imaginário dos entrevistados e as problemáticas de acesso apontadas, faz-se necessária a ampliação e criação de serviços de atendimento psicológico dentro dos campus. Por fim, é interessante que haja estímulo aos estudantes para que estabeleçam relações de cooperação e solidariedade ao invés de competição: uma espécie de transformação na própria sociedade acadêmica. Sugerimos, por ex-

emplo, experiências de pesquisa coletiva.

Autoria e agradecimentos

Trabalhamos juntas na etapa de análise, interpretação e organização dos dados. Além disso, também agimos conjuntamente na escolha do tema e na escrita deste artigo. Agradecemos primeiramente à Prof^a. Dra. Soraya Fleischer, que propôs o tema relacionado à saúde mental na disciplina de Antropologia da Saúde, estruturou os diferentes momentos da disciplina, nos proporcionou uma experiência muito singular e divertida do fazer antropológico e esteve sempre presente para nos ouvir, apoiar e orientar em assuntos diversos. Agradecemos também a todos os alunos da disciplina de Antropologia da Saúde, que construíram e colaboraram no andamento da disciplina. Por fim, nossa gratidão aos que foram entrevistados por disponibilizarem seu tempo e confiança para participar das nossas entrevistas e contribuírem com nossas análises. Esperamos



poder contribuir com nosso trabalho para a construção de uma universidade mais acolhedora.

Lista de ilustrações

FIGURA 1: Gráfico com total de menções aos serviços.

FIGURA 2: Gráfico com as menções à estratégias/saídas para além dos voltados à saúde mental.

Notas

[1] O caso teve grande repercussão e afetou muitos alunos dentro do campus: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/unb-decreta-luto-oficial-de-tres-dias-por-mortede-estudante>. Acesso em 18 de jul. 2019.

[2] Segundo matéria do Correio Braziliense de 12 de abril de 2018, devido a redução de recursos vindos do Ministério da Educação, serviços da UnB como limpeza, segurança, luz, água e refeições no Restaurante Universitário passaram por cortes orçamentários de R\$ 150 milhões no período de 2016 a 2018, o que resultou na não renovação dos contratos de centenas de trabalhadores terceirizados da universidade e sua consequente demissão. Matéria completa disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/euestudante/ensino_ensinosuperior/2018/04/12/ensino_ensinosuperior_interna,673184/estudante_s-ocupam-reitoria-da-universidade-de-brasilia.shtml. Acesso em 11 de out. de 2019.

[3] Para mais informações, acesse o site do CAEP: <https://unbcaep.wordpress.com/>. Acesso em 18 de jul. 2019.

[4] Para mais informações sobre o SOU, acesse: <http://www.deg.unb.br/sou>. Acesso em 18 de jul. 2019.

[5] Para mais informações sobre a DIV acesse: <http://www.diversidade.unb.br/>. Acesso em 18 de jul. 2019.

[6] Para mais informações sobre a DDS acesse: <http://www.dds.dac.unb.br/>. Acesso em 18 de jul. 2019.

[7] Para mais informações sobre o CCN acesse: <http://www.ccn.unb.br/en/>. Acesso em 18 de jul. 2019.

[8] Para mais informações sobre o Projeto Teias acesse: <https://projetoteias.com/>. Acesso em 18 de jul. 2019.

[9] Para mais informações sobre o GIPSI acesse: <https://revistapsicofae.fae.edu/psico/article/view/134> e leia: OLIVEIRA, Priscilla Menezes de. “É caso para o GIPSI?": uma etnografia em saúde mental. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <http://bdm.unb.br/handle/10483/2088>. Acessos em 18 de jul. 2019.



Referências Bibliográficas

ASSIS, Aisllan Diego de; OLIVEIRA, Alice Guimarães Botaro de. Vida universitária e Saúde Mental: atendimento às demandas de saúde e Saúde Mental de estudantes de uma universidade brasileira. Florianópolis: Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health, 2010, v. 2, n. 4-5, p. 163-182. Disponível em: <<http://stat.necat.incubadora.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/1113/1305>>. Acesso em 18 de jul. 2019.

CAROSO, Carlos; RODRIGUES, Núbia; ALMEIDA-FILHO, Naomar. Manejo comunitário em saúde mental e experiência da pessoa. Horizontes Antropológicos, 4(9), 1998, pp. 91100. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v4n9/0104-7183-ha-4-9-0063.pdf>. Acesso em 18 de jul. 2019.

CERCHIARI, Ednéia Albino Nunes; CAETANO, Dorgival; FACCENDA, Odival. Prevalência de transtornos mentais menores em estudantes universitários. Natal: Estudos de Psicologia, 2005, 10(3), p. 413-420. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/epsic/v10n3/a10v10n3.pdf>>. Acesso em 18 de jul. 2019.

CHAVES, Marjorie. Terceirização dos serviços de limpeza:

vivências de sofrimento de mulheres negras trabalhadoras diante do trabalho. Universidade de Brasília, 2014. Disponível em: <sndd2014.eventos.dype.com.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=4119>. Acesso em 18 de jul. 2019.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. A outra saúde: mental, psicossocial, físico-moral?. In: ALVES, Paulo César e MINAYO, Maria Cecília de Souza (orgs.). Saúde e doença: um olhar antropológico. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994, pp. 83-91. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/tdj4g/pdf/alves-8585676078.pdf>>. Acesso em 18 de jul. 2019.

LÉVI-STRAUSS, Claude. “A eficácia simbólica” [1949]. In: Antropologia Estrutural. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

NUNES, Mônica de Oliveira. Interseções antropológicas na saúde mental: dos regimes de verdade naturalistas à espessura biopsicossociocultural do adoecimento mental. Interface 16(43), 2012, pp. 903-916. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v16n43/aop4812.pdf>>. Acesso em 18 de jul. 2019.

SANTOS, Maria Luísa Rita Reis. Saúde mental e comporta-



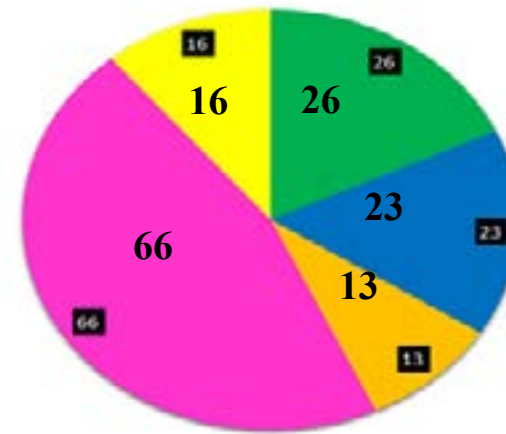
mentos de risco em estudantes universitários. (Tese de Doutorado) Universidade de Aveiro: Departamento de Educação, 2011. Disponível em: <<https://ria.ua.pt/bitstream/10773/6738/1/Tese%20Luisa%20Santos.pdf>>. Acesso em 18 de jul. 2019.

SILVEIRA, Maria Lúcia da. O nervo cala, o nervo fala: a linguagem da doença. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000. (Coleção Antropologia & Saúde).

VIEIRA FILHO, Nilson Gomes. A clínica psicossocial e a atenção de cuidados religiosos ao sofrimento psíquico no contexto da Reforma Psiquiátrica Brasileira. *Psicologia: Ciência e profissão*. 2005, 25(2), pp. 228-239. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v25n2/v25n2a06.pdf>>. Acesso em 18 de jul. 2019.

ANEXOS

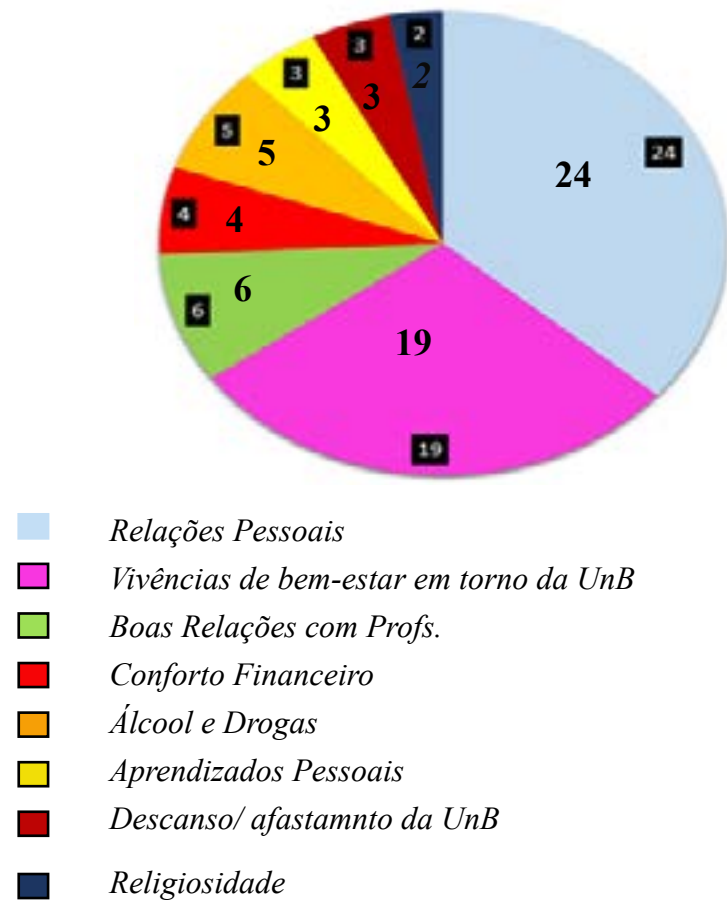
Fig. 1: Gráfico com total de menções aos serviços.



- A: menções a serviços voltados para a saúde mental dentro da UnB;
- B: menções a serviços voltados para a saúde mental fora da UnB;
- C: menções que afirmam a existência de serviços voltados à saúde mental dentro da UnB sem especificar o nome;
- D: menções a serviços e estratégias para além dos voltados à saúde mental;
- E: menções referentes ao desinteresse ou falta de conhecimento em relação aos serviços/estratégias frente ao mal-estar mental na UnB.



Fig. 2: Gráfico com as menções à estratégias/saídas para além dos voltados à saúde mental.



Sugestões criativas dos estudantes da UnB para o bem-estar mental: Das experiências sociais de quem vive a universidade.

UnB students' creative suggestions for mental well-being: From the social experiences of university students.

Fabiana Motta*

Flávia Lima**

* Bacharel em Antropologia pela Universidade de Brasília

** Jornalista na Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e aluna especial da disciplina Antropologia da Saúde na Universidade de Brasília

Resumo

A disciplina “Antropologia da Saúde”, ministrada pela professora Soraya Fleischer, nos trouxe a possibilidade de investigar questões relacionadas à saúde mental na Universi-

dade de Brasília. Através de um trabalho coletivo dos alunos da disciplina, foi aplicado um questionário sobre o assunto com os frequentadores do campus Darcy Ribeiro. Cada par de alunos pode abordar alguma perspectiva de sua escolha sobre o tema. Optamos por analisar as sugestões dos entrevistados sobre as medidas que a Universidade poderia usar para lidar com questões de saúde mental. A escolha do tema não foi aleatória. Após a aplicação do questionário, percebemos o interesse dos alunos em relação às questões vinculadas ao tema “saúde mental no espaço universitário” através das sugestões criativas propostas pelos estudantes. Esse fato chamou nossa atenção, considerando o protagonismo dos entrevistados sobre o assunto. Com o apoio bibliográfico, atestamos a importância da presença desses sujeitos na busca de soluções para o contexto analisado. Em vista disso, nosso objetivo era garantir que essas vozes fossem levadas em consideração.

Palavras-chave: Saúde mental, Soluções criativas, Experiên-



tes, Universidade.

Abstract

The discipline of “Anthropology of Health”, taught by Professor Soraya Fleischer, brought us the possibility to investigate issues related to mental health within the University of Brasilia. Through a collective work of the students of the discipline, a questionnaire on the subject was applied with campus goers Darcy Ribeiro. Each pair of students can approach some perspective of their choice about the theme. We chose to analyze the interviewees’ suggestions regarding the measures that the University could use to deal with mental health issues. The choice for the theme was not random. After applying the questionnaire, we noticed the students’ interest regarding the questions linked to the suggestions on the theme mental health in the university space. This fact caught our attention, considering the protagonism of the interviewees on the subject.

With the bibliographic support, we certify the importance of the presence of these subjects in the search for solutions for the analyzed context. In view of this fact, our aim was to ensure that such voices were taken into account.

Key-words: Mental health, Creative solutions, Experienced, University.

“Gente: carne, osso, alma e sentimento, tudo isso ao mesmo tempo.” Adriana Falcão, Pequeno dicionário de palavras ao vento.

1 Introdução

A proposta da disciplina “Antropologia da saúde”, ministrada pela professora Soraya Fleischer no Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, nos trouxe a possibilidade de realização de uma pesquisa coletiva, com uma série de entrevistas sobre o tema saúde mental.



Ao longo do semestre, nos aprofundamos em leituras bibliográficas relacionadas ao assunto e decidimos abordá-lo com os frequentadores do espaço universitário. Para isso, elaboramos, em conjunto com todos os estudantes da disciplina, um roteiro semiaberto a respeito do tema. O campo escolhido foi o Campus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília.

Durante duas incursões a campo, entrevistamos 50 pessoas, entre estudantes e funcionários. Com base nos dados recolhidos, cada dupla de estudantes pôde escolher um aspecto percebido durante a pesquisa, atrelado à temática principal, “bem-estar mental na universidade”. Nós resolvemos abordar as sugestões de medidas que a universidade poderia aplicar em relação à questão.

Este artigo tem como objetivo apresentar e discutir algumas sugestões criativas feitas pelos participantes da pesquisa a respeito da atuação da instituição acadêmica em relação à saúde mental de seus estudantes e funcionários. Ao expormos

tais sugestões, pretendemos dar voz às pessoas que vivenciam a UnB e destacar o que elas têm a dizer sobre bem-estar mental na universidade.

Discutiremos aqui as propostas das pessoas que vivenciam o contexto universitário, tendo em vista suas experiências sociais. E o faremos embasadas no trabalho de Sônia Maluf e Ana Paula de Andrade (2017), que priorizou a experiência de pessoas acometidas por algum tipo de sofrimento, aflição e/ou perturbação e que buscam os serviços de saúde mental, tendo em vista os diferentes saberes produzidos no contexto da reforma psiquiátrica brasileira.

Maluf e Andrade, que optaram pela expressão experimentes para fazer referência a essas pessoas, ao longo do texto explicam tal uso, inserindo outras categorias adotadas na área para referirem-se a esses atores que utilizam os serviços de saúde mental. São empregadas as expressões “usuários” e “pacientes” que, conforme as autoras, designam situações es-



pecíficas que não abrangem a integralidade das experiências dos sujeitos que vivenciam os serviços voltados para a saúde mental no Brasil.

O objetivo dessa opção foi destacar a importância que as experiências singulares e institucionais mostravam ter na constituição de práticas e relações nos serviços de saúde mental e também fora deles, bem como no processo da reforma psiquiátrica de modo mais amplo. (ANDRADE, MALUF, 2017, p. 277)

A perspectiva de Mario Saretta (2014) também dialoga com o ponto de vista evidenciado neste artigo. Conforme o antropólogo, em uma pesquisa etnográfica feita com os frequentadores de uma oficina de criatividade de um hospital psiquiátrico, as pessoas que eram objeto de tratamentos no contexto da reforma psiquiátrica poucas vezes foram ouvidas. Tendo em vista tal fato, nossa intenção neste artigo foi priorizar as vozes das pessoas que fazem parte da comunidade

universitária, já que são elas que experimentam as questões atreladas ao bem estar mental e à universidade.

A questão também é abordada por Cleuser Maria Campos Osse e Ileno Izídio da Costa, que em 2008 buscaram mapear as condições psicológicas, sociais e de qualidade de vida do jovem universitário residente na moradia da UnB. Ao tratar do contexto das moradias universitárias como fatores relevantes para as situações relacionadas à saúde mental, afirmam que “o conhecimento dessa população e o reconhecimento de suas experiências e dificuldades representam um ponto de partida para o planejamento adequado de possíveis intervenções”. (OSSE, COSTA, 2011, p. 120).

Considerando a experiência indicada por Saretta, (2014) e os aspectos abordados por Maluf e Andrade (2017), além das questões trazidas por Osse e Costa (2011), ao investigarmos os dados recolhidos na pesquisa coletiva, percebemos que as propostas de ação à universidade, no contexto arrolado



ao papel da instituição em relação à saúde mental de seus estudantes e funcionários, são peças importantes para que seja possível conceber um ambiente de mais acolhimento e bem-estar mental no espaço universitário.

Nosso objetivo com esta abordagem é sugerir propostas arrojadas para as questões relacionadas à saúde mental no âmbito universitário a partir das ideias concebidas pelos atores que participam do dia a dia universitário, entrevistados por nós.

2 A pesquisa de campo: metodologia e recorte analítico

Os dados empregados neste artigo foram obtidos coletivamente a partir de entrevistas aplicadas pelos estudantes da disciplina “Antropologia da Saúde”, no curso de graduação em Ciências Sociais da UnB. Com supervisão e revisão final da professora Soraya Fleischer, um questionário foi criado coletivamente e utilizado durante a incursão a campo. O trabalho

coletivo nos permitiu explorar diversos aspectos e contextos relacionados ao tema ainda na construção das questões que conduziram a pesquisa.

Realizamos as entrevistas em dois locais específicos: nas proximidades do Pavilhão João Calmon e no Instituto Central de Ciências (ICC), ambos localizados no campus Darcy Ribeiro da UnB.

Ao refletirmos sobre o tema de saúde mental na universidade, várias possibilidades de questionamentos surgiram, desde indagações atreladas ao transporte público até aspectos relacionados à insegurança em relação à escolha do curso universitário. Ao final do processo, as questões que surgiram foram agrupadas, no questionário, em cinco blocos: introdução, universidade, problemas, redes de apoio e finalização, agradecimento e despedida.

As perguntas introdutórias foram adotadas para contextualizar os entrevistados no âmbito da UnB. Os nomes dos



participantes da pesquisa não foram solicitados; decidimos coletivamente pelo anonimato ao considerarmos a possibilidade de os participantes não se sentirem seguros para exporem suas histórias particulares. O bloco seguinte questionou a relação dos entrevistados com a universidade: se eles se sentiam acolhidos pela instituição e quais situações que dificultavam o relacionamento. A terceira seção do questionário abordou os problemas relacionados à saúde mental que os participantes enfrentavam a partir de suas experiências com a universidade. O quarto bloco de perguntas ocupou-se da temática relacionada às redes de apoio oferecidas pela UnB e quais medidas a instituição poderia aplicar para proporcionar maior assistência aos estudantes e funcionários da universidade. Por fim, o quinto bloco aparece como uma finalização, um agradecimento e uma pergunta “bônus”: se o entrevistado gostaria de falar mais alguma coisa sobre a entrevista e/ou sobre algum ponto que não tenha sido abordado nas questões anteriores.

Em adição ao questionário, também elaboramos coletivamente um termo de consentimento que foi assinado e entregue para todos os entrevistados. O termo, além de garantir o anonimato dos participantes, expõe o objetivo geral da pesquisa, a disciplina a qual ela foi vinculada e o contato da professora responsável pela sua aplicação. Anexado ao termo de consentimento, foi entregue aos entrevistados uma lista com contatos de centros de apoio voltados à saúde mental dentro da Universidade de Brasília.

Nossa primeira empreitada com o questionário foi um pré-teste. Cada dupla de estudantes entrevistou dois frequentadores da universidade e, em seguida, nos reunimos e discutimos a eficiência das questões. Decidimos reorganizar algumas perguntas, deixando-as mais claras; porém, nossa avaliação do pré-teste foi positiva e decidimos que as entrevistas realizadas naquele momento seriam utilizadas na composição final da nossa pesquisa.



Com a turma já dividida em duplas, passamos a aplicação do questionário. Desde as primeiras entrevistas, nos chamaram a atenção as respostas obtidas para questões do quarto bloco de perguntas, mais especificamente, para as perguntas numeradas como 4, 5 e 6. Eram as questões que indagavam sobre medidas que a universidade poderia empregar para lidar com as demandas referentes ao contexto da saúde mental.

As respostas, além de criativas, pareciam fruto de reflexão a respeito da saúde mental, principalmente no âmbito acadêmico. É relevante destacar o fato de alguns dos entrevistados terem utilizado suas experiências pessoais em relação à temática na conjuntura da universidade para proporem medidas. Este aspecto é importante, pois evidencia a pertinência do assunto pesquisado no ambiente universitário.

Com tal validação, percebemos que seria importante destacar as propostas dos “experientes” (ANDRADE, MALUF, 2017) da UnB em relação às medidas para atender às deman-

das de saúde mental. Andrade e Maluf (2017) defendem que considerar com seriedade as experiências dos sujeitos-usuários dos serviços de saúde significa dar um estatuto epistemológico ao saber produzido por eles. Da mesma forma, acreditamos que ao darmos voz às pessoas que vivenciam a universidade consideramos também com seriedade as experiências que vivem e o que elas têm a contribuir para o bem-estar mental na universidade.

3 Resultados da pesquisa: a voz dos estudantes

Lemos na íntegra todas as 50 entrevistas realizadas coletivamente, com objetivo de identificar as soluções sugeridas pelos participantes da pesquisa para que a universidade seja um ambiente mais agradável. Decidimos focar o nosso olhar nas propostas feitas pelos estudantes, pois foram elas que mais nos interessaram desde o primeiro dia de pesquisa de campo e também durante a fase de análise dos dados. Dentre as 50 entrevistas analisadas, 38 eram de estudantes.



O interesse em relação às sugestões dos estudantes também está relacionado à experiência deles com a universidade, a partir de um contexto mais íntimo, levando em consideração o fato de a instituição estar voltada para a educação.

Faz-se mister considerar as limitações da pesquisa de campo e do recorte que aqui fazemos. Ou seja, nosso recorte de 50 entrevistas não representa uma amostragem da população universitária da UnB, que, de acordo com o Anuário Estatístico da UnB de 2018, é composta por 53.657 pessoas, entre alunos de graduação e de pós-graduação, docentes e técnico-administrativos.

Precisamos ainda levar em conta o contexto em que fizemos essa disciplina e a pesquisa coletiva. Um primeiro aspecto a ser ressaltado diz respeito ao cenário político em que vivemos. As duas saídas em campo foram nos dias 17 e 22 de outubro, período entre o primeiro e o segundo turno das eleições presidenciais de 2018, marcadas por uma polarização

política que afetou a nós, estudantes pesquisadores, e foi tema de uma pergunta elaborada no questionário.

Outro aspecto que precisamos mencionar é que o tema da nossa pesquisa coletiva, “bem-estar mental na universidade”, veio ao encontro de outras discussões sobre saúde mental realizadas na universidade, especialmente na Semana Universitária, realizada entre os dias 24 e 28 de setembro. O suicídio de uma estudante de graduação do curso de Ciências Sociais, no campus da UnB, em junho, apareceu em diversas entrevistas que analisamos. Ileno Izídio da Costa, que coordena o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Atendimentos em Saúde Mental e Drogas (Nepasd) da UnB, colabora com essa contextualização que ora fazemos a respeito do tema de saúde mental.

Nos últimos dias (e anos) somos sabedores de agravos de violências interpessoais, tentativas de suicídio, violências auto ou heterodirecionadas, desenvolvimento de transtornos mentais, uso de medicações, pedidos de licenças, afastamentos ou



mesmo abandono de nossas tarefas acadêmicas, sejam como estudantes, professores ou funcionários. (COSTA, 2018)

Essa preocupação encontra eco em uma pesquisa realizada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) em 2014. A pesquisa, feita com 136 mil estudantes de instituições federais de ensino superior, trouxe os seguintes dados: 79,8% dos estudantes de graduação passaram por dificuldades emocionais no período analisado; a ansiedade foi a dificuldade emocional mais assinalada pelos estudantes, seguida de desânimo/falta de vontade de fazer as coisas, insônia ou alterações significativas de sono, sensação de desamparo/desespero/desesperança e sentimento de solidão. Essas dificuldades emocionais atreladas ao ambiente acadêmico são sintomáticas para quadros depressivos mais graves. Logo, se faz necessária uma atuação mais empática da Universidade em relação aos estudantes.

4 Sugestões criativas dos estudantes para aprimorar a saúde mental na UnB

Nesse cenário, apresentamos as sugestões feitas pelos estudantes para que a universidade seja um espaço mais agradável para se viver. Todos os 38 alunos entrevistados fizeram algum tipo de sugestão para pelo menos uma de três perguntas do quarto bloco de questões do roteiro de pesquisa, quais sejam: “como os/a professores/as, orientadores/as, coordenadores/as, funcionários/as poderiam ajudar mais nesses casos?”; “que tipo de apoio deveriam receber as pessoas que sofrem algum tipo de discriminação aqui dentro?”; e “o que poderia tornar a vida mais fácil e/ou mais agradável aqui dentro?”.

Salta aos olhos que a maior parte das soluções sugeridas não se refere a serviços de saúde mental, apesar de alguns entrevistados terem citado “apoio psicológico” em suas res-



postas. Algumas expressões nos chamaram a atenção nas falas dos estudantes: integração/interação e diálogo/rodas de conversa.

As palavras “integração/interação” foram mencionadas pelos estudantes em seis entrevistas que analisamos. Uma estudante de graduação do curso de Gestão de Políticas Públicas, por exemplo, ao ser questionada sobre o que poderia tornar a vida mais fácil e agradável dentro da UnB, respondeu: “Os CA’s mesmo, acho que eles podiam se importar mais com a integração de novos alunos, e com os antigos também”. Para ela, que acredita que a universidade afeta a saúde mental das pessoas causando tristeza e aflição, poderia haver um sentimento de comunidade dentro da UnB. Ao responder a mesma pergunta, um estudante de graduação do curso de Administração, de 19 anos, disse: “Talvez eventos que promovessem mais interação, né? Porque eu vejo o ser humano como um ser social e a gente precisa dessa conversa, assim, conhecer pes-

soas diferentes”.

“Diálogo” e “rodas de conversas” são duas expressões que também surgiram nas falas dos estudantes, em oito entrevistas analisadas. Uma graduanda de 20 anos, do curso de História, define como “sufoco” o sentimento que tem em relação à universidade, “porque realmente é um sufoco o que se passa aqui dentro”. Ela diz: “Antes de vir para a universidade eu não tinha ansiedade e hoje em dia eu sou a louca da ansiedade, fico muito ansiosa; antes de entrar na universidade eu era uma pessoa bem confiante e hoje eu sou a pessoa que menos tem confiança; não tinha depressão e depois eu adquiri dentro da universidade”. A partir dessa experiência, uma das soluções apresentadas por ela foi:

Contando com o tamanho da universidade e quantos alunos ela tem e pessoas, o CAEP deveria abrir mais vagas semanais, sabe, ou rolar atendimentos emergenciais, ou até mesmo rodas de conversas, que o CAEP estava fazendo depois que a menina se matou, eles começaram a fazer uma roda de conversa para



quem estava se sentindo mal com universidade; e eu vejo que tem muitas pessoas que não querem falar sobre isso na universidade, a gente começa a relatar e falar sobre essas coisas já é um começo.

Uma estudante de graduação do curso de Engenharia Química, que frequenta a universidade há quatro anos, também sugere que o tema de saúde mental na universidade seja mais debatido, para “quebrar esse tabu”. Questionada se há alguma coisa que acontece na universidade que torna difícil a vida ali dentro, ela responde:

Eu acho que principalmente quando se tem, você não vê muito apoio do seu departamento, dos seus professores, junto à coordenação. Então meio que você se sente muito sozinho. Isso torna realmente difícil a caminhada.

Interessante lembrar que o sentimento de solidão também apareceu na pesquisa realizada pela Andifes (2016, p. 235).

Especificamente aos professores, diversas sugestões foram feitas pelos estudantes, tais como: menos cobrança em sala de aula e organização nos departamentos para que as provas e os trabalhos não ocorram no mesmo período. Aqui, a ideia de diálogo também se faz muito presente. Elencamos algumas sugestões dos estudantes direcionadas aos professores: escutar os alunos, conversar e demonstrar mais preocupação com eles, ser mais empáticos, aprender a identificar situações de crises dos estudantes, prestar atenção nos alunos e compreendê-los, ter mais sensibilidade e promover diálogos sobre saúde mental.

Para além das ideias de integração/interação e diálogo/rodas de conversas, também nos atraíram algumas soluções criativas apresentadas pelos estudantes entrevistados. Uma graduanda do curso de História, de 31 anos, foi entrevistada por nós. Esta é a segunda vez que ela frequenta a UnB. Em 2005, começou o curso de Geografia, mas vivenciou uma ex-



periência de síndrome do pânico e acabou sendo desligada em 2008, após não obter rendimento em algumas disciplinas. Posteriormente, fez o curso de Direito em uma universidade particular, onde diz ter encontrado mais apoio para o sofrimento mental que vivia, e, recentemente, em 2017, voltou à UnB para estudar História. A aluna sugere que a UnB faça uma parceria com o CVV (Centro de Valorização da Vida), uma associação civil sem fins lucrativos que trabalha com prevenção ao suicídio.

A CVV podia estar presente aqui na UnB, com palestras, com cursos, com divulgação. Uma linha telefônica própria, parceria com a UnB para atender os estudantes, voluntariamente. Então há muita coisa pra ser feita, e sem custos, já que o problema é dinheiro. Dá pra fazer parcerias.

Outra solução criativa que surgiu nas entrevistas foi um redário para descanso no campus da universidade, mencionada por um estudante de 24 anos e que está na pósgraduação em

Ciência Política. “Assim, que tivesse um espaço de descanso. Essa ideia das redes minha namorada que me falou, ‘olha, tem tanto verde na UnB, tanta árvore, a gente podia colocar umas redes!’” Na mesma linha de pensamento, um estudante de 22 anos, do curso de Administração, sugeriu que as aulas saiam um pouco da sala de aula e ocupem áreas verdes da universidade. Em outra entrevista, uma estudante de graduação do curso de História, de 22 anos, cita iniciativas existentes como o projeto Teia- Saberes, Vivências e Laços, no Departamento de Antropologia, e um projeto com aulas de yoga, na Biologia, como sugestões para o enfrentamento de adoecimento mental. “Acho que iniciativas como essa são essenciais e deveriam ser para todos os departamentos, porque querendo ou não, sinto que fica uma coisa muito restrita ao departamento de humanas”.

5 Encaminhamentos



Para encerrar este artigo, voltamos à entrevista da graduanda 20 anos do curso de História, que definiu seu sentimento com relação à universidade como “sufoco”. Ao final da entrevista, quando perguntada se gostaria de acrescentar algo para a pesquisa, ela disse:

Que a universidade precisa agir logo e que são muitas pessoas que estão morrendo por causa dela, e muitas pessoas querendo morrer por causa dela. Ou a gente para pra saber o que está acontecendo ou cada dia vai aumentar isso e vai virar um ciclo sem fim, vai virar uma bola de neve e acabar sufocando todo mundo e acho que não é a ideia de deixar isso acontecer.

Acreditamos que a pesquisa de campo que realizamos coletivamente e os resultados alcançados podem se juntar aos esforços da UnB na discussão do tema saúde mental no ambiente universitário. Saretta (2014) afirma que a antropologia, disciplina que visa se relacionar com a alteridade, poderia ser parte ativa na qualificação do debate sobre loucura e reforma

psiquiátrica. Da mesma forma, também defendemos que a antropologia tenha papel ativo na discussão sobre bem-estar mental na universidade.

Propomos, dessa forma, que os artigos produzidos para a disciplina de “Antropologia da Saúde”, como resultados da pesquisa coletiva realizada, sejam encaminhados aos coordenadores do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Atendimentos em Saúde Mental e Drogas (Nepasd), do Departamento de Psicologia Clínica da UnB. Dessa forma, a antropologia pode contribuir para essa rede de cuidado em saúde mental dentro da UnB.

É preciso ainda que mais pesquisas sobre bem-estar mental na universidade sejam realizadas, por diferentes áreas do conhecimento, e que a UnB considere com seriedade as experiências das pessoas que vivem a universidade. Nesse sentido, propomos levar à Reitoria da UnB os resultados da nossa pesquisa de campo e uma sugestão para que a instituição ouça



o que alunos e funcionários têm a dizer e a sugerir sobre saúde mental na universidade.

Para finalizar, uma sugestão dada por um estudante do curso de graduação de Comunicação Social, de 19 anos: os alunos poderiam dar um feedback três vezes ao ano sobre como está a vida dele na universidade e esse retorno ser avaliado de forma mais próxima pela universidade. Sugestões criativas, como mostramos neste artigo, não faltam. É necessário que a universidade esteja aberta a elas.

Contribuição das autoras:

As duas autoras participaram de todo o processo de pesquisa: coleta de dados, análise das entrevistas, redação e revisão final do texto.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Ana Paula Müller de; MALUF, Sônia Weidner. Loucos/as, pacientes, usuários/as, experientes: o estatuto dos

sujeitos no contexto da reforma psiquiátrica brasileira. *Saúde debate*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 112, p. 273-284, Mar. 2017.

COSTA, Ileno Izídio. Desafios do cuidado com a saúde mental e a qualidade de vida na Universidade de Brasília. Jun. 2018. Disponível em: <https://www.noticias.unb.br/artigosmain/2365-desafios-do-cuidado-com-a-saude-mental-e-a-qualidade-de-vida-nauniversidade-de-brasil>

OSSE, Cleuser Maria Campos; COSTA, Ileno Izídio da. Saúde mental e qualidade de vida na moradia estudantil da Universidade de Brasília. *Estud. psicol. (Campinas)*, Campinas, v. 28, n. 1, p. 115-122, Mar. 2011.

SARETTA, Mario. A verdade que está aqui com a gente quem é capaz de entender? Uma etnografia em um hospital psiquiátrico. In: FERREIRA, Jaqueline; FLEISCHER, Soraya. (Orgs.). *Etnografias em serviços de saúde*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.



Saúde Mental com Enrique Bessoni

Bárbara Cristielle*

Milena Sasha Santos Batista**

*Graduanda em Ciências Sociais (Bacharel em Antropologia) pela Universidade de Brasília.

**Graduanda em Ciências Sociais (Bacharel em Antropologia), pela Universidade de Brasília.

Nota Explicativa

Enrique Araujo Bessoni é psicólogo e psicanalista com experiência em saúde mental, sofrimento psíquico e intervenção em crise. Formado pela Universidade de Brasília, hoje faz doutorado Interdisciplinar em Ciências da Saúde, na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp/Baixada Santista), e atende em seu consultório particular. Foi aluno da Professora

Soraya Fleischer na disciplina “Antropologia da Saúde”, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social em 2018. Depois, gentilmente ajudou a professora a montar a disciplina na graduação, “Antropologia da Saúde Mental”. Dada a sua experiência com o tema da saúde mental, do sofrimento psíquico e do suicídio, foi considerada como oportuna uma entrevista com ele nesse momento. Bárbara Cristielle Santos Silva e Milena Sasha Santos Batista, graduandas do Bacharelado em Ciências Sociais com Habilitação em Antropologia da Universidade de Brasília, realizaram a entrevista com Enrique no dia 4 de junho de 2019. A Professora Soraya esteve presente, colaborou pontualmente e a entrevista aconteceu na sua casa na Asa Norte.

Entrevista

Bárbara: Boa tarde, Enrique. Muito grata em concordar em conversar conosco. Vamos começar perguntando como foi a



sua escolha por atuar na área de saúde mental e psicanálise?

Enrique: Primeiro, algumas coincidências. Eu entrei já com uma imagem que a Psicologia era só clínica e isso é muito comum no curso de graduação, sabendo da importância do Freud (1856-1939). Então, acho que a gente tem na formação um pré-conceito e acabei obviamente procurando esclarecer um pouco mais sobre isso. Nós temos uma disciplina no primeiro semestre que é “História e Sistemas da Psicologia”, muito esclarecedora porém muito filosófica. Nessa disciplina, entendi que os primeiros da área foram médicos que discutiam a formação para médicos, então tinha uma coisa também de base epistemológica, e a Psicanálise também foi desde a sua concepção. O Freud é muito didático e fez muito sentido para mim desde o início, mais do que os outros autores. Acho que eu tive uma relação imediata por conta disso, me pareceu mais fácil. A Psicanálise tem uma trajetória, assim como toda

a Psicologia, de ser uma proposta de atenção à saúde e trabalhar com questões do processo de saúde e doença. Mas ela não é uma disciplina (justamente pelo momento em que nasceu e pela forma como a Psicologia nasceu) que pensa a promoção da saúde. Ela faz uma investigação nosológica e, digamos assim, psicopatológica, então também começa um trabalho que é entender um pouco dessa dinâmica do sofrimento. Freud trabalhou com muitos casos clínicos e depois ele diferencia a Psicanálise da Psicologia. Então, ele começou com uma formação para a própria Psicologia mas depois ele assume que está propondo outra coisa. A Psicologia segue com seu desenvolvimento com o apoio de outras figuras e Freud assume que está propondo uma nova ciência. Naquela época, o que me chamou mais atenção ainda foi a ousadia de um cara em construir isso, é como se ele estivesse dizendo, “Estou aqui partindo do empírico e posso ter limites mas vou fazer”. E 150 anos depois, nós estamos aqui falando dos escritos dele, é bem bacana.



Então acho que esse aspecto de investigação da Psicanálise sempre me chamou atenção e o mais interessante, pelo o que ele propunha da própria Psicanálise, é a investigação não ser uma investigação apenas na clínica. Ela também deve ser uma investigação por meio dos estudos e uma investigação pessoal, que é o tripé que ele diz ser necessário para formação em Psicanálise. Então, o profissional deve ter a própria experiência de análise, a formação acadêmica ou minimamente uma educação permanente (que não é um termo técnico, mas é o que se aproxima, e essa experiência clínica). Eu que já tinha chegado com a idéia da clínica encontrei um combo pedagógico formativo muito legal e achei isso tudo bem interessante desde o meu primeiro semestre.

Algumas outras coisas durante a faculdade se mantiveram, outras nem tanto. A gente imagina assim, “Vou sair e fazer a formação em Psicanálise e daí vou pra sociedade internacional fundada pelo próprio Freud”. Mas aí você vai de-

scobrir que as coisas são elitistas, são caras e vai fazendo a própria crítica. Você vê que não é assim, não é desse jeito e vai se transformando. E começa a minha relação com a saúde mental entendendo, também, que dentro da própria Psicologia o campo da saúde mental é muito amplo e diverso, é um termo muito polissêmico. Tem “saúde mental” conforme a Organização Mundial de Saúde preconiza, que é bem-estar e ausência de doença. Mas tem “saúde mental” com uma idéia de prevenção e também higienista e preventivista. Tem “saúde mental” com uma idéia da promoção. Mas, para mim, tem muito a ver com o movimento da luta antimanicomial, reconhecendo que “saúde mental” é bem-estar também, mas por se tratar do processo da Reforma Psiquiátrica, é também uma noção de desinstitucionalização dos saberes e das práticas hegemônicas, buscando construir contra a hegemonia novas formas de acolhimento e tratamento. Eu tive contato com umas experiências de serviços de saúde no CAPS [Centro de Apoio



Psicossocial], na atenção comunitária, da reabilitação psicossocial de inspiração italiana. A minha escolha nesse momento seguiu um grupo de colegas que começou a formar um coletivo de estudantes na UnB para discutir os textos de Reforma Psiquiátrica. Na época em que eu me formei, nós não tínhamos uma disciplina específica nem optativa sobre esse tema, ninguém discutia saúde mental, a não ser um ou outro professor no seu estágio. Então, o Professor Ileno Izídio da Costa [Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília] levava alguns alunos para o Instituto de Saúde Mental [Riacho Fundo, DF], fazia um breve apanhado sobre a Reforma Psiquiátrica. Embora não fosse o foco dele, ele se aproximava da Professora Maria Izabel Tafuri e do Professor Francisco Martins [Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília] porque trabalhavam com uma lógica de prevenção e promoção da saúde nas crises em que eles atendiam. A Izabel tinha muitos pacientes autistas e o Ileno estava atendendo as primeiras crises psicóticas mas ain-

da não era ancorado no referencial da saúde mental reformista. Então, esse coletivo trouxe para Brasília, por exemplo, o Antônio Lancetti (1949-2016). Ele era um psicanalista, infelizmente já falecido, um argentino que veio para o Brasil e adotou o país e se inseriu no processo da Reforma desde a intervenção em Santos/SP [1] e escreveu dois livros fantásticos[2]. Um livro era sobre a Clínica Peripatética (que é o termo grego que fala da clínica em movimento), a partir da experiência que ele propôs de atender as pessoas em situação de rua, ir fazer chegar até elas uma prévia do que temos hoje como o Consultório na rua.

E discutir a fissura da abstinência dos drogadictos que enfrentam a abstinência durante a internação porque não tiveram acesso a tratamento; ou essa contrafissura da sociedade o tempo inteiro de querer barrar e limpar a todo custo. Essa “guerra contra as drogas”, que vemos hoje. Ele foi um psicanalista argentino analisado, fez a formação de modo muito militante e trouxe isso para o Brasil. Era extremamente apaixonante.



Então essa foi a minha primeira entrada nas duas áreas. Eu sempre brinquei assim, se um dia eu conseguir fazer metade do que o Lancetti fez em termos da Psicanálise e na área da saúde mental, eu estarei satisfeito. Pois ele foi um cara cativante e muito motivador. Foi por aí que eu comecei, indo atrás dos outros pra depois entender que era um desejo meu também desde o início da graduação.

Milena: O tema do suicídio apareceu em sua trajetória profissional? Você já atuou na intervenção de suicídio com pessoas em crise?

Enrique: No primeiro semestre em 2001, quando eu entrei na UnB, eu peguei uma das maiores greves, foram quase seis meses. Então, eu praticamente só fiz a matrícula e não cursei nada e só fui ter aula no ajuste do verão seguinte. No início daquele ano de 2002, o Professor Marcelo Araújo da Silva

Tavares [Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília] estava selecionando estudantes para participarem de um grande projeto de pesquisa e não tinha pré-requisitos. Isso era muito raro dentro da universidade porque os professores geralmente exigem algumas disciplinas, ainda mais na Psicologia. Como a disciplina de “Ética” para poder acompanhar as pessoas nas intervenções e nos questionários. E na chamada dele, não tinha nem a “Ética”. Aí, eu falei, “Bom, eu quero um dinheirinho, uma bolsa”. E eu fui ver qual era a dele, qual pesquisa era aquela. Ele estava fazendo a tradução e a padronização de quatro instrumentos internacionais de avaliação de risco do suicídio. Eu lembro que dois instrumentos eram curtos, um era mediano e um outro era mais trabalhoso, pois havia mais de 600 itens de questionário. Não havia nada parecido no Brasil, nada assim havia sido aplicado aqui. E a ideia dele era traduzir e validar esses instrumentos no país e fazer a combinação dos quatro instrumentos para mostrar como a correlação dos fatores entre



aqueles instrumentos poderia ajudar na prevenção de eventos, da ideia suicida ou de tentativas de suicídio. Foi um trabalho bem bacana porque ele também fez uma escolha estratégica.

Na época ele já tinha uma preocupação com a comunidade acadêmica e havia um índice internacional que projetava, em média, que um quarto da população acadêmica sofria intensamente. Isso é muita gente considerando que geralmente o ambiente de um campus gira em torno de 30.000 pessoas e a gente sabe que na Universidade de Brasília tem mais gente do que isso. Ele queria ver se a UnB correspondia a essa realidade. E o trabalho foi basicamente fazer a tradução, por isso não havia tanta necessidade de pré-requisito. Mas, ao longo do trabalho, outros requisitos apareceram, como a disponibilidade e a habilidade de ler inglês, de tabular os dados, de manusear as ferramentas no computador. Então, eu topei ir e comecei esse trabalho que depois evoluiu para ser um programa institucional dentro da Universidade. Ele previa

que, uma vez a comunidade constatasse existir uma situação de risco para os seus membros, ela criaria alternativas. Havia, assim, toda uma proposta de pesquisa, extensão e formação, geralmente como são as pesquisas nas universidades federais. A gente fez a aplicação desses testes ao longo de dois anos, a cada semestre com a turma de novos ingressantes. As estatísticas se comprovaram e, desde 2002 quando começamos, há uma perspectiva de que pelo menos um quarto dos estudantes teriam risco moderado ou grave de suicídio. Na época, entravam 2000 pessoas pelo vestibular, então, eram 500 estudantes com esse tipo de risco [3]. Logo, foi assim que o tema apareceu na minha vida profissional, foi a partir da primeira oportunidade de trabalho de pesquisa que eu tive na UnB.

Milena: E você já atuou na prevenção de suicídios?

Enrique: Já atuei na prevenção de suicídio. Nesse projeto



mesmo eu tive oportunidade e, mais adiante, eu fui pegando disciplinas da clínica, fiz a disciplina de ética e pude trabalhar no último semestre com as devolutivas desses testes aos estudantes. Acompanhei algumas entrevistas de devolutiva e acompanhei também, com o Professor Marcelo Tavares, a intervenção com aqueles que continuaram em acompanhamento terapêutico. O grupo indicava, “Olha, seu resultado está aqui, embora preocupante, a gente tem uma oferta terapêutica”. Havia uma responsabilidade na devolução desses resultados e eu pude fazer o que a gente chama de “atendimento em dupla terapêutica”, no sentido de uma observação pontuando uma coisa ou outra. Ou, ao começar a entrevista com um profissional formado, nós pudemos fazer a intervenção em si.

Nos dois primeiros anos de formado (2006-2007), eu atuei só com pessoas em crise. Trabalhei em uma clínica que ela tinha um convênio com o Tribunal de Justiça do DF, havia 70 pessoas de licença médica, afastadas do trabalho por

condições de sofrimentos psíquicos, alguns sofrimentos vinculados ao trabalho e outros já se estendiam no INSS, caminhando quase para a aposentadoria compulsória por tamanha frequência das crises. Eu acompanhei a psicóloga responsável pela avaliação dessas pessoas e ela dizia assim, “Com certeza nesse lugar tem bem mais pessoas em sofrimento, pois eles estão dizendo só do quadro das pessoas que chegaram até o serviço médico deles”. É possível ter mais pessoas em sofrimento, porque esse número se referia apenas àquelas pessoas que chegavam e/ou que passavam a ser acompanhadas pelo serviço institucional. No consultório particular, eu tenho pessoas que passaram por crises mas não chego hoje a atender pessoas que estão em plena crise, hoje não atendo esse perfil. Tem pessoas que passaram, saíram e eventualmente chega alguém. Mas há dificuldades de essas pessoas permanecerem comigo, às vezes por conta dos horários disponíveis, e já encaminho a outro colega, sabendo que ela vai demandar um acompan-



hamento mais sistemático. Eu tenho o perfil profissional para atender pessoas e casais em crises mas é outro tipo de crise.

Bárbara: Como é feito esse trabalho e como é possível identificar e ajudar uma pessoa que esteja enfrentando esse tipo de sofrimento mental ou esteja em crise suicida?

Enrique: Eu penso em duas iniciativas. Profissionalmente, nós temos que buscar uma avaliação diagnóstica, que pode ser tanto com aplicações de testes ou com entrevistas estruturadas. Se há um vizinho ou uma pessoa na família, essa é uma primeira informação possível de ser compartilhada, “Olha, vamos procurar um profissional que possa fazer uma avaliação, que possa acalmar você e a sua família”. A gente dá alguma instrução de como proceder nessas situações. O bom é que existem diferentes tipos de avaliações diagnósticas, porque também não é com qualquer profissional com quem uma pes-

soa em crise se relaciona, podendo se sentir muito bem com vários questionários e instrumentos, que ajudam a organizar, a oferecer um procedimento estruturado. Tem gente com essa expectativa bem clínica médica, com instrumentos que dão essa ideia de que o profissional está coletando informações e vai dar uma receitinha de quem é aquela pessoa. Há pessoas que não lidam tão bem com essas perguntas estruturadas, com esse tipo de instrumento. Essas pessoas percebem que a atenção faz diferença, que a postura do profissional faz diferença, se sentem mais acolhidas em um ambiente menos formal, com uma conversa mais aberta, e se não quiser falar sobre isso agora, a gente pode pensar como encaminhar. Se está falando de uma situação de crise, se eu estou percebendo que ela está em crise, mas não quer falar comigo, eu vou ver o que ela aceita que eu faça, eu vou ver se chamo alguém ou não, se ela tem condições de ficar em casa. Aí, a avaliação vai se dando com outras perguntas que a gente tem difundidas nas



práticas, como avaliações da história de vida, como o momento atual que pode estar relacionado com uma situação de desemprego, o cenário político, etc. De todos os pacientes que eu recebi em crise, nos últimos três ou quatro anos mais ou menos, chegaram com ideações, alguns tinham planos e tudo mais, até saíram da crise mas eles voltam ao momento de crise, porque estão em um cenário de extrema desesperança, em um cenário de extremo caos ou já estão em um de extrema coerção. Pelo menos, ninguém voltou a manifestar o desejo de se matar, mas voltam a um cenário de crise, desesperança, desorganização, desmotivação, voltam a se deprimir porque tem essa relação direta como ambiente de trabalho. As avaliações são histórias de vida, do momento atual, da rede. Há perguntas que nós fazemos nesse sentido, “Que contato de confiança você permitiria que eu tivesse em mãos para em uma situação de crise? Que pessoa eu posso acionar?”. Geralmente é a mãe, uma vizinha, o pai ou o melhor amigo. São perguntas bem diretas que faze-

mos, são avaliações de risco. Uma dessas escalas, no modelo de uma entrevista estruturada, que melhor fazia a avaliação de risco trabalhava com uma gradação de quatro intensidades, se já pensou em desistir seria o nível mais brando ou mais difuso; se você já pensou, planejou e tentou o suicídio seria o mais intenso; e os outros dois níveis seriam uma média desses dois extremos. A gente trabalha sempre em diálogo porque é muito difícil falar sobre o assunto que é coberto de tabus. Muitas vezes, a pessoa tem vergonha de fazer qualquer revelação.

Bárbara: A pessoa tem que estar sozinha no atendimento?

Enrique: Depende muito da situação. A pessoa que tem condição de chegar até um profissional, dirigindo ou pegando um transporte, até prefere ir sozinha pra poder abrir sobre esse assunto que é muito revelador do sofrimento, que pode ser cheio de uma sensação de vergonha e que é um evento que dura por um tempo e ela não consegue abrir para os familiares



ou até mesmo amigos mais próximos. Mesmo assim, no caso dessas pessoas que chegam sozinhas, a gente também trabalha dentro da avaliação de risco e com uma avaliação de redes. Geralmente, tem a indicação de fazer uma entrevista com essa rede mais próxima, seja com quem ela mora, se mora em uma república de estudantes, etc. No projeto do Professor Marcelo Tavares, havia muitas pessoas nessa situação, o que fez a gente considerar a própria casa de estudantes da Universidade de Brasília. Às vezes, chega encaminhado com a mãe, com o pai ou um adulto responsável que entra em contato comigo. Se é o caso de um adulto, com seus 25 anos, mas que não quer, não liga e tudo mais, eu faço a proposta de virem as duas pessoas, proponho que ela traga quem seria tranquilo vir na primeira vez para mostrar todo um elo. Vou priorizar trabalhar com quem está em crise obviamente, mas ela precisa entender também que não é um conluio, não é que eu vá fazer uma aliança com esses acompanhantes para fazer coisas que ela não quer fazer

nesse momento. É um trabalho de estabelecer jogos e regras limpas, clara se esclarecedoras mas sempre em diálogo, senão chegarem um nível de negociação e de confiança, raramente a pessoa fica porque ela tem justamente a dificuldade de acreditar que alguma coisa vai fazer efeito, de que alguma coisa vai fazer sentido e que vai ajudá-la a sair dessa condição pois ela já tem uma sensação de exaustão, já tentou isso por muito tempo. E mesmo que ela tenha tentado ou algumas pensaram mais do que tentaram se matar, é tudo real e ela está exaurida, ela está cansada e desmotivada para continuar fazendo as coisas. É preciso estabelecer o diálogo para conseguir, pelo vínculo, que qualquer proposta consiga ser executada. Se não, realmente não tem jeito, eu posso falar qualquer coisa e ela não vai fazer.

E algumas dessas informações acho que podem ser difundidas, vocês podem perguntar, “Olha, eu estou vendo que você está mais retraído, estou vendo que você não compartilha tanto no final do semestre, fica mais cansado, você quer con-



versar?”. Mesmo você não sendo um profissional da área, você tem a informação de onde buscar, na UnB tem por exemplo o CAEP [Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos], uma professora ou coordenadora do curso que seja sensível com essa situação, alguém que busca acompanhar os alunos. Poder dar encaminhamentos já ajuda, a avaliação de risco já ajuda nesse sentido. Se a pessoa chega acompanhada, a gente já sabe que tem alguém atenta a ela e, no cotidiano da pessoa, já é alguém presente, que não necessariamente exige uma formação. Além do retraimento, tem também o oposto. A pessoa está muito eufórica, fica em um batidão assim, ela topa fazer todos os estágios, trabalha 14 horas por dia, quer participar de todas as pesquisas e a gente pergunta por quê ela não quer parar, porquê não quer ter um tempo só pra ela, porquê tem que estar de domingo a domingo trabalhando. Nesse momento, temos que chamar a atenção, chamar para sair, vamos sentar e conversar tomando uma cerveja, vamos ter um momento de lazer.

Essa é uma abordagem simples e não invasiva, é só um nível de atenção que agente, até por conta do trabalho e da rotina acadêmica, acaba não tendo. E sendo difundidas, essa perspectiva de apoio, essas estratégias de saber quem que está bem ou não, podem ajudar. Na Fiocruz, por exemplo, onde eu trabalhei nos últimos anos, passaram pessoas no processo seletivo da Residência de Saúde Mental e chegaram pessoas de outros estados, sozinhas. O grupo docente responsável pelo projeto imediatamente já falou, “Vamos ficar atentos, as pessoas estão se adaptando, vão montar uma casa, vão para um território que não conhecem”. A gente pode se dedicar sem necessariamente fazer perguntas invasivas ou perguntas tabus, porque também não é nada adequado quando você está se mudando para outra cidade você chegar perguntando “Você já quer se matar?”. Não! É só ter uma disponibilidade de acompanhamento, desenvolver minimamente um trabalho em rede. A gente conversou bastante sobre isso quando a Professora



Soraya Fleischer [Departamento de Antropologia, UnB] resolveu montar a disciplina “Antropologia e Saúde Mental”. Eu sugeri que fizessem uma roda de conversa, um momento a cada 15 dias ou uma parte de cada aula para fazer uma atividade, abrir a possibilidade de conversar sobre o que aconteceu, poder compartilhar, abertura para depois da aula, falar com um tutor.

Temos também que ter uma estratégia não só de promoção e sim de intervenção ou o que eles chamam de pós-venção, que é o trabalho com os sobreviventes, as pessoas que se relacionavam diretamente com alguém que cometeu suicídio. Há também os grupos de apoio aos sobreviventes. O CVV [Centro de Valorização a Vida] tem dois grupos em funcionamento aqui em Brasília para sobreviventes, embora sejam os únicos na cidade [4].

Milena: E como é para a sua saúde mental e a de seus colegas da Psicologia para atuar nesse âmbito?

Enrique: Eu conto muito com os meus amigos; assim, pessoalmente falando, eu acho que tenho a sensação de relações de confiança, de que também eu tenho rede. Eu brinco muito com o meu companheiro de que ele é responsável por me mostrar que há luz e de me tirar de dentro da caverna. Eu vou ao consultório, me envolvo em projetos que demandam tanto diante das determinações e vulnerabilidade da saúde que eu volto pra casa também desesperançoso, nós estamos só apertando parafusos para ver se o sistema continua funcionando. Mas é isso, o mundo está caótico, não tem jeito e tal. Então, conviver com ele por todos esses anos tem sido muito importante. Conviver com outros profissionais da área, que são a maioria dos meus amigos, conviver com outras pessoas e me envolvendo em outros projetos, ter meus hobbies. E a gente costuma trabalhar com a própria análise. É raro alguém que trabalha com intervenção em crise não ter, minimamente que seja, um espaço de supervisão com análise pessoal, a formação



o tempo inteiro lendo e discutindo casos. O trabalho em rede, o trabalho multiprofissional, já que cada caso tem uma dinâmica própria, e tem uma sequência de eventos da crise. Então, a gente acaba mantendo a formação constante, a maneira que a gente puder ajudar. E o Marcelo Tavares e meus professores falavam desde o início que é importante saber o nosso limite, eu posso me esforçar ao máximo, mas eu não sou Deus e nem tenho superpoderes diante da tomada de decisão de alguém e de fato o que é mais difícil assim. Saber que o nosso trabalho tem de fato um limite e reconhecer que muitas pessoas ficam tomadas. O paciente que tentou suicídio ou até que se perdeu, abala emocionalmente muito os colegas. Eu até hoje não tive alguém que eu acompanhasse que chegou a morrer mas é visível como colegas tomam para si, afirmando, “Ah eu poderia ter tentado mais, eu poderia ter feito aquilo”. O nosso trabalho tem esse limite de a gente não conseguir necessariamente evitar, eu posso conseguir dar um apoio, estruturar

por um tempo, mas o dia de amanhã é imprevisível pra todo mundo. Esse é um dado de realidade que dá um sentido agri-doce para o nosso trabalho, há um controle que não está nas nossas mãos. Se eu trabalhasse com uma perspectiva de controle, era melhor eu trabalhar na Polícia e não na Psicologia.

Bárbara: E como é para o profissional manter uma certa distância com os casos, não ficar tão abalado emocionalmente?

Enrique: É extremamente difícil mas eu nunca perdi alguém profissionalmente. Eu já perdi amigos. Profissionalmente, eu já tive dificuldades do tipo: sábado de carnaval combinamos um almoço na casa de um amigo, estou em casa tiro uma cerveja do congelador, abro a tampinha e meu telefone toca. E eu fico três horas de um sábado de carnaval atendendo uma pessoa em crise por telefone, manejando. Não três horas direto, mas fazendo esses contatos, “Você está sozinha? Quer que



eu ligue para alguém?”. Conversei um bom período com ela e depois fui manejar essa rede, e depois fico pelo menos 48 horas em alerta porque, se ela teve uma crise, as 48 horas seguintes são decisivas, seja porque ela sentiu bem com o apoio da rede que foi acionada ou porque nada fez efeito e ela pode ficar mais deprimida e agitada com a crise. Também já passei por uma situação que eu saí de férias por 15 dias e todos os dias estive conversando com um paciente que estava em crise. É da ordem da imprevisibilidade. Aconteceu uma situação na vida dele e ele precisou falar comigo para não entrar em crise. Eu falei assim, “Amanhã, a gente volta a conversar”. E, nesse amanhã a gente volta a conversar, conversamos todos os 15 dias das minhas férias. Algumas situações concretas demandam um envolvimento, mas também pode ser do ponto de vista da postura. Como é um trabalho que oferta essa disponibilidade, essa ajuda a articular uma rede, pode ser um apoio em um domingo de manhã ou um sábado de tarde, dois

dias das minhas férias ou os quinze dias das minhas férias.

A pessoa chega em um primeiro momento te exigindo muito mesmo e trabalhar com isso depois do limite faz parte do processo. Inevitavelmente eu sinto cansaço, preciso ter uma ideia do meu horário do dia. Por exemplo, eu nunca marco a primeira entrevista em crise no início da manhã ou, se eu vou atender no horário da manhã, eu não atendo ninguém depois, pra eu realmente ter um tempo. Aí eu vou fumar um cigarro, voltar para casa, fazer almoço ou até dormir mesmo. No primeiro ano em que eu acompanhei aquele pessoal do TJ, eu chegava da clínica e minha casa era escura, eu vou fazer um fio terra, quando eu acordar eu acordo. Então, é muito difícil, envolve muito a gente e esse limite é importante também. Por exemplo, esse paciente específico demandou e eu o atendi por mais de um dia nas minhas férias mas eu não faço isso com todos porque eu consigo avaliar o risco das pessoas. Especificamente com ele, minha preocupação era que logo depois



que eu voltasse, ele também sairia de férias, então tinha uma coisa da instabilidade do tempo, da frequência, das sessões. Outras pessoas não. O psiquiatra da pessoa vai ficar aqui, não vai sair de férias; dá pra combinar um atendimento pelo Skype quando se está ausente para a pessoa te ver; dependendo da demanda; dependendo de quem seja e qual é a situação, dá pra deixar outro profissional de referência. Esse jovem, por exemplo, a família dele era acompanhada por uma amiga minha. Como ele demandou muito tempo da primeira vez, quando eu estava de férias, eu sugeri que ele fosse acompanhado por ela. Não tem porque manter essa dependência ao meu trabalho e à minha pessoa exclusivamente. Da segunda vez, já não foi preciso mesmo atender todas as vezes, nem todos os dias. E a única vez que precisei, a colega que estava disponível foi lá, teve um entrevista individual com o paciente. A gente precisa pensar nesse limite, porque crise não tem hora, não acontece só em horário comercial. Se não, eu vou estar

atendendo gente de madrugada e a ideia não é essa. A ideia é que a pessoa consiga voltar a dormir. Se eu alimento o ciclo da crise e não reverter a situação, ficamos ela e eu em crise.

Soraya: E eu acho que a pergunta da Bárbara embora seja direcionada a você e com o perfil profissional que você tem, é uma pergunta que faz sentido para nós também. Não somos da área Psi, mas como a gente fica quando os nossos amigos e a nossa rede estão instáveis, em crise ou dando sinais de fadiga e de desesperança? A pergunta da Bárbara é muito importante para trazer esse cenário para perto da vida universitária e da vida na Antropologia, pois nós temos também uma rede de antropólogos. Embora a gente não vá oferecer cuidados profissionais ao sofrimento mental, a gente pode reconhecer a nossa capacidade de acolhimento, a nossa capacidade de escuta, e também os nossos limites.



Enrique: No início da carreira, uma das perguntas do meu grupo de pesquisa era essa, para conseguir lidar com isso, tem que saber quais são suas próprias intenções suicidas. Mas aí eu pensei, “Eu nunca tive essa intenção e nunca pensei nisso”. Mas tem um dia que você quis dormir sem ter hora para acordar; teve um dia que você quis desistir; e isso não é uma ideia suicida clara, mas fala desse lugar do cansaço, da pausa, do limite e qual o sentido do limite. Quanto mais a gente conseguir entender que o sentido do limite é pra pausa, eu acho mais promotor de saúde do que a ideia de fracasso. Eu não preciso atravessar o limite pra chegar no fracasso e a coisa se virar contra mim. Eu posso reconhecer o limite como uma ideia de pausa, vou me recuperar agora e vou levantar depois e continuar a caminhada do projeto que for, pessoal ou profissional. Acho bem importante ter isso em mente.

Bárbara: De acordo com a Organização Mundial da Saúde,

nos últimos 10 anos a depressão cresceu 18% e até 2022 a depressão será a doença mais incapacitante do planeta. Quais os desafios para os profissionais da área e para a atual geração na busca de reduzir esses índices e ter uma saúde mental saudável?

Enrique: Coincidentemente, o “grande irmão” [Facebook] compartilhou isso pela manhã. Vi uma reportagem mostrando que o Brasil está ranqueado na América Latina como o último país [5], tem os maiores índices do que chamamos em inglês de “disability”. Na tradução, o termo também considera essas incapacidades causadas por transtornos mentais. Eu fiquei lendo as perguntas que vocês me mandaram e chegou, pelo celular, uma reportagem sobre isso. E aí marquei para poder comentar com vocês justamente sobre isso. O Brasil com os piores índices e a gente mantém o mito de que somos um povo cordial e feliz. E, na verdade, é completamente o contrário, não somos nada cordiais e não somos nada felizes. Há



uma série de questões por trás. Por exemplo, há uma cultura de liberdade com o corpo muito limitada ao Carnaval, fora do Carnaval você não tem liberdade nenhuma com o seu corpo. O pessoal que estuda a determinação social da saúde e doença observa que quando os países entram em crise, as pessoas tendem a entrar em crise também e é o que observamos nesses índices mostrados na reportagem. Mas, empiricamente, no meu consultório, todo mundo voltou a se sentir desesperançoso no seu local de trabalho. Vi também uma reportagem publicada, se não me engano pelo El País [6], sobre a Argentina na crise dos anos 2000, quando um número maior de jovens entrou em crise e cometeu suicídio. Vi também outras duas reportagens mais recentes, que mostram como no Japão, os idosos cometem atos transgressores para serem presos e terem um mínimo de condições para viver dentro dos presídios.

Temos um desafio grande nesse cenário que é, no ponto de vista pessoal, trabalhar a tolerância à frustração. A vida

não alivia, a vida é muito difícil. Ainda temos um sistema bastante competitivo, sobretudo para os jovens. Segundo as estatísticas nacional e internacional, o jovem adulto está em um momento de transição e das primeiras experiências profissionais, um momento em que às vezes está grávida, tendo filhos, sendo mãe solteira. Uma série de coisas mudando ao redor e a pessoa se vendo sem recursos. Então, é um grupo que se encontra no quadro de estatísticas, esse jovem adulto, pela quantidade de transições dessa etapa da vida. Além disso, entra um termo horrível, que recebe críticas, que a “resiliência”. Dizem que se precisa trabalhar a resiliência, mas para quem? Para o sistema ou para a sua saúde? Hoje tem um grupo de mães universitárias da UnB, elas são do curso de Psicologia, que se organizaram para as alunas mães poderem frequentar a aula. Quem tomou iniciativa também precisava de apoio para olhar o próprio filho. Algumas dessas iniciativas nascem porque a pessoa precisava desse apoio, as suas amigas



também precisavam. Eu vi uma matéria no jornal Metrôpoles e também na página da UnB [7]. Achei super interessante, é uma iniciativa de complexidade simples de juntar voluntárias, organizar horários, formar uma rede, uma rede para mais de uma mulher, para mais de uma criança. Projetos assim trabalham a ideia de resiliência e não de que se tem que suportar tudo a qualquer custo. Há desafios pessoais, mas esses desafios têm uma relação direta com esses processos de determinação da saúde, que é onde está hoje o nosso risco maior. Qual é a ideia de saúde quando o governo diz que não tem mais sentido um Sistema Único de Saúde público de cobertura universal; quando uma educação de qualidade gratuita não se faz mais necessária? Então, a gente começa ampliando a ideia de que saúde não é só mais a ausência dos sintomas. O programa “De Braços Abertos” [8] foi interrompido no governo Dória em São Paulo. Trabalhava com a oferta de residências mesmo que temporárias para moradores ou pessoas em situação de rua.

Elas poderiam ter um acolhimento mínimo ou poderiam ficar de seis meses a um ano até se reorganizar e sair dos hotéis dos “De Braços abertos”. Políticas de habitação, educação e saúde sendo desmontadas, como esperamos que essa população esteja em cinco anos? Na semana passada, uma amiga nutricionista explicou que o problema não é lavar o agrotóxico do alimento, o problema é que já está completamente contaminado e não conseguimos limpar o alimento internamente, não é só cortar ao meio. Ele já está geneticamente contaminado com uma série de agrotóxicos proibidos no mundo inteiro mas que continuam liberados aqui. Como essa população estará em cinco anos? No Rio Grande do Sul e nas cidades próximas a grandes agriculturas, há um indicador dos aumentos de casos de câncer.

Soraya: Enrique está falando de uma coisa muito cara à Antropologia. Ao falar de depressão, falamos sobre um indivíduo que está sofrendo, que está em um estado depressi-



vo e que começa a tomar um psicotrópico, um regulador de humor. Mas que esse indivíduo não está isolado do contexto em que ele vive. Enrique está deixando o pensamento e a clínica individualizante ao extremo (muito comum na Psiquiatria) e passando à uma ideia muito mais ampla de indivíduo, localizado dentro de um contexto, dentro de relações sociais imediatas e também de cidade, país, continente. É uma outra maneira de pensar saúde mental, depressão e suicídio.

Enrique: É importante ficar claro no que eu estou pensando quando eu coloco essas condições sociais. Por exemplo, essa situação do Chile, que hoje tem um número alto de idosos. Esse foi um dos primeiros países da América Latina a fazer uma rigorosa reforma da previdência, semelhante a que está sendo proposta aqui no Brasil. Temos um país continental, então tem muita diferença do Chile, é preciso observar isso na reportagem que eu citei acima. Nós tão pouco temos uma unidade nacional

como os argentinos, como os índios bolivianos, como alguns grupos étnicos que, antes de tudo, se reconhecem como uma etnia. Isso sustenta de alguma forma essa condição de rede, já que se constrói em rede a saúde e isso nos falta. Historicamente, a gente cometeu o maior genocídio já visto na humanidade e que não é reconhecido como um genocídio, basta considerar a população indígena que vivia no Brasil e a que vive hoje, de fato, foi um massacre desproporcional, dentro de tantos outros na história. Esse é o grande desafio. Quando pensamos a política pública ou o socorro a alguém, temos que observar a vizinhança, escola, academia. Mas tendemos a pensar individualmente e, realmente, não dá.

A UnB é muito potente, tem produção de ponta e iniciativas de referência em diferentes áreas. Mas como local de trabalho, é possível também que esteja adoecida institucionalmente há muito tempo. Mas, atenção, não é a UnB que está adoecida, mas são as condições em que acontece a formação



acadêmica. Os professores e técnicos entram de licença médica, os alunos cometem suicídio e o que é feito institucionalmente? Tem duas iniciativas, mas são de proporções limitadas. As pessoas podem se dar as mãos de fato, como foi durante o mês de junho do ano passado, as rodas de conversa no Instituto de Ciências Sociais depois dos dois alunos que tiraram a própria vida, Ellye Wallace. Isso foi fundamental para que as pessoas pudessem se encontrar e conversar. Eu acho que a proposta de uma disciplina é super importante, como a Soraya fez. Não foi só a ideia de discutir teoricamente o que é “saúde mental”, mas sim de observar e colocar em prática esse olhar da formação antropológica. Fiquei muito feliz com o convite para essa entrevista porque a disciplina se transformou em um Dossiê. Essa é uma oportunidade de ouro, tanto para quem participou quando para quem vai ter acesso a ler tudo isso.

As rotinas podem adoecer de alguma forma. Por exemplo, as rotinas da natureza. Existem pesquisas mostrando que

nos países nórdicos e no norte da Europa, as pessoas apresentam um quadro mais depressivo por conta da falta de vitamina D, causada pelo inverno que dura nove meses. Uma amiga belga adora o Brasil pelo simples fato de o sol estar no topo em pleno inverno. Em Bruxelas, às 9h da manhã já é escuro e a tendência é piorar. É a sensação de um ambiente meio para baixo. Além disso, há a pressão por produtividade, pressão para entregar trabalhos acadêmicos perfeitos, como a oitava maravilha do mundo. A roda já foi inventada de várias formas mas a estudante precisa ser a próxima Levi-Strauss a qualquer custo. Isso é realmente muito adoecedor. É muito alto o nível de excelência exigido dos professores, dos alunos e dos técnicos que trabalham com um público estressado e com várias demandas. Os funcionários se irritam com a burocracia mas não podem fugir da burocracia. São todas coisas do cotidiano que naturalizamos mas que não nos damos conta nesse cotidiano. Hoje ao ler o Facebook, vi um cara falando sobre não



ser normal a gente trabalhar de segunda à sexta e deixar para ir ao mercado no sábado. Esse é um pacto que se sustenta às custas da saúde das pessoas. Há uma função controladora também nesse consumo. Entre os meus colegas e os profissionais da saúde, que é também uma área que se automedica muito, é incomum as pessoas respeitarem os horários das próprias consultas, as paradas, o fato de ir ao médico por precisar ir, mas geralmente vão remarcando. É preciso parar para ir ao cinema, conversar com os seus amigos da república, para tomar um café. A estudante para entre uma aula e outra? A professora para pra tomar um café com as amigas? Ou só pega um lanche e corre de um pavilhão ao outro? Quem vai quebrar essa rotina?

Milena: Eu moro com amigos e a gente sempre oscila entre um final de semana de estudos intensos, o final de semana inteiro juntos estudando e outro final de semanas assistindo filmes. Mas sempre que estamos assistindo filmes, estão to-

dos preocupados por coisas que poderíamos estar fazendo. E no domingo à noite, ficamos ansiosos com a volta da rotina.

Enrique: No exterior, eles são danados para inventar nomes de síndromes e transtornos bastante estereotipados. E têm uma expressão que é a “Síndrome do missing out”, o sentimento de estar sempre perdendo alguma coisa. As redes sociais trouxeram muito isso, o fato de não olhar, não receber uma mensagem ou um alerta já cria uma angústia. Temos que ficar lembrando que temos outras atividades para fazer. Estou aqui com vocês e já tem uma hora que o meu celular está no modo avião. Eu fui procurar uma reportagem que eu tinha visto e fiquei pensando, “Ué, não chegou mensagem nenhuma?”. E aí lembrei que estava no modo avião. Então, calma, eu estou em outra atividade, calma. E tem o final de semana também. Por exemplo, eu estipulei que trabalharia até sábado, para não avançar a minha madrugada, mas aí eventualmente vem um domingo sem eu ter con-



seguido cumprir um cronograma. Mas eu não vou correr para fazer as coisas, não tem como mudar essa realidade, se eu não fiz durante a semana, para quê vou me impor uma obrigação moral para me encher de culpa? Ou vou entrar em um rebote de ritalina ou outra coisa para poder ficar super acelerado e ler uma quantidade enorme, não vou conseguir produzir, estressar o meu corpo e me sentir muito culpado. Então, precisamos pensar mesmo nos nossos modos de produção nesses contratos, nessa rotina acadêmica. Ela contribui muito com isso.

Bárbara: A universidade traz muito isso para a gente, de que temos que nos poupar da vida social, de ver os amigos e de tomar uma cerveja para ficar ali produzindo, fazendo trabalhos. Há os professores que não entendem que não temos apenas a matéria deles e que temos diversas outras demandas. Quando eu entrei na universidade, eu fiquei muito surpresa porque fiquei com um sentimento que eu nunca tinha sentido antes.

Eu sempre morei na Ceilândia/DF e sempre agalera de lá vem para a universidade com um pensamento totalmente diferente. Vi as pessoas adoecidas, vi casos de suicídio na universidade, coisas que nunca tive esse contato, tudo muito distante.

Milena: A competitividade que temos na universidade é visto como uma coisa bem natural, quem produz mais, quem lê mais, quem sabe mais, é mais valorizado.

Enrique: E temos comentários dos colegas, você fica até com vergonha de fazer perguntas. Aquela leitura que você fez, achou que super compreendeu e aí o cara faz um comentário comparando a leitura com outro texto pelo simples fato de ser arrogante, e isso é valorizado. O alto nível de expectativa nesse tipo de leitura. Eu tinha colegas no primeiro semestre que chegavam falando que já tinham lido a obra completa de Freud. Não é assim que a universidade deve inculir a ideia de



produtividade, quem é cientista por profissão são os professores. Mas os professores também sofrem. Mas sabemos que um grupo de pesquisa trabalha para muitos de nossos colegas, o estagiário faz a limpeza do laboratório e depois que colhe dados para os mestrando; o mestrando está colhendo dados para o doutorando; e esse doutorando está fazendo as coisas para o seu orientador e o orientador está saindo em tudo quanto é publicação.

Acho que tem acordos bem difíceis dentro da vida acadêmica, mas neste momento, é difícil fazer críticas dentro da vida acadêmica por conta de todo esse ataque que estamos sofrendo de fora. Portanto, é bom lembrar que essas não são regras criadas na universidade, mas sim regras impostas pelos tais indicadores científicos, e agora o novo ministro está solicitando isso, o professor deve publicar de 15 a 20 artigos por ano, sendo que 50% em revistas internacionais. Há um nível de estresse só na expectativa do que você tem que fazer para che-

gar lá. Na década de 70 mais ou menos, Foucault que escreveu um monte na vida dele, tinha sempre dentro da universidade um período de mais ou menos três a quatro meses para montar o curso dele. Depois, ele dava aquele curso para o qual tinha estudado no início do ano, aquele levantamento que ele fez. “A hermenêutica do sujeito”[9], que eu estava lendo, foi um curso que ele ofereceu de janeiro a março. No final do ano anterior, ele tinha feito toda uma pesquisa, feito conferências, não é uma repetição com parágrafos a mais. Como vemos em textos de muitos colegas, aquele mesmo parágrafo reeditado várias vezes, para servir de introdução, fatiando toda uma produção acadêmica em cinco ou seis artigos. Há coisas bem perversas, a rotina de trabalho é da instituição, não é da academia. A academia, quanto mais ela é produtora desse conhecimento, quanto mais ela exige que as pessoas se dediquem para esclarecer ou chegar a alguns lugares, mais ela tem promovido vida. Paradoxalmente, o volume de dados que a gente tem hoje interna-



cionalmente, ajuda a gente a pensar em intervenções nas situações mais inóspitas, sem fronteiras, e isso existe porque hoje existem condições da Medicina ser transportada para vários lugares, não precisa mais de um aparato estrutural ou somente este aparato estrutural. A mesma coisa com as populações indígenas e ribeirinhas, hoje conseguimos levar intervenções de saúde para essa população e isso só é possível com o avanço da ciência.

Milena: Como entrar em diálogo com a comunidade acadêmica na intenção de prevenir o adoecimento, o sofrimento, os suicídios e incentivar que as pessoas procurem ajuda, na tentativa de evitar casos como tão tristemente vimos no ano passado no Instituto de Ciências Sociais, com nossos queridos colegas Elly e Wallace?

Enrique: A gente pode trabalhar com o que já temos, em time

que está ganhando não se mexe, então essas iniciativas, sejam as do CAEP, a clínica escola. Ter o CAEP como referência e como parceiros das intervenções. A parceria precisa ser permanente. Agora não podemos trabalhar só no quadro da intervenção, é muito mais saudável trabalhar com a promoção da saúde. Quanto mais a gente puder ter outras rodas de conversa, momentos de apoio. Desde a virada para o século XX, o IP [Instituto de Psicologia da UnB] passou ao trote do apadrinhamento, quando se indica um veterano para ajudar o calouro a compreender o ambiente universitário, encontrar a xerox, onde lanchar, onde ficam as salas. Apadrinhar para ajudar a vida que é bem difícil nesse primeiro semestre, com momentos de acolhida, momentos de encerramento. Recentemente estava conversando com uma amiga que está na pós-graduação na Fio-cruz, a gente faz muita avaliação dos egressos só com reativas e quantitativas, se a aula foi boa ou não, se o professor é bom ou não. A gente não faz uma avaliação de egressos de modo



qualitativo. Temos que avaliar também quem entra, que expectativa tem, o que quer fazer durante o semestre. Coisas assim podem ser feitas para momentos de acolhidas e encerramento. Existe o mês de conscientização sobre a prevenção de suicídio, que é o chamado “Setembro amarelo”. Podemos fazer rodadas com várias questões, discutir o estigma sobre o suicídio, o tabu em torno da morte e como se constrói uma rede de apoio e de que maneira podemos perceber dentro de sala de aula as dificuldades que a rotina acadêmica pode trazer e eventualmente ser um fator de adoecimento para alguém. Final de semestre é um momento de alerta, acho que podem ser momentos de pausa.

Eu achei fantástico o cuidado que a Soraya faz. Em 15 anos de formado e estou na pós-graduação agora, foi a primeira professora que programou uma pausa no meio do semestre, sem necessariamente ser um intervalo de feriado. Se foram planos pessoais ou uma ideia anterior que deu certo,

não interessa, estava instituído, “Nós vamos fazer uma pausa, é importante, porque a gente se cansa da quantidade de leitura, da quantidade de entrega para ser feita, de trabalhos para devolver”. Essas pausas são fundamentais para também planejar um calendário de uma disciplina com isso. Achei fantástico uma coisa muito autônoma, esse grupo de mulheres que criou para si o apoio para as alunas que são mães poderem frequentar as aulas. Então, não precisa ser sempre a iniciativa de um profissional de saúde. Claro, algumas situações exigem um esclarecimento sobre a dinâmica ou sobre o que é possível fazer quando a crise está instalada. É bom que seja um profissional de referência, mas não pela especialidade e sim para evitar a sobrecarga e evitar eventualmente não saber o quê fazer com a situação. Envolver uma instituição, o CAEP ou um núcleo do professor Marcelo Tavares, que hoje é um programa instituído para os servidores, não sei se para a comunidade como um todo. São todas estratégias fundamentais.



Para organizar como um conceito, além das ações para a promoção de saúde, essas ações de apoio e quais ações de apoio podemos fazer, como um intervalo em uma disciplina ou uma ação para os alunos de primeiro semestre. Eu fico pensando como é iniciar o curso de Antropologia em uma cidade em que é bastante difícil conviver no território, como você falou, Barbara, só da Ceilândia para a Asa Norte são duas realidades completamente diferentes. Entrou no curso e todo mundo já é imediatamente inserido em uma expectativa de pesquisa etnográfica. Ou quando se lê os clássicos da Antropologia, a estudante fica sem saber como vai fazer isso na prática, quando não tem tempo, não tem dinheiro e não se trabalha profissionalmente. Tem uma disciplina na Psicologia que nos ajuda muito, pelo menos, “Psicologia, ciência e profissão”, existe tanto na UnB quanto na Universidade Católica (eu ofereci essa matéria lá, quando fui professor). Ela é ofertada no primeiro ano, quando se discute o nosso campo profissional e traz essas alterna-

tivas de mercado de trabalho, as habilidades necessárias que fazem uma estudante se imaginar mais nesse campo do que no outro. Já na Antropologia, a estudante começa lendo os textos dessa área e se imagina dois anos morando em uma ilha distante, tendo que aprender um vocabulário totalmente diferente, voltar ao escambo para sobreviver e, a gente sabe, não é assim. Ali como caloura, como ela se imagina formada, trabalhando com uma antropóloga? São coisas que podem criar expectativa, ansiedade, impotência e solidão.

Soraya: É o mito da pesquisadora, como a única opção de profissão. Eu tenho dado uma disciplina bastante parecida com essa da Psicologia, “Antropologia e mercado de trabalho”**[10]**. É uma chance de vermos algumas opções de trabalho na área, conhecemos e visitamos colegas que já estão inseridos no mercado, atuando como antropólogos. Concordo contigo, isso é fundamental para criar horizontes mais concretos, estabilizar a



ansiedade do presente e criar possibilidades no futuro.

Bárbara: Foi muito bacana conversar contigo, Enrique.

Milena: Agradecemos muito pelo seu tempo em vir conversar conosco, em nos contar de sua experiência de trabalho como psicólogo e psicanalista. E também por toda essa boa conversa nos ajudar a entender como está a vida acadêmica hoje em dia, como está a UnB de hoje. Você nos dá muitas sugestões bacanas e importantes para acolher, proteger e atentar para todo mundo que passa tantos anos na universidade. Muito obrigada!

Soraya: Grata mesmo, meu amigo querido!

Notas

[1] A Casa De Saúde Anchieta era um manicômio, da cidade de Santos. Sofreu intervenção em 1989, coordenada por um grupo de profissionais, entre eles o psiquiatra Roberto Tyka-

nor, interventor responsável. O processo ocorreu por determinação da atual vereadora Telma de Souza, à época prefeita de Santos. A experiência é considerada um marco na Reforma Psiquiátrica brasileira, sendo responsável, a partir dos Núcleos de Apoio Psicossocial, pela construção dos hoje Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Há uma vasta bibliografia sobre a experiência santista e a reforma brasileira. Apenas a título de curiosidade, segue link sobre os 30 anos da intervenção: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2019/05/03/intervencao-na-casa-dos-horrores-completa-30-anos>.

[2] Lancetti, Antonio. *Clínica Peripatética*. São Paulo: Hucitec, 2006. Lancetti, Antonio. *Contrafissura e plasticidade psíquica*. 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 2015.

[3] Para conhecer o trabalho do Prof. Marcelo Tavares: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizaev.do?id=K4781190Z6>.

[4] <https://www.cvv.org.br/>.

[5] <https://oglobo.globo.com/sociedade/saude/brasil-o-pais-mais-deprimido-da-america-latina-apon-ta-oms-20969009>.

[6] <http://feeds.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0906200210.htm>.

[7] <https://www.bbc.com/portuguese/geral-47086935>.



[8] <https://www.metropoles.com/distrito-federal/universitarias-da-unb-criam-projeto-para-ajudar-alunas-que-tem-filhos>.

[9] FOUCAULT, Michel. *A Hermenêutica do Sujeito: Curso no Collège de France. 1981-1982*. Edição estabelecida por Frédéric Gros sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana. Tradução de Márcio Alves da Fonseca e de Salma Tannus Muchail. São Paulo, Martins Fontes, 2014, 3a. ed.

[10] O programa mais recente da disciplina, “Antropologia e mercado de trabalho”: http://www.dan.unb.br/images/pdf/graduacao/programas-disciplinas/2017.1/Topicos_4_CenariosdeMercadodeTrabalho_2017_1_Soraya.pdf





Artigos Multidisciplinares

O caráter Messiânico dos Movimentos Sociais Rurais Brasileiros.

The Messianic Character of Rural Brazilian Social Movements.

Bianca Vicêncio Leis *

*Graduada em Ciências Sociais, pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Resumo

O projeto em tela visa pesquisar, comparativamente, a presença do elemento messiânico em três movimentos rurais brasileiros, a saber: Canudos, Contestado e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Intenciona-se debruçar sobre as chaves conceituais desenvolvidas nos estudos acerca da temática (messianismo e movimentos messiânicos) desempenhados pelos intelectuais brasileiros Maria Isaura Pe-

reira de Queiroz e Duglas Teixeira Monteiro e, ainda, sobre as associações que, na chave romântica, faz o sociólogo alemão Walter Benjamin, entre a religião e a revolução.

Palavras-chaves: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Messianismo, Messiânico.

Abstract

The on-screen project aims to comparatively research the presence of the messianic element in three Brazilian rural movements: Canudos, Contestado and the Landless Rural Workers Movement (MST). It is intended to address the conceptual keys developed in the studies of the subject (messianism and messianic movements) performed by the Brazilian intellectuals Maria Isaura Pereira de Queiroz and Duglas Teixeira Monteiro and also on the associations that, in the romantic key, the German sociologist Walter Benjamin, between religion and revolution.

Key-words: Landless Rural Workers Movement. Messia-



nism. Messianic.

1 Introdução

O Brasil é um país marcado, desde o seu descobrimento, pela criação de uma sociedade desigual. No contexto social, a religião tem forte presença e grande importância. O tema que será trabalhado neste artigo refere-se ao caráter messiânico de movimentos (que ocorrem por conta da tamanha desigualdade e miséria sociais), força religiosa esta que se apresenta ainda nos movimentos atuais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

No início da República, as oligarquias instauraram a Lei de Terras [1], determinando que apenas através do pagamento à vista se poderia obter um pedaço de terra para moradia (ALMEIDA, 2015), o que contribuiu para deixar camponeses e ex-escravos na marginalização. Como resposta à exclusão social a que o governo submetia o seu povo, ocorrem

movimentos sociais rurais messiânicos e milenaristas, como Canudos e Contestado, sob o comando de líderes que se autodenominavam messias ou monges de Deus, como Antônio Conselheiro e José Maria. Tais movimentos desequilibram a estrutura governamental. Embora derrotados no final, enquanto movimentos realizados por camponeses na luta pela terra, formam importante herança para o que hoje é o MST.

O objetivo deste artigo é investigar, comparativamente, o caráter messiânico dos movimentos históricos de Canudos, do Contestado e do MST. Para tanto, utilizaremos as obras *Messianismo no Brasil e no mundo*, de Maria Isaura Pereira de Queiroz; *Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do contestado*, de Duglas Teixeira Monteiro; e *Walter Benjamin: aviso de incêndio e O que é cristianismo da libertação: religião e política na América Latina*, de Michel Löwy. A dissertação de mestrado *Agentes religiosos, motivação política: a influência da Igreja Católica na organização do movimento*



dos trabalhadores rurais sem-terra do Assentamento II de Sumaré no estado de São Paulo e a tese de doutorado *Os caminhos da libertação: valores presentes na luta pela terra*, de Vitor Barletta Machado, serão, aqui, também de grande utilidade.

2 Canudos e Contestado

O processo de colonização das terras brasileiras por Portugal traz enraizado em seu viés histórico a marca da desigualdade social, questão resultante de conflitos violentos. O Brasil é um país com forte caráter religioso, em que a fé se demonstra como referencial em vários movimentos, e parece dirigir as atitudes de seus membros. São exemplos os movimentos sociais em que a fé se notabiliza: Canudos, Contestado e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Como notado por Maria Isaura Pereira de Queiroz (1977), em sua obra *O messianismo no Brasil e no mundo*, a religião no contexto brasileiro tornou-se objeto de notícias, porque muitos

fiéis são vistos como fanáticos e vítimas da loucura religiosa.

Os primeiros movimentos destacados são definidos como messiânicos, e o terceiro se encontra no contexto atual, adquirindo a influência do messianismo, marca dos antigos movimentos. Lísias Nogueira Negrão (2001) define os termos messianismo e movimento messiânico. Segundo ele, messianismo é condizente à crença em um salvador, dito como Deus ou seu emissário, e sua chegada é determinante para finalizar a ordem presente, tida como opressiva, instaurando-se uma nova era de virtude e justiça. Já o movimento messiânico é a atuação coletiva que busca concretizar a nova ordem ansiada, sob a condução de um líder carismático. Um ponto importante também destacado por Negrão (2001) é que há a possibilidade de existir movimentos milenaristas não messiânicos, em que faltam a concepção de escathon final, e movimentos messiânicos em que aparece tal concepção. O escathon final significa “o estudo do fim”, com a esperança



na vida para além da morte, alimentando o milenarismo.

Os integrantes dos movimentos messiânicos propriamente milenarista, tem como característica a concepção do escathon final, por acreditarem, com base na fé, no retorno do messias/monge após sua morte. Como exemplo, é possível observar este atributo no movimento do Contestado, - que relato mais detalhadamente no decorrer do artigo – onde seus integrantes, como dito por Queiroz (1974), eram realmente crentes que o monge João Maria voltaria ao mundo, tanto que, as descrições históricas afirmam que ainda teria existido dois José Maria, que se diziam sucessores de João Maria, não levando em consideração os outros homens que surgiam dizendo ser mais um sucessor.

Tais movimentos rústicos, Canudos e Contestado, resultam do ajustamento realizado pelo colonizador português, que deixou à mercê da marginalização os camponeses e facilitou ao capital estrangeiro instalar-se no país, mas dificultando

a vida de muitas pessoas que ali já habitavam (MONTEIRO, 1974). Com estes fatos, os denominados movimentos messiânicos, que ocorreram no final do século XIX e início do XX, advinham, nas regiões em que ocorreram, de comprometimento com o coronelismo. Mas como contraponto ao coronelismo que reafirmavam as autoridades locais, os líderes messiânicos que ali surgiam se popularizavam através da dominação carismática, conceito desenvolvido pelo pensador Max Weber (2003)[2]. No campo, passa a ser prioridade a produção coletiva de grandes plantações de monoculturas e criação de gado em larga escala, reforçando a desigualdade social. Por isso, os camponeses, vítimas da nova realidade, começam uma busca incansável pela Reforma Agrária, não realizada.

O primeiro conflito relatado ficou conhecido como Movimento de Canudos, e aconteceu entre os anos de 1896 a 1897, no interior da Bahia, durante a Primeira República, presidida por Prudente de Moraes. Nesse tempo, a política



da região era ditada por coronéis e donos de latifúndios, espaços em grande parte improdutivos. Por outro lado, havia a massa trabalhadora rural, que buscava mobilizar-se a favor de melhores condições de vida. Porém, surge um sertanejo, oriundo do Ceará, chamado Antônio Conselheiro, que se proclamava missionário de Deus. Em pouco tempo, Conselheiro tornou-se líder popular, como oposição à autoridade local (DOMINGUES, 2005). O líder considerava que o governo republicano era um anticristo, pois o único sistema aceito por Deus seria a monarquia. Anunciava a construção de uma nova Jerusalém, que salvaria todos que ali estavam do Juízo Final, criando o vilarejo de Canudos. Mas, com o passar do tempo, Canudos passou a incomodar o governo, e Antônio Conselheiro, líder máximo para seus fiéis, criou desavenças com as autoridades locais e eclesiásticas, os ameaçando (QUEIROZ, 1977). Assim, o alto poder econômico, em 1897, sob o comando de Arthur Costa, reuniu cerca de 10 mil

homens e tomou a frente do conflito (DOMINGUES, 2005).

A segunda desavença constatada é o Movimento do Contestado, nos anos entre 1912 e 1916, na fronteira do Paraná com Santa Catarina. Diferente do Movimento de Canudos, Contestado advém de um caráter milenarista messiânico, com a concepção de um escathon final. No ano de 1911, as terras locais são concedidas pelo governo a duas empresas americanas, Brazil Railway, e uma madeireira que pertencia ao mesmo proprietário, chamada Southern Brazil Lumber and Colonization Company, levando os camponeses que ali habitavam à miséria. Desponta, naquele local, uma liderança popular caracteristicamente profética, José Maria, que passa a ser visto como o sucessor de João Maria[3].

O novo monge se juntou aos camponeses e antigos funcionários das empresas estrangeiras que, findada a construção da ferrovia, encontravam-se desempregados. Em apoio ao novo messias, a comunidade se posicionava contra as au-



toridades, as empresas estrangeiras e as oligarquias locais. Perseguido pelo governo, José Maria partiu de Santa Catarina para o Paraná, mas acabou falecendo na Batalha do Irani, o que gerou revolta em seus fiéis, que causaram a guerra do Contestado (DOMINGUES, 2005). Mesmo após a morte do messias, os fiéis continuavam a acreditar em sua ressurreição, como relatado na obra de Mauricio Vinhas de Queiroz (1966), *Messianismo e Conflito Social*: “Verificou que estavam verdadeiramente fanatizados pelo monge, acreditavam que êle era um santo, que êle fazia milagres de toda ordem, e que ia ressuscitar a qualquer hora.” (QUEIROZ, 1974:113).

Os movimentos aqui descritos trazem pontos de mesma ordem e outros desiguais. Tanto Canudos quanto Contestado são guiados por um messias de dominação carismática e causam temor às autoridades locais. Entretanto, diferenças podem ser observadas entre os dois movimentos. Canudos não contém em si o caráter milenarista observado no Contestado,

em que se acreditava em um escathon final, identificado na definição de messianismo. Pois o messias representante do movimento de Contestado, não está se personificando na figura de um só homem, mas, sim, como relatado, em três João Maria, que mesmo depois de mortos alimentam o milenarismo. O Movimento de Canudos não se firmou propriamente no milenarismo, promovendo uma rebelião conservadora. O segundo ponto se refere ao fato de Canudos não romper totalmente com a Igreja Católica, sendo considerado por esta um movimento independente apenas da Igreja enquanto instituição, mas não da religião católica. Já o Movimento do Contestado não contém ligações com a Igreja, criando por si só a fé a partir de um “reencantamento do mundo” (NEGRÃO, 2001). Em suma, não é inadequado pensar que possa haver paralelos, mesmo que no plano simbólico, entre aspectos muitos particulares de tais movimentos – ligados à potência da rebelião popular dos camponeses e ao elemento religioso –, com o



atual Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

3 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST

O MST surgiu, no ano de 1984, como movimento nacional, com o objetivo de concretizar a Reforma Agrária e promover mudanças sociais no país. Isso se deu a partir de um encontro, em Cascavel, no Paraná, de trabalhadores rurais que estavam à luta pela democratização da terra. Desde o início, o MST apoiou-se na Comissão Pastoral da Terra (CPT)[4] e nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), vinculadas à Teologia da Libertação (TL)[5]. Diferente de Canudos e Contestado, possui uma organização, estratégias e programas comprometidos com o projeto democrático de caráter nacional. A identificação com o passado seria o discurso religioso voltado a Deus, lutas populares com os trabalhadores rurais, e a ideia da terra como um direito natural. Por tanto, obtiveram o apoio da CPT, da Te-

ologia da Libertação, e dos sindicatos rurais; assim, os sem terras enfrentam os latifundiários, fazendeiros e o próprio governo.

O MST é herdeiro das lutas sociais e iniciativas de caráter revolucionário, que ocorreram nos anos de 1960 e 1970 por todo continente da América Latina, e que tiveram como inspiração a vitória da Revolução Cubana, em 1959. Em meio a essas lutas sociais surgiu como foco das religiões brasileiras a Teologia da Libertação, interessada na defesa da causa dos pobres, lutando por sua emancipação, ao observar que o continente possuía uma economia crescente e uma pobreza cada vez maior.

A partir de 1970, a Teologia da Libertação envolveu pensadores latino-americanos, setores da Igreja, padres, ordens religiosas, bispos, movimentos religiosos como a Ação Católica, redes pastorais com base popular, CEBs, e várias outras organizações populares, que tornaram-se grupos cujo objetivo central era a causa dos explorados. A Teologia da Libertação trabalha para que os próprios pobres tomem



consciência de suas condições, para se organizarem e se manifestarem como cristãos, aderindo aos valores da Revolução Francesa: liberdade, igualdade, fraternidade, democracia e a separação entre Igreja e Estado (LÖWY, 2016:101).

Entretanto, é preciso ficar explícito que, para esta nova teologia, estes indivíduos movidos por fé são agentes de sua própria libertação e sujeitos de suas histórias. Como escreve Michel Löwy: “[...], no cristianismo de libertação latino-americano, a comunidade é, ela própria, um dos valores transindividuais mais centrais, possuindo um significado tanto transcendente quanto imanente, tanto ético/religioso como sociopolítico.” (2016:79).

Os protestantes compuseram o movimento nas décadas de 1960 e 1970, associando-se aos católicos, pois antes de nascer o movimento da Teologia da Libertação, nos textos produzidos para seu início, já haviam pensadores protestantes. Ícones do protestantismo associados à TL foram

Richard Shaull e Rubem Alvez, criando, em 1961, a organização Igrejas e Sociedade na América Latina, a ISAL.

A ISAL foi responsável por conquistar a mobilização de fiéis progressistas de várias denominações protestantes, em um diálogo permanente com “esquerdistas católicos e marxistas” (LÖWY, 2016:180), tendo como propósito uma nova interpretação das Escrituras cristãs. Com seu reconhecimento em expansão, ela tornou-se uma das forças mais importantes de defesa da organização popular contra a ditadura militar brasileira, período em que, infelizmente, foram presos, torturados, exilados e mortos muitos militantes. A ISAL encerrou seu funcionamento em 1975.

Com as importantes contribuições atribuídas à Teologia da Libertação, um de seus principais criadores, Gustavo Gutiérrez (apud LÖWY, 2016), propõe, em seu livro *Teologia da Libertação – Perspectivas*, ideias originais que causaram um impacto profundo na cultura católica latino-americana.



Sua obra enfatiza a necessidade de romper com o dualismo herdado do pensamento grego, afirmando não existirem as duas realidades, uma temporal e outra espiritual, como é transmitido pela Igreja Católica aos seus fiéis, e que também não haveria duas histórias, a sagrada e a profana. Para ele, existiria apenas uma história e uma realidade humana, e é neste plano que a Redenção e o Reino de Deus devem ser realizados[6].

Ademais, diz que não é a alma dos indivíduos que está em jogo, mas, sim, a redenção e a libertação de todo povo escravizado e, nesta perspectiva, os pobres já não compõem a posição de objetos de piedade ou caridade. O ponto, para o teólogo, é que as populações pobres do continente estariam em uma marcha para o Êxodo, a caminho de sua redenção, e, se o povo rejeitasse a teoria do desenvolvimento, alcançaria uma transformação profunda do sistema de propriedade. Ele defendia uma revolução social que colocasse um fim na dependência ao governo, por meio da qual as classes exploradas

chegariam ao poder. Fala, ainda, sobre uma revolução baseada nos pensamentos marxistas, pois, para ele, o marxismo não é somente uma análise científica, mas é também uma “aspiração utópica de mudança social”. LÖWY (2016: 130) afirma:

Essa descoberta do marxismo pelos cristãos progressistas, e pela Teologia da Libertação não foi um processo meramente intelectual ou acadêmico. Seu ponto de partida foi um fato inevitável, uma realidade brutal e geral na América Latina: a pobreza. Para muitos fiéis preocupados com o social, o marxismo foi escolhido porque parecia ser a explicação mais sistemática, coerente e global das causas para essa pobreza, e uma proposta suficientemente radical para aboli-la.

Ligadas a essa perspectiva, as CEBs alcançaram centenas de milhares de pessoas, como dito pelo autor, talvez milhões de cristãos, sobretudo no Brasil. Por tanto, concretizou-se a atuação dos religiosos junto a pequenos grupos, vizinhos entre si, pertencentes a uma mesma comunidade.



de: favelas, aldeias ou zonas rurais populares, que se reúnem regularmente para rezar, cantar, ler a Bíblia e discuti-la, com o objetivo de refletir sobre a sua própria vida, apreciando e praticando uma série de orações e ritos tradicionais.

Graças às CEBs, várias lutas sociais, democráticas e emancipatórias, ocorreram na América Latina nos últimos trinta e cinco anos. Por meio de atividades pastorais populares, como a pastoral da terra e a indígena, as CEBs se desenvolveram nas periferias dos centros urbanos, com o objetivo de reconstruir um estilo de vida comunitário através das tradições do passado rural, que ainda estavam presentes nas memórias coletivas destes indivíduos, excluídos nesta nova sociedade desenvolvida. De acordo com o teólogo e sociólogo norte-americano Harvey Cox (apud LÖWY), em razão das CEBs, o pobre:

Está se apropriando novamente de um conjunto de estórias e de uma tradição moral que sobrevive à investida violenta da modernização capitalista e agora

está começando a fornecer uma alternativa para o sistema de valores e significados estabelecidos oficialmente. (2016:112).

A Teologia da Libertação compreende, ainda nos dias atuais, que toda a tecnologia desenvolvida na realidade atual em busca do progresso do país está longe de ser a solução para os problemas sociais do continente, como a pobreza, a desigualdade social, o analfabetismo, o desemprego, a migração rural e a violência urbana. Ao contrário, ela pode acabar por intensificar os agravantes sociais. As CEBs rurais são ainda mais céticas que as urbanas em relação ao desenvolvimento tecnológico, pois durante vários anos ocorreram diversos conflitos rurais messiânicos em território brasileiro, o que, com base na leitura de Löwy (2016), ainda faz com que este movimento católico, junto à CPT, esteja à frente da luta pelo direito à indenização para os camponeses expulsos de suas terras, que seriam utilizadas por empresas estrangeiras para o desenvolvimento tecnológico. Tal desenvolvimento foi



sentido de forma mais intensa nas áreas rurais, principalmente pela construção de barragens hidrelétricas a partir dos anos 70:

Como exemplo, alguns bispos e agentes pastorais de uma área de conflito no Nordeste brasileiro que se reuniram em março de 1977 e publicaram uma declaração denunciando as obras hidráulicas de grande porte iniciadas pelo regime militar “em nome do progresso, mas cujo resultado é a concentração de riqueza nas mãos de uma minoria privilegiada”. A seu ver, tais projetos são prejudiciais porque, ao invés de ajudarem os pobres, tiram dele seu único pedaço de terra, jogando-os na miséria absoluta. No entanto, ao mesmo tempo, o documento evitara qualquer rejeição total da modernização técnica. (LÖWY, 2016:115-116).

Então, em decorrência do surgimento das obras hidráulicas, principalmente durante a época do regime militar brasileiro:

Mais ou menos na mesma época, no sul do Brasil, a CPT critica as consequências perniciosas da gigantesca barragem de Itaipu[7], em um documento significativamente chamado de “O Mausoléu de Faró”, que também focalizou as questões relaciona-

das com a expropriação da terra dos camponeses e a insuficiência das recompensas. (LÖWY, 2016:116).

Em um plano hegemônico, a Igreja Católica não pensara em abolir o capitalismo, porque seu objetivo central era corrigir os aspectos negativos que este poderia gerar. Com a Teologia da Libertação rebatendo críticas e mobilizando aliados, entretanto, a Igreja insere-se na participação com a população jovem estudantil que se desenvolvia na década de 1960, a “Esquerda Católica”. O nome realmente proposto por eles foi Juventude Universitária Católica (JUC), que acabou por se radicalizar rapidamente com um ideal socialista. Como cita Löwy (2016:146-147), os objetivos da JUC eram: “participação no movimento estudantil, muitas vezes em aliança com a esquerda secular, apoio às lutas sociais e compromisso com a educação popular.” A radicalização destes jovens estava ligada a novas práticas sociais, culturais e políticas.

O crescimento de tal movimento, em 1962, associado



ao Movimento de Educação de Base (MEB) fez desenvolver a Ação Popular (AP), que se autodenominava um movimento político não confessional, direcionando sua dedicação às lutas a favor do socialismo, pelo qual se utilizavam métodos marxistas. O caos a ser enfrentado por estes jovens teve início no ano de 1964, com a instauração da ditadura militar no país que, contrariamente aos movimentos de esquerda, proclamava a “salvação dos cristãos” do “comunismo ateuista”. Por consequência deste golpe militar, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) publicou uma declaração apoiando o novo sistema, aderindo ao discurso dos militares, próprios do período da Guerra Fria, que dizia se aproximar “um perigo bolchevique no Brasil” (LÖWY, 2016:148).

Não se calando diante dos fatos que ocorriam por conta da ditadura militar, em 1970, Dom Helder Câmara (LÖWY, 2016), ao visitar Paris, denunciou, pela primeira vez, o uso da tortura contra as pessoas que se opunham à ditadura mi-

litar, o que gerou forte reação das autoridades e das mídias conformistas brasileiras contra o Arcebispo. Junto a Dom Helder Câmara, outros bispos decidiram também manifestar suas críticas à violação dos direitos humanos e à ausência de democracia no país: “Também o método de desenvolvimento imposto pelos militares, seu programa de “modernização” em sua totalidade, considerando-o desumano, injusto e baseado na opressão social e econômica dos pobres.” (LÖWY, 2016: 151).

Além das influências aqui mencionadas, o principal movimento de impacto social inserido no contexto do Cristianismo de Libertação é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), um dos mais importantes da América Latina. Com o desenvolvimento moderno se instalando nos territórios brasileiros, um capitalismo selvagem agredia as áreas rurais e seus habitantes, deixando muitos camponeses na miséria e, ao tentar escapar de tal realidade, acabavam perdidos nos centros urbanos. No Brasil, os conflitos sociais entre



camponeses e as classes dominantes, e entre aqueles e o Estado, não são, como já esclarecido na primeira parte deste trabalho, recentes. Os movimentos de Canudos e do Contestado expuseram, de forma contundente, essa problemática. O messianismo de Canudos e o milenarismo do Contestado parecem prenunciar a composição de caráter messiânico, constitutiva e presente no MST. Tempos depois, restaurando o desejo de luta desses antigos conflitos e reunidos em prol de suas terras perdidas, surgiu o MST associado à Teologia da Libertação, apoiado pelas CEBs e pelas atividades pastorais das Igrejas.

Segundo Eric Hobsbawm, o milenarismo não deve ser considerado como “uma comovente sobrevivência de um passado arcaico” e sim como “uma força cultural nova, que permanece ativa, sobre uma outra forma, nos movimentos sociais e políticos modernos”. A conclusão que ele propõe ao fim do capítulo dedicado às ligas camponesas sicilianas tem, evidentemente, um alcance histórico, social e político mais largo e universal: “Quando está integrado a um movimento moderno, o milena-

rismo pode não somente tornar-se politicamente eficaz, como o faz sem perder o entusiasmo, aquela fé ardente em um mundo novo, e aquela generosidade emocional que o caracteriza mesmo em suas formas mais primitivas”. (LÖWY, 2016:230)[8].

A influência da Comissão Pastoral da Terra (CPT) sobre o MST é relevante. A CPT é uma escola de agentes camponeses na defesa por lutas e direitos, procurando fortalecer a “autoorganização dos trabalhadores” (LÖWY, 2016:228). A utopia sociorreligiosa afirmava que o “Reino de Deus” não era uma transcendência, como já dito por Gutiérrez (apud LÖWY, 2016), mas, sim, uma projeção da sociedade presente, fundada no amor, na justiça e na liberdade; um caminho para a “Terra Prometida”, segundo o modelo bíblico do Êxodo.

As lutas sociais presentes são teologicamente interpretadas como etapas que prefiguram e anunciam o Reino. Uma leitura inovadora e carregada de historicidade social da Bíblia é um dos ele-



mentos formadores decisivos deste milenarismo sui generis e da sua transmissão aos segmentos populares. (LÖWY, 2016:227).

Ademais, o movimento do Cristianismo da Libertação não agradou a todos, como àqueles que defendiam incondicionalmente as estruturas sacramentais e hierárquicas da Igreja tradicional, e, também, aos representantes conservadores do Estado laico, a exemplo dos consultores republicanos do presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan:

A política externa norte-americana deve começar a enfrentar a Teologia da Libertação (e não simplesmente reagir a ela após o fato) [...] Na América Latina, o papel da Igreja é vital para o conceito de liberdade política. Infelizmente, forças marxista-leninistas usaram a Igreja como uma arma política contra a propriedade privada e o sistema capitalista de produção, infiltrando a comunidade religiosa com ideias que são mais comunistas que cristãs. (apud LÖWY, 2016:122).

A mesma equipe de especialistas, agora sob mandato do presidente Bush, produz um segundo relatório, afirmando que os

marxistas estavam se utilizando de táticas gramscianas (hegemonia e ocupação de espaço), um meio mais eficaz de alcançar o poder: “dominando a cultura do país, o que significa garantir-se uma posição de grande influência sobre a religião, as escolas, a mídia de massa e as universidades.” (apud LÖWY, 2016:122).

No entanto, em meio às críticas feitas pelos Estados Unidos, surge um oponente maior, o Cardeal Ratzinger - e o Vaticano -, em Roma, cuja ação definiria, com muita força, os rumos que a Teologia da Libertação iria tomar. Contrário às expectativas do movimento religioso libertário, o grupo liderado por Ratzinger acusava os teólogos da libertação de substituírem os pobres da tradição cristã por proletariados marxistas. Rebatendo essa acusação, Leonardo Boff (apud LÖWY, 2016) afirmava que o marxismo era utilizado como uma mediação para a renovação da teologia. Pois, “os pobres” um conceito que obtém conotações morais, bíblicas e religiosas, uma vez que o próprio Deus é denominado por eles como “Deus



dos Pobres”, e que Cristo reencarna nas vítimas crucificadas do contexto atual. Determinando que os pobres pertencem à concentração de trabalhadores socialmente menosprezados.

No entanto, nem mesmo os pensadores clássicos da sociologia, Karl Marx e Max Weber, acreditavam na relação entre o cristianismo e o socialismo, pois afirmavam que a religião era apenas uma máscara colocada no capitalismo, e Marx ainda associava as instituições religiosas à manipulação financeira. Friedrich Engels (apud LÖWY, 2016) observa que, talvez, no futuro, a Igreja adquira um caráter crítico revolucionário, pelo fato de os primeiros cristãos, representantes do “cristianismo primitivo” (LÖWY, 2016:39), advirem da pobreza, do exílio, ou serem, originariamente, pequenos camponeses, traçando, dessa forma, um paralelo ao contexto do proletariado.

Tempos depois da suspeita de Engels, o sociólogo Walter Benjamin (LÖWY, 2005) desenvolve uma analogia, imaginando, como possibilidade futura, o estabelecimento de certa

relação entre o cristianismo e marxismo. A observação feita por Benjamin (LÖWY, 2005) está no Autômato jogador de xadrez, de Johann Nepomuk Maelzel (1769), em que há um boneco sentado frente à mesa de xadrez, e que sempre ganha a partida, pois em seu interior existe um anão que garante a vitória constante. Segundo o pensador judeu, o anão refere-se à teologia, e o boneco ao materialismo histórico. O materialismo histórico não obteria a constante vitória sem a teologia agindo de forma oculta. Interpretamos que o mesmo ocorreria caso estivesse no lugar do materialismo histórico a Teologia da Libertação, e na posição da teologia (o anão) estivesse o marxismo. Conforme Lucelmo Lacerda, para a Teologia da Libertação importa muito a adesão a um “Marx humanista e crítico social”, que pode auxiliar teoricamente nos valores da fé.

O teólogo Lucien Goldmann (apud LÖWY, 2016) desenvolve uma comparação entre a fé cristã e a fé marxista, em que se pode observar determinadas semelhanças: I) tanto a fé cristã



quanto a fé marxista recusam o individualismo puro e a crença nos valores transindividuais; II) ambas as fés pressupõem riscos, o perigo do erro e a esperança do sucesso; e, por fim, III) as duas possuem uma crença básica “que não é demonstrável no nível exclusivo de juízos factuais (LÖWY, 2016: 50). O único ponto distinguível entre as fés é o caráter supra-histórico e a transcendência religiosa. Cita Goldmann (apud LÖWY, 2016):

A fé marxista é a fé no futuro histórico que os próprios seres humanos construirão, ou que devemos fazer como nossa atividade, uma “aposta” no sucesso de nossas ações; a transcendência que é o objeto dessa fé não é nem supernatural nem trans-histórica, e sim, supra individual, nada mais e nada menos. (apud LÖWY, 2016: 50).

A novidade da Teologia da Libertação com relação à tradição da Igreja é que aquela consegue elaborar uma críti-

ca moral ao capitalismo, pois, como afirma Gutiérrez (apud LÖWY, 2016), os pobres precisam de uma luta revolucionária e, como enfatiza Juan Carlos Scannone (apud LÖWY, 2016), o movimento não aceita a autonomia defendida pelo racionalismo moderno ou a separação das esferas temporal e espiritual, características da ideologia liberal do progresso. Tal como Benjamin (apud LÖWY, 2005), esses teólogos da libertação observam que populações estão sendo retiradas de seu ambiente rural e comunitário com o desenvolvimento abusivo do capitalismo, e estes camponeses estão sendo “jogados” nas periferias dos centros urbanos. Em posição divergente à de lideranças como Antônio Conselheiro, esses intelectuais não propugnam pela volta ao passado, mas, contrariamente, pensam em projetar valores passados em uma nova utopia.

Entretanto, deve-se considerar que, com o passar do tempo, a Teologia da Libertação já não detém tanta força como antigamente, de modo que muitos observadores e estudiosos



acreditam que ela esteja em seu fim, ou mesmo que já tenha acabado. Uma das causas para acreditar nesta afirmação foi a expansão dominante do ramo conservador evangélico entre os pobres latino-americanos. É certo que o desaparecimento do socialismo soviético e a ofensiva neoconservadora de Roma, sob o comando do Papa João Paulo II, influenciaram grandemente na fragilização da TL. No entanto, outros afirmam, como Michel Löwy (2016), que não se pode dizer que o movimento está intelectualmente desaparecido, pelo fato de ainda haver uma relação de dominação/exploração dos pobres e da natureza, associado a teorias marxistas clássicas, como na contribuição ecológica realizada por Boff: “Para evitar que [as forças produtivas] se transformem em forças destrutivas é necessário ‘privilegiar aquelas forças que são renováveis.’” (apud LÖWY, 2016: 203).

Löwy observa que, apesar disso, hoje, com a posse de um novo Papa em 2013, as portas do Vaticano abriram-se para o movimento, renovando a esperança em seu fortalecimento.

Esta relação iniciou-se a partir do momento em que Gutiérrez recebeu um convite do Vaticano, em setembro do mesmo ano em que Cardeal Bergoglio assumiu o papado. Após o convite aceito, houveram inéditos encontros do Papa com o movimento e com outros movimentos sociais, incluindo o MST. O primeiro encontro aconteceu em Roma, em outubro de 2014, e o segundo em território boliviano, em Santa Cruz, em julho de 2015. Tais visitas confirmam a simpatia do atual pontífice aos movimentos, e mostram que o mesmo também acredita que a lógica do lucro a qualquer custo causa a exclusão social e a destruição da natureza, sendo necessária a autoria dos pobres por sua própria libertação, através de movimentos/lutas sociais.

De qualquer modo, a Teologia da Libertação deixa sua marca registrada na América Latina, dando uma nova forma à cultura religiosa e política de várias gerações de militantes na região, contribuindo para que haja o nascimento de outros múltiplos movimentos sociais, religio-



hos ou políticos, desde associações de moradores de favelas até partidos trabalhistas com dinâmicas próprias.

Exemplo da ação do MST junto à Teologia da Libertação é a organização de um grupo de pessoas em Sumaré, no estado de São Paulo. A dissertação de mestrado e a tese de doutorado de Vitor Barletta Machado demonstram os percursos da luta e o discurso messiânico na fala dos 14 personagens.

3.1 Narrativas de militantes do MST: religiosidade e messianismo

Com o grupo de indivíduos que saíam dos campos para os meios urbanos, onde se encontravam perdidos, surgiu um grupo de religiosos: freis capuchinos do bairro Nova Veneza, que lançaram como proposta a organização de uma Comunidade Eclesial de Base (CEB), no Centro Comunitário Nossa Senhora de Fátima, no bairro Jardim Rosolém, de Sumaré, no ano de 1982. As primeiras discussões realizadas abordaram as mel-

hores condições de vida para os recém-chegados, que sofriam com a falta de rede de água e esgoto, energia elétrica e asfalto.

A maioria destas famílias também sofria com o desemprego e a falta de alimentos, o que fez surgir a ideia de organizar uma horta comunitária, considerando que a maior parte deles já trabalhara com a terra. Dessa forma, juntos conseguiriam alimentos a custos mais baixos. Isso fez surgir entre eles um forte vínculo, social e religioso; ao entrarem em contato novamente com a terra, os indivíduos lembravam o passado no campo, mesmos havendo algumas diferenças entre os conjuntos de pessoas. Estes, então, descobriam aspectos em comum, como cita Vitor Barletta Machado (2009: 25):

O trabalho cotidiano na horta levou os moradores ali envolvidos a lembrarem de seu passado familiar, redescobrimo suas raízes como trabalhadores rurais. As pessoas agora descobriam que tinham mais pontos em comum em sua trajetória do que o fato de morarem em um mesmo bairro: professavam uma mesma fé, passavam



pelas mesmas dificuldades e tinham um passado de vida e trabalho no campo. Percebe-se que a vivência de uma religiosidade comum dentro da CEB foi o início do contato entre as pessoas, agregando à identidade religiosa que então já possuíam um novo elemento, que era a experiência como trabalhadores rurais. Ainda que tal experiência fosse diversa, pois as famílias de alguns haviam sido pequenos proprietários, enquanto outros trabalharam como meeiros, ou mesmo como assalariados temporários no corte de cana-de-açúcar, o vínculo com o trabalho realizado com a terra estabeleceu-se de maneira forte entre aquelas pessoas.

Assim, com a criação da horta, nas discussões da CEB as famílias começaram a pensar na possibilidade de voltar, a viver como agricultores. Ademais, entrando em contato com movimentos em outros lugares, pessoas vinculadas à Comissão Pastoral da Terra (CPT) passaram a almejar a conquista pela terra. Para os momentos em que se juntavam, preparavam leituras de textos bíblicos, principalmente o Êxodo, como propunha Gutiérrez, para justificar a luta que iniciavam.

A leitura bíblica do Êxodo é uma prática messiânica [9], adotada pelo MST, que advém dos movimentos sociais rurais passados, entretanto com uma ótica diferente. Os movimentos de Canudos e Contestado (FERREIRA, 2008) utilizavam a leitura do Êxodo com o objetivo utópico de retornarem a uma comunidade cristã primitiva (MARTINS apud OTTEN, 2007), pois o texto do Êxodo se refere à caminhada do povo de Israel em busca da Terra Prometida, como cita Martins (apud OTTEN, 2007: 9):

O projeto do “êxodo” de Antônio Conselheiro[...] resulta num retorno utópico à vida da comunidade cristã primitiva. A vivência desta comunidade, a “vita communis”, é o ideal popular de uma sociedade justa e fraterna, na qual igualmente são atendidas tanto as exigências de Deus quanto os anseios humanos de uma vida digna.

Assim como os movimentos de Canudos e Contestado, o MST comprova suas heranças messiânicas ao utilizar a leitura bíblica do Êxodo, porém de outra maneira (FERREIRA,



[2008][10]). A leitura do Êxodo é fornecida para seus agentes como exemplo para a luta pela terra, em que eles enfrentariam dificuldades e sofrimentos, como o povo de Israel, e que não deveriam deixar as frustrações serem motivo de desânimo, apenas meros obstáculos, que os tornariam ainda mais fortes.

Barletta (2009) destaca três períodos do movimento para a conquista da terra: I) a préconquista, que englobava o processo de formação do grupo através das reuniões da CEB; II) a conquista, contando o tempo transcorrido desde a primeira ocupação até a obtenção definitiva; e III) a pós-conquista, marcando as mudanças dentro do projeto inicialmente elaborado. Com o movimento ocorrendo, tais sujeitos acabam por organizar e refletir sua própria história, um dos pontos propostos pela Teologia da Libertação.

Nas organizações de resistência que buscam a conquista da terra, sempre se destaca o discurso messiânico, não utilizando de violência direta, mas da fé religiosa. Machado

(2009) cita Calixto, um dos agentes entrevistados: “tudo que é ligado na terra é ligado no céu”. Outra entrevistada, Dona Tereza, mediante os embates com as tropas policiais - que aspiravam a retirada dos sujeitos das terras por eles ocupadas -, a todo tempo reiterava sua fé: rezava e pedia a Deus que iluminasse a mente dos homens (policiais), para que não usassem de agressão contra eles, pois eles tinham direito à terra, como qualquer outro indivíduo, uma vez que a terra é concedida por Deus. Tal discurso muito se assemelha ao dos messias de Canudos e Contestado, que afirmavam a todo tempo que quem concede a terra a eles é Deus, e não o governo. Ainda contanto semelhanças entre os discursos, os atores do movimento de Sumaré afirmam que é preciso que a pessoa disposta a assumir a liderança do movimento “venha da alma”, imagem descrita pelos messias de outrora, que se diziam escolhidos por Deus.

Além do discurso religioso, a ação do grupo se liga ao pensamento socialista, já descrito, nas associações



com o marxismo, utilizadas pelos teólogos da libertação, como sintetizar e organizar uma horta coletiva e cooperativa, além de sempre discutir coletivamente as decisões, em assembleias. Este cooperativismo era a expressão chave do socialismo, segundo Machado (2009: 90):

Destacar a situação de completa exclusão em que as pessoas se encontram é parte do trabalho de convencimento da base feito pelo MST, dentro da diretriz geral do movimento de lutar pelo estabelecimento do socialismo, ou seja, transformar completamente a sociedade, abolindo o capitalismo e inaugurando uma era marcada por uma nova lógica produtiva, a do coletivismo e cooperativismo.

O conceito adquire tamanha importância, porque o sistema capitalista e o processo de globalização – junto do desenvolvimento tecnológico - intensificavam a individualização dos sujeitos. A coletividade do MST prioriza o cooperativismo como um elemento importante no aspecto de luta, como é ob-

servado nos dizeres de Marx (2017), em sua obra O manifesto comunista, em que afirma ser necessário que todos os trabalhadores se unam para conquistar uma nova lógica produtiva.

Entretanto, com o passar do tempo, após a conquista da terra e com a chegada de outras famílias, começam a haver conflitos no sistema coletivo, resultando na decisão pela separação de lotes para a horta. Calixto afirma, a partir de tal separação, em um discurso messiânico, que se trata de “Deus ensinando a gente a dar mais um passo”, pois é Deus que vai revelando os caminhos (apud MACHADO, 2009).

Portanto, é através da luta que conseguem conquistar seus objetivos, e deixam de ser alvos da caridade: os indivíduos aparecem e revelam-se enquanto agentes de sua história e libertação, sempre colocando a coletividade e a fé como pontos cruciais para a resistência. Vale ressaltar o discurso de Dona Tereza, que afirma que eles venceram pela certeza de que não estavam sozinhos “nós estava



com Deus no coração”, e que enfrentavam tudo com “fé e coragem no coração”, pedindo forças “ao Sagrado Coração”, sem deixar de rezar, “pedindo a Deus proteção”.

Para o Movimento, a mística é uma energia misteriosa que parece tocar cada um para resistir aos momentos de repressão, enfrentar as dificuldades diárias nos acampamentos, permanecer na luta e seguir em frente. Em poucas palavras, a mística é a arte de motivar a militância. (GONÇALVES, op. cit., p. 152).

Ainda que ciente do pedido dos agentes - um pedaço de terra para sobreviverem - o Estado tentava contornar a situação, oferecendo-lhes empregos em indústrias, para inseri-los nos moldes capitalistas. No entanto, o grupo ignorava tais propostas, e persistia nas exigências iniciais que lhe haviam feito: um pedaço de terra.

A Teologia da Libertação, procurando a construção de uma nova realidade, se aproxima do conhecimento das ciências sociais, segundo Boff (apud MACHADO, 2009:

106), como um instrumento analítico, descobrindo a causa da opressão dos povos e ajudando a elaborar modelos de sociedade. Leonardo Boff (apud MACHADO, 2009:107) afirma: “Toda teologia é libertadora ou nem é teologia”, reforçando a importância do papel do teólogo, o agente que leva a palavra de Deus para libertar seu povo do cativeiro.

Sua função é a do intelectual orgânico: ajuda as classes oprimidas a tomar consciência, a desmascarar as ideologias castradoras, a elaborar e manter a visão global, etc. Em contato com as bases se enriquece, mantém vigilante a própria linguagem e compromete-se com seu destino em outro nível de luta. (BOFF apud MACHADO, 2009:107-108).

O teólogo, então, tem como propósito levar o povo a compreender as condições da situação em que se encontra, a fim de provocar nos trabalhadores o desejo da transformação, propondo ações revolucionárias para intensificar o movimento. Como relatam os agentes estudados por



Machado (2009), a presença dos padres e dos religiosos foi ponto principal para a conquista da terra, pois sem os líderes religiosos a mobilização provavelmente não ocorreria.

Outro ponto importante é a conexão com a Igreja Católica[11], prioridade para o movimento. Acreditava-se que, seguindo os dogmas desta religião, haveria a salvação e redenção da comunidade, como observado no movimento de Canudos, que mesmo fora dos padrões católicos, em nenhum momento se desliga totalmente da religião, aderindo a um catolicismo popular que pretendia ser autônomo à Igreja. É dentro do defendido pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que se reúnem as pessoas e se inicia o movimento.

Mesmo após a conquista da terra, os indivíduos continuavam a realizar os encontros religiosos que deram início ao movimento de luta (CEBs), denominando-os como momento da Leitura Orante. Nas reuniões da Lei-

tura Orante os moradores do assentamento se juntavam, e uma pessoa de fora conduzia as leituras e as discussões, para aprofundar a compreensão dos presentes à mensagem bíblica. Além, também, de o encontro servir como momento de reflexão de cada pessoa sobre sua trajetória. O encontro geralmente é conduzido em quatro etapas: leitura, meditação, oração e contemplação. A intenção é que, através do texto bíblico, cada um avalie seu comportamento para transformá-lo, como descrito na fala de Antônio Segura, morador entrevistado por Machado (2009: 97):

Nós víamos a realidade, julgávamos a realidade à luz da fé, à luz da Bíblia e partia pra alguma realização de algum trabalho. Pra que aquele povo saísse daquela situação. Porque a gente via que aquela realidade não era a realidade que Deus queria. Então nossa consciência levava a gente a mudar. (Informação verbal, Antônio Segura, 2001).

O desejo que predomina entre eles é que a mensagem



bíblica revele o verdadeiro significado da humanidade, para que seja abandonado o uso da violência, compreendendo a mensagem de Deus. Ao se tratar da violência, estes se referem a momentos vividos na trajetória da conquista da terra, como o dia em que foram algemados e tratados como bandidos. A situação fez muitos se sentirem envergonhados diante de seus filhos, pois a opção ao participar do MST era lutar por um pedaço de terra para garantir o sustento de suas famílias, mas sempre movidos pela honestidade e dignidade. O movimento se caracteriza por uma luta que propõe mudar a sociedade, desafiando o Estado e, tendo a frente os líderes religiosos, prática já observada em Canudos e Contestado, movimentos localizados. Entretanto, há como diferença o fato de estes não estarem dispostos a uma guerra violenta; apenas buscam conseguir seu pedaço de terra através do modelo constitucional, conversando com os agentes superiores do Estado, e convictos de que a justiça de Deus será realizada.

Os embates ocorrem entre líderes e camponeses contra detentores e financiadores da política. Existem, porque os agentes de luta sabem o que buscam e o que dizem, baseados nos princípios tradicionais que os movimentam. Ocupações e manifestações dos indivíduos acontecem pela luta constante por uma Reforma Agrária, que consiste na garantia, pelos poderes públicos, ao acesso à terra. Como afirma Machado (2009) em sua tese, houve a superação de vários problemas, tornando a condição de vida destas pessoas melhores, mas ainda não ocorreu o principal: a superação da lógica do sistema que proporcionou tantas necessidades.

4 Conclusão

Considera-se, então, que os movimentos messiânicos e milenaristas ocorridos entre o final do século XIX e início do XX, Canudos e Contestado, são base histórica para a existência dos movimentos atuais, como o Movimento dos



Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ressaltando que a marcante desigualdade social dos tempos passados ainda se encontra presente com forte caracterização. O fato observado é que os agentes de luta continuam sendo os camponeses, que desde os tempos remotos procuram conquistar um pedaço de terra para sobreviver. Apoiados em discurso de caráter religioso, os agentes de tais movimentos revelam a crença de que Deus concede a terra a todos, estando eles, no direito de povo de Deus, aptos a lutar por um pedaço de terra.

Ao pesquisar o MST e o conjunto ideológico que sustenta a sua luta, observa-se a presença do marxismo advindo da vinculação com a Teologia da Libertação. Com a aproximação marxista, a Igreja Católica abre espaço para as teorias de Karl Marx, base para a concretude da Teologia da Libertação e seus ideais. Pois como Marx tinha por objetivo acabar com a desigualdade entre capitalistas e proletários, os agentes do movimento buscam o fim da desigualdade so-

cial do povo em face da classe média alta e de seus governantes. E assim, na comparação realizada na obra de Löwy (2005) através do autômato jogador de xadrez, em que o materialismo histórico tem como precursor de sua conquista a teologia, hoje a teologia, na mesma posição ocupada pelo materialismo histórico, tem como base aliada o marxismo, estando o MST movido pela TL, e a TL movida pelo marxismo.

A pesquisa de campo realizada por Machado (2009), tanto em sua dissertação de mestrado quanto em sua tese de doutorado, demonstra a forte presença da religião vinculada ao marxismo nos agentes do Assentamento participantes do MST junto à TL. A religião é destaque nos encontros da CEBs, onde os agentes se organizam para a leitura bíblica e o momento de oração, pedindo sempre que Deus lhes dê forças para a conquista da terra, trazendo para estes encontros padres e teólogos da Igreja Católica, profissionais da fé, de extrema importância para o movimento.



É nos dizeres religiosos dos personagens de luta que é possível observar a presença da leitura bíblica do Êxodo como herança messiânica dos movimentos passados. Isso porque Canudos e Contestado tomavam como exemplo a ser seguido o Êxodo, que narra a caminhada do povo de Israel para a Terra Prometida. Da mesma forma, o MST realiza, nas reuniões das CEBs, a leitura do Êxodo como exemplo a ser seguido por seus agentes de luta. A luta do povo de Israel inspira a luta atual pela terra, o que, sob certo aspecto, revela a presença do messianismo também no MST.

Portanto, é essencial que fique claro para o leitor que o movimento atual, o Movimentos Sem Terra, não possui um caráter messiânico como os movimentos passados. Os movimentos de Canudos e Contestado, são apenas bases históricas, uma herança, que influenciou na existência do MST. Porém, diferentemente da crença dos fiéis passados, os integrantes do MST lutam através da democracia, de forma

organizada e com objetivos bem definidos, buscando melhorias na sociedade e a concretização da Reforma Agrária.

Notas

[1] A Lei de Terras, nº 601, foi concedida no dia 18 de setembro de 1850, sob o reinado do imperador Dom Pedro II. Tinha por objetivo organizar doações que haviam sido feitas no início do processo de colonização portuguesa, regularizando e incentivando a imigração de estrangeiros para o país, que ao chegarem encontravam dificuldades ao acesso à terra (ANGELO, 2007).

[2] Max Weber, um clássico da sociologia, observa em seus estudos que há, no meio social, três tipos puros de dominação legítima: I) dominação tradicional: relação de fidelidade entre os súditos e o seu senhor; II) dominação carismática: relação de devoção entre o dominado e o dominador ligada a “dom” pessoal do líder, seja ele um líder guerreiro, um profeta ou um grande demagogo; III) dominação legal: é o tipo mais puro de dominação burocrática, pois é por intermédio desta que há a possibilidade de se criar ou modificar qualquer direito. Aqui, a relação entre dominador e dominado implica em disciplina (WEBER, 2003).

[3] Pesquisadores constatam que vários homens ao longo dos anos usaram a denominação de João Maria, sempre agindo da



mesma maneira que os anteriores. Houve pelo menos cinco homens que se proclamaram o monge João Maria, mas apenas três deles destacaram-se na história (KUBASKI, 2012).

[4] A CPT foi criada no final da década de 1970, em uma parceria da Igreja Católica com a Igreja Luterana; tem por objetivo promover ações de conscientização dos trabalhadores rurais e, ao mesmo tempo, desenvolver sindicatos e outros meios de organizações para esses trabalhadores (CORSO, 2012).

[5] A Teologia da Libertação, com identidade católica, surge como resposta à contradição existente na América Latina entre a presença da pobreza extrema e os princípios cristãos de igualdade entre os seres humanos (NORONHA, 2012). Ela rompe com os conceitos tradicionais da Igreja institucional, defendendo os ideais de igualdade sociais e direitos humanos. A reflexão existente entre a CPT e a Teologia da Libertação é que a Teologia da Libertação promove ações por meios das Comunidades Eclesiais de Base, CEBs (comunidades inclusivistas) e das Pastorais Sociais, como a CPT (CORSO, 2012).

[6] Os envolvidos nas revoltas de Canudos e Contestado acreditavam fielmente no juízo final para viveram no paraíso. Décadas mais tarde, a teologia de Gutiérrez pensaria o movimento popular em chave diferente.

[7] As barragens hidrelétricas, que têm por objetivo utilizar a água - como recurso renovável - para a produção de energia, são implementadas no país no final do século XIX, mas adquirem maior relevância após a Segunda Guerra Mundial. Como trabalhado na citação acima, as barragens acabam por ser prejudiciais não somente aos indivíduos que a cercam, mas também para o meio ambiente. Isso porque o espaço ocupado para seu desenvolvimento é composto por reservas florestais, o que traz prejuízos à fauna e a flora, e também às populações que ali habitam, como indígenas e comunidades tradicionais, povos com dificuldades em mudança e adaptação a novos espaços (PENA, 2013).

[8] O milenarismo descrito por Hobsbawm (apud LÖWY, 2016, p. 230) nesta citação não se refere ao mesmo milenarismo analisado no início deste artigo por Negrão (2001). Negrão (2001) observa que o milenarismo nos antigos movimentos rurais sociais brasileiros, como Canudos e Contestado, acreditavam no juízo final que aconteceria para salvar seus fiéis, e como Contestado, a partir da concepção de escathon final, na ressurreição do monge. Já o milenarismo que Hobsbawm observa condiz ao mundo moderno, não obtendo sua força na transcendência, mas, sim, nos movimentos sociais e políticos. Movimentos estes de fé, mas em que os agentes, ao in-



vés de buscar o Juízo Final, procuram fazer justiça no plano material, na realidade vivida, tendo por objetivo a fundação de uma sociedade baseada no amor, na justiça e na liberdade.

[9] As práticas messiânicas correspondem a movimentos guiados pela fé de um determinado grupo de pessoas que buscam através do divino a justiça dos oprimidos.

[10] “Data certa, conhecida pelo pesquisador, porém não identificada na obra.” (SILVA, SILVEIRA; 2014: 61).

[11] Machado (2002) entrevista Ângelo, um dos agentes do movimento, que afirma que 90% das pessoas que compunham o movimento eram católicas, e outros 10% eram de outras religiões, havendo até mesmo uma budista.

Referências

ALMEIDA, Felipe. Lei de Terras. Mapa: memória da administração pública brasileira, Rio de Janeiro, 03 mar. 2015. Disponível em: <<http://linux.an.gov.br/mapa/?p=7780>> . Acesso em: 03. mar. 2017.

ANGELO, Vitor Amorin. Lei de terras: lei de 1850 contribuiu para manter concentração fundiária. UOL: especial para a página 3 pedagogia e educação, 2007. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/>

historia-brasil/lei-de-terras-lei-de-1850-contribuiu-para-manter-concentracao-fundiaria.htm> . Acesso em: 02 jul. 2018.

CORSO, João Carlos. Identidade dos Sem Terras: as questões identitárias nos discursos da CPT e do MST. Revista Tempo, Espaço, Linguagem, Irati, v. 03, n. 02, p. 45-61, mai./ago. 2012. Disponível em: <http://177.101.17.124/index.php/tel/article/view/3010/3105#.WMYRlG_yuUk>. Acesso em: 24 fev. 2017.

DOMINGUES, Eliane (2005). Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Contestado e Canudos: algumas reflexões sobre a religiosidade. Maringá, Memorandum, 8, 38-51. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos08/ Domingues01.htm>> . Acesso em: 22 de fevereiro de 2017.

FERREIRA, Fábio Alves. Contestado e MST: semelhanças e continuidade. Porto Seguro (BA): 26º Reunião Brasileira de Antropologia, 01 a 04 jun. [2008].

KUBASKI, Derek. Os monges “Joões Maria” de um Paraná caboclo. Gazeta do Povo, Curitiba, 2012. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/>



vida-e-cidadania/osmonges-jooes-marias-de-um-parana-cabo-clo-2sqvmy0cwmigb0dl9z6fdce> Acesso em: 14 jul. 2017.

LACERDA, Lucelmo. Marxismo e Teologia da Libertação: uma reflexão (im) pertinente. X Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VI Encontro Latino Americano de PósGraduação – Universidade do Vale do Paraíba. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2006/inic/inic/05/INIC0000960%20ok.pdf> . Acesso em: 10 jul. 2017.

LÖWY, Michel. O que é cristianismo da libertação: religião e política na América Latina. 2ª. ed., São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2016.

LÖWY, Michel. Walter Benjamin: aviso de incêndio. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005. MACHADO, Vitor Barletta. Agentes religiosos, motivação política: a influência da Igreja Católica na organização do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra do Assentamento II de Sumaré no estado de São Paulo. 2002. 179f. Dissertação (Mestrado de Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – Departamento de Ciências Sociais, São Paulo. 2002.

MACHADO, Vitor Barletta. Os caminhos da libertação: valores presentes na luta pela terra. 2009. 285 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2009.

MARTINS, Paulo Emílio Matos. Canudos: organização, poder e o processo de institucionalização de um modelo de governança comunitária. Cadernos EBAPE. BR, v. 5, nº 4, dez. 2007.

MARX, Karl. O manifesto comunista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do contestado. São Paulo: Duas cidades, 1974.

NEGRÃO, Lísias Nogueira. Revisitando o messianismo no Brasil e profetizando seu futuro. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 16, n. 46, p. 119-129. jun. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v16n46/a06v1646.pdf>> . Acesso em: 05 mar. 2017.

NORONHA, Cejana Uiara Assis. Teologia da Libertação: origem e desenvolvimento. Fragmentos da Cul-



tura, Goiânia, v. 22, n. 2, p. 185-191, abr./jun. 2012. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/2307/1410>> . Acesso em: 02 mar. 2017.

PENA, Rodolfo F. Alves. Hidrelétricas no Brasil. Mundo Educação: geografia física do Brasil, 2013. Disponível em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/hidreletricas-nobrasil.htm>> . Acesso em: 03 jul. 2018.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O messianismo no Brasil e no mundo. 2ª. ed., São Paulo, Editoria Alfa-Omega, 1977.

QUEIROZ, Mauricio Vinhas de. Messianismo e conflito social: guerra sertaneja do contestado. São Paulo: Duas cidades, 1974.

WEBER, Max. Sociologia. Organizador: Gabriel Cohn, 5ª edição, São Paulo: Editora Ática, 2003.



Métodos Contraceptivos Hormonais: Questões de Gênero e Impacto na Saúde Física e Mental.

Hormonal Contraceptoin: Gender Issues and the Impact on Physical and Mental Health.

RODRIGUES, Marina Caricatti *

*Psicóloga graduada pela Universidade de Brasília e mestrandada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura.

Resumo

O uso de contraceptivos hormonais pode trazer diversos prejuízos, tanto para a saúde física quanto para a saúde mental das mulheres. Diante disso, este artigo teve como objetivo analisar o impacto desse método contraceptivo, levando em conta os efeitos físicos e psicológicos que podem ser

decorrentes de seu uso. Para isso, foi analisada a concepção de mulher em nossa sociedade, considerando condições de opressão e interseções entre gênero, raça e classe. Além disso, foi considerado o contexto de surgimento dos contraceptivos hormonais no Brasil e os efeitos colaterais associados ao seu uso. Por fim, foi analisado como a Psicologia pode atuar nesta questão, por meio de iniciativas de prevenção e promoção de saúde mental. Conclui-se que o uso de métodos contraceptivos hormonais está inserido em um contexto sexista, sendo necessário desconstruir a responsabilização das mulheres por esse uso. Por isso, são necessários programas de educação, prevenção e promoção relacionados ao tema, que elucidem aspectos sobre sexismo e impactos do uso de contraceptivos.

Palavras-chave: Saúde mental, Sexualidade, Contracepção hormonal, Gênero.

Abstract



The use of hormonal contraceptives can be detrimental to both physical and mental health of women. Therefore, this article analyzed the impact of this contraceptive method, taking into account the physical and psychological effects that may result from its use. For this, the conception of women in our society, considering conditions of oppression and intersections between gender, race and class was analyzed. In addition, the context of the emergence of hormonal contraceptives in Brazil and the side effects associated with their use were considered. Finally, it was analyzed how Psychology can act on this issue, through initiatives for mental health prevention and promotion. It is concluded that the use of hormonal contraceptive methods is inserted in a sexist context, and it is necessary to deconstruct the responsibility of women for this use. Therefore, education, prevention and promotion programs related to the theme are needed to clarify aspects of sexism and the impacts of contraceptive use.

Keywords: Mental health, Sexuality, Hormonal contraception, Gender.

1 Introdução

Direitos sexuais e reprodutivos dizem respeito à garantia de liberdade no exercício das esferas sexuais e reprodutivas. Representam, portanto, uma dimensão de cidadania e ética que tem o objetivo de garantir relações igualitárias entre homens e mulheres, além de serem importantes para a visibilidade e garantia de direitos de populações LBGT (ÁVILA, 2003). Por isso, a proposição de direitos sexuais e reprodutivos quebra com a esfera patriarcal, pois:

A relação dos homens frente à sexualidade e à reprodução está inscrita em um padrão de relações sociais baseado na desigualdade de gênero, e a alteração desse padrão é uma ruptura com essa ordem do poder patriarcal instituída pelos próprios homens (ÁVILA, 2003: S467).

Parte da garantia desses direitos diz respeito à liber-



dade de utilização de métodos contraceptivos. Esses métodos foram utilizados por 61,1% das mulheres brasileiras de 18 a 49 anos durante o ano anterior, de acordo com a última versão disponibilizada da Pesquisa Nacional de Saúde (IBGE, 2015). O estudo nacional mais recente que mensurou os métodos mais utilizados por mulheres foi o VIGITEL (Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico) de 2008 que constatou que o método mais utilizado à época foi a pílula anticoncepcional (35,3%), seguida pela camisinha (26%) e pela laqueadura (24,4%) (BRASIL, 2009). Sendo assim, os métodos contraceptivos hormonais parecem figurar entre os tipos de contracepção mais utilizados no Brasil.

Contraceptivos hormonais são métodos reversíveis que se dão pela utilização de esteróides com um componente progestênico isolado ou associado a um componente estrogênico. Esses componentes assemelham-se aos hormônios produzidos

no ovário da mulher: progesterona e estrogênio. Portanto, as pílulas anticoncepcionais não-combinadas possuem apenas um componente relacionado à progesterona e as pílulas anticoncepcionais combinadas possuem componentes relacionados a estrogênio e progesterona. Esses métodos contraceptivos inibem a ovulação e provocam alterações físicas e químicas que impedem a gravidez, com eficácia em torno de 99% se forem utilizadas corretamente. Os métodos contraceptivos hormonais podem ser injetáveis, orais, intra-uterinos e subcutâneos, existindo critérios de elegibilidade que devem ser utilizados para a sua prescrição (BRASIL, 2013).

A despeito desses critérios, CORRÊA (2012) afirma que 13,1% das mulheres que relatam utilizar a pílula anticoncepcional utilizam-a de forma inadequada, pois possuem contraindicações ao seu uso (como hipertensão e uso de tabaco) que podem aumentar muito o risco de desenvolvimento de doenças cardiovasculares. Além disso, a autora destaca que



o uso inadequado do método contraceptivo hormonal é realizado principalmente por mulheres mais novas e com baixo nível de escolaridade. Assim, pode-se afirmar que populações mais socialmente vulneráveis não possuem tanto acesso às informações sobre o uso correto desse método (principalmente populações negras e pobres).

Levando em conta que grande parte das mulheres é afetada pelo uso de métodos contraceptivos hormonais, o objetivo deste trabalho é analisar qual é o impacto desse uso na saúde mental e física das mulheres. São considerados aspectos interdisciplinares do uso da contracepção, focando no impacto na saúde mental que pode ser proveniente tanto do uso desses métodos quanto da responsabilização excessiva da mulher por esse uso, aspecto que se relaciona com a concepção de mulher presente em nossa sociedade e será abordado no próximo tópico.

Espera-se que o leitor tenha uma leitura crítica sobre o

fenômeno dos métodos contraceptivos sem, entretanto, deixar de lado a questão importantíssima de saúde pública decorrente do uso correto da contracepção, principalmente da camisinha, no que concerne à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Enfim, questiona-se o que pode ser feito neste cenário que possa, ao mesmo tempo, promover bem-estar e saúde às mulheres e colaborar para que as problemáticas de saúde pública possam ser freadas. Para isso, analisa-se a concepção de mulher em nossa sociedade, a história e os efeitos colaterais do uso de métodos contraceptivos hormonais e a importância da psicologia como promotora de saúde mental neste contexto.

2 A Concepção de Mulher

A luta feminista vem de encontro à condição de desigualdade entre homens e mulheres, que ainda hoje se manifesta de diversas formas. Nas últimas décadas, as mulheres



passaram a assumir mais postos de trabalho com alta remuneração e passaram a ter mais escolaridade do que homens no Brasil. No entanto, o rendimento de mulheres nos mesmos postos de trabalho que homens é quase a metade em comparação ao deles. Além disso, situações como assédio e violência às mulheres, falta de políticas públicas que facilitem a conciliação com o trabalho e falta de divisão igualitária do trabalho demonstram que as mulheres ainda estão inseridas em uma condição de opressão. Quando são analisadas questões de raça e classe, mulheres negras e pobres são ainda mais vulnerabilizadas em relação a fatores como escolaridade e salários e encontram-se especialmente vulneráveis ao fenômeno da violência (MIGUEL e BIROLI, 2014).

De acordo com BEAUVOIR (2014), a mulher é entendida cultural e socialmente como um ser inessencial, incompleto e à parte do homem, que é visto como suficiente por si só. Ainda segundo a mesma autora, a opressão de mulheres

sempre foi realizada como uma forma de manutenção de privilégios dos próprios homens. Assim, os discursos dos homens foram calcados na falta de legitimação da mulher como ser autônomo, por meio de diversos âmbitos discursivos das ciências, como a filosofia, a biologia e a própria psicologia.

Segundo BEAUVOIR (2014), não há uma condição essencial ou fisiológica que caracterize a mulher plenamente, pois existe uma construção social de feminilidade atribuída à mulher e essa condição é imposta culturalmente desde sua concepção. A respeito disso, a autora afirma em uma frase celegremente conhecida no debate feminista: “Não se nasce mulher, torna-se”. Na sociedade contemporânea, contextualizando os crescentes níveis de abuso sexual e feminicídio, essa frase pode ser inteligível como: “Não se nasce mulher, morre-se”.

SAFFIOTI (2013) contextualiza a questão de desigualdade entre os sexos e relaciona a posição da mulher na sociedade atual com o advento dos meios de produção capitalistas.



Para ela, as mulheres participavam da força de trabalho no pré-capitalismo (apesar de sofrerem abusos em vários outros campos), mas com o advento do capitalismo essas mulheres foram deixadas de lado nos meios de produção. Porém, as principais afetadas com esse advento foram as mulheres de homens burgueses, pois as mulheres de classes sociais baixas nunca deixaram de ter a sua força de trabalho explorada nas sociedades de classe.

HOOKS (2015) faz uma discussão mais complexa destes fatores, incluindo a categoria raça na discussão. De acordo com ela, o início do movimento feminista era liderado por mulheres burguesas e donas de casa que não levavam em consideração o sofrimento da mulher negra, que sempre foi responsabilizada por altas cargas de trabalho abusivo. Para a autora, há uma interseção entre raça e classe social que deve ser considerada no feminismo, pois a população negra é historicamente vulnerabilizada.

É notório que as reivindicações do feminismo muitas vezes não levaram em conta as questões de raça e classe. Enquanto mulheres brancas reivindicavam por direitos de trabalho, mulheres negras e pobres sempre tiveram que viver altas cargas de trabalho precário para sustentar-se e às suas famílias. Atualmente, direitos conquistados por mulheres parecem contemplar mais aquelas que são brancas e pertencem a altas classes sociais. Por exemplo, enquanto a escolaridade de mulheres brancas teve aumento, o acesso ao ensino superior e o nível de escolaridade em mulheres negras não obteve o mesmo crescimento. Além disso, mulheres negras ganham até 3 vezes menos do que homens brancos (MIGUEL e BIROLI, 2014). Portanto, a desigualdade racial e de classe interfere na experiência das mulheres em nossa sociedade e deve ser contemplada em discussões de gênero.

Além dos fatores de opressão supracitados, os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres também estão intrincados



em diversas relações de poder que definem e restringem a sexualidade de acordo com um contexto social, cultural, político e econômico. A privacidade é um ponto chave em discussões sobre a sexualidade feminina, levando em conta que ela pode ser tanto positiva, no sentido de promover a autonomia da mulher em demonstrar sua própria sexualidade, quanto negativa, no sentido de vulnerabilizar a mulher a certos tipos de violência, como abuso no casamento, por exemplo (MIGUEL e BIROLI, 2014).

MIGUEL e BIROLI (2014) afirmam que a “liberação sexual feminina”, inteligível como garantia de autonomia sexual das mulheres e poder sobre seus próprios corpos, é um assunto polêmico nas discussões feministas. Isso ocorre, pois, mesmo que exista uma liberação sexual das mulheres, essa condição também pressupõe relações de poder entre homens e mulheres. De acordo com os autores, a discussão está na impossibilidade de demonstrar a sexualidade feminina sem estar

livre das relações de poder que constituem essa sexualidade. Por outro lado, os autores afirmam que é importante que o Estado possa prover autonomia sobre questões de cunho sexual (como aborto e controle reprodutivo) como uma garantia de direitos individuais das mulheres.

FOUCAULT (1988) discursava sobre o poder intrinca- do na sociedade afirmando que ele perpassa todas as relações, manejando maneiras de se comportar mais aceitáveis social- mente. De acordo com ele, não existe uma dualidade oprimi- do-opressor, mas uma rede de relações multidirecionais que supõem várias formas de poder. Nesse sentido, o “oprimido” não necessariamente fala de uma vivência estritamente oprimi- da, pois ele também está inserido no próprio contexto de poder que o oprime. Dessa forma, é interessante pensar no discurso feminista como uma forma resistência ao poder que também é influenciada por esse mesmo poder. Isso ocorre, por exemp- lo, quando as próprias mulheres defendem pontos de vista que



condizem com o machismo.

Segundo BUTLER (2003), as discussões sobre as relações de poder entre homens e mulheres tomou como base dois conceitos: sexo, entendido como categoria autoevidente de diferença entre homens e mulheres, e gênero, entendido como manejo cultural sobre a categoria sexo. No entanto, ela afirma que essa concepção autoevidente do sexo contribui para a manutenção de uma ordem binária de sexualidade no sentido de que não assume o poder do discurso sobre a constituição de significado do sexo (vide a crença de “sexo único”). O gênero, segundo a autora, também não deve ser entendido como uma construção social do sexo, uma vez que o sexo por si só é discursivo e o gênero não passa a ser a performatividade deste discurso sexualizado. Ainda segundo a autora, existe uma “matriz de inteligibilidade” que normatiza a sexualidade a partir de um eixo sexo-gênero-desejo sexual. Assim, existe uma normativa heterossexual que junta estas categorias em comportamentos

sexuais socialmente aceitáveis.

Em seu livro *História da Sexualidade*, FOUCAULT (1988) afirma que a legitimação de poder na Idade Média se deu por meio de um dispositivo jurídico-político, que discursava sobre as possibilidades da sexualidade. Segundo este dispositivo, a sexualidade era afirmada pela sua própria possibilidade de ser repreendida, negada, reprimida, enfim, de não-ser. Assim, existia um discurso binário, do tipo lícito-ilícito, que afirmava as possibilidades de repreensão da sexualidade pelo sistema jurídico.

De acordo com FOUCAULT (1988), até o fim do século XVII, a lógica de sexualidade predominante dizia respeito a um “sistema de alianças” heterossexual, o qual consistia em um sistema matrimonial, de base econômica, com objetivo de manutenção do sistema social e com ênfase na procriação. A partir do final do século XVII, o dispositivo da sexualidade passou a ser a lógica de poder dominante. Esse dispositivo era



constituído pelas ações da medicina, da pedagogia e da demografia no sentido de: (1) atribuir histeria à mulher; (2) aplicar a pedagogia do sexo na criança, (3) controlar as práticas de procriação e (4) psiquiatrizar o perverso. Os pontos principais abordados neste trabalho serão a atribuição de histeria às mulheres e o controle de práticas de procriação.

A atribuição médica de histeria à mulher era reservada àquelas que não cumpriam as suas devidas obrigações conjugais-familiares, logo, eram vistas como ociosas e seu desejo sexual era patologizado como histeria pela população médica. Este cenário constituiu o primórdio do pensamento da medicina como forma de poder sobre o corpo da mulher. Além disso, a questão de controle às práticas de procriação está ligada e um discurso reprodutivo institucionalizado que visa incentivar ou reduzir as formas de reprodução, atuando de acordo com uma perspectiva econômica, social e política.

Pretende-se utilizar as categorias previamente cita-

das para uma análise da prática contraceptiva hormonal em relações heterossexuais. Os métodos contraceptivos podem ser considerados como formas de controle de população, com a ascensão de questões sobre superpopulação em vários lugares no mundo. Além disso, são formas de controle médico sobre o corpo da mulher, prática propiciada pela atribuição de histeria à mulher. Ademais, os métodos contraceptivos hormonais são fabricados de acordo com uma lógica de reprodução heterossexual.

Métodos contraceptivos hormonais, ainda, podem ser considerados como direitos sexuais da mulher que promovem autonomia sobre seu próprio corpo e são propiciados pelo Estado. Sua lógica pode ser entendida como uma ferramenta positiva para as mulheres na garantia de direitos individuais pelo Estado. No entanto, como questionado por MIGUEL e BIROLI (2014), é possível que haja autonomia sexual para as mulheres fora da lógica sexista? Reflexões a esse questionamento



serão realizadas ao longo deste texto, considerando que o tema pode ser tratado de acordo com diversos pontos de vista. No fundo, como entendido por BEAUVOIR (2014), é evidente que a lógica da opressão sexista perpassa todas as esferas discursivas, levando em conta que a história é feita por homens que falam de mulheres de acordo com seus próprios pontos de vista. Desta forma, considera-se que os direitos sexuais femininos também são perpassados por uma lógica machista.

3 História do Uso de Contraceptivos Hormonais

PEDRO (2003) afirma que as pílulas anticoncepcionais começaram a ser comercializadas no início dos anos 60 com um forte argumento de redução populacional proveniente dos pós-guerras mundiais e pós-guerra fria. De acordo com a autora, o uso das pílulas anticoncepcionais no Brasil teve uma forte ligação com o argumento eugenista de frear a reprodução das camadas pobres e negras, enquanto na França, esse uso estava

ligado com a autonomia de direitos reprodutivos da mulher e uma cisão entre reprodução e sexualidade.

A pesquisa de PEDRO (2003) se voltou para investigações sobre o uso de métodos contraceptivos em duas gerações de mulheres: uma nascida entre os anos 20 e 30 e outra nascida entre os anos 40 e 50. As mulheres da geração de 20-30 afirmavam que a Igreja exercia um forte controle sobre a sua sexualidade e que esse controle se dava a partir da confissão com os padres. Esses padres não absolviam as mulheres que utilizavam método considerados inadequados e “artificiais”, como o uso de anticoncepcionais e do coito interrompido, o que inevitavelmente gerava crescimento populacional. Porém, a geração que vem junto com a criação da pílula anticoncepcional passa a não dar tanta atenção para esse tipo de argumento. Mais que isso, a criação do método anticoncepcional passou a ser considerada um direito sexual no sentido de propiciar à mulher a possibilidade de esconder o seu uso do padre, se



assim ela quisesse.

PEDRO (2003) afirma que o uso da pílula anticoncepcional no Brasil não foi vinculado a uma luta por autonomia das mulheres, como o foi na França. Isso ocorreu, pois esse uso se deu em um contexto de ditadura militar que não permitia qualquer reivindicação deste tipo. Além disso, a autora destaca vários dos efeitos colaterais que resultam do uso do método anticoncepcional, o que gera uma discussão sobre a viabilidade destes métodos e os efeitos a curto e longo prazo que eles podem ter na saúde das mulheres.

RÉGIS (1991) discute a posição do movimento feminista sobre esta questão no começo do processo de redemocratização do Brasil, o que nos auxilia a ter uma visão mais concreta sobre o contexto de inserção de métodos contraceptivos no mercado, principalmente da pílula anticoncepcional. De acordo com a autora, o Brasil do início da década de 70 mostrava uma posição ambígua em relação às práticas de con-

trole de natalidade. A partir de 77, no entanto, essas práticas começam a ser efetivamente realizadas com base no argumento de redução de natalidade de populações socialmente vulneráveis, estabelecendo, igualmente, uma forma de reduzir a mortalidade materna.

Assim, o discurso feminista da época se posicionou contra o controle estatal reprodutivo ainda durante a ditadura militar. Elas questionavam a autonomia do Estado no sentido de impor práticas essencialmente controladoras da corporeidade das mulheres. Sobre as práticas de controle estatal, RÉGIS (1991: 45) complementa:

Vivemos em uma sociedade em que o poder gere a vida, os corpos vivos, adestrando-os para a produção, tornando-os dóceis e submissos; uma sociedade que regula o sexo e os nascimentos de acordo com as necessidades da indústria ou da distribuição da riqueza. Nesta sociedade as técnicas de poder visam o corpo, porque sem ele não se concretizam as relações de poder.



Nesse sentido, é possível concluir que o aumento do uso de contraceptivos hormonais se deu em parte por esforço do Estado no sentido de controlar a natalidade. Mais do que isso, existia um forte argumento eugenista que previa a redução de natalidade da população negra e pobre. Portanto, pode-se compreender como as mulheres negras estão sujeitas a um cenário de opressão ainda mais significativo do que as mulheres brancas. Por fim, é evidente que a ascensão do método contraceptivo hormonal representa a imposição de um remédio sobre o corpo das mulheres, pois àquela época (e até hoje) um método semelhante para os homens não foi efetivamente implementado.

4 Efeitos Colaterais dos Contraceptivos Hormonais

Em uma pesquisa realizada de 2003 a 2009, foi constatado que as mulheres que fazem uso de pílulas hormonais com-

binadas (aquelas que possuem uma combinação entre progestênicos e estrogênicos) apresentam aproximadamente 5 vezes mais chance de desenvolverem tromboembolia venosa, sendo que esse risco é maior para pílulas combinadas que contêm a substância desogestrel comparadas àquelas que contêm levonorgestrel. O risco é ainda maior para mulheres que possuem mutação do gene protrombina ou possuem fator V de Leiden, fatores genéticos que predisõem à trombofilia e podem aumentar chances de apresentação de tromboembolia venosa. Essa pesquisa constatou também que o risco de foi maior nos primeiros 3 meses de uso das pílulas combinadas e diminuiu com o tempo. Pílulas não-combinadas (ou seja, aquelas que possuem apenas progestênicos) com doses médias e baixas de progesterona não foram relacionadas com um maior risco de tromboembolia venosa (BERGENDAL et al., 2014).

Um outro estudo, no entanto, constata perigos relacionados à pílula anticoncepcional de progesterona (não-com-



binada). De acordo com SVENDAL et al. (2012), em uma pesquisa realizada com 498 mulheres, o risco de transtornos de humor aumentou em 3 vezes para mulheres que tomam a pílula não-combinada de progesterona e pareceu diminuir para mulheres que tomam pílulas anticoncepcionais combinadas. Outra pesquisa, no entanto, sugere que o risco de transtornos de humor melhora com o uso de métodos contraceptivos hormonais a longo prazo, porém, esse resultado não leva em conta a diferenciação entre os métodos hormonais combinados e não-combinados. Além disso, os autores afirmam que o risco de transtornos de humor pode estar associado a uma vulnerabilidade pessoal a esses transtornos (TOFFOL et al., 2011).

Em um terceiro estudo prospectivo realizado com 79 mulheres sexualmente ativas, com mais de 18 anos e sem nenhuma contraindicação ao uso de contraceptivos orais, foi constatado que 47% delas descontinuaram o uso do medicamento e 14% trocaram de anticoncepcional no período de até

12 meses. Os motivos para a descontinuação eram majoritariamente ligados a falta de desejo e excitação sexual, efeitos emocionais e piora na tensão pré-menstrual (SANDERS et al., 2001).

Além dos efeitos colaterais citados, é comprovado que o método contraceptivo hormonal combinado pode causar acidente vascular cerebral (AVC), problemas cardíacos, risco de câncer de mama precoce, adenomas hepáticos, câncer de fígado e câncer cervical (HATCHER et al., 2007). Dessa forma, é possível constatar que os efeitos colaterais são muito sérios e muitas vezes são mortais para as mulheres que utilizam pílulas anticoncepcionais, especialmente se essas não têm acesso a um acompanhamento de saúde adequado. Além disso, efeitos colaterais de métodos contraceptivos podem ser relacionados à saúde mental, aspecto analisado no tópico seguinte.

5 Saúde Mental, Prevenção e Promoção de Saúde



Falando-se de saúde mental, homens e mulheres possuem diferentes experiências sociais, o que resulta em diferentes experiências subjetivas. Assim, considerando a epidemiologia de transtornos mentais, ANDRADE, VIANA e SILVEIRA (2006) constataram que o risco de mulheres apresentarem algum transtorno mental no ciclo de vida é cerca de 1,5 vezes maior do que homens. Além disso, há diferenças consideráveis entre a prevalência de transtornos mentais entre mulheres (que possuem maiores índices de transtornos de ansiedade e humor) e homens (que possuem maiores taxas de transtornos de personalidade e transtornos relacionados ao uso de substâncias psicoativas, dentre outros).

Uma possível explicação para a maior prevalência de transtornos de humor e ansiedade nas mulheres pode ser relacionada ao nível de hormônios sexuais femininos cujos efeitos podem ter influência no humor. Porém, as diferenças entre a prevalência de transtornos mentais não são explicadas somente

por fatores fisiológicos, visto que a pressão social, o estresse, a obrigatoriedade de conformidade aos papéis femininos e, principalmente, a violência contra a mulher podem servir como moduladores dessas diferenças. A violência contra a mulher é associada a maior prevalência de: depressão, transtornos de ansiedade, transtornos alimentares, abuso de álcool e substâncias psicoativas e transtorno de estresse pós-traumático, dentre outros (ANDRADE, VIANA e SILVEIRA, 2006).

O humor depressivo parece estar particularmente associado ao uso de contraceptivos orais, além de estar associado com outras variações hormonais que ocorrem no puerpério, na menopausa e no ciclo menstrual (ANDRADE, VIANA e SILVEIRA, 2006). Porém, pesquisas diferenciais sobre a saúde mental das mulheres que utilizam (ou não) diversos métodos contraceptivos e a pressão que isso exerce aliada à função de feminilidade e maternidade são escassas na literatura psicológica. Assim, existem pesquisas que atestam que o uso de



métodos contraceptivos hormonais pode ter tanto efeitos positivos quanto negativos na saúde física e mental da mulher, mas há uma escassez de estudos que verifiquem esses efeitos para além do uso direto de hormônios e identifiquem os fatores sociais que estão inseridos na própria decisão sobre a utilização de um método contraceptivo.

Levando em conta que o uso de hormônios parecem estar entre os métodos contraceptivos mais utilizados no Brasil, pode-se considerar que os efeitos colaterais podem colocar as mulheres em risco, como já abordado neste texto. Por isso, parece haver uma responsabilização alta sobre a mulher em relação à contracepção, fazendo com que ela sofra em decorrência dos efeitos colaterais. É evidente que a questão de gênero deve ser incluída no debate relacionado a métodos contraceptivos, portanto, de forma a proteger as mulheres de fatores que deixam sua saúde mental e física vulnerável.

Nesse contexto, a Psicologia como área de estudo pode

atuar na promoção e prevenção em saúde mental, enfocando aspectos psicossociais como as questões de gênero incluídas no uso de métodos contraceptivos. A prevenção em saúde mental tem como foco a incidência de transtornos mentais, agindo no sentido de prevenir o surgimento e agravamento desses transtornos. A promoção de saúde, por outro lado, não tem foco específico em condições de saúde, mas sim em construir habilidades que favorecem a saúde física e mental de forma geral (ABREU, BARLETTA e MURTA, 2015).

Intervenções preventivas podem ser universais, ou seja, direcionadas para toda a população; seletivas, ou seja, direcionadas para populações expostas a fatores de risco; ou indicadas, ou seja, direcionadas à população com os primeiros sintomas de alguma questão de saúde. Fatores de risco, previamente citados, se referem a aspectos que tornam o indivíduo mais vulnerável a desenvolver alguma condição de saúde, sendo fatores de proteção aqueles que atuam contra os fatores de



risco, protegendo o indivíduo de questões de saúde (ABREU, BARLETTA e MURTA, 2015).

Tanto intervenções preventivas quanto intervenções promotoras de saúde mental podem ser direcionadas à população que faz uso de métodos contraceptivos. Podem ser utilizadas técnicas como psicoeducação sobre efeitos dos métodos na saúde mental, intervenções de desenvolvimento de habilidades para lidar com esses efeitos, dentre outros métodos. Trata-se de uma área de estudo importante, visto que muitas vezes os sistemas de saúde focam-se em questões graves de saúde e, por isso, não voltam atenção para fenômenos que podem ser prevenidos (SCHNEIDER, 2015).

Um exemplo de atuação da Psicologia diante deste tema está na pesquisa realizada por MURTA, DEL PRETTE e DEL PRETTE (2010), que constata que podem ser realizadas intervenções psicossociais no sentido de promover uma educação sobre o sexismo e heterossexismo e desenvolver ha-

bilidades sociais e de vida. Esta atuação seria capaz de atenuar os fatores de risco envolvidos em relacionamentos com características sexistas, principalmente para os adolescentes, favorecendo a saúde mental das pessoas envolvidas.

Ainda de acordo com os mesmos autores, habilidades como colocar-se no lugar do outro, desconstruir os papéis de gênero, ser assertivo ao garantir os seus direitos, manejar suas próprias emoções, analisar comportamentos de risco aliados à saúde sexual e reprodutiva e enfrentar as pressões dos pares são benéficas para uma educação contra o sexismo (MURTA, DEL PRETTE e DEL PRETTE, 2010). Esses aspectos podem ser relacionados ao próprio manejo de métodos contraceptivos, promovendo um maior protagonismo e senso crítico neste processo, permitindo à mulher refletir sobre as melhores estratégias de proteção sexual e auxiliando-a na manutenção da integridade do próprio corpo.

A Psicologia, portanto, pode ser promotora de comportamen-



tos mais saudáveis e concisos para mulheres em geral, que levem em conta a sua condição de opressão e também de potencialidade. Essa atuação também pode, por fim, auxiliar no entendimento de transtornos mentais que estejam associados a perspectivas generificadas, visto que o gênero é considerado um determinante social nos estudos sobre saúde mental (ZANELLO, 2018), desconstruindo a própria concepção de transtorno mental e sua relação com o gênero.

6 Conclusão

Os métodos contraceptivos hormonais podem ter efeitos tanto positivos quanto negativos para as mulheres, porém, os efeitos negativos se mostram como fatores de risco graves, visto que podem ocasionar condições de saúde irreversíveis para as mulheres. Mesmo assim, entre os efeitos positivos desses medicamentos podemos considerar a redução de: acne, dismenorreia, anemia, menorragia, tensão pré-men-

strual, doença inflamatória pélvica e os cânceres de ovários, endométrio e colorretal (HATCHER et al., 2007). Nesse caso, fica a critério da mulher decidir se os efeitos positivos são mais favoráveis do que os efeitos colaterais, o que também depende da educação sobre os reais efeitos colaterais dos métodos contraceptivos, que deve ser realizada, principalmente, para mulheres mais novas e com menor escolaridade (CORRÊA, 2012).

Percebe-se que existe movimentação científica no sentido de criar métodos contraceptivos hormonais que possam ser utilizados por homens (e.g. ILANI, 2012; MOMMERS, 2008). No entanto, parece existir um abismo entre o estudo científico e a implementação desses métodos na prática. Por isso, os métodos contraceptivos parecem seguir uma lógica de poder, responsabilizando mulheres que utilizam métodos hormonais e trazendo prejuízos para a sua saúde física e mental.

Levando isso em conta, é possível constatar a parcialidade da ciência e da tecnologia no sentido de trabalhar



para a manutenção da ordem dominante, como afirmado por vários dos autores supracitados. A respeito dessa parcialidade, HARRAWAY (2009) destaca que a hegemonia do pensamento científico é primordialmente masculina e branca. A autora, então, critica o método científico que visa à objetividade, pois considera essa objetividade uma imposição de um olhar do homem branco sobre as mulheres. Ela propõe que o saber científico seja parcial, ou seja, que os sujeitos (principalmente os subjugados) se coloquem em um lugar de fala e interpretem a realidade a partir deste lugar.

É possível perceber como a mulher nunca foi tirada do seu “lugar” socialmente estabelecido, apesar do advento de métodos contraceptivos hormonais. Isso ocorre pois, apesar de existir a possibilidade de autonomia sobre a sexualidade, que se mostra muito positiva para a mulher, a lógica do controle de natalidade nunca parou de responsabilizar a própria mulher pela maternidade. Não houve uma ruptura no sentido de edu-

car os homens a serem pais, mas houve um incentivo de educar as mulheres a evitarem a gravidez ou a lidarem sozinhas com a maternidade compulsória.

Diante disso, é necessário considerar e promover a própria autonomia da mulher no sentido de escolher o melhor método contraceptivo para ela. Para isso, é preciso que haja mais informação e menos coerção médico-estatal-institucional. A mulher pode fazer a sua própria ruptura com o sistema normativo (já que essa ruptura não foi feita pelos métodos de contracepção) no sentido de exercer a autonomia de perceber o que é melhor para si. Ademais, há a necessidade de perceber que os métodos contraceptivos também estão aliados a um sistema de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, prática que deveria ter mais visibilidade nos programas de promoção e prevenção de saúde governamentais.

Também devemos considerar que o Estado deve ser capacitado para prover um tratamento de qualidade para as



mulheres que envolva a possibilidade de escolha de um método contraceptivo adequado. Assim, campanhas de conscientização tanto para os médicos, quanto para a população, são necessárias para que haja um maior discernimento sobre esse tema. Além disso, há necessidade de prover informação para as classes sociais desfavorecidas, como previamente citado.

Por fim, o papel da psicologia é excepcional nesta discussão, pois esse campo de estudo é capaz de promover elucidação sobre diversos aspectos inseridos na realidade social, além de habilidades sociais e de vida que facilitem o desenvolvimento interpessoal e a vivência crítica de relacionamentos íntimos. A psicologia, área que atua sobre a saúde do indivíduo, deve considerar as relações de gênero inseridas no uso de métodos contraceptivos, sabendo atuar sobre essas relações de forma a promover bem-estar para as mulheres. Para isso, é necessário que mais estudos enfoquem a relação entre saúde mental e responsabilização exclusiva sobre a contracepção,

deixando de naturalizar esta situação e questionando os papéis sociais atribuídos aos gêneros.

Referências

ABREU, Samia; BARLETTA, Janaína Bianca; MURTA, Sheila Giardini. Prevenção e promoção em saúde mental: pressupostos teóricos e marcos conceituais. In: MURTA, Sheila Giardini; LEANDRO-FRANÇA, Cristineide; SANTOS, Karine Brito dos; POLEJACK, Larissa. Prevenção e Promoção em Saúde Mental. Novo Hamburgo: Synopsys, 2015, p. 5474.

ANDRADE, Laura Helena de; VIANA, Maria Carmen; SILVEIRA, Camila Magalhães. Epidemiologia dos transtornos psiquiátricos na mulher. Revista de Psiquiatria Clínica, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 43-54, 2006. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S010160832006000200003>

ÁVILA, Maria Betânia. Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as políticas de saúde. Cadernos Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 19, supl. 2, p. S465-S469, 2003. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2003000800027>



BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

BERGENDAL, Annica et al. Association of venous thromboembolism with hormonal contraception and thrombophilic genotypes. *Obstetrics & Gynecology*, [S.l.], v. 124, n. 3, p. 600-609, set. 2014. Disponível em <https://doi.org/10.1097/AOG.0000000000000411>

BRASIL. Ministério da Saúde. *Saúde sexual e saúde reprodutiva*. Brasília: 2013. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexual_saude_reprodutiva.pdf

_____. Ministério da Saúde. *VIGITEL Brasil 2008: Saúde suplementar. Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico*. Rio de Janeiro: 2009. Disponível em <http://portalms.saude.gov.br/images/pdf/2018/marco/02/vigitel-ANS2008.pdf>

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CORRÊA, Daniele Aparecida Silva. *Uso de contraceptivos orais entre mulheres de 18 a 49 anos: inquérito populacional telefônico*. 2012. 93 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012. Disponível em www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/GCPA-8UYKMT

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 2009. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>

HATCHER, Robert Anthony et al. *Contraceptive technology*. 18. ed. [S.l.]: Ardent Media, 2007.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 16,



p. 193-210, jan./abr. 2015. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151608>

ILANI, Niloufar et al. A new combination of testosterone and nesterone transdermal gels for male hormonal contraception. *The Journal of Clinical Endocrinology & Metabolism*, Washington DC, v. 97, n. 10, p. 3476-3486, out. 2012. Disponível em <https://doi.org/10.1210/jc.2012-1384>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa nacional de saúde: 2013 – Ciclos de vida. Rio de Janeiro: 2015. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94522.pdf>

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

MOMMERS, Ellen et al. Male hormonal contraception: a double-blind, placebo-controlled study. *The Journal of Clinical Endocrinology & Metabolism*, Washington DC, v. 93, n. 7, p. 2572-2580, jul. 2008. Disponível em <https://doi.org/10.1210/jc.2008-0265>

MURTA, Sheila Giardini; DEL PRETTE, Almir; DEL PRETTE, Zilda AP. Prevenção ao sexismo e ao heterossexismo entre adolescentes: contribuições do treinamento em habilidades de vida e habilidades sociais. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, Lisboa, v. 1, n. 2, p. 73-86, 2010. Disponível em <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/rpca/article/view/21/0>.

PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 239-260, jul. 2003. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882003000100010>

RÉGIS, Isabel. Contracepção no dizer feminista. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 7, n. 10, p. 43-71, 1991. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/24188>

SAFFIOTI, Heleith. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANDERS, Stephanie A. et al. A prospective study of the ef-



fects of oral contraceptives on sexuality and well-being and their relationship to discontinuation. *Contraception*, [S.l.], v. 64, n. 1, p. 51-58, jul. 2001. Disponível em [http://dx.doi.org/10.1016/S0010-7824\(01\)00218-9](http://dx.doi.org/10.1016/S0010-7824(01)00218-9)

SCHNEIDER, Daniela Ribeiro. Da saúde mental à atenção psicossocial: trajetórias da prevenção e da promoção de saúde. In: MURTA, Sheila Giardini; LEANDRO-FRANÇA, Cristineide; SANTOS, Karine Brito dos; POLEJACK, Larissa. *Prevenção e Promoção em Saúde Mental*. Novo Hamburgo: Synopsys, 2015, p. 34-53.

SVENDAL, Gjertrud et al. The use of hormonal contraceptive agents and mood disorders in women. *Journal of affective disorders*, [S.l.], v. 140, n. 1, p. 92-96, set. 2012. Disponível em <https://doi.org/10.1016/j.jad.2012.03.030>

TOFFOL, E. et al. Hormonal contraception and mental health: results of a population-based study. *Human reproduction*, [S.l.], v. 26, n. 11, p. 3085-3093, nov. 2011. Disponível em <https://doi.org/10.1093/humrep/der269>

ZANELLO, Valeska. Saúde mental, cultura e processos de

subjetivação. In: _____ . (org.). *Saúde mental, gênero e dispositivos*. Curitiba: Appris, 2018, p. 19-38.



Comunidades quilombolas: elementos básicos para a compreensão de suas problemáticas jurídicas, antropológicas e sociais.

Quilombola communities: basic elements for understanding their legal, anthropological and social problems.

Daniel de Almeida Ferreira*

Felipe da Cruz Rocha*

Hellen Priscilla das Virgens Santana*

Ruama Mascarenhas Lopes*

*Graduandos em Agronomia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

Resumo

O território é um elemento importantíssimo para as comunidades quilombolas, entretanto falta por parte da sociedade a prática regular das leis e compreensões que atendem a es-

ses povos tradicionais. As comunidades são amparadas pela lei, ideal na teoria e falha na prática, são compreendidas pela ciência de forma muitas vezes não participativa e socialmente são induzidas a enxergarem-se como inferiores e incapazes, sendo indubitavelmente importante entender o que cerca essas problemáticas. O apoio institucional e governamental são importantes chaves para a inibição de preconceitos e a garantia de direitos às comunidades remanescentes de quilombo, um dos povos tradicionais mais expressivos da Bahia e do Brasil.

Palavras-chave: Comunidades quilombolas; Identidade; Antropologia.

Abstract

The territory is a huge element for quilombola communities, however, they lack the regular practice of laws and understandings that serve these traditional peoples. The communities are supported by law, the perfect script in theory and



failure to practice, are understood by science as often non-participatory and socially induced to see themselves as inferior and incapable, and it is important to understand what surrounds these problems. Institutional and governmental support are important keys to inhibiting prejudice and guaranteeing rights to the remaining quilombo communities, one of the most significant traditional peoples of Bahia and Brazil.

Keywords: Quilombola communities; Identity; Anthropology.

1 Introdução

As culturas modificam-se no decorrer do tempo por um processo natural e mutável, as tradições permanecem, mas são adaptadas a realidade de um novo parâmetro de sociedade. Os quilombos são ambientes que explanam o que há de mais importante na cultura negra e apresentam que uma vida em comunidade floresce predados inimagináveis formados nos

processos de resistência e na luta de valorização da cultura. Apesar disso, o Brasil desconhece as propriedades características dos quilombos e de seus integrantes, mas o que realmente são e como funcionamos seus territórios? Essa resposta pode ser encontrada através de distintos olhares, através da lei, da ciência e dos próprios quilombolas. Entretanto esta última interpretação é desapreciada pelo Estado e pela sociedade.

Os nichos culturais e sociais que ocupam o espaço ao redor dos quilombos são extremamente diferentes, porém isso não justifica o preconceito que é imposto sobre essas comunidades negras. A difusão de conhecimento de uma cultura como esta é o primeiro passo para a compreensão de suas expressões, é a partir deste ponto que se passa a entender o que os cerca, prejudica e o que pode ser feito, não para ajudá-los, o que nos dá uma impressão de sermos mais fortes e superiores, para que então possamos intervir por eles, mas sim auxiliar essas comunidades, estarmos lado a lado e combater



de frente as imposições a estes empregadas.

O território quilombola transcende o espaço físico delimitado pelo preconceito e imposições, é algo muito além e deve-se discutir qual a importância desses territórios e, com o passar do tempo, as transformações que neles ocorrem, afinal o quilombo não ficou estagnado em um passado de escravidão, hoje esses espaços estão cheios de sutilezas e, persistentemente, de problemas.

2 As garantias jurídicas dos quilombos no Brasil

Segundo o Artigo 68º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) – aprovado sem maiores discussões, não tanto pelo seu valor intrínseco, mas como mais um item no pacote das festividades pela abolição da escravidão (ARRUTI, 1997) – aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando as suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes

os respectivos títulos. O território quilombola consiste, de acordo com o Artigo 2º do Decreto 4.887/2003 – representação da definição jurídica de quilombo – terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

O Artigo 68º do ADCT tem como principal objetivo assegurar a sobrevivência e o florescimento das comunidades quilombolas em suas terras, já que elas são tidas para eles como um elemento de sua identidade coletiva, onde podem viver de acordo com suas crenças e culturas.

Segundo o Artigo 3º do Decreto 4.887/2003, atualmente, compete ao Ministério da Casa Civil [1], por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos. Já à Fundação Cultural Palmares (FCP) compete a emissão de certidão às comunidades quilombolas e



sua inscrição em cadastro geral, função determinada pelo 4º do art.3º do Decreto nº4.887, de 20 de novembro de 2003. Desde então, foram emitidas pela FCP 3.271 certificações para comunidades quilombolas— dados da própria instituição – este documento reconhece os direitos das comunidades e dá acesso aos programas sociais oferecidos pelo Governo Federal.

Até o ano de 2016, de acordo com dados da Comissão Pró-Índio de SãoPaulo, existiam no Brasil 165 territórios quilombolas titulados e 1.525 em processo que são amparadas legalmente pela Constituição Federal de 1988 e pela FCP. Porém, mesmo possuindo o direito sobre as terras, de acordo com o INCRA, menos de 7% das terras reconhecidas como pertencentes a povos remanescentes de quilombos estão regularizadas, isso representa o território de cerca de 13 mil famílias.

Antes de ser titulado, o território é submetido ao Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID)[2]. A partir do resultado de um amplo estudo realizado, envolvendo

diversas etapas, inclusive a elaboração de um relatório antropológico, é emitido e publicado no Diário Oficial da União o RTID. Com este documento, as terras ficam aptas para seguir adiante na etapa de titulação, que só ocorre depois da desocupação da área por pessoas não quilombolas. Dependendo do caso, a finalização do processo pode levar anos.

O processo de reconhecimento das comunidades quilombolas foi eficiente, porém a titulação é falha, sem esse recurso ou a certificação da FCP os territórios quilombolas ficam inacessíveis para políticas públicas básicas, fazendo com que eles se tornem alvos de conflitos. As comunidades que não possuem a posse legal da terra ou o certificado de comunidade quilombola, enfrentam problemas como o acesso à educação, a serviços básicos de saúde e a transportes, além de conviverem com esses problemas, a água e a energia elétrica também são escassas de maneira geral.

O Decreto 4.887/2003, que regulamenta a titulação dos



territórios ocupados por remanescentes das comunidades quilombolas, foi debatido em uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), movida pelo atual Democratas (DEM). A ADI 3.239/2004 foi julgada em 2018 e, pela maioria dos votos, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a validade do Decreto 4.887/2003. A ação ajuizada pelo DEM infligia diversos ataques à garantia de território das comunidades remanescentes de quilombos, classificando os métodos de reconhecimento territorial da comunidade como “inidôneo, imoral e ilegítimo” (ADI 3.239/2004, petição inicial, p. 12). Outro ponto errôneo estabelecido na ação é que seria considerado quilombo “território em que comprovadamente, durante a fase imperial da história do Brasil, os quilombos se formaram” (ADI 3.239/2004, petição inicial, p. 11), mudança que reduziria significativamente a quantidade de territórios considerados quilombolas e facilitaria a ocupação por fazendeiros, mineradoras e madeireiros. Reafirmada a validade do decreto, o direito ao território continua sen-

do dado aos quilombolas, entretanto ainda há muitos encargos burocráticos e interesses políticos que dificultam uma eficaz aplicabilidade das leis que assistem e garantem os direitos das comunidades remanescentes de quilombos.

3 A ciência inserida no reconhecimento do quilombo

Segundo o sociólogo e filósofo polonês Zygmunt Bauman (2005), a respeito do conceito de identidade, deve-se ter consciência

[...]de que está havendo uma batalha. O campo da batalha é o lar natural da identidade. Ela só vem à luz no tumulto da batalha, e dorme e silencia no momento em que desaparecem os ruídos da refrega. Assim, não se pode evitar que ela corte dos dois lados. Talvez possa ser conscientemente descartada, mas não pode ser eliminada do pensamento, muito menos afastada da experiência humana. A identidade é uma luta simultânea contra a dissolução e a fragmentação; uma intenção de devorar e ao mesmo tempo uma recusa resoluta a ser devorado.

Segundo o pensamento de Bauman (2005), a iden-



tidade do ser é definida antes mesmo do nascimento, nessas condições, as pessoas não possuem domínio sobre a sua identidade, pois essa é formada de acordo com as determinações do grupo ao qual o indivíduo pertence. A cultura, segundo o conceito antropológico, é o conjunto de aspectos que caracterizam o modo de vida de um determinado grupo social, portanto, cultura é tudo aquilo que o indivíduo aprende ao longo da vida, tudo que ele adquire através da convivência com outros membros do meio social ao qual pertence; logo, a cultura irá interferir diretamente na formação da identidade do indivíduo.

Para a antropologia, todas as identidades são construídas, a motivação da ocorrência deste fenômeno se dá a partir, principalmente, da necessidade de reafirmar a força e a posição social do grupo. Isso sempre esteve presente na história da humanidade, em reação à ideia de resistência, em que vários grupos sociais buscaram resistir e sobreviver, apesar de sua desvalorização na lógica da cultura dominante, como é o caso dos

quilombos, estratégia de resistência e preservação da cultura dos negros trazidos para o Brasil em épocas de escravidão.

O conceito de quilombo anteriormente se referia a uma manifestação típica da resistência negra, sendo esta uma forma de sobrevivência e luta contra a escravidão, quando inúmeros negros fugiam do domínio dos senhores de engenho e se organizavam nesses locais afim de resistirem ao sistema imposto, constituindo assim os quilombos (SCHMITT, 2002). Era essa a alternativa possível diante do quadro de escravidão da época: refugiar-se em um local de difícil acesso e manter-se em posição defensiva, lutando para sobreviver. Os quilombos eram descritos através de elementos significativos como: fuga, resistência, moradia precária, número mínimo de pessoas, isolamento em relação à sociedade e pertencentes à natureza selvagem por se afastarem do padrão de civilização dominante (SCHMITT, 2002). É importante ressaltar que inicialmente essas comunidades eram constituídas exclusivamente por ne-



gros, no entanto, com o decorrer do tempo houve uma mescla de etnias com brancos e indígenas.

Os quilombolas viviam, na grande maioria, de atividades agrícolas como extrativismo, mas também de relações econômicas estabelecidas com comunidades mercantis através de trocas comerciais. Isso desmistifica a ideia de que os quilombos eram fundados em locais isolados da sociedade, pois muitos eram posicionados em locais estratégicos perto dos núcleos da colônia portuguesa para facilitar o comércio. A questão territorial também exerce importância na formulação do conceito de quilombo, visto que no período da escravidão era negado o direito à posse de terras aos ex-escravos, por isso esses indivíduos buscavam isolamento, na maioria das vezes.

As comunidades quilombolas no Brasil, atualmente se encontram distribuídas por todo o território, quebrando o mito de isolamento, se localizam não só no campo mas também em cidades e se constituem por fortes laços de parentesco

e intergeracionais. Os quilombos, desde a época de Palmares até os dias atuais, mantêm a ideia de comunidades que lutam pela liberdade, pela preservação da sua identidade e continuam lutando contra toda a opressão sofrida. A ideia de fuga e cenários de escravidão continua presente em muitas narrativas dessas comunidades, mas é possível encontrar cenários sem ligações diretas com esses elementos, no caso de comunidades fundadas a partir de doação e ocupação de terras desabitadas.

Para os quilombolas, pensar em território é uma necessidade cultural e política de destacarem-se, de diferenciarem-se das outras comunidades, em que possuir um pedaço de terra é uma garantia da permanência, reprodução e perpetuação da sua cultura e da sua identidade. A invisibilidade é outra questão para compreender o contexto em que as comunidades quilombolas se encontram hoje, visto que no período pós-escravidão as pessoas esqueceram a existência dos quilombos, restringindo-os ao período da escravidão porque até então



essa era uma figura de resistência a algo e não havia mais a que resistir. A própria categoria “populações tradicionais” tem conhecido aqui deslocamentos no seu significado desde 1988, sendo afastada mais e mais do quadro natural e do domínio dos “sujeitos biologizados” e acionada para designar agentes sociais, que assim se autodefinem; isto é, que manifestam consciência de sua própria condição (ALMEIDA, 2008). Diante desses pensamentos houve uma reformulação do conceito de quilombos para reverter esse quadro e porque o termo refletia fatos históricos antigos que destoavam um pouco do contexto atual dessas comunidades e também pelas inúmeras maneiras de acesso à terra pela população negra escravizada.

Atualmente o conceito de comunidades remanescentes de quilombo, de acordo com o Artigo 2º do Decreto 4.887/2003 caracteriza essas comunidades pelo uso comum de suas terras concebidas como um espaço coletivo e indivisível, ocupado e explorado por meio de regras consensuais aos grupos famili-

ares e cujas relações são permeadas por solidariedade e ajuda mútua.

As comunidades remanescentes de quilombos são grupos que a partir da atualização do termo passaram a contar com o reconhecimento oficial de sua cultura e da sua identidade, porém ainda é possível observar o histórico de luta pela posse de terras, fato que remete ao passado. A religiosidade, a forma de se relacionar com a terra, as relações sociais, a valorização de traços presentes em sua cultura resalta a importância do elemento “territorialidade” para essas comunidades, o que faz da luta pela garantia dos territórios, aos quais possuem direito, a principal motivação quilombola da atualidade.

4 Conceito de quilombo: reconhecimento e autodefinição

O conceito de quilombo é bem abstrato quando se trata dos próprios quilombolas. Quando se pergunta: “O que é



quilombo?”, há uma definição coesa, apesar de mutável, constitucionalmente e historicamente, porém é presente uma marcante dificuldade por parte dos quilombolas de responder essa pergunta. É possível entender o conceito separando-o em duas faces: um lado é o meio externo da comunidade, definindo o meio interno com base em conceitos bibliográficos e aparatos históricos, e o outro é o meio interno da comunidade, que define quilombo não como um título que delimita um marco histórico, mas como um sentimento que permite uma autodefinição com base nas lutas e construções dentro dessa comunidade ao longo do tempo, fortalecendo o seu processo de identificação que:

implica a instituição de tal coletividade, simultaneamente, como sujeito de direitos e como fonte de pertencimento identitário de uma coletividade moralmente motivada para a mobilização contra tal desrespeito. Isto é, o que chamamos de processo de identificação descreve a quebra de um consenso tácito em torno de uma situação de dominação naturalizada

para instituí-la como um desrespeito generalizado e comparável com outras situações de desrespeito, comparáveis e agrupáveis em um tipo, que remete uma categoria englobante (ARRUTI, 2005).

Uma comunidade é definida por seus pertencentes de acordo com as características dos locais em que vivem, tendo a ver com o passado e a história dessa mesma. Essas características são fatores que diferem essas comunidades de outras e têm importante papel na formação da sua identidade. Os quilombolas pertencentes têm sua identidade definida quando a própria comunidade utiliza de critérios para afirmação deste integrante como pertencente do grupo: como características físicas [raciais], sobrenome, localização, filiação, relações matrimoniais e poder econômico. Esse conjunto de fenômenos étnicos e culturais são de crucial importância, pois é por meio deles que o quilombola se define e se reconhece naquele quilombo e vice-versa, ou seja, os outros quilombolas também os define e



os reconhece enquanto pertencente daquela comunidade.

A ancestralidade é então um fator importante, e significativo, para se reconhecer como quilombola, já que a cultura nesses tipos de comunidades tradicionais é passada de geração em geração, além de ser uma chave de garantia a mais para a posse de suas terras quando pela via hereditária, isto quer dizer que alguém tem direito virtual de dono sobre a terra não simplesmente porque é um indivíduo, assim, está imbricada uma definição estrita das relações de parentesco, seguindo o critério prioritário de filiação (PAOLIELO, 1998). O que molda uma comunidade é, também, a forma como esta se depara diante de lutas e conquistas quando se referido à constante repressão racial que sofreram e sofrem quando ambiciosos [grileiros, donos de grandes extensões territoriais ou até mesmo o próprio Estado] tentam tomar suas terras ilegalmente.

Há ainda certos indivíduos que se quer autodenominam como quilombolas, desconhecem tal palavra, logo apenas

o que define através da face externa da comunidade anteriormente mencionada, é o seu sentimento de pertencimento ao território e àquela comunidade. Entretanto, há indivíduos que possuem uma certa dificuldade quanto a sua identidade negra, como em algumas comunidades quilombolas da Bahia, por exemplo, por conta de uma concepção, em sua quase totalidade, constituída socialmente em que ser negro é ruim. O ser negro no período em que a escravidão era uma realidade recente, era ser como um objeto de troca/mercadoria, ser comparado a seres “involuídos”, selvagens e qualquer adjetivo negativo do tipo. E toda essa concepção deixa marcas até hoje, como por exemplo, quando um negro de comunidade quilombola tenta fugir de sua origem e do seu ser, como ferramenta de defesa para as agressões que seus ancestrais viveram no passado. É possível observar também que nas comunidades, as características culturais permanecem quase que intactas – em sua maioria – quando se refere à dança, música, crenças e demais



manifestações culturais. O ser negro quilombola, pertencente a um quilombo não está apenas em livros ou documentos de delimitação territorial, está na terra e na cultura de cada comunidade quando se observam as simbologias presentes no modo de vida dos quilombolas, além das marcas de suas intensas lutas por posse de suas terras adquiridas no passado e uma libertação e resistência contra um regime escravocrata que perdurou por vários anos e que deixou marcas fortes até os dias atuais.

5 Comunidades negras rurais: exemplos e problemáticas

Objetivamente faz-se necessário entender o processo de formação dessas comunidades e seu formato de organização político, social, cultural e econômico para desenvolver a pretensão de assisti-las em suas necessidades. Existem na Bahia inúmeros quilombos, e dois bons exemplos destes são: Tijuaçu e Rio das Rãs, cada uma dessas comunidades possuem origens

e histórias das mais diversas e enfrentam na atualidade conflitos comuns às comunidades remanescentes de quilombos que apesar de estarem em regiões distintas são afligidas por semelhantes problemas. Valendo lembrar que não é toda comunidade negra rural que é originada de negros refugiados, exposto por Couto (2012)

A noção ‘Palmarina’ de quilombo, pode ou não existir em comunidades negras rurais espalhadas pelo Brasil, e não deve ser, portanto, condição fundamental para que uma comunidade rural negra possa se auto identificar como quilombola. Assim, sua ausência, não deslegitima determinada população no que compete à sua afirmação enquanto comunidade remanescente de quilombo.

O território de Tijuaçu, por exemplo, foi fundado e formado pela chegada de mulheres negras na região do atual município baiano de Senhor do Bonfim, entre elas destaca-se Mariinha Rodrigues, fundadora do Alto Bonito primeira co-



munidade do território quilombola. A segunda foi a Vila de Tijuacu que dá nome a localidade e é o atual centro do território. Tijuacu é formado por 14 comunidades e representa um dos mais populosos quilombos da Bahia, sua expansão territorial se deu principalmente pela necessidade da saída das vilas principais para áreas mais afastadas em busca da exploração de licuri e lã de barriguda muito presente na região. A partir dessa constante migração montou-se assentamentos em locais estratégicos que com o passar do tempo se tornaram fixos, dando origem a outras vilas englobadas ao território (COUTO, 2012). Tijuacu, assim como será dito de forma mais abrangente sobre Rio das Rãs, também tornou-se um importante influenciador sócio-político das comunidades quilombolas próximas, contudo enfrenta grandes problemas relacionados ao comércio e à agricultura por conta do surgimento de muitas fazendas na região e do crescimento da cidade de Senhor do Bonfim.

O quilombo de Rio das Rãs, localizado em Bom Jesus

da Lapa, enfrenta os mesmos problemas que Tijuacu, entretanto o mesmo está localizado no centro de uma região na qual possui uma diversidade maior de comunidades remanescentes de quilombo ao seu entorno, isso proporciona ao Rio das Rãs um papel importante de politização e auxílio às comunidades recém formadas por ser um dos primeiros territórios a passarem pelo processo de territorialização. O contato com a experiência dos moradores do Rio das Rãs abriu essas portas para que a luta pelo reconhecimento também fosse travada nessa dimensão; na experiência, crescem em consciência de seus direitos (DUTRA 2008). Várias comunidades se espelham e buscam apoio em Rio das Rãs como por exemplo os moradores de Mangal/Barro Vermelho, Araça/Cariacá, Lagoa das Piranhas, Pau D'arco/Parateca, Juá/Bandeira, Nova Batalhinha e Agreste para que conseguissem reconhecimento como territórios quilombolas.

O quilombo de Rio das Rãs surgiu a partir de muita



luta, tendo origem de negros refugiados da região de Salvador, um processo diferente de fundação, comparado com o território de Tijuacu, ajudando-nos a exemplificar os diversos formatos e origens que podem existir em uma comunidade remanescente de quilombo. Trata-se de um grupo ético, a descrição das comunidades negras rurais historicamente ligadas aos quilombos (ou outras formas correspondentes) não deve levar à busca de “pequenas áfricas”, que poderia remeter a uma ideia de resistência cuja contrapartida seria a conservação e/ou retorno ao passado (ARRUTI, 1997).

O amparo da lei é algo muito significativo na conquista de direitos dessas comunidades de possuir seu território de forma legal e ter isso reconhecido, contudo existem entraves provocados pelo longo processo burocrático imposto pelos órgãos reguladores e, principalmente, a ausência de um quadro de antropólogos significativo em atuação no INCRA. A limitação de profissionais atuantes no processo de demarcação

gera, por fim, um acúmulo de processos, que não são assistidos com avidez, e isso implica na lentidão com qual ocorre a conquista da demarcação de territórios quilombolas.

Os estudos antropológico são uma importante ferramenta para que o indivíduo que se insira em uma comunidade para produzir qualquer tipo de trabalho, seja ele relacionado a sua titulação de terra ou não, compreenda ao menos na teoria como essas comunidades se identificam socialmente. Existe um preconceito muito grande no grupo social em que o indivíduo exterior à comunidade está inserido quando se trata de quilombolas, então é preciso que essas impressões pré-concebidas e racistas sejam abstridas do pensamento de um profissional que deve servir à comunidade e não a julgar como inferior ou incapaz. O etnocentrismo faz com que se enxerguem os territórios quilombolas com a visão do seu contexto social, o território destas pessoas é muitíssimo importante para todas as suas formas de reproduções e são também áreas muito co-



biçadas economicamente, contudo existe ainda assim a incompreensão dessa importância e o perigo que o agronegócio e os grandes fazendeiros representam para esses territórios. Urge a necessidade de direções mais humanísticas e sociais para que efetivamente o direito político e econômico dessas comunidades tradicionais sejam elevados a um patamar de visibilidade da sociedade, prevalecendo a sua importância.

Por fim eis que surge o processo de entendimento da auto identificação desses povos e comunidades tradicionais, talvez este seja o ponto mais delicado na relação, existe toda uma pressão social para que quem é quilombola não se enxergue como igual ou perceba sua importância na sociedade na qual está inserido, muitos afirmam não ser quilombolas por medo ou até mesmo vergonha.

6 Conclusão

Os territórios quilombolas encontram dificuldades

diversas para serem reconhecidos e respeitados, a lei que os protege não funciona efetivamente na realidade e a ciência que os determina muitas vezes não os auxilia a conscientizar a sociedade sobre o formato de vida quilombola. As comunidades precisam de mais voz e representação na sociedade, é importante a ocorrência de uma compreensão da realidade do povo quilombola, da sua política, economia e também das suas questões sociais, porém as leis são descumpridas e a pretensão de não fornecer a importância devida aos remanescentes de quilombo prevalece sobre o que deveria ser justo. Aqui foram tratadas essas relações envolvendo todo o preconceito que muitas vezes interfere nos direitos desses povos tradicionais.

Hoje existe uma diversidade de situações relacionadas aos quilombos, entretanto os problemas são os mesmos enfrentados a décadas desde a formação das comunidades, as explicações para isso estão explícitas: desconhecimento da existência dessas comunidades por parte da sociedade, problema



que pode ser solucionado através do incentivos educacionais para que essas comunidades sejam conhecidas, valorizadas e respeitadas por toda a sociedade que a engloba; e trâmites burocráticos insatisfatórios/ falta de profissionais para elaborar o RTDI, sendo que parcerias entre as unidades do INCRA e universidades locais, que possam se aproximar mais das comunidades, poderiam ser uma solução plausível para solução desse ponto de dificuldade que envolve a garantia de direitos das comunidades remanescentes de quilombos.

Notas

[1] O Ministério da Casa Civil é atualmente o órgão superior responsável pelo INCRA, originalmente segundo o Artigo 3º do Decreto 4.887/2003 competia ao Ministério do Desenvolvimento Agrário a articulação do INCRA.

[2] O Relatório Técnico de Identificação e Delimitação aborda informações cartográficas, fundiárias, agrônômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas e antropológicas, obtidas em campo e junto a instituições públicas e privadas, sendo composto por levantamentos realizados por profission-

ais de diferentes áreas envolvidas no processo de delimitação e identificação do território.

Referências

ALMEIDA, C.; SANTANA, A. C. Identidade Quilombola e Reconhecimento Étnico: Uma Abordagem Conceitual Dos Estudos Culturais Em Comunicação. Artigo, Universidade Federal do Paraná (PR), São Borja, 2012.

ALMEIDA, A. W. B. Terras Tradicionalmente Ocupadas: Processos de Territorialização, Movimentos Sociais e Uso Comum. IN: ALMEIDA, A. W. B. Terra de Quilombo, Terras Indígenas, “Babaçuais Livre”, “Castanhais do Povo”, Faixinais e Fundos De Pasto: Terras Tradicionalmente Ocupadas. 2 ed, Manaus: pgsc-ufam, 2008, p. 25 – 127.

AMÉRICO, M. C. Quilombo Ivaporunduva: Processo Histórico e Organização Social e Territorial. Rev. Comunicações, Piracicaba: UNIMEP, v. 21, n. 1, p. 137-152, 2014.

ARRUTI, J. M. A. A emergência dos “remanescentes” notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. Mana. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 3, n.2. p. 7-38, 1997.



ARRUTI, J. M. A. Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru: Edusc, 2005.

BAUMAN, Z. Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

COUTO, P. N. A. Território Quilombola de Tijuacu. CADERNOS DO LEME. Campina Grande: UFCG, v. 4, n. 2, p. 91-221, 2012.

DUTRA, N. O. Território e Resistência Negra no Alto Sertão e Médio São Francisco. Disponível em: <http://www.uesb.br/anpuhba/anais_eletronicos/Nivaldo%20Oswaldo%20Dutra.pdf>. Acesso em: 15 mai. de 2018.

FURTADO, M.B., SUCUPIRA, R. L. & ALVES, C. B. Cultura, Identidade e Subjetividade Quilombola: Uma Leitura A Partir da Psicologia Cultural. Tese (Mestrado), Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2014.

GUSMÃO, N.M. Os Direitos dos Remanescentes de Quilombos. Cultura Vozes. São Paulo: Vozes, v. 6 nov/dez de 1995. INCRA, Google Analytics. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-perguntasrespostas-a4.pdf>>.

gov.br/sites/default/files/incra-perguntasrespostas-a4.pdf.> Acesso em 29 de mai. de 2018.

OLIVEIRA, H. G., MATTOS, A. L. L. B. Identidade Étnica e Comunidades Quilombolas: Uma Análise Bibliográfica. Tese (Mestrado), Universidade Federal dos Vales de Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais, 2014.

OLIVEIRA, L. M. S. As implicações da ADI 3239/2004 no direito de propriedade das comunidades quilombolas. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=19524&revista_caderno=9>. Acesso em: 26 de jun. de 2019.

PEREIRA, R. A Questão Quilombola. Disponível em: <<https://rprs.jusbrasil.com.br/artigos/406809012/a-questao-quilombola>>. Acesso em: 30 mai. de 2018.

PAOLIELO, R.M. Conflitos Fundiários na Baixada do Ribeira: A Posse como Direito e Estratégia de Apropriação. Tese (Mestrado), PPGAS/UNICAMP, Campinas (SP), 1992.

SARMENTO, D. Territórios Quilombolas e Constitu-



ição. Disponível em: < <http://www.dsarmento.adv.br/content/3-publicacoes/24-territorios-quilombolas-e-constituicao-a-adi-3-239-e-a-constitucionalidade-do-decreto-4-887-03/territorios-quilombolas-e-constituicao.-a-adi-3.239-e-a-constitucionalidade-do-decreto-4.887-03-daniel-sarmento.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2018.

SCHMITT, A., TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. *Ambiente e Sociedade*. São Paulo: ANNPAS, n. 10, p.129-136, 2002.

SILVA, R. R. A Gênese do Debate e do Conceito de Quilombo. Disponível: <<http://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/11853>>. Acesso em: 30 mai. 2018.



O papel da Bossa Nova na Política Externa brasileira (1958 - 1964): expressões do “país do futuro”[1]

The role of Bossa Nova on Brazilian external policy (1958 - 1964): expressions from the “country of the future”

Daniel Cunha Rego*

*Graduando em Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

Resumo

O trabalho tem como objetivo identificar maneiras pelas quais a Bossa Nova e a política externa brasileira revelaram diferentes interfaces no período de 1958 a 1964. Abordamos os ideais políticos em voga na época, sobretudo a noção de modernidade, buscando entender até que ponto a Bossa Nova exprimia ideias que dialogavam com o desenvolvimentismo.

Destacamos também os meios pelos quais o Estado brasileiro apropriou-se do gênero musical e impulsionou sua internacionalização, bem como as motivações para tal ação internacional, tendo em vista que tipo de ganhos esperava-se garantir ao Brasil com a divulgação internacional da referida manifestação musical no contexto da Guerra Fria.

Palavras-chave: Bossa Nova; diplomacia cultural; internacionalização; Política Externa Independente.

Abstract

This work aims to find out in which ways Bossa Nova’s music and Brazilian foreign policy interfaced between 1958 and 1964. It approached the political ideas that were popular at the period, especially the notion of modernity, seeking to understand to which extent Bossa Nova expressed ideas that interacted with the development ideology. It also highlights the means employed by the Brazilian state to profit from the



musical gender and propel its internationalization, as well as its intentions on doing so bearing in mind which kind of gains it expected on Cold War's context.

Key words: Bossa Nova; cultural diplomacy; internationalization; Brazilian foreign policy.

*“Criando a bossa nova em 58 / O Brasil foi protagonista
De coisa que jamais aconteceu / Pra toda a humanidade
Seja na moderna história / Seja na história da antiguidade”
(Tom Zé)*

1 Introdução

A internacionalização da música brasileira concatenada a objetivos políticos não é uma história que começou com a Bossa Nova. Três décadas antes do emblemático concerto dos bossa-novistas no Carnegie Hall, na Nova York de 1962, Carmen Miranda já ocupara o papel de “embaixadora da cultura brasileira” no contexto da política norte-americana de Boa

Vizinhança. Mesmo antes dela, o grupo “Oito Batutas”, formado por, dentre outros, Pixinguinha e Donga, já havia feito uma pequena turnê europeia em 1922, apresentando-se em Paris.

O Brasil dos anos 1920 e 1930, era, no entanto, profundamente diferente daquele dos anos 1960: agora democrático, em pleno processo de modernização e ansioso por se lançar ao mundo. Dessa maneira, na medida em que a fabricação da figura de Carmen Miranda se deu principalmente a partir de uma política dos EUA, enquanto centro do sistema internacional, a Bossa Nova se constitui de maneira praticamente autônoma a partir da periferia[2], desafiando a narrativa dominante de um mundo onde apenas existiriam Leste e Oeste, o que, na prática, coloca os países subdesenvolvidos em um vácuo político e cultural, resignado à condição de área de expansão da acumulação capitalista. O Ocidente é ele mesmo subdividido em Norte e Sul, sendo essa a divisão ainda mais fundamental porque baseada em condições econômicas de subsistência e visibilidade,



não em filiação ideológica, geopolítica, estratégia ou modelos de Estado.

Não por acaso, a política externa nesse período procurava ativamente apresentar alternativas de inserção internacional do Brasil, com foco no desenvolvimento nacional, evitando um alinhamento sistemático com o bloco Ocidental por ser baseada na noção fundamental de que o objetivo primordial do país, também em suas relações exteriores, deveria ser a luta contra o subdesenvolvimento, único caminho efetivo para evitar a sublevação das massas em revolução socialista e de construir uma alternativa pragmática a qualquer alinhamento. Tal posicionamento já existia na Operação Pan-Americana do presidente Kubitschek, tendo sido aprofundado no período conhecido como o auge da Política Externa Independente (PEI) (BUENO, 2015).

Nossa hipótese — a de que a Bossa Nova foi um elemento cultural utilizado pela política externa brasileira, tendo

essa instrumentalização ocupado papel importante na internacionalização do estilo musical — engendra duas questões basilares: por quê? e como?.

Dessa maneira, a primeira parte deste trabalho irá tecer um breve comentário histórico sobre o estilo, explicitando nossa posição nesse debate historiográfico (seção 2), e explorar os elementos que fizeram da Bossa Nova um estilo musical propício à internacionalização e captação pela política oficial (seção 3). Na segunda parte, abordaremos os meios pelos quais ocorreram a sua internacionalização, tanto por meio da ação de agentes privados quanto do Estado (seção 4).

A diplomacia cultural, eixo condutor de nossa análise, é entendida aqui como “responsável por criar e implementar projetos nos quais a cultura será difundida, atuando na defesa dos valores nacionais, visando à inserção internacional daquele país” (BIJOS; ARRUDA, 2010, p. 37). Ela proporciona poder simbólico a um país visando construir uma ima-



gem internacional que também possa ser utilizada em outros tipos de relações, notavelmente econômicas e comerciais (RIBEIRO, 2011). Dessa maneira, a sintonia entre os projetos de política doméstica (e, noutro nível, o debate interno acerca das percepções de identidade) e os de política externa contribuem para o sucesso de uma estratégia de diplomacia.

Assim, a cultura tanto informa a formulação da política externa, quanto é instrumentalizada pela diplomacia cultural (SUPPO; LESSA, 2007), tendo sempre como horizonte as percepções de identidade, ou seja, o quanto o “objeto cultural” em questão representa, num nível, a realidade do país (ou sua leitura mediada pela ideologia dos tomadores de decisão) e, noutro nível, os projetos políticos e sociais.

Nesse sentido, a Bossa Nova seria um anteparo estético[3] do nacional-desenvolvimentismo, fazendo os papéis de tanto (1) reverberar a chamada “ideologia do desenvolvimento” para a esfera política como (2) de expressar esteticamente

a posição de determinado grupo social, notadamente a elite carioca que protagonizou o movimento, sobre os rumos desse desenvolvimento. A ênfase, aqui, recai sobre o sentido que a noção de desenvolvimentismo tomou na política oficial da época e em seu corolário para a política externa descrito no artigo “Nova política externa do Brasil”, publicado pelo presidente Jânio Quadros em 1961 (QUADROS, 2007).

Nossa ênfase recai, também, mais sobre as ideias compartilhadas do que sobre os agentes que as compartilhavam. Não negamos a importância, ressaltada por instrumentalistas como José Ramos Tinhorão (2010), de relações até mesmo pessoais entre agentes públicos e artistas (bastaria citar o caso emblemático de Vinicius de Moraes, músico e diplomata), mas focamos a análise no alinhamento ideológico da bossa-nova na condição de movimento cultural com a política oficial. As razões mais profundas dessa convergência, que certamente não provêm de uma mera coincidência histórica, não serão foco de



análise mais detida.

Nossa posição pressupõe, evidentemente, a existência de algum tipo de pensamento ou visão política embutida já na primeira fase do movimento, em contraposição à posição majoritária na literatura, que o classifica como o oposto da música “política por excelência”: a música de protesto e o tropicalismo. Entendemos aqui que esses ideais políticos eram presentes e foram determinantes para a bossa nova enquanto manifestação cultural, ainda que não tenham sido o foco ou objetivo aparente do movimento.

2 Que Bossa é essa? Um breve comentário histórico sobre a Bossa Nova

A história da Bossa Nova começa, tradicionalmente, em 1958, com o lançamento do single “Chega de Saudade” pelo cantor baiano João Gilberto. Composta pela dupla Vinícius de Moraes e Tom Jobim, a canção foi incorporada no ano

seguinte ao álbum homônimo. Considerada a canção-manifesto do estilo (SANTOS, 2004), “Desafinado”, composta por Tom Jobim e Newton Mendonça e presente no citado álbum do artista baiano, traz pela primeira vez o termo “bossa nova” associado ao estilo que surgia. Além disso, enuncia uma proeminente característica do estilo, sobretudo na interpretação consagradora de João Gilberto: suas melodias e o seu acompanhamento vocal parecem estar “fora do tom”, quando comparadas com as formas anteriores de harmonia da música brasileira (PERRONE, 1989 apud SANTOS, 2004).

Santuza Cambraia Naves (2001, p. 9) observa que os bossa-novistas “passaram a considerar repertório anterior de sambas-canções e tangos abasileirados melodramáticos e inadequados aos novos tempos”. Por isso, apostaram em uma harmonia peculiar, baseada em um pequeno número de instrumentos (violão, piano, percussão e baixo) em contraposição à grande orquestra, bem como numa voz menor, mais intimista



e sem floreios, que “dialoga com o instrumento musical em vez de exibir sua própria potência” (NAVES, 2001, p. 10) e contrasta com o estilo operístico característico dos anos 1950.

De maneira semelhante, a temática das letras também inova, citando cenários da Zona Sul do Rio de Janeiro, habitat da classe média urbana protagonista do movimento, fazendo referências frequentes à beleza da praia, da manhã, da garota de Ipanema; enfim, adotando uma posição mais contemplativa e positiva, afastada da tradicional “dor de cotovelo” lamentada nas músicas do período (FARIA; LYRA, 2016). Ao mesmo tempo, o amor também é tratado de maneira diferente: não mais de forma sofredora, mas enfatizando a beleza e o otimismo. A canção “Chega de Saudade”, por exemplo, contrasta a “melancolia” da saudade com a beleza proveniente da esperança do retorno da amada, para, finalmente, “acabar com esse negócio de viver longe de mim” (GILBERTO, 2009, faixa 1).

Mesmo tendo sido uma revolução estética na música

brasileira, a Bossa Nova não deixou de sofrer críticas, principalmente de parte de setores mais revolucionários e ortodoxos da esquerda, que a taxavam de alienante, devido ao seu suposto distanciamento dos problemas sérios do país: a fome, a pobreza, a desigualdade. Em suma, criticavam a posição de suposta neutralidade do estilo, preocupado apenas com a vida confortável da classe média urbana carioca (FREITAS, 2014, p. 202). José Ramos Tinhorão (2010), por exemplo, situa a emergência da Bossa Nova num processo de americanização dos costumes brasileiros que se deu no pós-guerra. Ele argumenta que

o impacto da propaganda norte-americana sobre essa geração de classe média nascida durante a Segunda Guerra Mundial fora de tal ordem que conseguir realizar uma espécie de lavagem cerebral (...) levando a uma assimilação de estereótipos nunca imaginada. (...) essa influência fora tamanha, sob o influxo do jazz, que a primeira síntese obtida pelos músicos jovens, a partir dos recursos assimilados da música norte-americana,



foi alegremente julgada um produto nacional (TINHORÃO, 2015, pp. 129-130).

Nesse sentido, o crítico entende que a Bossa Nova seria essencialmente produto de uma nova geração da elite carioca que, cada vez mais afastada das camadas mais baixas da população (empurradas a partir das reformas urbanas no Rio de Janeiro para as periferias e para os morros), alienava-se da tradição musical popular e tomava como nacional uma reprodução quase integral do jazz. O novo estilo sequer se comunicava mais com o povo, com suas composições demasiadamente líricas e intelectualizadas, representando realidades e questões inexistentes para a grande maioria da população.

Apesar de ser verdade que a Bossa Nova não era uma música *stricto sensu* engajada e militante — especialmente em sua primeira fase, que vai até cerca de 1964 —, é injusto taxá-la de alienada ou puramente importada. Ela era, antes de tudo, a expressão estética de um ideal de país mais justo e moder-

no. Seu alegado distanciamento da dura realidade representava mais um projeto, ainda que em formulação, do que uma alienação do cotidiano do Brasil. Canções como “O Morro não tem vez”[4], composta por Tom Jobim e Vinicius de Moraes em 1962, e “Pra que discutir com madame?”[5], samba de Janet de Almeida interpretado por João Gilberto, evidenciam que, sendo derivada diretamente do Samba, a Bossa reconhecia a imensa contribuição das classes populares, não apenas para a cultura brasileira, mas para a Nação-Projeto Brasil[6]. Longe de pensar que o Brasil fosse apenas Copacabana ou Ipanema, o movimento propunha uma dialética entre a “Influência do Jazz”[7] e o samba de morro.

Em suas várias fases, a Bossa incorporou influências de diversos gêneros brasileiros, desde sua raiz no samba até o baião (FARIA; LIRA, 2016). Guardadas as devidas proporções, tal projeto pode ser comparado ao que viria a ser, no final da década, a Tropicália, de uma maneira menos explícita



e sem o esforço de teorização[8] que essa última empreendeu. De fato, o tropicalista Caetano Veloso (2017, p. 50) reconhece que foi a “revolução da bossa nova” que permitiu, com um impulso decisivo do contexto ditatorial, o surgimento da Tropicália, que se entendia como a síntese dessa dialética e superação do binômio estrangeiro-nacional.

A fertilidade e enraizamento popular da Bossa Nova se mostra também em seus desdobramentos, como o espetáculo “Opinião”, ligado explicitamente à música de protesto e à vida diária das camadas populares urbanas e rurais, contando em seu elenco original com personagens emblemáticos dessa junção: Nara Leão, bossa-novista que crescera em Copacabana; João do Vale, maranhense de Pedreiras, trabalhador rural emigrado para o Rio; e Zé Keti, sambista carioca da Zona Norte, filho de empregada doméstica. Nesse espetáculo, Nara Leão defende uma interessante posição:

Eu não acho que porque sempre vivi em Copacabana eu só pos-

sa cantar determinado estilo de música, mas é mais ou menos isso, eu quero cantar toda música que ajude a gente a ser mais brasileiro, que faça todo mundo se sentir mais livre, que ensine a aceitar tudo, menos o que pode ser mudado (LEÃO; VALE; KETI, 1965)

Nessa linha, Ethmar Andrade Filho (2007, p. 52) resume que a Bossa Nova construía uma terceira semiosfera[9]: “Nem o asfalto nem o morro, mas um resultado desta dialética e destes intercâmbios, como ingrediente fundamental na formação de uma nova música”.

3 A Bossa Nova como síntese do ideal de Brasil moderno: expressão estética do nacional-desenvolvimentismo

É já consagrada a alcunha “Presidente Bossa Nova”, atribuída a Juscelino Kubitschek. Em sua presidência, desenhou ousadas metas para modernização do país, sendo a nova capital, Brasília, sua meta-síntese: a cidade era a expressão ar-



quietetônica e urbanística do projeto de país que se imaginava e construía. Essa alcunha não surgiu por mera coincidência temporal: a identificação dava à sua política desenvolvimentista ares de modernidade e otimismo (NAVES, 2001). Na verdade, conforme demonstra José Gava (2003) em sua análise da revista semanal “O Cruzeiro”, o termo “bossa nova” (ou sua sigla BN) era utilizado para propaganda, desde sapatos a eletrodomésticos, reforçando a identificação da “Bossa” na opinião pública da época como símbolo de modernidade e cosmopolitismo.

Modernidade e cosmopolitismo eram justamente os motes do governo à época. As ousadas políticas do “50 anos em 5” e da Operação Pan-Americana representam aprofundamentos da ideologia nacional-desenvolvimentista a partir do governo de Kubitschek, mantidos e ampliados, sobretudo, por meio da Política Externa Independente, nos dois governos seguintes. O presidente Jânio Quadros, em artigo para a revista

Foreign Affairs, no qual defende a Política Externa Independente, arremata: “a [nova] política externa do Brasil refletirá a necessidade de progresso desenvolvimentista” (QUADROS, 2007, p. 147).

Ressaltamos que este trabalho está fundado na noção de que a Bossa Nova constituía o principal anteparo estético sobre o qual se expressava a política do período em estudo. Além de exprimir de forma contundente um Brasil novo, moderno, em pleno desenvolvimento, democrático e jovem, que juntava a Zona Norte com a Zona Sul do Rio de Janeiro, o morro com o asfalto, o negro com o branco, ela desafiava a bipolaridade Leste-Oeste. Tal divisão do mundo, na verdade, excluía o chamado terceiro mundo, o “Sul do Oeste”, que era irrelevante para as questões internacionais e constituía um grande exército reserva ou assumia o papel de fornecedor de matérias primas baratas.

A Bossa Nova, uma expressão musical de primeira



qualidade produzida de forma autônoma a partir do Sul, desafiava essa noção: o Brasil produzia, agora, o produto final e acabado da arte, com qualidade de competir igualmente com o Norte. Rompendo com a divisão internacional do trabalho, que também se aplicava ao trabalho artístico-intelectual, o estilo musical coaduna-se com ideais aprofundados a partir da PEI: desenvolvimento e rejeição ao colonialismo. “Produzir tudo, porque tudo que for produzido é comerciável” (QUADROS, 2007, p. 154).

De fato, os próprios músicos foram para o exterior imbuídos de um certo ideal nacionalista (TINHORÃO, 2015), como se demonstra pelo comentário de Tom Jobim à reportagem de “O Globo” às vésperas do concerto no Carnegie Hall, em 1962:

Já não vamos tentar “vender” o aspecto exótico do café e do carnaval. Já não vamos recorrer aos temas típicos do subdesenvolvimento. Vamos passar da fase da “agricultura” para a

fase da “indústria”. Vamos apresentar a nossa música popular com a convicção de que ela não só tem características próprias, como alto nível técnico. (...) Acima de tudo, cada um de nós pensa no Brasil[10].

4 Aurora da “diplomacia brasileira contemporânea”: a cultura também contra o subdesenvolvimento

O final da década de 1950 e início da década de 1960 assistiu a mudanças importantes na burocracia do Ministério das Relações Exteriores. No tocante à diplomacia cultural, a Divisão Cultural, então vinculada ao Departamento Político e Cultural, transformou-se, em 1962, no Departamento Cultural e de Informações (DCI), com maior autonomia, chefiado pelo Ministro Lauro Escorel de Moraes[11]. A Divisão de Difusão Cultural (DDC), vinculada ao DCI, passa a ser chefiada pelo Conselheiro Mário Dias Costa. No período dessa gestão é realizada a “Semana Brasileira em Nova York”, a partir de 20 de novembro de 1962, com três eventos patrocinados ou apoiados pelo Itamaraty: o Festival de Cinema brasileiro; quarto con-



certos de música popular brasileira contemporânea no Carnegie Hall e exposição de pintura e gravura brasileira[12]. O Conselheiro Mário Dias Costa foi pessoalmente coordenar as iniciativas, das quais a mais célebre foi o primeiro concerto no Carnegie Hall, no dia 21.

Organizado por Sidney Frey, empresário estadunidense proprietário do estúdio Audio-Fidelity, o concerto simboliza o marco principal da difusão da Bossa Nova pelos Estados Unidos. Porém, mesmo antes de sua organização, algumas gravações como o compilado “Brazil’s Brilliant Joao Gilberto”, lançado em 1961 pela Capitol, já haviam sido introduzidas ao público estadunidense, alcançando grande sucesso. O filme “Orfeu Negro”, ganhador do Oscar de melhor filme estrangeiro em 1960, teve sua trilha sonora composta por Tom Jobim, Vinicius de Moraes e Luiz Bonfá e também contribuiu para a popularização desse “novo samba”. A proposta de Frey nos concertos era capitalizar em torno desse sucesso, atraindo

músicos jazzistas como Herbie Mann, Dizzy Gillespie e Miles Davis.

Apesar de ser considerado ex post facto um dos grandes êxitos da promoção cultural brasileira no exterior (RIBEIRO, 2012), o concerto no Carnegie Hall foi marcado por críticas severas da imprensa, tanto brasileira quanto estadunidense, principalmente por conta de falhas técnicas, como o péssimo sistema de som (havia 11 microfones emaranhados no palco, que a mídia passou a referir-se como uma “floresta”), e desorganização, com músicos entrando e saindo a todo tempo ou errando músicas[13]. A manchete de “O Globo” no dia 22 de novembro é categórica: “Prejudicado Pela Desorganização o Concêrto (sic) de Bossa Nova em Nova York”[14]. O crítico John S. Wilson, escrevendo para o “The New York Times” em uma pequena e discreta nota, afirmou que o sistema de som reduziu os músicos brasileiros a uma “papa monótona”, mas ponderou que o imenso Carnegie Hall fez sumir o tom inti-



mista de João Gilberto, cuja qualidade o enviado relatou como “imensamente superior” à impressão que se teve[15].

Paulo Francis, escrevendo para o jornal “Última Hora”, foi ainda mais incisivo e citou “a tradicional incompetência do Itamaraty em questões de cultura brasileira” com “sandices do gênero, nas quais se vai o dinheiro do contribuinte para desmoralizar o nome do Brasil no exterior” (FRANCIS, 1962 apud CRESPO, 2006, p. 135). As críticas obrigaram o Itamaraty a recuar, emitindo uma nota que afirmava que seu papel “limitou-se ao fornecimento de passagens e auxílio de estada em Nova Iorque aos músicos brasileiros”[16].

A desorganização do concerto, embora enormemente alardeada, foi, no fim, de menor importância para a decolagem da Bossa Nova no exterior. A mera estada dos músicos nos Estados Unidos, na verdade, contribuiu para que eles tomassem contato com gravadoras e fizessem parcerias com artistas estrangeiros. Carlos Lyra, por exemplo, afirma que o grupo

brasileiro passou cerca de 10 dias em contato com célebres jazzistas, o que rendeu parcerias importantes (FARIA; LYRA, 2016).

A desorganização e o dito vexame do *début* da Bossa Nova nos Estados Unidos foram atribuídos sobretudo à atitude oportunista do produtor Sidney Frey: músicos que participaram do evento relatam que o empresário estadunidense tinha como maior interesse adquirir os direitos das canções de Bossa Nova, gravá-las e vender o máximo de discos possíveis, já que pertenceriam a ele os direitos das canções executadas no Carnegie. O concerto em si e sua qualidade técnica teriam menor importância, sendo apenas uma vitrine para despertar curiosidade e uma oportunidade de obter gravações das canções mais célebres e dos músicos brasileiros mais conhecidos (FARIA; LYRA, 2016; MENESCAL, 2017).

Após o concerto, muitos dos músicos permaneceram nos Estados Unidos e chegaram a realizar um *sarau* na Casa



Branca, que encantou a primeira dama com o “Brazilian jazz”, intermediado pela diplomacia brasileira (CRESCO, 2006). Porém, ainda mais importante foi a continuidade do trabalho dos músicos no país, especialmente Tom Jobim, que viria a ser um artista cativo do público norte-americano.

Outro fato relevante é que, mesmo depois da introdução do gênero musical no mercado, o Itamaraty ainda assumiu papel ativo, intermediando e patrocinando turnês e apresentações. Há diversos registros desse apoio continuado, como as requisições de passagem para Tom Jobim[17], já em 1964, para Nova York, e até mesmo de figuras que não eram músicos, a exemplo do crítico Sylvio Tulio Cardoso, apoiado na condição de integrante do “conjunto incumbido de divulgar a Bossa Nova nos Estados Unidos da América, sob os auspícios desta Divisão”[18].

Mario Dias Costa, já em 1964, reforça o “renovado interesse (sic) do público norte-americano pela música popular

brasileira contemporânea”, citando como exemplo a marca de um milhão de unidades vendidas do single “Garota de Ipanema”[19]. Ele então propõe, no mesmo documento, “uma série de apresentações nos Estados Unidos, através das Universidades norte-americanas”. A menção aqui a uma turnê universitária reforça a imagem que se tinha da Bossa Nova como uma música jovem, de classe média, universitária. O Brasil estaria, dessa forma, exportando não sua música “de morro e de baracão”, mas uma canção mais elaborada, consumida e criada por uma classe com maior acesso à educação formal, inclusive à educação musical, mas que mesmo assim enraizava-se na tradição popular e preocupava-se com um projeto de desenvolvimento.

O telegrama, então, expõe os convidados para a turnê: Sérgio Mendes, bossa-novista na época já com carreira no país; Rosinha de Valença, violonista expoente da Bossa Nova, que iria personificar a própria “Garota de Ipanema” durante a



turnê, e o “cantor negro Jorge Ben” (sic). Com seu estilo único, Ben é descrito como “sucesso incontestável”. Proveniente da Zona Norte do Rio de Janeiro, o artista estourou em 1963 com o álbum “Samba Esquema Novo” (BEN, 1963), que trazia uma variedade muito própria e inovadora da Bossa Nova. O músico carioca chegou a ser descrito, ex post facto, como o primeiro tropicalista.

Parecia-me que minha “Tropicália” era mera teoria, em comparação. Uma tentativa de tratado sobre aquilo de que “Se manda” [canção de Jorge Ben, lançada em 1967, que mistura traços de samba de morro, blues e composições nordestinas] era um exemplo feliz. (...) o artista Jorge Benjor é o homem que habita o país utópico trans-histórico que temos o dever de construir e que vive em nós. (VELOSO, 2017, p. 214)

Porém mais interessante é o que o diplomata realça em Jorge Ben: o fato de ser um negro. De fato, à época, a política oficial brasileira era de afirmação do país como “o exemplo

mais bem sucedido de coexistência racial e integração conhecido na história” (QUADROS, 2007, p. 148). A Bossa Nova, entretanto, era uma música predominantemente branca, mesmo que derivada do negro samba, sendo a imagem de Jorge Ben fortíssima para afirmação da tese de democracia racial. Assim, pretendia-se mostrar que o Brasil não apenas alcançou uma democracia musical, representada pela própria integração entre popular e sofisticado que a Bossa Nova realizava, mas uma democracia racial de fato, com negros e brancos produzindo democraticamente o dito “som universal” brasileiro.

5 Considerações finais

Empreendemos aqui uma brevíssima análise da Bossa Nova como objeto da diplomacia cultural brasileira no período da Quarta República, entre os anos de 1958 a 1964. Argumentamos que a Bossa Nova, ao contrário de alienada da realidade social do Brasil, exprimia um projeto de país moderno que per-



passava pela integração do Morro com o Asfalto, mediante a continuidade do desenvolvimento. O movimento também desafiava a estabelecida ordem Leste/Norte do Oeste, mostrando a capacidade do Sul para desenvolver produtos finais autônomos e de qualidade. Dessa forma, coadunou-se com os ideais políticos da época, sintetizados na ideia de desenvolvimento, e com a política externa, também devotada à modernização do país.

Sua origem, classe média carioca, também contribuiu para uma captação orgânica pelos agentes do Estado, o que favoreceu a divulgação do estilo nos Estados Unidos como música síntese, que incorporava influências “nativas” e “modernizantes”. Dessa forma, com auxílio financeiro, logístico e político do Estado brasileiro, por meio do Ministério das Relações Exteriores, os músicos beneficiaram-se de espaços privilegiados que lhes permitiram estabelecer contatos importantes, tanto no meio político (sendo o exemplo mais proemi-

nente o mencionado concerto privado para o Presidente dos Estados Unidos e sua família) quanto no artístico e no comercial.

Funcionando como anteparo estético da política desenvolvimentista, a Bossa Nova contribuía, de igual modo, para cristalizar uma imagem de país moderno e diverso, que se lançava ao mundo com a responsabilidade devida à sua estatura. Permitia, assim, ganhos indiretos para o Brasil além daqueles com sua própria comercialização e fortalecia, interna e externamente, a política oficial fundada nas noções de desenvolvimento e de modernização.

Um outro aspecto relevante a se reparar na música popular brasileira, de forma geral, é sua origem ligada ao fato do subdesenvolvimento: às vezes pela denúncia, por clamar por uma voz, no caso do samba; outras, pelo horizonte de superação, onde se insere a Bossa Nova. É irresistível, mesmo com o perigo de se incorrer numa teleologia inconsequente, esboçar



uma linha de continuidade com a Tropicália, até porque essa última propõe-se, de maneira semelhante à Bossa Nova, ser uma música síntese, que incorpore antropofagicamente várias influências em busca da criação do som universal brasileiro. Provavelmente influenciado por seu contexto histórico, Tropicália radicaliza esse projeto e dá a ele um indubitável conteúdo político; mas ainda tendo como horizonte a realidade do subdesenvolvimento (e, com esperança, sua superação).

Dessa maneira, é inexato classificar a Bossa Nova como apolítica ou mesmo alienada da realidade social. Era, em parte, produto de sua época e professava ideais compatíveis com a ideia desenvolvimentista em voga. Cabe, sem dúvidas, questionar o que representava de fato esse desenvolvimento ou para quem ele viria. Tais questionamentos, entretanto, ganhariam mais força num período histórico posterior, não tendo sido o objetivo do presente trabalho problematizar esse conceito, mas compreendê-lo de acordo com a visão oficial predomi-

nante à época e sua interpretação pelos músicos e pelos agentes públicos encarregados de operar a política externa.

Notas

[1] Pesquisa realizada no âmbito do ProIC/DPG/UnB sob orientação da Prof.^a Dra. Tânia Maria Pechir Gomes Manzur, do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (IREL/UnB).

[2] Tomamos aqui como idênticos os termos “Norte” e “Centro”, “Sul e “Periferia”.

[3] Usamos a noção de “anteparo estético” para explicitar o duplo papel que a Bossa ocupava na ideologia do desenvolvimento. Por um lado, ela dava-lhe suporte cultural, exprimindo, em sua estética, os ideais desenvolvimentistas. Por outro, ela era influenciada pelo desenvolvimentismo, tornando-se a expressão de ideais em voga. Ou seja: tanto “sustentava” quanto “refletia”.

[4] “O morro não tem vez / E o que ele fez já foi demais / Mas olhem bem vocês / Quando derem vez ao morro / Toda a cidade vai cantar” (JOBIM, 1965).

[5] “Madame tem um parafuso a menos / Só fala veneno meu



Deus que horror / O samba brasileiro democrata / Brasileiro na batata é que tem valor” (GILBERTO, 2004).

[6] Entendemos, aqui, que a Bossa Nova vê o samba e a pluralidade cultural das manifestações populares como parte de um projeto de nação. Ou seja, o desenvolvimento precisa vir não a todo custo, mas valorizando traços culturais que compõem a identidade. Dessa maneira, esse projeto, mesmo pautando-se por “Ipanema”, não pode excluir o “Morro”, mas integrá-lo ao desenvolvimento e à superação da pobreza. Sendo uma expressão formada nas margens semiosféricas (ver nota n. 8), sua utopia era a integração perfeita.

[7] Referência à canção “Influência do Jazz”, lançada em 1961 por Carlos Lyra. Nela, o compositor, um célebre bossa-novista, ironiza as críticas à “modernização” do samba empreendida pela Bossa Nova.

[8] É célebre, por exemplo, o debate travado entre José Ramos Tinhorão e Caetano Veloso em 1966 nas páginas da Revista Civilização Brasileira em que este defende a ideia de “linha evolutiva” da música popular brasileira.

[9] Entende-se aqui, de forma simplificada, a semiosfera como um espaço de significação, ou o “espaço cultural habitado pelos signos” (MACHADO, 2007, p. 16). A fronteira (ou margem) entre as diferentes semiosferas é o espaço imaginário

que separa e une os sistemas designificação: ela tanto permite a “tradução” de códigos de uma semiosfera para que possam penetrar em outra quanto impõe um limite à internalização de elementos alheios. É o contato com o espaço extrassemiótico que permite encontros culturais por vezes enriquecedores e fecundos, podendo mesmo criar novas semiosferas com seus próprios signos (AMÉRICO, 2017).

[10] O Globo, 12 de novembro de 1962, Vespertina, Geral, página 6. Retirado do acervo digital do jornal.

[11] Memorandum de Wladimir Murinho ao chefe do Departamento Político e Cultural. “Criação de Serviço de Difusão cinematográfica”, 1º/9/1960. N. 479A. Obtido via Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC).

[12] Memorandum de Lauro Escorel de Moraes ao Chefe do Departamento de Administração. “Semana brasileira em Nova York”, 13/11/1962.DDC/DCinf/161/540.31.Obtido via Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC).

[13] O quase anedótico caso de Roberto Menescal, que cantou pela primeira vez em público no Carnegie Hall, ilustra o completo despreparo com que vários músicos assumiram o palco, pouco ou quase nada ajudados pelos produtores do evento (MENESCAL, 2017).

[14] O Globo, 22 de Novembro de 1962, Matutina, Geral,



página 6. Retirado do acervo digital do jornal.

[15] The New York Times, 22 de Novembro de 1961, página 51. Retirado do acervo digital do jornal.

[16] Itamaraty: Bossa Nova não fracassou. Última Hora , 29/11/1962, apud CRESPO, 2006, p. 136.

[17] Memorandum de Mario Dias Costa (Chefe da Divisão de Difusão Cultural) ao Chefe do Departamento Cultural e de Informações. “Requisição de passagem: Antônio Carlos Jobim”, 26/04/1964, DDC/DO/124/540.36(22). Obtido via Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC).

[18] Memorandum de Vasco Mariz (Chefe da Divisão de Difusão Cultural) ao Chefe do Departamento Cultural e de Informações. “Requisição de passagem: Sylvio Tulio Cardoso”. 18/11/1964, DDC/DA/392/540.36(22). Obtido via Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC).

[19] Memorandum de Mario Dias Costa (Chefe da Divisão de Difusão Cultural) ao chefe do Departamento Cultural e de Informações. “Apresentação de música popular brasileira nos Estados Unidos da América”. 29/09/1964, DDC/325/540.36(22). Obtido via Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC).

Referências Bibliográficas

AMÉRICO, Ekaterina Vólkova. O conceito de fronteira na semiótica de Iúri Lotman. Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso, [s.l.], v. 12, n. 1, p. 5-20, abr. 2017.

ANDRADE FILHO, Ethmar Vieira de. As letras da Bossa: linguagem que conta sua história. Bossa Nova, o modernismo musical 30 anos depois. 2007. 90 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Cognição e Linguagem, Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campo dos Goytacazes, 2007.

BIJOS, Leila; ARRUDA, Verônica. A diplomacia cultural como instrumento de política externa brasileira. Revista Diálogos, Brasília, v. 13, n. 1, 2010.

CASTRO, Ruy. Chega de saudade: a história e as histórias da Bossa Nova. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CRESPO, Flávia Ribeiro. O Itamaraty e a cultura brasileira: 1945-1964. 2006. 163 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CRESPO, Flávia Ribeiro. O Itamaraty e a cultura brasilei-



ra: 1945-1964. In: SUPPO, Hugo Rogelio; LESSA, Mônica Leite (Org.). *A quarta dimensão das relações internacionais: as relações culturais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013. p. 89-116.

FARIA, Nelson; LYRA, Carlos. Um café lá em casa com Carlos Lyra Nelson Faria. 5 de outubro de 2016. (27m13s). Disponível em: <https://youtu.be/mAekKq8hris>. Acesso em: 20 jul. 2018.

FREITAS, Marcello de Souza. *O universo da música na política externa brasileira*. 270 f. Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Rio de Janeiro, 2014.

GAVA, José Estevam. *Momento bossa nova: arte, cultura e representação sob os olhares da revista O Cruzeiro*. 2003. 215 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2003.

GILBERTO, João. *Chega de Saudade*. S.l: 2009. Disponível em: <https://open.spotify.com/album/6WI8JMw06p2fuf3RIJE-Vfb>. Acesso em 5 abr. 2017.

GILBERTO, João. *Pra Que Discutir Com Madame?*. In: GILBERTO, João. In Tokyo. Tokyo: Verve Records, 2004. Spotify™. Disponível em: https://open.spotify.com/track/13VTZ-3mO1X6tYFvAwn61aB?si=muqBvTn7TSoTqRC_Rc-Ksg. Acesso em 5 abr. 2017.

JOBIM, Antonio Carlos. *O morro não tem vez*. In: GILBERTO, Astrud. *The Astrud Gilberto Album*. Hollywood: RCA, 1965. Spotify™. Disponível em: <https://open.spotify.com/track/5LCgjYjP6YeO1MR87AFE8o?si=HSURa5WNR-5ShoS3kcMaSLQ>. Acesso em 5 abr. 2017.

LEÃO, Nara; VALE, João do; KETI, Zé. *Show Opinião*. Rio de Janeiro: Universal Music Ltda, 1965. Disponível em: https://play.google.com/store/music/album/Variou_Artists_Show_Opini%C3%A3o?id=Bg7wz2nsjstywm2vs6tjj5bgck4. Acesso em 1º mar. 2019.

MACHADO, Irene. *Semiótica da cultura e semiosfera*. São Paulo: Annablume, 2007.

MENESCAL, Roberto. “Eu não sabia o que era Carnegie Hall”. *Continente*, 1º de agosto de 2017. Entrevista concedida



a Débora Nascimento. Disponível em: <https://www.revista-continente.com.br/edicoes/200/reu-nao-sabia-o-que-era-carnegie-hallr>. Acesso em 20 jul. 2018.

NAVES, Santuza Cambraia. *Da bossa nova à tropicália*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

QUADROS, Jânio. Nova política externa do Brasil. In: FRANCO, Alvaro da Costa (Org.). *Documentos da política externa brasileira: Volume 1*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. Documento 14. p. 145-155.

RIBEIRO, Edgard Telles. *Diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

SANTOS, Regina Lopes dos. *Brazilian popular music and modernist discourse on national identity*. 2004. 170 f. Tese (Doutorado) – Doctor of Philosophy, Department Of Romance Languages And Literatures, University of North Carolina, Chapel Hill, 2004.

SUPPO, Hugo R.; LESSA, Mônica Leite. *O estudo da dimensão*

cultural nas Relações Internacionais: contribuições teóricas e metodológicas. In: LESSA, Mônica Leite; GONÇALVES, Williams da Silva (Org.). *História das Relações Internacionais: teoria e processos*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007. p. 223-250.

TINHORÃO, José Ramos. *História social da música popular brasileira*. São Paulo:34, 2010.

TINHORÃO, José Ramos. *O samba agora vai...: A farsa da música popular brasileira no exterior*. São Paulo: 34, 2015.

VELOSO, Caetano. *Verdade tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.



